10 ANOS DE UEMASUL

um sonho que se fez universidade



10 anos
UEMASUL

10 ANOS DE UEMASUL

um sonho que se fez universidade

EDITORA
UEMASUL
2026

Todos os direitos reservados à Editora UEMASUL. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, desta publicação.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

Projeto Gráfico: Editora UEMASUL
Catalogação na publicação Seção de Catalogação e Classificação.

U58 Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

10 anos de UEMASUL: um sonho que se fez universidade. / Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. – Imperatriz: EDUEMASUL, 2026.

391 p.

ISBN 978-65-89274-52-0

1. Ensino Superior. 2. Trajetória UEMASUL. 3.História institucional – UEMASUL. 4. Região Tocantina do Maranhão. I. Titulo.

CDU 378(812.1)

Ficha elaborada pela Bibliotecária: **Jarina Serra Santos CRB13/953**

Governo do Estado do Maranhão
Governador
Carlos Orleans Brandão Júnior
Vice-governador
Felipe Costa Camarão

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL
Reitora
Profa. Dra. Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves
Vice-reitor
Prof. Dr. Jorge Diniz de Oliveira
Pró-reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica
Profa. Dra. Márcia Suany Dias Cavalcante
Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Prof. Dr. Allison Bezerra Oliveira
Pró-reitor de Planejamento e Administração
Prof. Dr. José Sérgio de Jesus Salles
Pró-reitor de Extensão e Assistência Estudantil
Prof. Dr. José Milton Lopes Pinheiro
Pró-reitor de Gestão de Pessoas
Prof. Dr. Bruno Lucio Meneses Nascimento
Pró-reitor de Infraestrutura
Prof. Dr. Wilson Araújo da Silva

Organizadores
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPGI)

Conselho Editorial
Profa. Dra. Camila Brito Collares da Silva
Profa. Dra. Andrea Ferraz Silva Pereira
Prof. Dr. Bruno Maia Halley
Prof. Dr. Caleb da Silva Araujo Campelo
Profa. Dra. Carla Melli Tambarussi
Prof. Dr. Diego Carvalho Viana
Profa. Dra. Gilvânia Queiroz Madeira de Aguiar
Profa. Dra. Josiéli Demetrio Siqueira
Profa. Dra. Leisa Aparecida Gviasdecki De Oliveira
Profa. Dra. Luciana Oliveira dos Santos
Profa. Dra. Luciene Santana Ferreira

Coordenação da Editora
Profa. Dra. Camila Brito Collares da Silva

Diagramação
Jeciane da Silva Chaves
Brenda Marques Sousa

Capa
Eduardo da Conceição Jorge

Revisão Final
Profa. Dra. Camila Brito Collares da Silva

APRESENTAÇÃO

A criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMSUL) em 2016, constitui-se como marco histórico na Região Sudoeste do Maranhão. O que antes habitava o campo do desejo e das reivindicações no campo da Educação Superior de nossa gente, consolidou-se em realidade. Esta obra, intitulada "10 anos de UEMASUL: O sonho que se fez universidade", é o registro vivo, científico e afetivo de uma década de transformações profundas na Região Tocantina do Maranhão.

Como reitora, é com imenso orgulho e responsabilidade que apresento esta coletânea, que não apenas narra nossa trajetória, mas revela a maturidade de uma instituição que nasceu vocacionada para o desenvolvimento regional.

Os capítulos que compõem este livro são retratos fiéis de nossa atuação multifacetada. Ao ler esta obra, o leitor compreenderá a dimensão geopolítica de nossa existência, que descentralizou o saber e democratizou o acesso ao futuro. Compreenderá também sobre interiorização, e como ela ganha contornos ainda mais sensíveis e urgentes na consolidação com a criação de novos cursos e do Programa Caminhos do Sertão, que buscam formar profissionais com caráter humanista.

Mas a UEMASUL sabe que democratizar o acesso exige, fundamentalmente, garantir a permanência. Por isso, destacamos a trajetória da PROEXAE, cuja criação se consolidou como uma política vigorosa de assistência estudantil e de desenvolvimento territorial, assegurando dignidade para que nossos estudantes concluam suas jornadas acadêmicas.

Nossa produção acadêmica também se impõe

pela sua originalidade e compromisso com o entorno. Investigar e produzir ciência no Ecótono Amazônia-Cerrado tem nos permitido construir caminhos singulares de autenticidade científica, respondendo aos desafios ecológicos e sociais de nossa região de transição. E para que saibamos para onde caminhar, jamais esquecemos de onde viemos: o papel da UEMASUL em parceria com o Museu CPAHT atesta nossa dedicação em salvaguardar a trajetória institucional e preservar as memórias e o patrimônio regional.

Agradeço a cada docente, discente, técnico-administrativo e colaborador que, com seu trabalho diário, escreveu as linhas desta primeira década. Convido você, leitor, a mergulhar nestas páginas e a testemunhar como um sonho coletivo e audacioso se transformou em uma universidade forte, inclusiva e indispensável para o Maranhão.

Boa leitura!

Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves
Reitora

PREFÁCIO

Há gestos, na história das instituições, que ultrapassam o tempo em que foram praticados e passam a habitar, definitivamente, a memória de um povo. A criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão — a UEMASUL — foi um desses atos. Portanto, é com profunda emoção e com muita honra que aceito o convite para prefaciar esta obra que celebra os primeiros dez anos de existência de uma instituição que nasceu das entranhas de outra – a UEMA - mas que soube, com rara maturidade, construir identidade, vocação e vôo próprios.

Falo como quem, à frente da Universidade Estadual do Maranhão, testemunhou de perto o momento fundador desse processo. Falo como quem compreendeu, naquele instante, que expandir não era apenas multiplicar estruturas, mas ampliar oportunidades; que interiorizar o ensino superior não era uma mera decisão administrativa, mas também um compromisso ético com populações historicamente invisibilizadas. Nesse sentido, a UEMA, célula mater desse empreendimento, movida pelo seu lema *Scientia ad vitam* (Ciência para a vida), sentiu-se honrada em ver germinar, na região tocantina, uma universidade que carregaria consigo os valores da educação pública, gratuita e de qualidade, ao mesmo tempo em que ousaria trilhar caminhos autônomos, responder a demandas específicas de seu território e cunhar sua própria marca institucional.

É com júbilo e um sentimento de orgulho ao olhar para os feitos dessa primeira década que posso dizer: Que dez anos fecundos foram estes! Esta coletânea, que reúne vozes plurais sobre a trajetória da UEMASUL, a

regionalização do ensino superior, sua ação pioneira e os desafios da interiorização na Amazônia Oriental, é prova viva de que aquele sonho não apenas se realizou, mas se aprimorou. Onde antes havia clamor por mais oportunidades, hoje há mais bacharéis, licenciados, técnicos, pesquisadores e extensionistas. Onde antes havia distância, hoje há proximidade entre ciência e comunidade, entre universidade e território. A UEMASUL soube fazer da regionalização não uma limitação, mas uma potência: compreendeu o que significava estar na fronteira viva da Amazônia Legal, com todas as suas riquezas socioambientais, seus desafios de sustentabilidade, sua diversidade cultural e sua urgência de desenvolvimento com justiça social.

Os capítulos aqui reunidos e a diversidade de olhares que os anima revelam algo precioso: uma comunidade acadêmica que não se contentou em reproduzir modelos importados, mas que se dedicou a pensar, com rigor e criatividade, sua própria condição histórica. Isso é, no sentido mais nobre do termo, construção de uma identidade.

Uma universidade não se define apenas por sua infraestrutura, pela diversidade de seus cursos ou pelos indicadores que atestam seu desempenho – ainda que esses aspectos sejam relevantes e dignos de reconhecimento. Sua verdadeira identidade se revela, sobretudo, na consciência que desenvolve acerca de sua missão, responsabilidade social e de seu papel na formação humana, na produção do conhecimento e na transformação da sociedade. É nessa perspectiva que afirmo, com convicção e legítimo valor, que a UEMASUL alcançou um novo patamar de maturidade institucional. Fruto do compromisso coletivo de sua comunidade acadêmica, fortaleceu sua capacidade

de responder aos desafios do presente e reafirmou sua vocação para contribuir, de forma decisiva, com o desenvolvimento científico, educacional e social da região e do Estado.

Quando revisito, na memória, os debates que precederam sua criação, recordo as apreensões típicas de quem enfrentava o desafio de erguer uma instituição de ensino superior em uma região carente de infraestrutura acadêmica consolidada. Rememoro também a certeza, que jamais nos abandonou, de que a interiorização era caminho sem volta para o desenvolvimento do Maranhão como um todo. Hoje, ao ler estas páginas, tenho a satisfação de constatar que aquela segurança não foi ingênua: floresceu em pesquisa, em extensão universitária qualificada, em formação de profissionais que agora atuam nos mais diversos rincões do estado, transformando realidades, gerando conhecimento localmente relevante e globalmente pertinente.

Não posso deixar de reconhecer, com admiração, a pujança científica que a UEMASUL construiu em tão pouco tempo: grupos de pesquisa atuantes, programas de pós-graduação em formação, produção científica crescente, parcerias interinstitucionais robustas e um compromisso inegociável com a excelência acadêmica associada à pertinência social. Isso não é obra do acaso, mas fruto do trabalho obstinado de docentes, técnicos-administrativos, discentes e gestores que, cada um a seu modo, acreditaram — e seguem acreditando — que o sonho original vale a pena ser diariamente reafirmado.

Registro aqui, com a autoridade de quem viu nascer esse projeto, e com o carinho de quem acompanhou o desabrochar de um ser que ganhou vida

própria, minhas mais sinceras congratulações a toda a comunidade da UEMASUL. Aos que fundaram, aos que construíram, aos que hoje sustentam e aos que, no futuro, darão continuidade a esta história: sintam-se todos celebrados nestas páginas.

Que os próximos dez anos sejam de novas conquistas, de consolidação de programas de pós-graduação, de ampliação de oportunidades na graduação, de fortalecimento da extensão universitária e de aprofundamento do compromisso com o desenvolvimento sustentável da região tocantina. Que a UEMASUL continue sendo, como já é, motivo de orgulho para o Maranhão e referência de interiorização responsável e transformadora do ensino superior no Brasil.

O sonho, afinal, não terminou quando se fez universidade. Ele se renova, hoje e sempre.

Parabéns, UEMASUL!

Prof. Gustavo Pereira da Costa
Reitor da UEMA (2015-2022)



SUMÁRIO

15 A trajetória da UEMASUL e a consolidação da Educação Superior na Região Tocantina do Maranhão

Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves

33 Interiorização da formação médica e desenvolvimento regional: a experiência do curso de medicina da UEMASUL

Márcia Suany Dias Cavalcante

59 A contribuição da PROPGI para o fortalecimento da Pesquisa e da Pós-graduação na UEMASUL

Fabiana dos Santos Oliveira Brito; Marivânia Silva Ramos; Allison Bezerra Oliveira

89 PROEXAE/UEMASUL: a criação de uma pró-reitoria como política de assistência estudantil e de desenvolvimento social e territorial

José Milton Lopes Pinheiro; Ludmilla Santos Silva de Mesquita; Niara Porto de Carvalho

115 UEMASUL e Museu CPAHT: uma década de trajetória institucional e preservação do patrimônio regional

Danielly Morais Rocha Marques; Luciene Santana Ferreira

139 A construção de uma ação pioneira: política institucional de inovação e desenvolvimento regional na UEMASUL entre 2022 e 2025

José Geraldo Pimentel Neto; Paulo Alves Silva Filho; Allison Bezerra Oliveira

161 "São 10 anos, somos ainda uma criança": infância concebida e a identidade institucional da UEMASUL

Flaviana Oliveira de Carvalho

189 A UEMASUL e a interiorização do Ensino Superior na Amazônia Oriental: contribuições para o desenvolvimento regional em sua primeira década

Alinie Rocha Mendes; Aroldo Cristiano Guerreiro Leal

231 Entre proximidades e distâncias: a UEMASUL e sua relação com as terras indígenas na região metropolitana do sudoeste maranhense

Taíssa Caroline Silva Rodrigues; Isabel Silva da Silva; Luís Eduardo da Silva Carvalho

253 10 anos da UEMASUL: ensino, formação e práticas pedagógicas no curso de Administração

Marcos Aurélio Cavalcante Ayres; Thiago Sousa Silva

271 Produzir ciência no Ecótono Amazônia-Cerrado: Caminhos para a identidade institucional e a autenticidade científica

Kira Figueredo Loiola Alves; Fernando Loiola Nunes; Cristiane Matos da Silva

293 Museu, extensão universitária e educação patrimonial: experiências do programa Imperatriz Arqueológica no CPAHT

Danielly Morais Rocha Marques; Luciene Santana Ferreira; Liriane Gonçalves Barbosa

315 Feira Maranhense de Ciência, Tecnologia e Inovação (FEMALEC)

Antonio Pereira da Silva Filho; Diego Carvalho Viana

343 Sobre a vocação regional da UEMASUL: prognósticos de um futuro para além da região metropolitana do sudoeste Maranhense

Fernando Alves Gomes; Lidianne Kelly Nascimento Rodrigues de Aguiar Lopes

367 Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL: por uma outra regionalização

Allison Bezerra Oliveira

01

A trajetória da UEMASUL e a consolidação da Educação Superior na Região Tocantina do Maranhão



Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves

Possui doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2016); mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2010); mestrado em Educação pelo Instituto Pedagógico Latinoamericano y Caribeno (2000); Especialização em Geografia e Planejamento Ambiental PUC-Minas (1994); Bacharel pela Universidade Federal do Maranhão (1989) e Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (1995). É professora Adjunto na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL; professora do Estado do Maranhão, nível médio, aposentada. Atualmente é reitora da UEMASUL. Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Cultural, Ensino de Geografia; Geografia do Maranhão; Evolução do Pensamento Geográfico; Educação ambiental e Educação. É pesquisadora do Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (GPS - UEMASUL) e do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER). Líder do Grupo de Pesquisa sobre Espaço e Cultura no Sudoeste Maranhense da UEMASUL.

A TRAJETÓRIA DA UEMASUL E A CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO

> Sonho que se sonha só. É só um sonho que se sonha só. Mas, sonho que se sonha junto é realidade (Raul Seixas, 1974).

Resumo: A criação da UEMASUL surgiu do desmembramento dos antigos centros da UEMA em Imperatriz e Açailândia, conforme definido pelo Decreto Estadual n.º 32.396, de 11 de novembro de 2016 e sancionada em 3 de novembro pela Lei Estadual n.º 10.525. A UEMASUL é a primeira universidade regional pública do Maranhão. Este capítulo de natureza memorialística tem como objetivo, apresentar e refletir sobre o sonho de gerações pela criação e autonomia universitária na Região Tocantina do Maranhão. Para tanto, utilizamos documentos institucionais da UEMASUL, documentos de caráter regional, relatos históricos e contribuições de professores, estudantes e gestores que viveram essa trajetória. O sonho concretizado resultou na ampliação da estrutura administrativa e da infraestrutura, no fortalecimento dos documentos institucionais, permitindo que em dez anos, os cursos existentes fossem consolidados e a criação de novos cursos em nível de graduação e pós-graduação possibilitassem a contribuição no desenvolvimento socioeconômico do Maranhão. O capítulo apresentado, traz períodos singulares para a comunidade acadêmica e para a história da UEMASUL.

Palavras-chave: UEMASUL; institucionalização; educação superior; Maranhão.

THE TRAJECTORY OF UEMASUL AND THE CONSOLIDATION OF HIGHER EDUCATION IN THE TOCANTINA REGION OF MARANHÃO

Abstract: The creation of UEMASUL arose from the separation of the former UEMA centers in Imperatriz and Açailândia, as established by State Decree No. 32.396 of November 11, 2016, and enacted on November 3 through State Law No. 10.525. UEMASUL is the first regional public university in Maranhão. This chapter, of a memorial nature, aims to present and reflect on the dream of generations for the creation and university autonomy of the Tocantina Region of Maranhão. To this end, we used institutional documents from UEMASUL, regional documents, historical accounts, and contributions from professors, students, and administrators who experienced this journey. The realization of this dream resulted in the expansion of the administrative structure and infrastructure, the strengthening of institutional documents, and made it possible, over ten years, to consolidate existing programs and create new undergraduate and graduate programs, thereby contributing to the socioeconomic development of Maranhão. The chapter presented highlights unique periods for the academic community and for the history of UEMASUL.

Keywords: UEMASUL; institutionalization; higher education; Maranhão.

Introdução

A história da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) não é apenas a crônica de uma instituição de ensino superior. É a materialização de um sonho coletivo, forjado nas águas do rio Tocantins, nas lutas de gerações que viram na educação a grande alavanca de transformação social, econômica e cultural de uma região estratégica do Maranhão. Ao completar dez anos, a UEMASUL[1] representa muito mais que uma data comemorativa; traduz um tempo simbólico de transformações vivenciadas e registradas por muitos. É a vitória da persistência muito mais que uma data comemorativa, representa também, um tempo simbólico onde muitos escrevem sobre ele e suas transformações: é a vitória da persistência sobre o esquecimento, da descentralização sobre o centralismo, e da esperança sobre as distâncias que, por décadas, separaram o interior maranhense do acesso pleno à formação acadêmica de qualidade.

Apesar da natureza memorialística deste texto, e de todas as projeções e perspectivas que foram lançadas sobre ela no ano de sua criação, nós nos orientamos em documentos institucionais da UEMASUL, relatos históricos e contribuições de professores, estudantes e gestores que viveram essa trajetória. Nessa jornada vamos refletir sobre o sonho da autonomia, as lutas pela institucionalização, o

1. A sigla UEMASUL não tem relação direta com localização geográfica, e sim, com o sonho da criação do Estado do Maranhão do Sul; já o desdobramento da sigla: Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão tem relação com a ideia socialmente construída pela população de Região Tocantina do Maranhão, porém essa região, "ela não é reconhecida por nenhum órgão oficial, seja em nível federal, estadual ou municipa" (Oliveira, 2025, p.987).

contínuo embate pela consolidação, os horizontes de expectativas. A todos que sonharam, lutaram e constroem diariamente essa universidade, dedicamos este ensaio.

As Raízes do Sonho (Décadas de 1960-1980)

O sonho começou bem antes de 2016. Remonta ao final dos anos 1960, quando Imperatriz e o sul do Maranhão ainda carregavam as marcas de uma fronteira em expansão. Um lugar distante, isolado a tal ponto de ser nomeado pela historiadora Edelvira Marque de "Sibéria Maranhense" (Barros, 2012). No entanto, apesar da distância da ilha de São Luís, capital do Estado, onde as coisas aconteciam, figuras visionárias como o juiz José de Ribamar Fiquene lideraram a criação da Escola Normal Pedagógica de Imperatriz (ENPI), em 1969. Foi uma iniciativa privada de utilidade pública que oferecia o curso de magistério. Essa semente pedagógica germinaria e, em 1973, daria origem à Fundação Universidade de Imperatriz (FUIM), "posteriormente, transformada em Faculdade de Educação de Imperatriz (FEI)" e, em 1974, em Faculdade de Ensino Superior de Imperatriz (FESI). (UEMASUL, 2017, p. 23).

Embora complete sua primeira década de existência neste ano de 2026, a trajetória da UEMASUL carrega o legado de instituições pioneiras que a antecederam. Essa base foi construída pelas faculdades municipais FUIM, FEI e FESI, e, posteriormente, pelas estruturas estaduais UEEI, CESI e CESA-UEMA. (UEMASUL, 2017, p.23).

Assim, com histórias que se cruzam UEMASUL

e UEMA carregam a tradição de várias unidades de educação. Conforme registrado no PDI da UEMASUL (UEMASUL, 2017, p.23), "[...] em 1979, a FESI foi incorporada à Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM)", e com a transformação desta em Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), "[...] em 1981, a FEI passou a se chamar Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz (UEEI)" (UEMASUL, 2017, p.23). Em 1985, consolidou-se como Centro de Estudos Superiores de Imperatriz (CESI-UEMA). Aos poucos, novos cursos foram surgindo: Ciências, Letras, História, Geografia, Administração, Agronomia, Medicina Veterinária e Engenharia Florestal. O CESI tornou-se o maior polo de ensino superior público do sudoeste maranhense, alcançando também o sul maranhense, oferecendo todas as licenciaturas.

Paralelamente, em Açailândia, o Centro de Estudos Superiores de Açailândia (CESA-UEMA) seguia trajetória semelhante. Esses centros não eram meras extensões; eram espaços de resistência e afirmação regional. Professores, estudantes e movimentos sociais já percebiam que a distância de São Luís limitava a autonomia acadêmica e administrativa. Nascia, assim, na década de 1980, o coletivo "Autonomia e Luta" (UEMASUL, 2021), reunindo docentes, discentes e sociedade civil em torno da bandeira da descentralização do ensino superior.

Uma primeira proposta concreta veio do então deputado estadual Sálvio Dino, que apresentou projeto para a criação da Universidade de Imperatriz. Embora não tenha sido aprovado na época, a chama não se apagou. Foram mais de vinte anos de mobilizações de professores e alunos, debates acalorados, audiências

públicas e articulação política. Gerações diferentes passaram o bastão: professores que lecionavam em salas improvisadas, alunos que sonhavam com laboratórios adequados, líderes comunitários que viam na universidade a possibilidade de reter talentos locais e impulsionar o desenvolvimento.

A Luta que se concretizou (2016-2017)

O ano de 2016 representou o ápice de uma longa jornada de mobilização e lutas. Após intensos debates na Assembleia Legislativa do Maranhão, o governador Flávio Dino sancionou, em 3 de novembro, a Lei Estadual n.º 10.525, que criava a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). A cerimônia simbólica de assinatura ocorreu em 1º de novembro, na sede do CESI/UEMA, em Imperatriz, marcando publicamente o nascimento da nova instituição.

A UEMASUL surgiu do desmembramento dos antigos centros da UEMA em Imperatriz e Açailândia, com abrangência inicial sobre 22 municípios da Região Tocantina, conforme definido pelo Decreto Estadual n.º 32.396, de 11 de novembro de 2016. Tratava-se do reconhecimento oficial de que o sudoeste maranhense, região estratégica para o desenvolvimento do estado, necessitava de uma universidade pública autônoma, capaz de responder às suas especificidades sociais, econômicas e culturais e comprometida com sua realidade.

Esse avanço, porém, não foi recebido com unanimidade. Setores ligados às antigas estruturas de poder e à lógica de dependência regional manifestaram

resistência, revelando as tensões políticas inerentes ao processo de descentralização[2] do ensino superior no Maranhão. Ainda assim, a aprovação unânime do Decreto Legislativo n.º 181/2016 na Assembleia Legislativa, somada à Lei n.º 10.525, consolidou os primeiros marcos jurídicos da institucionalização da UEMASUL, pavimentando o caminho para a construção de sua identidade como universidade pública e regional.

Nos últimos dias de 2016, o governador do estado do Maranhão, Flávio Dino anunciou a professora Dra. Elizabeth Nunes Fernandes "como reitora *pro tempore*" (UEMASUL, 2022, p. 25). Sem regulamentos normativos próprios (Estatuto, Regimentos dos órgãos superiores, regimentos das Pró-Reitorias, regimentos dos centros de ciências, normas gerais de graduação, PDI e outras normativas) durante os cinco primeiros anos de sua existência, ou até que seus regimentos fossem aprovados, seus atos seriam regulados pela legislação da UEMA. O sonho de todos tornou-se realidade e a realidade convocou a todos na luta por sua consolidação.

O primeiro desafio era o do credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE-MA), que ocorreu em dezembro de 2017. Foi um marco fundamental, garantindo a validade dos diplomas e a plena operação da universidade.

> O grande e esperado anúncio do credenciamento foi feito no dia 14 de dezembro de 2017, antes mesmo da UEMASUL completar 1 ano de funcionamento. Depois do relatório da Comissão de Avaliação e do

2. "[...] implica redistribuição de poder, uma transferência na alocação das decisões. É, portanto, mexer nos interesses dos grupos de poder, enquanto a desconcentração é a delegação de competência e deslocamento do poder decisório" (Tobar, 1991, p.34-35).

> parecer favorável da Câmara de Ensino Superior, o plenário do Conselho Estadual de Educação aprovou por unanimidade o credenciamento da UEMASUL por 5 anos, prazo máximo que pode ser dado a uma instituição (ASCOM UEMASUL, 2018).

Esse momento foi de grande expressão do sentimento de união, conquista, alegria e pertencimento em toda a comunidade universitária. Nesse contexto, o primeiro PDI (2017-2021), principal documento para o credenciamento, carrega todo o simbolismo[3] da autonomia da primeira universidade regional com a compreensão de todos que a criação da universidade é a oportunidade, por meio do ensino superior, de diminuir as assimetrias socioeconômicas[4].

O Impulso Transformador

Como dissemos antes, a área de abrangência da UEMASUL é constituída por 22 municípios da Região Metropolitana de Imperatriz. Nesses municípios, a formação acadêmica por tempos dependeu da oferta de curso na cidade de Imperatriz e de Açailândia. A partir da nova universidade ocorreu a possibilidade de interiorizar ainda mais o ensino superior na região Tocantina do Maranhão. Assim, após o período inicial de institucionalização, ocorreu a expansão territorial, administrativa e pedagógica. Por meio das Leis de n.º

3. O corpo identitário/institucional da UEMASUL é formado também por arte e cores que representam natureza e ancestralidade da região, como as contidas no brasão que foi "selecionado por meio do Edital SECTI n.º 02/2017". Assim, as cores, linhas e traçados do brasão definiram as cores prediais e da bandeira e dos símbolos da universidade. (UEMASUL, 2022, p. 24)

4. Conforme apresentado em estudos de Oliveira (2025, p. 985), a população da Região Tocantina do Maranhão, possui "alta concentração de renda a partir da média do índice de Gini (0,53)" e que "47% de toda a população vive com até meio salário mínimo."

10.880 e 10.694 de 2018 da ALEMA foram criados os Centros de Ciências da Saúde (CCS), em Imperatriz e o Centro de Ciências Agrárias Naturais e Letras (CCANL), na cidade de Estreito (UEMASUL, 2022).

Vale destacar igualmente, nesse processo de ampliação territorial e administrativa, a aprovação em 2018 pelo Conselho Universitário – CONSUM, do Programa de Formação de Professores, Caminhos do Sertão, cuja missão é de graduar professores nas áreas de Letras, Geografia, Matemática, Biologia e Pedagogia, nas cidades de Amarante, Vila Nova dos Martírios, Porto Franco e Itinga do Maranhão. Esse movimento de interiorização é significativamente estratégico na redução do êxodo de jovens para outras regiões, além de fortalecer a responsabilidade da UEMASUL em formar professores, pois esta universidade, como dissemos antes, é a única universidade pública[5] na região Tocantina que possui a chancela de formar professores de todas as áreas do conhecimento na sua área de atuação e se estende aos estados do Pará e Tocantins.

A institucionalização e a autonomia universitária seguiam seu fluxo normal, porém em 2020, a universidade enfrentou o período da Pandemia da Covid-19 que atingiu toda a sociedade mundial. A Pandemia apresentou os desafios tecnológicos, os impactos humanos e acadêmicos e a permanência estudantil. Dessa forma, foi necessário a reorganização institucional para o enfrentamento da Covid-19. Com a aprovação das diretrizes para o ensino remoto pelo CONSUN, readequou-se o calendário acadêmico e foram

5. A Universidade Federal do Maranhão – UFMA possui campus na cidade de Imperatriz, mas só oferece os seguintes cursos de licenciatura: Pedagogia e Ciências Humanas.

criados os auxílios emergencial e de inclusão digital.[6]

Nesse período, as universidades além de vivenciarem o trabalho administrativo e o ensino de forma remota, conviveram com a descrença na ciência, causando impactos devastadores ainda percebidos na atualidade. Na UEMASUL, a volta do ensino presencial causou desafios pedagógicos e administrativos apresentados de forma contundente no CCANL, pois a facilidade de contratação de professores durante o ensino remoto, não se apresentou para o ensino presencial.

A institucionalização da UEMASUL representou a consolidação de sonhos e, por meio destes, um projeto de desenvolvimento regional e o que torna esse projeto singular é a existência de espaço colaborativo para discutir os problemas do Maranhão, de defender os povos originários sua natureza física com pensamento crítico, favorecendo a existência de uma sociedade democrática e a prosperidade do território por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação[7].

A UEMASUL nasceu com uma missão clara:

> Produzir e difundir conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão e formar profissionais éticos, competentes, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da região Tocantina do Maranhão, contribuindo para a elevação cultural, social e científica, do Maranhão e do Brasil (UEMASUL, 2022, p. 35).

6. Em muitos aspectos, a história da universidade como instituição que remonta a era medieval, é um exemplo da resiliência em face das enormes mudanças socioeconômicas, políticas e tecnológicas que ocorrem ao longo do tempo. (Pinheiro;Yuoug, 2001 *apud* Gimenez; Bonacelli, 2023, p.172).

7. Nesse contexto concordamos com Goddard (2018 *apud* Gimenez; Bonacelli, 2023, p.170), quando afirma: " Já não se deve focar apenas no quanto uma universidade está bem-posicionada em termos da qualidade do ensino e da pesquisa, com base em classificações nacionais e internacionais, mas também, no quanto ela tem exercido um papel ativo em contribuir para a sociedade, em termos mais amplos, tanto em nível global quanto local".

Nos primeiros anos, o desafio era estruturar a nova "casa": criar regimentos, implementar processos administrativos, ampliar a oferta de cursos, contratar e qualificar docentes e técnicos, interiorizar sua atuação e contribuir com o fim das assimetrias tanto na formação acadêmica, quanto no desenvolvimento econômico regional.

O governador Flávio Dino deu grande impulso à consolidação, viabilizando novos prédios, laboratórios, programas de pós-graduação *stricto sensu* (foi criado o Mestrado em Letras, o primeiro da instituição), criou o curso de Medicina em Imperatriz e Direito em Açailândia, além de promover as primeiras políticas de assistências estudantil. Na infraestrutura, seu governo adquiriu imóveis e construiu prédios[8], e seu sucessor, o Governador Carlos Brandão, sensível às necessidades da Região Tocantina do Maranhão, bem como ao desenvolvimento da educação superior, promoveu o crescimento exponencial da UEMASUL a partir de 2022.

Assim, a autonomia da nova universidade permitiu o movimento de expansão de ações da nova universidade. Nessa perspectiva, foi necessário criar novas unidades administrativas e reestruturar as existentes. Ao assumirmos a gestão em 2022, propusemos a criação de novas Pró-Reitorias e cargos administrativos, além da reorganização do CCANL com a oferta de novos cursos de graduação (Maranhão, 2022; Maranhão, 2025). Avançamos, ainda, na solicitação e realização de concursos públicos para professores, na aquisição de veículos, e na compra, construção, reforma e aluguel de prédios.

8. Foi adquirido um prédio em 2020 e em 2021 foi inaugurado o novo prédio para o Centro de Ciências Agrárias (CCA).

No CONSUN, aprovamos as reformulações e proposições de novas resoluções que permitiram às Pró-Reitorias de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPGI); Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD); Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica (PROGESA); Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil (PROEXAE); Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) e Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA), promoverem ações para esse crescimento, como da pós-graduação *Stricto Sensu*, na qual obtivemos em 2024, a aprovação pela CAPES de 3 novos mestrados (Mestrado em Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar; em Ciências Ambientais e em Processos e Tecnologias Educacionais, além do primeiro doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia). Por meio de dezenas de documentos institucionais, a UEMASUL promoveu a modernização da infraestrutura; o fortalecimento da governança; as parcerias estratégicas, a inclusão e permanência estudantil; a educação patrimonial[9]; a inclusão de políticas públicas afirmativas, a inclusão dos nossos professores substitutos nos programas institucionais de Iniciação Científica e de Extensão e o reconhecimento do pagamento salarial[10] dessa categoria em acordo com a titulação acadêmica (UEMASUL, 2023).

9. Na criação da PROEXAE, foi implementado os cargos administrativos no Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPHAT), permitindo o desenvolvimento de projetos para educação patrimonial na educação básica. Em 2026, o projeto "Imperatriz Arqueológica: Território de memórias" foi vencedor da 38ª edição do prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade.

10. Em 2023 foi aprovada a Resolução 260/2023-CONSUN/UEMASUL que garantiu o pagamento salarial, conforme a titulação, especialista, mestre ou doutor.

A Consolidação: Impactos e Legados

Em dez anos, a UEMASUL formou milhares de profissionais que hoje atuam em escolas, hospitais, empresas, prefeituras e no campo. Cursos de graduação em Pedagogia, Administração, Agronomia, Medicina, Medicina Veterinária, Engenharias, Licenciaturas em Letras, Ciências Biológicas, Matemática, História, Geografia, Química, Física e Pedagogia, Direito, Ciências Contábeis, responderam às demandas locais: o agronegócio sustentável, a educação básica de qualidade, a preservação ambiental da região do Tocantins e a valorização das culturas afro-indígenas.

A pesquisa ganhou fôlego com grupos de investigação, iniciação científica, parcerias com a Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEMA) e a criação de programas de mestrado e doutorado. A extensão aproximou a universidade da comunidade por meio de projetos sociais, cursinho popular, Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), museu afro-indígena e ações de inovação tecnológica e o Conselho Estratégico da UEMASUL (CONEST).

A UEMASUL consolidou-se como referência de desenvolvimento regional, nessa perspectiva, reteve jovens que antes migravam para capitais, fortaleceu a economia local pela qualificação da mão de obra, promoveu a inclusão de estudantes de baixa renda via cotas e auxílios, e contribuiu para o debate sobre sustentabilidade, direitos humanos e diversidade na Região Tocantina do Maranhão. Dessa forma, ela contribui para a redução das desigualdades regionais, a formação de capital humano, a produção científica regionalizada e a inclusão social e educacional.

Assim, nestes dez anos temos muitos legados que ficarão para as futuras gerações. O legado da atual gestão é a visão de um compromisso profundo, marcado pelo diálogo humanizado, e um foco na interiorização e o desenvolvimento regional da educação superior. Nosso projeto é bem sucedido, principalmente pela qualidade de nossa equipe, nossos pró-reitores, assessores, diretores, técnicos administrativos e profissionais da educação que assumiram os cargos administrativos e dedicaram o melhor de suas habilidades para a consolidação da UEMASUL como referência, não só para a região Tocantina, mas para todo o estado do Maranhão.

Olhando para o Futuro

Ao celebrar uma década, a UEMASUL não olha apenas para trás com orgulho. Olha para frente com responsabilidade. O sonho que mobilizou o "Autonomia e Luta" agora exige consolidação plena: ampliação da pós-graduação, internacionalização, maior investimento em ciência e tecnologia, fortalecimento da autonomia universitária e aprofundamento do compromisso com a equidade.

Que as próximas gerações de estudantes, professores e técnicos encontrem na UEMASUL não apenas uma instituição, mas um território vivo de possibilidades. Que o rio Tocantins continue a ser metáfora dessa universidade: fluindo, nutrindo terras, conectando povos e carregando o futuro.

A UEMASUL é, antes de tudo, uma conquista do povo maranhense. Do sonho à luta, da institucionalização à consolidação — com o impulso

decisivo de governos e de sua comunidade acadêmica, ela prova que a educação superior pública, quando enraizada no território e nas territorialidades do seu povo, transforma realidades e ilumina caminhos. Que esses dez anos sejam apenas o começo de uma história grandiosa.

Referências

ASCOM UEMASUL. Credenciamento da UEMASUL junto ao Conselho Estadual de Educação completa um ano. *Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão*, Imperatriz, 14 dez. 2018. **Portal UEMASUL.** Disponível em: https://www.uemasul.edu.br/uemasul-completa-1-ano-de-credenciada-junto-ao-conselho-estadual-de-educacao/. Acesso em: 16 maio 2026.

BARROS, E. M. **Eu, Imperatriz**. 2. ed. Imperatriz: AIL; São Luís: AML, 2012.

GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M.B. M. **Universidades Públicas Brasileiras no Enfrentamento da Covid-19:** Resiliência, aprendizados e visão do futuro. Revista do Serviço Público (RSP). Brasília 74(1), jan./mar, 2023, p.167-201.

MARANHÃO. **Lei n.º 11.780 de 05 de julho de 2022.** Dispõe sobre a criação da Classe D (associado), no cargo de Professor da Careira do Magistério Superior, cria, na estrutura organizacional Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), a Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil-PROEXAE. Disponível em: https://app.stc.ma.gov.br/legisla/consulta/publicacao/6610. Acesso em 12 de maio de 2026.

MARANHÃO. **Lei n.º 12.645 de 02 de setembro de 2025.** Altera a Lei n.º 10.558, de 06 de março de 2017 que dispõe sobre

a organização administrativa Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), cria as Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas- PROGEP e a Pró-Reitoria de Infraestrutura- PROINFRA. Disponível em:<https://app.stc.ma.gov.br/legisla/consulta/publicacao/6610.> Acesso em 12 de maio de 2026.

OLIVEIRA, A. B. **A REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO:** Em busca de uma caracterização e definição. Caderno de Geografia. Belo Horizonte, v. 35, n.82, 2025, p. 979-1004.

TOBAR, F. **O Conceito de descentralização:** usos e abusos. Planejamento e Políticas Públicas. São Paulo, 1991, n.5, p. 31-51.

UEMASUL, **UEMASUL faz cinco anos e se consolida como referência para o desenvolvimento da região Tocantina.** Portal UEMASUL, novembro de 2021. Disponível em: https://www.uemasul.edu.br/uemasul-completa-cinco-anos-consolidada-como-referencia-para-o-desenvolvimento-da-regiao-tocantina/ Acesso em: 10 jul. 2026.

UEMASUL - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. **PDI** - Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021. Imperatriz/MA, 2017.

UEMASUL - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. **PDI** - Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026. Imperatriz/MA, 2022.

UEMASUL. **Resolução n.º 260/2023-CONSUN/UEMASUL, Altera a Resolução n.º 246/2023-CONSUN/UEMASUL, de 27 de setembro de 2023, que regulamenta a contratação e remuneração de Professor Substituto.** 2023.

02

Interiorização da formação médica e desenvolvimento regional: a experiência do curso de medicina da UEMASUL



Márcia Suany Dias Cavalcante

Doutora em Letras: Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Mestra em Língua Portuguesa pelo Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Licenciada em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e em Direito pela Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA). Especialização em Língua Portuguesa pela Faculdade Integrada de Amparo (UNIFIA) e em Linguística e Ensino pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLe) e Docente (TIDE) do curso de Letras no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras (CCHSL) na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). É bolsista produtividade e integra o Grupo de Estudos Linguísticos do Maranhão – GELMA. Atualmente, exerce o cargo de Pró-Reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica – PROGESA/UEMASUL. Áreas de interesse: estudos linguísticos com ênfase em Língua Portuguesa, Léxico e Ensino.

INTERIORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO MÉDICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE MEDICINA DA UEMASUL

Resumo: A expansão da educação superior para regiões interiorizadas constitui importante estratégia para reduzir desigualdades sociais, fortalecer políticas públicas e promover o desenvolvimento regional. No campo da saúde, a interiorização da formação médica assume papel relevante diante da histórica concentração de profissionais nos grandes centros urbanos brasileiros. Nesse contexto, o Curso de Medicina da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, em Imperatriz, representa uma iniciativa estratégica voltada à ampliação da formação médica pública no Maranhão e ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS. Este capítulo analisa o processo de implantação e consolidação do curso, destacando suas contribuições para o desenvolvimento regional e para a formação de profissionais comprometidos com as necessidades de saúde da população. Trata-se de uma pesquisa documental baseada na análise do Projeto Pedagógico do Curso, resoluções institucionais, relatórios de avaliação, pareceres do Conselho Estadual de Educação – CEE/MA e outros documentos oficiais. Os resultados evidenciam investimentos em infraestrutura, qualificação docente, ampliação dos cenários de prática, fortalecimento da pesquisa, extensão e inovação, além da institucionalização da política de preceptoria. Destaca-se, ainda, o reconhecimento do curso pelo

CEE, com conceito máximo em sua primeira avaliação externa, evidenciando seu papel na qualificação da formação médica e no desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Educação médica; Interiorização do ensino superior; Desenvolvimento regional; UEMASUL.

INTERNALIZATION OF MEDICAL TRAINING AND REGIONAL DEVELOPMENT: THE EXPERIENCE OF THE UEMASUL MEDICAL COURSE

Abstract: The expansion of higher education to inland regions is an important strategy for reducing social inequalities, strengthening public policies, and promoting regional development. In the field of health, the decentralization of medical training plays a relevant role given the historical concentration of professionals in large Brazilian urban centers. In this context, the Medicine Course at the State University of the Tocantins Region of Maranhão – UEMASUL, in Imperatriz, represents a strategic initiative aimed at expanding public medical training in Maranhão and strengthening the Unified Health System – SUS. This article analyzes the process of implementation and consolidation of the course, highlighting its contributions to regional development and the training of professionals committed to the health needs of the population. This is a documentary research based on the analysis of the Course's Pedagogical Project, institutional resolutions, evaluation reports, opinions of the State Council of Education – CEE/MA, and other official documents. The results show investments in

infrastructure, faculty qualification, expansion of practice settings, strengthening of research, extension and innovation, as well as the institutionalization of the preceptorship policy. Furthermore, the course's recognition by the CEE (State Education Council) is noteworthy, having received the highest possible rating in its first external evaluation, highlighting its role in improving medical training and regional development.

Keywords: Medical education; Expansion of higher education into the interior of the country; Regional development; UEMASUL.

Introdução

A formação médica constitui elemento estratégico para o desenvolvimento humano, social e econômico dos territórios. No Brasil, entretanto, a distribuição dos profissionais médicos permanece marcada por profundas desigualdades regionais, concentrando-se historicamente nos grandes centros urbanos e nas capitais. Essa realidade impacta diretamente a capacidade de oferta de serviços de saúde e compromete a efetivação dos princípios da universalidade, integralidade e equidade que orientam o Sistema Único de Saúde – SUS (Scheffer *et al.*, 2023).

Com o objetivo de enfrentar tais assimetrias, políticas públicas voltadas à expansão e interiorização da educação superior passaram a ocupar posição de destaque na agenda educacional brasileira. No caso da Medicina, a ampliação da oferta de cursos em regiões interiorizadas passou a ser compreendida não apenas

como estratégia educacional, mas também como instrumento de fortalecimento dos sistemas regionais de saúde e de desenvolvimento territorial (Brasil, 2014).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Medicina estabelecem que a formação médica deve estar comprometida com as necessidades sociais da população, com a integração ensino-serviço-comunidade e com a formação de profissionais capazes de atuar de forma ética, crítica, reflexiva e humanizada (Brasil, 2014). Tal orientação reforça a importância de experiências formativas inseridas nos contextos locais e regionais, permitindo que os futuros profissionais compreendam as especificidades epidemiológicas, culturais e socioeconômicas dos territórios onde atuarão.

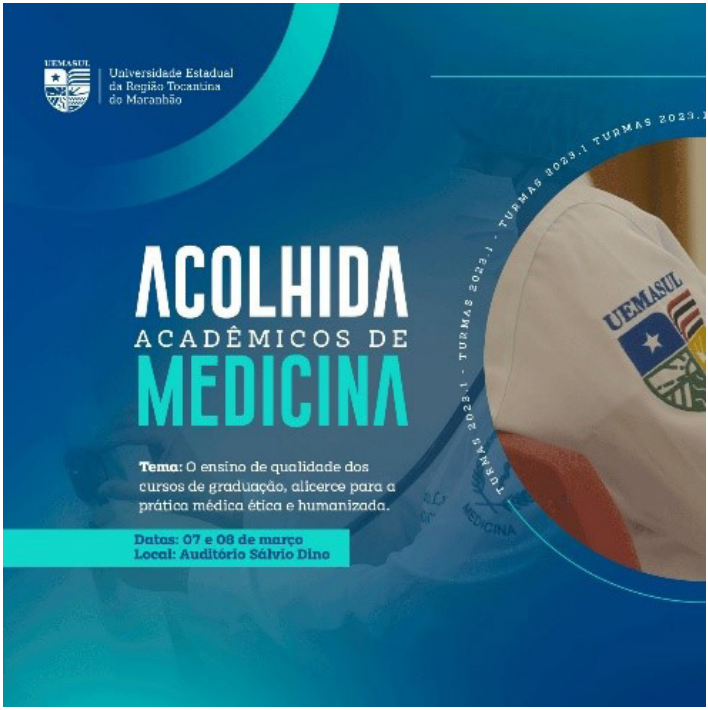
No Maranhão, estado que historicamente apresenta uma das menores razões médico-habitante do país, os desafios relacionados à formação e fixação de profissionais de saúde tornam-se ainda mais evidentes. Segundo dados da Demografia Médica no Brasil (2023), o Maranhão possui aproximadamente 1,22 médico por mil habitantes, enquanto a média nacional alcança 2,41 médicos por mil habitantes. Esse cenário evidencia a necessidade de ampliação das oportunidades de formação médica em regiões estratégicas do estado.

Foi nesse contexto que a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, criada em 2016, assumiu o compromisso de contribuir para a formação médica pública no interior maranhense por meio da implantação do Curso de Medicina, vinculado ao Centro de Ciências da Saúde – CCS. Mais

do que ampliar o acesso ao ensino superior, a iniciativa passou a representar uma política institucional voltada ao fortalecimento da assistência à saúde, da pesquisa científica, da extensão universitária e do desenvolvimento regional.

Diante desse cenário, o presente capítulo tem como objetivo analisar o processo de implantação e consolidação do Curso de Medicina da UEMASUL (Figura 1), destacando os investimentos institucionais realizados, sua contribuição para o desenvolvimento regional e os resultados alcançados no processo de formação médica.

Figura 1 - Card de Acolhida 2023.1



Fonte: ASCOM UEMASUL, 2023.

Tal pesquisa caracteriza-se como documental, descritiva e qualitativa. Foram analisados documentos institucionais da UEMASUL, incluindo o Projeto Pedagógico do Curso de Medicina, resoluções normativas, relatórios de autoavaliação institucional, documentos relativos à política de preceptoria, pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação do Maranhão, além de dados institucionais referentes ao ingresso discente, corpo docente e ações acadêmicas desenvolvidas entre 2019 e 2026.

A análise documental buscou identificar os principais marcos históricos da implantação do curso, os investimentos realizados para sua consolidação, os mecanismos de articulação com os serviços de saúde e os impactos observados na formação médica e no desenvolvimento regional.

A criação do Curso de Medicina e sua inserção no projeto de desenvolvimento regional da UEMASUL

A criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, por meio da Lei Estadual nº 10.525, de 03 de novembro de 2016, representou um marco para a democratização do acesso ao ensino superior público na região tocantina do estado. Com sede em Imperatriz e atuação em diferentes municípios maranhenses, a instituição passou a assumir papel estratégico na formação de recursos humanos qualificados e na produção de conhecimento voltado às demandas regionais.

Entre as áreas consideradas prioritárias para a expansão institucional destacou-se a saúde. Em

2018, foi criado o Centro de Ciências da Saúde – CCS, por meio da Lei Estadual nº 10.880, que também autorizou a criação de vinte vagas docentes destinadas à estruturação do curso. Tal medida demonstrou que a implantação do Curso de Medicina estava inserida em um planejamento institucional mais amplo, voltado à consolidação de uma estrutura acadêmica capaz de responder às necessidades de melhoria da saúde pública na região.

O Curso de Medicina foi criado por meio da Resolução n.º 075/2019-CONSUN/UEMASUL, nesse cenário caracterizado pela insuficiência de profissionais médicos e pela necessidade de fortalecimento dos serviços de saúde regionais. O próprio Projeto Pedagógico destaca que a formação de médicos na Região Tocantina constitui importante estratégia para a redução das desigualdades de acesso à assistência médica e para o fortalecimento da rede pública de saúde (UEMASUL, 2024a).

A proposta do curso foi concebida em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com os princípios do SUS, priorizando a integração entre ensino, pesquisa, extensão e assistência. O PPC também destaca que Imperatriz exerce função estratégica como polo regional de saúde, educação e serviços, atendendo não apenas a população do sul do Maranhão, mas também municípios localizados no norte do Tocantins e sudeste do Pará.

A relevância social da iniciativa pode ser observada pela elevada procura registrada desde o primeiro processo seletivo. Entre 2020 e 2026, o curso manteve índices expressivos de concorrência no Processo Seletivo de Acesso ao Ensino Superior – PAES (UEMASUL, 2026). Em 2020 foram registrados 5.577

inscritos para quarenta vagas, resultando em uma concorrência de 164,03 candidatos por vaga. Em 2021, o curso contabilizou 4.620 inscritos, com concorrência de 135,88 candidatos por vaga. Nos anos seguintes, os índices permaneceram elevados: 145,91 em 2022; 131,56 em 2023; 122,03 em 2024; 98,71 em 2025; e 137,72 candidatos por vaga em 2026. Esses números evidenciam a alta demanda social pela formação médica pública na região e confirmam a relevância estratégica do curso para o estado do Maranhão.

A elevada procura demonstra não apenas o prestígio social da profissão médica, mas também a importância da ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior público em áreas historicamente marcadas por limitações na oferta educacional.

Para além dos indicadores quantitativos de acesso, a formação médica é marcada por experiências institucionais que fortalecem a identidade profissional dos estudantes. A Cerimônia do Jaleco representa um desses momentos, ao simbolizar o ingresso em uma trajetória pautada pela responsabilidade social, pela ética e pelo compromisso com o cuidado em saúde. A Figura 2 ilustra um desses momentos:

Figura 2 - Cerimônia do Jaleco 2022



Fonte: ASCOM UEMASUL, 2022.

Consolidação institucional e fortalecimento acadêmico do curso (2022-2026)

Embora a criação do Curso de Medicina tenha representado uma importante conquista para a educação superior maranhense, sua consolidação exigiu esforços institucionais contínuos voltados à qualificação da infraestrutura, à ampliação do quadro docente, ao fortalecimento das atividades acadêmicas e à construção de uma rede de cooperação com os serviços de saúde da região.

A partir de 2022, a UEMASUL intensificou investimentos destinados à estruturação do CCS, reafirmando o compromisso institucional com a formação médica de qualidade. Esse processo envolveu a ampliação e modernização dos laboratórios didáticos, aquisição de equipamentos especializados,

fortalecimento dos ambientes destinados à simulação clínica e ampliação dos cenários de prática utilizados pelos estudantes (UEMASUL, 2022; UEMASUL, 2024b).

O fortalecimento da infraestrutura acadêmica constituiu um dos principais eixos de consolidação do curso. Ao longo desse processo, a UEMASUL ampliou e equipou laboratórios voltados à formação básica e clínica, contemplando três Laboratórios Morfofuncionais, Laboratório de Microbiologia e Biotecnologia, Laboratórios de Habilidades Clínicas Médicas, Laboratório de Anatomia Seca, Laboratório de Simulação Realística e Laboratório de Habilidades Cirúrgicas. Esses ambientes possibilitam o desenvolvimento de atividades práticas alinhadas às DCN, favorecendo a integração entre conhecimentos teóricos, habilidades técnicas e competências clínicas necessárias à formação médica contemporânea.

A infraestrutura de ensino foi complementada pela implantação e fortalecimento do Ambulatório Escola, que atualmente oferta atendimento em diferentes especialidades médicas, entre elas Clínica Médica, Pneumologia, Nefrologia, Psiquiatria, Ortopedia, Ortopedia Pediátrica, Cardiologia, Reumatologia, Pediatria, Endocrinologia, Dermatologia e Cirurgia Vascular. Além de contribuir para a formação dos estudantes, o ambulatório amplia a oferta de serviços especializados à população regional, fortalecendo a inserção social da universidade.

O processo de consolidação acadêmica também foi marcado pela atualização do PPC, aprovado em sua versão reformulada em 2024. A reestruturação curricular buscou adequar o curso às transformações da educação médica contemporânea e às demandas

regionais de saúde, mantendo alinhamento com as DCN para os cursos de Medicina.

A implementação do novo PPC também se expressa em momentos acadêmicos que representam a evolução da formação médica. A Cerimônia do Internato, ilustrada na Figura 3, marca o início de uma etapa em que os estudantes passam a vivenciar, de forma intensiva, os diferentes cenários de prática, consolidando as competências previstas no currículo reformulado.

Figura 3 - Cerimônia do Jaleco 2025



Fonte: ASCOM UEMASUL, 2025.

A nova organização curricular reafirmou princípios como a interdisciplinaridade, a integração entre teoria e prática, a inserção precoce dos estudantes nos serviços de saúde, o desenvolvimento de competências voltadas à atenção integral e a utilização de metodologias ativas de aprendizagem.

Durante a avaliação externa realizada pelo CEE/

MA, a comissão avaliadora destacou a presença de elementos inovadores na estrutura curricular e nos processos de ensino-aprendizagem. Entre os aspectos ressaltados encontram-se a utilização de simuladores de alta fidelidade, simulações clínicas em ambiente cirúrgico, simulações de parto, laboratórios de habilidades clínicas e metodologias que favorecem a aprendizagem baseada em problemas e em situações reais de atendimento.

Os avaliadores também destacaram a inserção dos estudantes desde os primeiros períodos em atividades desenvolvidas na Atenção Primária à Saúde e em outros cenários de prática organizados em níveis crescentes de complexidade, reforçando a articulação entre formação acadêmica e necessidades do SUS.

Outro aspecto fundamental para a consolidação do curso refere-se à ampliação do corpo docente. A contratação de professores efetivos e substitutos permitiu ampliar a oferta de componentes curriculares, fortalecer a orientação acadêmica dos estudantes e consolidar grupos de pesquisa vinculados à área da saúde. Tal medida foi especialmente relevante diante do crescimento progressivo do curso e da necessidade de acompanhamento das novas turmas em formação.

Além da ampliação do corpo docente, a universidade fortaleceu os mecanismos de apoio estudantil, ampliando ações voltadas à permanência acadêmica, assistência estudantil, acompanhamento psicopedagógico e acessibilidade, contribuindo para a formação integral dos futuros profissionais.

Pesquisa, extensão, inovação e compromisso social

A proposta formativa do Curso de Medicina da UEMASUL ultrapassa a perspectiva tradicional centrada exclusivamente na formação técnico-científica. Desde sua implantação, o curso tem buscado articular ensino, pesquisa, extensão e inovação como dimensões indissociáveis da formação médica.

Nesse contexto, os estudantes participam de programas institucionais voltados à produção científica, à inovação tecnológica e à extensão universitária. Destacam-se iniciativas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEXT, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico – PIBITI e os programas de monitoria acadêmica.

A participação dos docentes e estudantes em projetos de pesquisa e extensão tem contribuído para a aproximação entre universidade e comunidade. Entre as iniciativas desenvolvidas destacam-se os projetos “Eu me Amo: Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida”, “Na Ausculta”, “Respirar” e “Papo de Menina”, que abordam temáticas relacionadas à promoção da saúde, prevenção de doenças, educação em saúde e qualidade de vida. Essas ações reforçam o compromisso social da formação médica e possibilitam aos estudantes experiências formativas voltadas à compreensão das necessidades reais da população atendida, bem como contribuem para o desenvolvimento de competências investigativas, para o fortalecimento da produção científica institucional e para a aproximação dos

estudantes com problemas concretos da realidade regional.

A curricularização da extensão constitui outro elemento de destaque na experiência formativa do curso. Em consonância com a legislação nacional, a extensão foi incorporada à matriz curricular como componente estruturante do processo educativo, permitindo que os estudantes desenvolvam ações junto às comunidades e aos serviços de saúde.

A realização de mostra de curricularização (Figura 4) da extensão demonstra o protagonismo estudantil e o compromisso da universidade com a formação cidadã e socialmente referenciada. As atividades extensionistas contemplam ações educativas, promoção da saúde, prevenção de doenças, acompanhamento de grupos vulneráveis e participação em campanhas de interesse coletivo.

Figura 4 - Card III Mostra de Curricularização da Extensão



Fonte: ASCOM UEMASUL, 2025.

Entre as experiências mais significativas destaca-se a atuação junto às comunidades indígenas da região. O reconhecimento da saúde indígena como espaço formativo e extensionista representa importante diferencial do curso, permitindo que os estudantes desenvolvam competências relacionadas à diversidade cultural, à interculturalidade e às especificidades dos processos de saúde e doença em contextos indígenas.

Tal perspectiva contribui para a formação de profissionais mais sensíveis às desigualdades sociais e preparados para atuar em contextos marcados pela diversidade cultural e epidemiológica característica da Amazônia Legal e do sul maranhense.

A política de preceptoria e a integração ensino-serviço-comunidade

A qualidade da formação médica está diretamente relacionada à capacidade de articulação entre universidade e serviços de saúde. Reconhecendo essa necessidade, a UEMASUL instituiu, por meio da Resolução n.º 256/2023-CONSUN/UEMASUL, sua Política de Preceptoria, estabelecendo diretrizes para atuação dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento dos estudantes nos cenários de prática. A política de preceptoria fortaleceu os vínculos entre a universidade e os serviços de saúde da região, promovendo maior integração entre os processos formativos e as necessidades reais da assistência. A presença de preceptores qualificados nos diferentes níveis de atenção à saúde possibilita aos estudantes vivenciar situações concretas de atendimento,

desenvolver habilidades clínicas e construir competências profissionais alinhadas às demandas do SUS.

A consolidação dos cenários de prática foi acompanhada pela ampliação da rede de preceptoria. Em 2025, o curso contava com 75 preceptores vinculados às atividades formativas, sendo 64 médicos e 11 enfermeiras, distribuídos em diferentes níveis de atenção à saúde. Esse quantitativo evidencia o esforço institucional para garantir acompanhamento qualificado aos estudantes nos diversos ambientes de aprendizagem.

A rede de cooperação estabelecida pela UEMASUL envolve instituições públicas e privadas de saúde, destacando-se o Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão – DSEI, o Instituto Médico Legal – IML, a Escola de Saúde Pública do Maranhão – ESPMA, além dos serviços vinculados ao Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde – COAPES, que incluem unidades básicas de saúde, hospitais municipais, unidades de pronto atendimento, centros especializados e instituições voltadas à assistência de pessoas com deficiência. Também integram essa rede hospitais e clínicas privadas, ampliando a diversidade dos cenários de aprendizagem disponíveis aos estudantes.

Além dos serviços localizados em Imperatriz, foram estabelecidas parcerias com diversos municípios da área de abrangência regional, por exemplo as Secretarias Municipais de Saúde de Porto Franco/MA e São Miguel/TO, ampliando as oportunidades de prática e fortalecendo a integração regional da formação médica.

Avaliação institucional, reconhecimento acadêmico e evidências de qualidade

O processo de consolidação do Curso de Medicina da UEMASUL passou a ser acompanhado por diferentes mecanismos de avaliação interna e externa, fundamentais para o monitoramento da qualidade acadêmica e para o aperfeiçoamento contínuo do projeto formativo.

No âmbito institucional, os resultados da autoavaliação conduzida pela Comissão Setorial de Avaliação – CSA, do CCS, evidenciam a percepção positiva dos estudantes acerca do curso. Os dados revelam elevados índices de satisfação relacionados ao desempenho docente, à organização curricular e às oportunidades de participação em atividades de pesquisa, extensão e inovação.

Mais de 75% dos estudantes afirmaram perceber oportunidades efetivas de participação em projetos de pesquisa, inovação e extensão, enquanto a maioria reconheceu a contribuição dos componentes curriculares para sua formação integral como cidadão e profissional. Tais resultados demonstram que os investimentos realizados pela universidade têm produzido impactos positivos na experiência acadêmica dos estudantes.

No âmbito externo, o principal marco ocorreu em 2025, quando o Curso de Medicina passou por sua primeira avaliação para fins de reconhecimento junto ao Conselho Estadual de Educação do Maranhão.

O resultado foi altamente significativo. Após análise das dimensões relacionadas à organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura,

o curso recebeu conceito máximo (nota 5) (Figura 5), tornando-se referência entre os cursos de graduação avaliados pelo sistema estadual de ensino (UEMASUL, 2025).

Figura 5 - Post Instagram institucional com nota do curso



Fonte: ASCOM UEMASUL, 2025.

A comissão avaliadora destacou como pontos fortes a estrutura curricular, a qualidade das atividades práticas, a integração com o sistema regional de saúde, os laboratórios especializados, os ambientes de simulação clínica e a qualificação do corpo docente.

Também foram ressaltadas a forte inserção dos estudantes nos serviços de saúde e a coerência entre os objetivos do curso, o perfil do egresso e as demandas sanitárias da região.

O reconhecimento do curso pelo CEE consolidou institucionalmente a trajetória de investimentos realizada pela universidade desde sua implantação e confirmou a efetividade das ações voltadas à garantia da qualidade acadêmica.

Outro importante indicador de desempenho foi a participação da primeira turma do curso no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica – ENAMED (Figura 6). Realizado antes mesmo da conclusão da primeira turma (julho de 2026), o exame atribuiu conceito 3 ao curso, desempenho considerado satisfatório pelo Ministério da Educação. O resultado ganha relevância quando analisado à luz do contexto nacional, marcado por expressivo número de cursos avaliados nas faixas consideradas insatisfatórias.

Figura 6 - ENAMED 2025



Fonte: ASCOM UEMASUL, 2025.

Para a gestão universitária, a participação no ENAMED representou oportunidade estratégica de diagnóstico institucional, permitindo identificar potencialidades e aspectos passíveis de aperfeiçoamento, fortalecendo a cultura de avaliação e melhoria contínua.

Considerações Finais

A experiência do Curso de Medicina da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL evidencia o papel transformador da interiorização da educação superior pública na promoção do desenvolvimento regional e na redução das desigualdades sociais.

Implantado em uma região historicamente marcada pela insuficiência de profissionais médicos e pela limitada oferta de formação superior pública na área da saúde, o curso consolidou-se como importante instrumento de fortalecimento do Sistema Único de Saúde e de ampliação das oportunidades educacionais para a população maranhense.

A trajetória de consolidação observada entre 2022 e 2026 demonstra que a qualidade acadêmica alcançada não resulta apenas da criação formal do curso, mas de um conjunto articulado de investimentos institucionais voltados à infraestrutura, à qualificação docente, à ampliação dos cenários de prática, ao fortalecimento da pesquisa, da extensão e da inovação, bem como à institucionalização de políticas voltadas à formação prática e ao acompanhamento discente.

Os elevados índices de concorrência observados desde a implantação do curso revelam a relevância

social da iniciativa e evidenciam a demanda existente por formação médica pública no interior do estado. Da mesma forma, a ampliação dos convênios com os serviços de saúde e a inserção dos estudantes em diferentes contextos assistenciais fortalecem a integração entre universidade, comunidade e sistema de saúde.

O reconhecimento do curso pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão, com a atribuição do conceito máximo em sua primeira avaliação externa, representa importante validação dos esforços empreendidos pela universidade e reafirma o compromisso institucional com a excelência acadêmica.

A formação da primeira turma, em julho de 2026, simboliza o início de uma nova etapa da trajetória do curso. A inserção desses profissionais no mercado de trabalho e, especialmente, nos serviços públicos de saúde da região, tende a ampliar os impactos positivos da iniciativa, contribuindo para a melhoria dos indicadores de saúde e para o fortalecimento do desenvolvimento regional.

Assim, a experiência da UEMASUL demonstra que a interiorização da formação médica constitui uma estratégia eficaz para promover inclusão educacional, fortalecer sistemas regionais de saúde e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e socialmente desenvolvida.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES n.º 3, de 20 de junho de 2014.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 jun. 2014. Seção 1, p. 55-58. Disponível em: Link do Portal do Ministério da Educação. Acesso em: 12 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades:** REGIC 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MARANHÃO. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n.º 214/2025.** Favorável ao reconhecimento do Curso de Medicina Bacharelado da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. São Luís: CEE/MA, 2025.

MARANHÃO. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n.º 191/2025.** Reconhece o Curso de Medicina Bacharelado da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. São Luís: CEE/MA, 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.** Brasília, DF: PNUD: IPEA: FJP, 2013.

SCHEFFER, M. *et al.* **Demografia médica no Brasil 2020.** São Paulo: FMUSP: CFM, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/acoes-em-educacao-em-saude/cfm-e-usp/07-relatorio-demografia-medica-no-brasil_2020-5.pdf. Acesso em 10 abr. 2026.

SCHEFFER, M. *et al.* **Demografia médica no Brasil 2023.** São Paulo: FMUSP: AMB, 2023. Disponível em: https://amb.org.br/wp-content/uploads/2023/02/DemografiaMedica2023_8fev-1.pdf. Acesso em: 12 abr. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Dados de concorrência do Processo Seletivo de Acesso ao Ensino Superior (PAES) 2020–2026:** Curso de Medicina Bacharelado. Imperatriz: UEMASUL, 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022–2026.** Imperatriz: UEMASUL, 2022. Disponível em: https://www.uemasul.edu.br/institucional/pdi-plano-de-desenvolvimento-institucional-2022-2026/. Acesso 5 abr. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina Bacharelado.** Imperatriz: UEMASUL, 2024a. Disponível em: https://www.uemasul.edu.br/wp-content/uploads/2025/01/2024-PPC-de-Medicina.pdf. Acesso 5 abr. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Relatório de Autoavaliação 2024 do Centro de Ciências da Saúde (CSA/CCS).** Imperatriz: UEMASUL, 2024b.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. Conselho Universitário. **Resolução n.º 075/2019-CONSUN/UEMASUL.** Cria, autoriza o funcionamento e aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Medicina Bacharelado. Imperatriz: UEMASUL, 2019. Disponível em: https://www.uemasul.edu.br/publicacoes/?pg=34&td=3. Acesso 5 abr. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. Conselho Universitário. **Resolução n.º 256/2023-CONSUN/UEMASUL.** Institui a Política de Preceptoria do Curso de Medicina da UEMASUL. Imperatriz: UEMASUL, 2023. Disponível em: https://www.uemasul.edu.br/publicacoes/?pg=16&td=3. Acesso 5 abr. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Curso de Medicina recebe nota 5 em sua primeira avaliação.** Imperatriz: UEMASUL, 2025. Disponível em: https://www.uemasul.edu.br/curso-de-medicina-recebe-nota-5-em-sua-primeira-avaliacao/. Acesso em: 20 abril 2026.

02

A contribuição da PROPGI para o fortalecimento da Pesquisa e da Pós-graduação na UEMASUL



Fabiana dos Santos Oliveira Brito

Professora Adjunta do curso de Ciências Biológicas da UEMASUL, Campus Imperatriz, onde atualmente exerce a função de Assessora da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPGI). Doutora em Biodiversidade e Biotecnologia (UFMA), Mestra em Biodiversidade e Conservação (UFMA) e graduada em Ciências Biológicas (UFMA). Desenvolve pesquisas nas áreas de Biodiversidade e Conservação, com ênfase em Ecologia de Populações e Comunidades, Ecologia e Biologia da Polinização, Interações Planta-Animal, Zoologia de Invertebrados e Licenciamento Ambiental. Integra o Grupo de Pesquisa Biodiversidade do Cerrado Amazônico, atuando nas linhas de Ecologia e Química de Produtos Naturais, possuindo sólida formação acadêmica e ampla experiência na coordenação de projetos científicos, pesquisa aplicada e divulgação científica, formação de recursos humanos, gestão universitária e gestão ambiental.



Marivânia Silva Ramos

Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, é especialista em Estratégias de Inovação, Propriedade Industrial e Prospecção Tecnológica e Educação: Didática do Ensino Superior. Desde 2019, atua como chefe da Divisão de Acompanhamento de Projetos e Pesquisas Especiais vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPGI/UEMASUL), desenvolvendo atividades relacionadas à gestão, acompanhamento e apoio institucional a programas e projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação.



Allison Bezerra Oliveira

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e em Economia pela Faculdade Católica Paulista. Especialista em Planejamento Ambiental pela UEMA e em Economia Brasileira Contemporânea pela Faculdade Metropolitana. Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com Pós-Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua como professor do curso de Geografia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) e dos programas de pós-graduação em Geografia e Ciências Ambientais. Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação da UEMASUL. Bolsista produtividade CNPq, FAPEMA e UEMASUL.

A CONTRIBUIÇÃO DA PROPGI PARA O FORTALECIMENTO DA PESQUISA E DA PÓS-GRADUAÇÃO NA UEMASUL

Resumo: A consolidação da pesquisa, da pós-graduação e da inovação tecnológica constitui um dos principais desafios das universidades públicas localizadas em regiões marcadas por assimetrias científicas e tecnológicas. Nesse contexto, a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPGI), desenvolveu, entre 2017 e 2026, ações estratégicas voltadas ao fortalecimento da iniciação científica, da qualificação docente, da produção científica e da expansão da pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*. O presente estudo analisa os principais programas institucionais implementados nesse período, destacando investimentos em bolsas de iniciação científica, apoio técnico, produtividade acadêmica e apoio à pós-graduação. Também são discutidos os impactos decorrentes da ampliação dos grupos de pesquisa, da consolidação de programas de mestrado e doutorado e do fortalecimento das redes de cooperação acadêmica. Os resultados evidenciam crescimento quantitativo e qualitativo das ações institucionais, refletido no aumento da produção científica, na qualificação docente e na ampliação da inserção regional da universidade. Conclui-se que as políticas conduzidas pela PROPGI contribuíram diretamente para a interiorização da ciência e o desenvolvimento científico no sul do Maranhão.

Palavras-chave: Pesquisa científica; Pós-graduação; Desenvolvimento regional.

THE CONTRIBUTION OF PROPGI TO ADVANCING RESEARCH AND GRADUATE EDUCATION AT UEMASUL

Abstract: The consolidation of research, graduate education, and technological innovation represents one of the major challenges faced by public universities located in regions characterized by scientific and technological asymmetries. In this context, the State University of the Tocantina Region of Maranhão (UEMASUL), through its Office of Research, Graduate Studies, and Innovation (PROPGI), implemented strategic actions between 2017 and 2026 aimed at strengthening scientific initiation, faculty qualification, scientific production, and the expansion of both *lato sensu* and *stricto sensu* graduate programs. This study analyzes the main institutional programs developed during this period, highlighting investments in scientific initiation scholarships, technical support, academic productivity grants, and graduate education support initiatives. The study also discusses the impacts resulting from the expansion of research groups, the consolidation of master's and doctoral programs, and the strengthening of academic cooperation networks. The results demonstrate significant quantitative and qualitative growth in institutional actions, reflected in increased scientific production, faculty qualification, and the university's regional engagement. It is concluded that the policies implemented by PROPGI directly contributed to the interiorization of science and to scientific development in southern Maranhão.

Keywords: Scientific research; Graduate education; Regional development.

Introdução

A consolidação da pesquisa, da pós-graduação *stricto sensu* e da inovação reflete a maturidade de universidades públicas, assumindo relevância estratégica, sobretudo, em instituições localizadas fora dos grandes centros científicos, onde ainda persistem assimetrias de acesso à produção do conhecimento e ao desenvolvimento tecnológico. Nesse contexto, a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), criada em 2016, atua como agente de transformação no sul do estado, democratizando o ensino superior e produzindo conhecimento voltado às demandas regionais.

Como eixo articulador desse processo, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPGI) desenvolve políticas institucionais voltadas ao fortalecimento da iniciação científica, da qualificação docente, da inovação tecnológica e da expansão da pós-graduação. Entre 2017 e 2026, suas ações impulsionaram o crescimento quantitativo e qualitativo da pesquisa institucional, refletindo diretamente na formação de mestres e doutores, na ampliação da produção científica e na melhoria dos indicadores institucionais junto às agências de avaliação da pós-graduação, especialmente a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Esse processo acompanha a tendência nacional de fortalecimento da pós-graduação como instrumento estratégico para o desenvolvimento regional e para

a redução das desigualdades socioeconômicas e científicas. Alinhados ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os investimentos em bolsas, cooperação interinstitucional e programas de qualificação docente evidenciam o amadurecimento institucional da UEMASUL e sua contribuição para a interiorização da ciência e o desenvolvimento regional (UEMASUL, 2017).

A estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPGI) foi concebida de forma integrada para consolidar a pesquisa, a pós-graduação e a inovação tecnológica na UEMASUL, organizando-se em três eixos estruturantes: a Coordenação de Pesquisa (CP), responsável pela gestão da iniciação científica, apoio a projetos financiados e fortalecimento dos grupos de pesquisa; a Coordenação de Pós-Graduação (CPG), voltada à qualificação docente, acompanhamento de bolsas e expansão dos programas *lato sensu* e *stricto sensu*; e a Coordenação de Criação e Inovação (CCI), responsável por fomentar o empreendedorismo, a propriedade intelectual e a transferência de tecnologia por meio do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT/UEMASUL).

Diante disso, este capítulo analisa as principais ações e investimentos realizados pela PROPGI entre 2017 e 2026, com ênfase no período de 2022 a 2025, destacando seus impactos acadêmicos e científicos na Região Tocantina do Maranhão. Todos os dados apresentados decorrem dos relatórios anuais das coordenações de pesquisa, pós-graduação e inovação da PROPGI (UEMASUL, 2022).

Algumas ações da Coordenação de Pesquisa

Programa Institucional de Iniciação Científica

Sob a perspectiva institucional, a PROPGI consolida-se como um instrumento de planejamento estratégico voltado à construção das políticas de desenvolvimento científico, tecnológico e regional da UEMASUL. Nesse cenário, destaca-se o Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/PIVIC) — regulamentado pela Resolução n.º 028/2018-CONSUN/UEMASUL —, que atua na inserção precoce de graduandos na pesquisa e na inovação. O programa organiza-se nas modalidades PIBIC (com bolsas institucionais e de agências de fomento) e PIVIC (trabalho voluntário).

Os dados da tabela 1 evidenciam que entre os ciclos 2017/2018 e 2026/2027, o quantitativo de bolsas passou de 80 para 225, representando crescimento de 181,25%. Inicialmente composto por cotas da FAPEMA e da UEMASUL, o programa incorporou bolsas do CNPq a partir de 2018/2019, ampliadas para 15 cotas anuais desde 2023/2024. Nos ciclos mais recentes, a FAPEMA alcançou 100 bolsas anuais, enquanto a UEMASUL atingiu 95 cotas em 2026/2027. O período também foi marcado pela criação da modalidade PIBIC/UEMASUL Substitutos, com 20 e 15 bolsas nos dois últimos ciclos. Esses resultados evidenciam o fortalecimento progressivo da política institucional de pesquisa da universidade, sustentado pela ampliação dos investimentos próprios e pela consolidação das parcerias com a FAPEMA e o CNPq.

Os picos de crescimento mais expressivos ocorreram nas transições de 2017/2018 para

2018/2019 (de 80 para 130 bolsas) e de 2024/2025 para 2025/2026 (de 175 para 205 bolsas), confirmando o fortalecimento progressivo da política de incentivo à pesquisa na universidade.

A expansão do PIBIC/UEMASUL entre 2017 e 2027 consolida a política institucional de pesquisa da universidade, refletindo o aumento de investimentos próprios e o fortalecimento de parcerias com a FAPEMA e o CNPq. A predominância de bolsas da FAPEMA reitera o papel da fundação estadual na interiorização da ciência e na qualificação de recursos humanos na Região Tocantina, enquanto o crescimento das cotas da UEMASUL garante a sustentabilidade desse fomento. Complementarmente, a inserção do CNPq funciona como um indicador de reconhecimento nacional da capacidade científica da instituição, e a criação da modalidade PIBIC/UEMASUL Substitutos demonstra maturidade administrativa e capacidade de adaptação frente à crescente demanda por formação acadêmica.

Tabela 1 - Quantitativo de bolsas do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC ciclos de 2017 a 2026

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIÉNTIFICA - PIBIC										
Modalidade	**17/18**	**18/19**	**19/20**	**20/21**	**21/22**	**22/23**	**23/24**	**24/25**	**25/26**	**26/27**
CNPq	-	10	10	10	10	12	15	15	15	15
FAPEMA	40	60	70	70	80	80	80	80	100	100
UEMASUL	40	60	70	70	80	80	80	80	70	95
UEMASUL Substitutos	-	-	-	-	-	-	-	-	20	15
Total	**80**	**130**	**150**	**150**	**170**	**172**	**175**	**175**	**205**	**225**

*17/18 = ciclo 2017/2018; 18/19 = ciclo 2018/2019; 19/20 = ciclo 2019/2020; 20/21 = ciclo 2020/2021; 21/22 = ciclo 2021/2022; 22/23 = ciclo 2022/2023; 23/24 = ciclo 2023/2024; 124/25 = ciclo 2024/2025; 25/26= ciclo 2025/2026; 26/27 = ciclo 2026/2027

Fonte: PROPGI (2026). Org. Os autores (2026).

Os programas PIBIC e PIVIC impulsionam também, a expansão dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, que saltaram de 28 em 2022 e mantiveram trajetória de crescimento até 2026, abrangendo diversas áreas estratégicas. Por fim, ao democratizar o acesso à ciência em uma região historicamente marcada por desigualdades educacionais, o programa cumpre sua função social, alinha-se às metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e projeta a UEMASUL como um polo emergente de inovação e desenvolvimento regional.

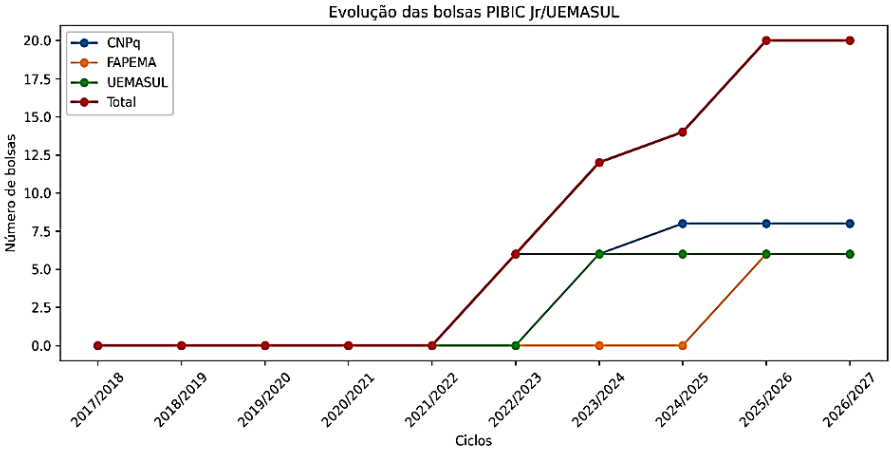
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PIBIC Jr)

Os dados do PIBIC Jr evidenciam a expansão das ações de incentivo à iniciação científica na educação básica pela UEMASUL entre os ciclos 2017/2018 e 2026/2027 (Figura 1). O programa iniciou no ciclo 2022/2023 com 6 bolsas do CNPq, expandindo para 12 em 2023/2024, quando foram integradas as primeiras cotas financiadas pela própria universidade. Após atingir 14 bolsas em 2024/2025, o programa registrou uma ampliação significativa nos ciclos 2025/2026 e 2026/2027, alcançando 20 bolsas totais e passando a contar também com o cofinanciamento da FAPEMA. Essa articulação entre diferentes esferas de fomento demonstra o fortalecimento progressivo da política de formação científica precoce e garante a sustentabilidade acadêmica da proposta.

A implantação do PIBIC Jr representa um avanço na democratização da ciência e no estímulo a carreiras científicas na Região Tocantina do Maranhão. Ao aproximar a universidade das escolas

públicas, o programa dissemina o conhecimento científico, qualifica a educação regional e mitiga assimetrias históricas de acesso ao saber. Desse modo, o amadurecimento e o crescimento contínuo do programa consolidam a iniciação científica júnior como uma estratégia social e acadêmica indispensável para a formação de futuros pesquisadores e para o fortalecimento do ecossistema científico regional.

Figura 1 - Evolução das bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior - PIBIC Jr



Fonte: PROPGI (2026). Org. Os autores (2026).

No ciclo 2024/2025, o programa alcançou 14 bolsas, mantendo a trajetória de crescimento contínuo das ações institucionais de formação científica júnior. Já nos ciclos 2025/2026 e 2026/2027, observou-se uma ampliação expressiva da proposta, que atingiu 20 bolsas totais e passou a contar com o aporte financeiro da FAPEMA. Essa articulação entre o CNPq, a FAPEMA e o orçamento próprio da UEMASUL evidenciam o fortalecimento progressivo da política institucional

de incentivo à formação científica precoce, integrando com sustentabilidade estudantes da educação básica em atividades de pesquisa e inovação.

Programa de Apoio Técnico Institucional (BATI)

No contexto de consolidação da política institucional de pesquisa da UEMASUL, o Programa de Apoio Técnico Institucional (BATI) - regulamentado pela Resolução nº 051/2018-CONSUN/UEMASUL - destaca-se como uma das ações estratégicas da PROPGI para fortalecer a infraestrutura técnico-científica da universidade. As bolsas do programa são estruturadas em três modalidades de acordo com o nível de formação: BATI I (para mestres), BATI II (para graduados) e BATI III (para profissionais de nível médio). Como indicado na Tabela 2, o programa registrou um crescimento progressivo entre os ciclos 2017/2018 e 2026/2027, consolidando-se como um mecanismo indispensável para a sustentabilidade e eficiência das atividades técnico-científicas da instituição.

No ciclo 2017/2018, o programa contabilizou 6 bolsas, distribuídas entre as modalidades BATI II (Graduado) e BATI III (Graduando). A partir de 2019/2020, a iniciativa expandiu-se com a implementação da modalidade BATI - Mestre, inicialmente com 3 bolsas. Em 2020/2021 e 2023/2024 atingiu o patamar de 16 bolsas totais. O principal salto qualitativo e quantitativo ocorreu a partir do ciclo 2024/2025, momento em que o quantitativo foi ampliado para 30 bolsas anuais, mantendo estabilidade até 2026/2027. Esse avanço foi impulsionado pelo

crescimento expressivo das modalidades BATI - Mestre e BATI II - Graduado, as quais saltaram para 15 cotas anuais cada nos três últimos ciclos analisados, evidenciando o fortalecimento progressivo da infraestrutura de suporte à investigação.

Tabela 2 - Quantitativo de bolsas anuais do Programa de Apoio Técnico Institucional (BATI)

PROGRAMA DE APOIO TECNICO INSTITUCIONAL										
	17/18	**18/19**	**19/20**	**20/21**	**21/22**	**22/23**	**23/24**	**24/25**	**25/26**	**26/27**
BATI I	3	-	6	2	4	6	6	15	15	15
BATI II	3	-	5	8	6	10	10	15	15	15
Total	**6**	**-**	**11**	**10**	**10**	**16**	**16**	**30**	**30**	**30**

*17/18 = ciclo 2017/2018; 18/19 = ciclo 2018/2019; 19/20 = ciclo 2019/2020; 20/21 = ciclo 2020/2021; 21/22 = ciclo 2021/2022; 22/23 = ciclo 2022/2023; 23/24 = ciclo 2023/2024; 124/25 = ciclo 2024/2025; 25/26= ciclo 2025/2026; 26/27 = ciclo 2026/2027

Fonte: PROPGI (2026). Org. Os autores (2026).

Essa evolução reflete o amadurecimento da política de pesquisa da UEMASUL e o reconhecimento de que o suporte técnico especializado é indispensável para a sustentabilidade operacional dos laboratórios, grupos de pesquisa e programas de pós-graduação *stricto sensu*. A expressiva expansão observada a partir de 2024/2025 atende diretamente ao avanço dos cursos de mestrado e doutorado e da iniciação científica, exigindo maior eficiência metodológica e operacional nos projetos. Além dos impactos administrativos, o BATI desempenha um papel social e acadêmico estratégico na Região Tocantina do Maranhão ao promover a formação prática qualificada e a fixação de recursos humanos especializados.

Dessa forma, o programa garante suporte técnico

qualificado às atividades laboratoriais, aos grupos de pesquisa e à pós-graduação *stricto sensu*. Sua criação representou um avanço crucial na estruturação de políticas de apoio em uma universidade multicampi jovem, situada em uma região marcada por desigualdades históricas no acesso à ciência e à tecnologia.

O BATI amplia a capacidade técnico-operacional da pesquisa universitária ao oferecer apoio especializado em etapas como práticas laboratoriais, coleta e processamento de dados, análises técnicas, gerenciamento de equipamentos, suporte a pesquisas de campo e assessoria aos programas de pós-graduação.

Projetos Financiados por Agências de Fomento e Grupos de pesquisa

Os financiamentos obtidos englobaram projetos universais, bolsas de iniciação científica, apoio técnico, cooperação interinstitucional, eventos acadêmicos e modernização laboratorial. Ao longo da série temporal, mais de 30 projetos multidisciplinares receberam aportes externos em áreas como biodiversidade, saúde única, agricultura sustentável, tecnologias educacionais, biotecnologia e desenvolvimento regional. Um dos marcos desse processo ocorreu em 2022, com a aprovação de dez projetos no Edital Universal n.º 02/2022 da FAPEMA, o que elevou a competitividade da instituição no cenário estadual. Entre 2023 e 2026, essa dinâmica se intensificou por meio do assessoramento técnico estratégico da PROPGI aos pesquisadores, resultando no aumento de propostas submetidas e no fortalecimento de redes colaborativas de pesquisa.

Do ponto de vista acadêmico, o fomento externo impulsionou a formação de recursos humanos qualificados ao integrar graduandos e pós-graduandos a investigações de ponta, o que elevou a produção científica expressa em artigos, patentes, dissertações e teses. Assim, a experiência acumulada entre 2017 e 2026 demonstra que a política de captação de recursos consolidou a UEMASUL como um polo emergente de ciência e inovação no sul do Maranhão, ampliando sua visibilidade e inserção nacional.

Os grupos de pesquisa constituem a base estruturante da produção científica universitária, articulando linhas de investigação, formando pesquisadores e sustentando a pós-graduação *stricto sensu*. Em universidades públicas emergentes situadas em regiões periféricas, o fortalecimento dessas estruturas é uma diretriz estratégica da PROPGI, alinhada às metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para elevar os indicadores institucionais junto às agências de avaliação e fomento. Entre 2017 e 2022, a UEMASUL alcançou o total de 28 grupos certificados e cadastrados no Diretório do CNPq, cobrindo áreas como Ciências Ambientais, Ciências Agrárias, Ciências Humanas e Exatas. Essa diversidade temática reflete uma forte conexão entre a produção científica e as demandas socioambientais e econômicas da Amazônia Legal e da Região Tocantina do Maranhão.

Entre 2023 e 2026, essas estruturas passaram por um nítido amadurecimento, resultando em maior captação de recursos externos, ampliação da produção bibliográfica qualificada e fortalecimento de redes de cooperação nacionais e internacionais. Esse avanço foi

decisivo para respaldar propostas de novos cursos de mestrado e doutorado perante a CAPES.

Ações desenvolvidas pela Coordenação de Pós-Graduação

Formação Docente em Nível de Mestrado e Doutorado

A política de formação em nível de mestrado e doutorado desenvolvida pela PROPGI constituiu um dos eixos estruturantes do fortalecimento acadêmico da UEMASUL entre 2017 e 2026 (Tabela 3). A ampliação do quantitativo de mestres e doutores é indispensável para elevar a qualidade do ensino, expandir a pesquisa e a inovação, e viabilizar programas próprios de pós-graduação.

Alinhada às metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Coordenação de Pós-Graduação implementou ações estratégicas que articularam a concessão de bolsas, afastamentos remunerados e cooperações interinstitucionais, significando, portanto, a interiorização da ciência no Maranhão. Como reflexo dessa política, os dados entre 2019 e 2026 evidenciam uma expansão expressiva da pós-graduação na UEMASUL, com a ampliação progressiva de cursos *lato sensu* e *stricto sensu* em áreas estratégicas como educação, meio ambiente, saúde, inovação tecnológica, produção animal e desenvolvimento regional.

No âmbito do ensino *stricto sensu*, a UEMASUL expandiu sua atuação com a implantação, em 2025, dos Mestrados Acadêmicos em Agricultura Sustentável

e Segurança Alimentar (PPGASSA) — com 15 vagas por seleção — e em Ciências Ambientais (PPGCIAMB) — com 20 vagas —, fortalecendo as pesquisas em biodiversidade e sustentabilidade regional. Paralelamente, consolidou o Mestrado Profissional em Letras (PPGLe), que ofertou 140 vagas ao longo de sete turmas consecutivas. A inserção da universidade no Sistema Nacional de Pós-Graduação também avançou por meio de programas em rede nacional, como o Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia da Rede BIONORTE e o Mestrado Profissional em Processos e Tecnologias Educacionais (ProfEducaTec), em parceria com a UEA. No setor agropecuário, destaca-se o Programa de Aprimoramento Profissional em Medicina Equina, iniciado em 2025.

Na pós-graduação *lato sensu*, a universidade diversificou suas modalidades de financiamento, incluindo cursos gratuitos e autossustentados, para atender à forte demanda regional por qualificação. Desde 2019, foram criadas especializações estratégicas em áreas ambientais (Recuperação de Áreas Degradadas, Ciências Ambientais, Gestão de Recursos Naturais), educacionais (Metodologia do Ensino Superior, Didática do Ensino Superior, Ensino de História, LIBRAS) e tecnológicas (Estratégias de Inovação, Propriedade Industrial e Prospecção Tecnológica), além de cursos voltados à saúde (Produção Animal, Docência em Saúde, Gestão de Clínicas). Esses cursos registraram expressiva procura e índices significativos de conclusão, reforçando o papel social da instituição na capacitação de recursos humanos para os setores público e privado da Região Tocantina.

Essa expansão está diretamente ligada à política institucional de bolsas e afastamentos para qualificação de servidores, amparada pelas Resoluções n.º 017/2017 e n.º 058/2018–CONSUN/UEMASUL. A PROPGI realiza o acompanhamento sistemático desse processo, registrando, em 2022, 13 docentes em doutorados nacionais e internacionais — incluindo programas no exterior como o de Culture Studies na Queen's University. Entre 2023 e 2026, com o objetivo de elevar os indicadores da CAPES para a criação de novos cursos, a pró-reitoria intensificou o assessoramento técnico para submissão a editais de fomento e parcerias. Esse amadurecimento acadêmico projeta a UEMASUL como um agente estratégico na interiorização da pós-graduação e na redução das desigualdades de acesso à formação científica avançada no Maranhão.

Programa de Apoio à Pós-Graduação Stricto sensu da UEMASUL (PROAP/UEMASUL)

O crescimento da pós-graduação *stricto sensu* na UEMASUL exigiu a ampliação dos investimentos institucionais em suporte acadêmico, pesquisa e infraestrutura científica. Nesse cenário, destaca-se a criação do Programa de Apoio à Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEMASUL (PROAP/UEMASUL) — regulamentado pelas Resoluções n.º 263/2023 e nº 276/2023–CONSUN/UEMASUL —, que se consolidou como um pilar estratégico para transformar hipóteses acadêmicas em resultados práticos aplicados à sociedade.

Os impactos decorrentes dessa expansão são amplos e multidimensionais. No plano institucional,

as ações resultaram no fortalecimento da produção científica, na ampliação dos grupos de pesquisa, na elevação da qualificação docente, no aumento da competitividade em editais de fomento e na melhoria dos indicadores institucionais junto à CAPES. No âmbito regional, os cursos contribuíram diretamente para a formação de profissionais altamente qualificados em setores como educação, saúde, meio ambiente, agricultura, inovação tecnológica e gestão pública.

A experiência acumulada entre 2016 e 2026 demonstra que a política de expansão coordenada pela PROPGI ultrapassou a dimensão administrativa, consolidando-se como um instrumento estruturante de democratização e interiorização da ciência.

Os Doutorados Interinstitucionais (DINTER) constituíram uma das principais estratégias de qualificação docente e fortalecimento da pós-graduação desenvolvidas pela UEMASUL entre 2017 e 2026. A estratégia baseou-se no estabelecimento de cooperações acadêmicas com universidades consolidadas, promovendo o intercâmbio científico e a qualificação de recursos humanos em áreas estratégicas.

Entre as principais iniciativas, destacam-se as parcerias firmadas com a UNISINOS, nas áreas de História (Estudos Históricos Latino-Americanos) e Linguística Aplicada, que resultaram na titulação de sete e dois docentes, respectivamente. Outra iniciativa relevante foi o DINTER em Ciência e Tecnologia Ambiental, em cooperação com a UNIVALI (2020–2024), que envolveu 14 docentes da instituição. A execução deste último demandou expressivo

investimento financeiro: até agosto de 2022, haviam sido pagas 22 parcelas do contrato, totalizando um aporte superior a R$ 522 mil para o custeio das atividades acadêmicas.

Os impactos dessas ações refletiram-se diretamente no aumento do número de doutores, no fortalecimento dos grupos de pesquisa, no incremento da produção científica qualificada e na ampliação da capacidade de orientação. Esse amadurecimento institucional deu sustentação às propostas de novos cursos de mestrado e doutorado submetidas à CAPES. Entre 2023 e 2026, os reflexos positivos estenderam-se ao ingresso da UEMASUL em programas em rede, como o Doutorado da Rede BIONORTE, e à ampliação de investimentos via PROAP/UEMASUL, consolidando os DINTERs como instrumentos eficazes de democratização e interiorização da ciência no Maranhão.

Bolsas institucionais e afastamentos para qualificação docente

Entre 2017 e 2026, a política institucional de concessão de bolsas e afastamentos para qualificação docente consolidou-se como uma das principais estratégias de fortalecimento acadêmico da UEMASUL. Desenvolvida pela PROPGI, essa política fundamentou-se no entendimento de que a formação em nível de mestrado e doutorado é essencial para elevar a qualidade do ensino superior, fortalecer os grupos de pesquisa e ampliar a competitividade institucional. As ações foram regulamentadas inicialmente pela Resolução n.º 1169/2015–CEPE/

UEMA e, posteriormente, pelas Resoluções nº 017/2017 e n.º 058/2018–CONSUN/UEMASUL, que definiram os critérios para a concessão de bolsas e afastamentos remunerados voltados ao aperfeiçoamento *stricto sensu*. Atualmente as resoluções vigentes para bolsa de estudos e afastamentos são, respectivamente, as Resoluções n.º 230/2023 e n.º 232/2023–CONSUN/UEMASUL.

O programa registrou crescimento progressivo ao longo do período analisado. Em 2022, a universidade contabilizava 13 docentes cursando doutorado, dos quais cinco recebiam bolsa integral, um contava com bolsa modular e nove estavam afastados integralmente para dedicação acadêmica.

Entre 2023 e 2026, a trajetória de expansão foi mantida e intensificada, impulsionada pelo avanço da pós-graduação da própria universidade e pela crescente demanda por pesquisa e orientação acadêmica. Os impactos dessa política refletiram-se no incremento da produção científica qualificada, na melhoria dos indicadores da CAPES, na criação de novos cursos autorizados e no fortalecimento institucional, consolidando as bolsas e os afastamentos como instrumentos estratégicos para o desenvolvimento científico regional na Região Tocantina.

Programa de Incentivo à Publicação Científica Qualificada

Os dados do Programa de Incentivo à Publicação Qualificada da UEMASUL evidenciam um crescimento expressivo da produção científica institucional entre 2019 e 2025, tanto em volume de produções deferidas

quanto em recursos financeiros aplicados (Tabela 3). A série temporal revela um amadurecimento nítido do perfil dessas publicações: se em 2019 o programa registrou apenas 9 solicitações deferidas — concentradas em capítulos, livros e estratos Qualis B1 —, a partir de 2021 houve uma migração gradual para periódicos de maior impacto e visibilidade, especialmente nos estratos Qualis A1 e A2. O ano de 2022 marcou uma expansão quantitativa importante, com 93 deferimentos. Na sequência, em 2023 e 2024, consolidou-se o direcionamento institucional para estratos superiores (A2, A3 e A4), impulsionado também pela atualização dos critérios de avaliação da CAPES.

O maior quantitativo de produções deferidas foi registrado em 2025, ano que registrou o melhor desempenho da série histórica, com 122 solicitações deferidas e um investimento total de R$ 270.500,00. O principal destaque desse período foi o salto nas publicações Qualis A2, que sozinhas somaram 73 artigos. Acompanhando essa evolução da produtividade acadêmica, o aporte financeiro da universidade saltou de R$ 18.000,00 em 2019 para R$ 270.000,00 em 2025, representando um incremento superior a 1.400%. Os dados de 2026, embora parciais, sinalizam a continuidade dessa política de fomento, já alinhada ao novo ciclo Qualis (2021–2024). Em suma, o programa consolidou-se como uma ferramenta estratégica para elevar os indicadores acadêmicos da UEMASUL, fortalecendo a pós-graduação e ampliando a competitividade e a inserção científica da instituição nos cenários regional e nacional.

Tabela 3 - Dados referentes ao Programa de Incentivo à Publicação Qualificada da UEMASUL entre os anos de 2019 e 2026

Qualis	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
A1	0	0	3	1	4	2	7	4
A2	0	4	6	8	3	25	73	4
A3	0	0	0	2	4	7	19	2
A4	0	0	0	2	8	16	19	1
B1	6	6	10	25	0	0	0	–
B2	0	0	0	9	0	0	0	–
Livro autoral	0	0	2	6	1	1	4	–
Org. de livros	2	2	0	5	0	0	0	–
Cap. livros	1	8	8	35	5	0	0	–
Valor total pago (R$)	**18.000,00**	**35.000,00**	**57.000,00**	**148.000,00**	**43.000,00**	**101.000,00**	**270.500,00**	**27.000,00**

Fonte: PROPGI (2026). Org. Os autores (2026).

Programas Institucionais de Bolsa Produtividade

A análise das bolsas de produtividade oferecidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPGI/UEMASUL) entre os anos de 2022 e 2025 revela a consolidação e o amadurecimento das políticas de fomento à pesquisa e à pós-graduação *stricto sensu* na instituição. No total, a universidade concedeu 96 bolsas ao longo do período avaliado, distribuídas de forma estratégica para atender tanto a pesquisadores consolidados quanto àqueles em início de carreira, além de fortalecer diretamente os programas de pós-graduação (Tabela 4). O Edital n.º

14/2022 registrou o maior volume de concessões entre os editais gerais, totalizando 19 bolsas, das quais 15 foram destinadas à categoria Sênior e 4 à categoria Júnior. Nos anos seguintes, por meio dos Editais n.º 06/2023, n.º 05/2024 e n.º 16/2025, a instituição estabeleceu um padrão de regularidade, mantendo a oferta estável de 15 bolsas por edital, distribuídas em 10 cotas Sênior e 5 Júnior.

Essa distribuição reflete um duplo compromisso da gestão científica da universidade. A predominância de bolsas na categoria Sênior valoriza docentes com trajetórias investigativas consolidadas, fundamentais para liderar grupos de pesquisa e elevar os indicadores institucionais. Paralelamente, a manutenção das bolsas na categoria Júnior funciona como um motor de renovação acadêmica, estimulando a inserção de novos pesquisadores em atividades de ciência e inovação.

O ano de 2025 representou um marco qualitativo nesse processo com o lançamento do Edital n.º 17/2025 – PROPGI/UEMASUL, voltado especificamente para o fortalecimento do *stricto sensu*. Este edital disponibilizou 32 bolsas, sendo 4 destinadas a coordenadores e 28 para docentes permanentes dos programas de pós-graduação, configurando-se como o maior investimento institucional direcionado a essa vertente na história da universidade.

Tabela 4 - Quantitativo de docentes contemplados com bolsa produtividade UEMASUL

Edital / Programa	Modalidade	Nº de Bolsas	Total por edital
Edital n.º 14/2022 – CPG/PROPGI/UEMASUL	Sênior	15	**19**
	Júnior	4	
Edital n.º 06/2023 – CPG/PROPGI/UEMASUL	Sênior	10	**15**
	Júnior	5	
Edital n.º 05/2024 – CPG/PROPGI/UEMASUL	Sênior	10	**15**
	Júnior	5	
Edital n.º 16/2025 – PROPGI/UEMASUL	Sênior	10	**15**
	Júnior	5	
Edital n.º 17/2025 – PROPGI/ UEMASUL – Bolsas de Produtividade para a Pós-Graduação *Stricto sensu*	Coordenador	4	**32**
	Permanente	28	

Fonte: PROPGI (2026). Org. Os autores (2026).

Ao focar diretamente nos programas de mestrado e doutorado, essa iniciativa atua de forma decisiva na melhoria dos indicadores de avaliação da CAPES, na consolidação de novos cursos e na expansão de redes colaborativas. Desse modo, a política de bolsas de produtividade consolida-se como um instrumento estratégico para a sustentabilidade da pesquisa na UEMASUL, favorecendo o desenvolvimento tecnológico, a internacionalização e a produção de conhecimento voltado ao desenvolvimento regional.

A análise dos dados do Programa de Bolsa de Produtividade Regular evidencia que a UEMASUL, por meio da PROPGI, realizou investimentos contínuos entre os anos de 2023 e 2026. No período analisado, foram executados quatro editais institucionais voltados ao fortalecimento da carreira científica

docente nas modalidades Sênior e Júnior, acumulando um investimento total de R$ 1.763.400,00 e contemplando cerca de 98 bolsas ao longo da série histórica. O Edital n.º 14/2022 registrou o maior quantitativo de concessões, com 19 bolsas financiadas (15 Sênior e 4 Júnior), o que demandou um aporte de R$ 695.400,00 entre 2023 e 2024. Este ciclo também foi marcado pelo reajuste no valor das bolsas Júnior em julho de 2023, que passou de R$ 1.000,00 para R$ 1.200,00. Os certames subsequentes (Editais n.º 06/2023, n.º 05/2024 e n.º 16/2025) mantiveram um padrão estável de distribuição, ofertando 15 bolsas cada (10 Sênior e 5 Júnior), com um custo anual fixado em R$ 267.000,00 por edital.

O volume de recursos aplicados e a regularidade das chamadas públicas demonstram a consolidação e a institucionalização do programa como uma política científica permanente, o que confere estabilidade e previsibilidade ao planejamento acadêmico de médio e longo prazo. A distribuição das cotas atende a uma estratégia equilibrada de desenvolvimento: a predominância da modalidade Sênior valoriza pesquisadores com trajetórias consolidadas, fundamentais para liderar grupos de pesquisa, orientar discentes e elevar os indicadores institucionais, enquanto as cotas Júnior promovem a renovação do quadro e estimulam docentes em início de carreira.

Os dados do Programa de Bolsa de Produtividade para a Pós-Graduação *stricto sensu* demonstram a ampliação dos investimentos institucionais da UEMASUL no fortalecimento dos programas de mestrado e doutorado entre 2027 e 2029. Durante o período,

foram previstas anualmente 32 bolsas, distribuídas entre quatro bolsas destinadas a coordenadores de programas, no valor mensal de R$ 2.100,00, e 28 bolsas para docentes permanentes, com valor mensal de R$ 1.650,00. O investimento anual estimado alcançou R$ 655.200,00 em cada exercício, evidenciando a consolidação de uma política institucional voltada à qualificação da pós-graduação *stricto sensu*, à melhoria dos indicadores acadêmicos e ao fortalecimento da produção científica da UEMASUL.

Em suma, o Programa de Bolsa de Produtividade Regular consolidou-se como um instrumento estratégico para a sustentabilidade da pesquisa e expansão da pós-graduação, ampliando a produção científica qualificada e a competitividade da UEMASUL.

Contribuições da PROPGI para o Plano de Desenvolvimento Institucional e impactos institucionais e regionais

A consolidação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPGI) como estrutura estratégica da UEMASUL, entre 2017 e 2026, evidencia-se pelo estrito alinhamento de suas ações às metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Mais do que gerenciar processos administrativos, a pró-reitoria assumiu papel central na construção da identidade acadêmica da universidade, articulando pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica para democratizar o acesso à ciência e impulsionar o desenvolvimento na Região Tocantina do Maranhão.

No âmbito da pesquisa e da pós-graduação, a PROPGI promoveu uma cultura investigativa sólida

ao expandir a iniciação científica e consolidar grupos cadastrados no CNPq. Essa estruturação ampliou a competitividade da UEMASUL em editais de agências como FAPEMA, CNPq e CAPES, fortalecendo redes colaborativas nacionais. Paralelamente, a Coordenação de Pós-Graduação implementou políticas eficazes de bolsas, afastamentos e Doutorados Interinstitucionais (DINTERs). Esse investimento na titulação do corpo docente elevou os indicadores acadêmicos da instituição, subsidiando a criação e o amadurecimento de programas próprios de mestrado e doutorado e interiorizando a formação avançada no estado.

Na vertente tecnológica e social, a criação da Coordenação de Criação e Inovação (CCI) e do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT/UEMASUL), associada a programas como o PIDTI, estruturou um ecossistema voltado à propriedade intelectual e ao empreendedorismo científico. Essa produção de conhecimento conecta-se diretamente às demandas regionais da Amazônia Legal, abrangendo áreas como biodiversidade, agricultura sustentável, saúde única, educação e história local.

As ações desenvolvidas pela PROPGI entre 2017 e 2026 produziram impactos estruturantes no sul do Maranhão, consolidando a UEMASUL como agente de transformação científica, tecnológica e social. No plano institucional, a política de qualificação docente elevou o número de mestres e doutores, aumentando a densidade acadêmica e fortalecendo os grupos de pesquisa cadastrados no CNPq. Esse amadurecimento impulsionou a captação de recursos externos e a produção bibliográfica qualificada, além de melhorar os indicadores avaliados pela CAPES

e expandir os programas de iniciação científica e tecnológica. Paralelamente, a criação da Coordenação de Criação e Inovação e o fortalecimento do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) disseminaram a cultura da propriedade intelectual e da transferência de conhecimento.

No âmbito regional, a aproximação entre a pesquisa acadêmica e as demandas locais gerou soluções aplicadas em biodiversidade, agricultura sustentável, saúde pública, educação e desenvolvimento territorial. A formação de profissionais e pesquisadores de alto nível fortaleceu a capacidade técnico-científica regional, gerando subsídios para políticas públicas e para o setor produtivo. Entre os principais resultados observados no período destaca-se a ampliação do acesso à pós-graduação *stricto sensu*, contribuindo para a qualificação regional de recursos humanos e para a redução das desigualdades científicas no sul do Maranhão.

Referências

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. **Relatório anual de atividades da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.** Relatório das Atividades da PROPGI. Imperatriz: UEMASUL, 2022.

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2017-2021.** Imperatriz: UEMASUL, 2017.

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. **Resolução n.º 028/2018-CONSUN/ UEMASUL.** Regulamenta o Programa Institucional de Iniciação Científica.

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. **Resolução n.º 051/2018-CONSUN/ UEMASUL.** Regulamenta o Programa de Apoio Técnico Institucional.

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. **Resolução n.º 230/2023–CONSUN/ UEMASUL.** Regulamenta a concessão de bolsas de estudos para qualificação docente. Imperatriz: UEMASUL, 2023.

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. **Resolução n.º 232/2023–CONSUN/ UEMASUL.** Regulamenta o afastamento para qualificação docente. Imperatriz: UEMASUL, 2023.

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. **Resolução n.º 263/2023–CONSUN/ UEMASUL.** Regulamenta o Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP/UEMASUL). Imperatriz: UEMASUL, 2023.

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. **Resolução n.º 276/2023–CONSUN/ UEMASUL.** Dispõe sobre o financiamento institucional dos programas de pós-graduação. Imperatriz: UEMASUL, 2023.

04

PROEXAE/UEMASUL: a criação de uma pró-reitoria como política de assistência estudantil e de desenvolvimento social e territorial



José Milton Lopes Pinheiro

Doutor em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista(UNESP), campus Rio Claro/SP (2018). Mestre em Educação Matemática pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (2013). Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG (2011). Professor Adjunto na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Pró-reitor de Extensão e Assistência Estudantil desta Universidade. Líder do Grupo de Estudos em Matemática Pura, Aplicada e Ensino - GEMPAE. Bolsista Produtividade UEMASUL (2023-2024).



Ludmilla Santos Silva de Mesquita

Farmacêutica, especialista em Estratégias de inovação, propriedade industrial e prospecção tecnológica, em Microbiologia, em Farmácia Clínica, Mestre e Doutora em Ciências da Saúde. Professora adjunta na UEMASUL. Coordenadora de Sustentabilidade e Integração Social na Pró-reitoria de Extensão e Assistência Estudantil da UEMASUL.



Niara Porto de Carvalho

Doutorado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2015), Mestrado em Biologia Vegetal pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2009) e Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA (2005). Professora Adjunta IV da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (PPGCA). Pesquisadora Sênior no Programa de Produtividade UEMASUL.

PROEXAE/UEMASUL: A CRIAÇÃO DE UMA PRÓ-REITORIA COMO POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TERRITORIAL

Resumo: Este capítulo analisa a criação da Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil (PROEXAE), da UEMASUL como uma política de transformação territorial, voltada ao desenvolvimento humano e às demandas regionais. A análise enfatiza as *Políticas de assistência estudantil e suas implicações para ingresso, permanência e desenvolvimento social*, destacando ações de acessibilidade e inclusão necessárias para o combate à evasão escolar. Ademais, examina-se *a extensão universitária e suas implicações, no contexto regional*, apresentando dados que comprovam a expansão quantitativa de projetos e programas. Esse crescimento permitiu à UEMASUL democratizar o acesso ao conhecimento em diversos espaços e grupos sociais. Por fim, discute-se *a extensão como instrumento de acesso e permanência na Universidade*, exemplificada por programas como o Cursinho Popular e a Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI). Estas iniciativas constituem a identidade acadêmica e a conexão com o entorno sociocultural, proporcionando aos discentes, vivências, práticas e dialógicas com a sociedade, que são necessárias para o exercício profissional.

Palavras-chave: PROEXAE/UEMASUL; Assistência Estudantil; Políticas de Extensão.

PROEXAE/UEMASUL: THE CREATION OF A PRO-RECTORATE AS A POLICY FOR STUDENT ASSISTANCE AND SOCIAL AND TERRITORIAL DEVELOPMENT

Abstract: This chapter analyzes the creation of the Pro-rectory of Extension and Student Assistance (PROEXAE) at UEMASUL as a territorial transformation policy focused on human development and regional demands. The analysis emphasizes student assistance policies and their implications for enrollment, retention, and social development, highlighting accessibility and inclusion actions necessary to combat school dropout. Furthermore, it examines university extension and its implications in the regional context, presenting data that demonstrate the quantitative expansion of projects and programs. This growth has allowed UEMASUL to democratize access to knowledge in diverse spaces and social groups. Finally, it discusses extension as an instrument for access and retention at the University, exemplified by programs such as the Popular Preparatory Course and the Open University for the Elderly (UATI). These initiatives constitute the academic identity and connection with the sociocultural environment, providing students with practical and dialogical experiences with society, which are necessary for professional practice.

Keywords: PROEXAE/UEMASUL; Student Assistance; Extension Policies.

Introdução

A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL nasceu de reflexões acerca da necessidade de regionalização e interiorização da Educação Superior, no Estado do Maranhão. Para tanto, considera-se como uma das principais ações institucionais realizadas, a criação, na gestão da Magnífica Reitora, Professora Doutora Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves (2022 – Atual), da Pró-reitoria de Extensão e Assistência Estudantil – PROEXAE, instituída pela lei estadual n.º 11.780, de julho de 2022.

A Pró-reitoria surge com objetivo de criar e realizar políticas para ampliação da presença da UEMASUL nos territórios de sua abrangência e junto às demandas sociais, buscando reduzir assimetrias que se fazem preponderantes, na Região Tocantina do Maranhão e no Estado, por meio da Extensão, que hoje possibilita o trabalho com diferentes espaços e públicos, registrando até então mais de 17 mil pessoas às quais a Universidade chegou, levando arte, cultura, esporte, saúde, ciência, consultoria técnica, empreendedorismo e outros modos de produção de conhecimentos relevantes ao desenvolvimento social, cultural e econômico.

Na perspectiva de criação e gerenciamento de políticas direcionadas à assistência estudantil, a PROEXAE se estabelece já promovendo um marco institucional, constituído por um conjunto de políticas de inclusão, acessibilidade e permanência estudantil. Como exemplo, foi instituído na UEMASUL, em 2022, um programa de auxílios estudantis, composto pelos auxílios financeiros: moradia, refeição, alimentação,

transporte e creche. Para além da assistência financeira, foi criado o Núcleo de Assistência Psicológica - NAP, em 2024, visando promover um espaço de acolhimento e apoio à saúde mental para a comunidade universitária, tendo que inicialmente atuar em demandas urgentes de vulnerabilidades implicadas de períodos de isolamento e recesso.

Ante o mencionado, o objetivo deste capítulo é apresentar estas e outras políticas institucionais, que compõe o processo de criação e de desenvolvimento da PROEXAE e, consequentemente, da UEMASUL, materializando o que se apresenta em sua missão e valores, direcionados às contribuições, enquanto instituição de ensino pública, para seu entorno sociocultural. Portanto, apresenta-se parte da trajetória, identidade e memória institucional, sob perspectiva da PROEXAE, evidenciando como no fluxo dos quatro anos de existência, desta Pró-reitoria, foi se constituindo a UEMASUL, enquanto meio de transformação do território, se voltando às pessoas e às problemáticas e potencialidades de seu entorno sociocultural.

Políticas de assistência estudantil e suas implicações para ingresso e permanência na universidade

A UEMASUL está situada no Estado com menor renda per capita do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda média mensal dos domicílios maranhenses é de R$1.219,00, quase a metade da renda média nacional (IBGE, 2026). A análise dos dados do processo de concessão de

auxílios do PAE, regulamentado pelo Edital n.º 06/2025 - PROEXAE/UEMASUL[1], evidencia que esse dado encontra correspondência, no contexto da UEMASUL, evidenciando que a média da renda domiciliar, dos 1060 inscritos, corresponde a R$ 688,61. Ou seja, pelo menos cerca de 40% dos estudantes da UEMASUL compõem grupo familiar com renda per capita inferior a meio salário mínimo, sendo que 48,4 % desses grupos familiares é constituído por 4 ou mais pessoas.

Diante desses dados, em 2022, por meio das Resoluções n.º 172, 173, 174, 175 e 176/2022 – CONSUN/UEMASUL[2], foram criados os auxílios: Transporte, Creche, Alimentação, Refeição e Moradia, respectivamente. Estas resoluções foram unificadas e aperfeiçoadas pela Resolução n.º 292/2024 - CONSUN/UEMASUL, para estabelecer o Programa Auxílio Estudantil – PAE, constituindo novas regras de atribuição e novos valores dos auxílios. Esta iniciativa se junta ao programa de Auxílio Permanência, também direcionado ao corpo discente, criado pela Resolução n.º 11/2017 – CONSUN/UEMASUL. A concessão dos auxílios visa a permanência, no curso de Graduação, de estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas, quilombolas e Pessoas com Deficiência (PcD). Os auxílios são atribuídos em um período de 12 meses.

Na Tabela 1, são apresentados os valores dos auxílios, considerando alterações estabelecidas pela Resolução n.º 163/2022 – CONSUN/UEMASUL, que ampliou o valor do Auxílio Permanência e pela Resolução n.º 276/2023 CONSUN/UEMASUL, que

1. Este e todos os editais apresentados neste capítulo estão disponíveis no site da UEMASUL, via link: https://www.uemasul.edu.br/publicacoes/?td=1
2. Todas as resoluções dispostas neste capítulo são encontradas no site da UEMASUL, no link: https://www.uemasul.edu.br/publicacoes/?td=3

reajustou novamente o valor do Auxílio Permanência e estabeleceu o primeiro aumento dos demais auxílios.

Tabela 1 - Valores dos auxílios estudantis.

Auxílio	2017 – 2021	2022	2023 – Atual
Transporte	-	R$ 300,00	R$ 360,00
Alimentação	-	R$ 300,00	R$ 360,00
Refeição	-	R$ 200,00	R$ 240,00
Creche	-	R$ 200,00	R$ 500,00
Moradia	-	R$ 200,00	R$ 360,00
Permanência Universal	R$ 400,00	R$ 500,00	R$ 775,00

Fonte: Resolução n.º 163/2022 e 276/2023 CONSUN/UEMASUL.

Além dos valores referentes ao Auxílio Permanência, foi ampliado também seu quantitativo, por meio da Resolução n.º 169/2022 – CONSUN/UEMASUL, que aumentou de 130 para 210 o número de discentes beneficiados. Portanto, 2022 marca uma guinada no investimento em assistência estudantil na UEMASUL, ampliando de 130 para 1371 o número de auxílios concedidos, de 130 para 786 discentes beneficiados anualmente e de R$ 624 mil (2017 – 2021) para R$ 6,4 milhões (2022 – atual) o investimento anual em auxílios estudantis.

Vale ressaltar que a assistência estudantil financeira também se consolida por programas de bolsas da PROEXAE e de outras Pró-reitorias, tais como, por exemplo, as bolsas do Programa Institucional de Bolsa de Extensão – PIBEXT, Programa Institucional de Bolsa Iniciação Científica – PIBIC e Programa Institucional de Bolsa Iniciação à Docência - PIBID. São 1371 auxílios e 857 bolsas, que beneficiam

1164 discentes, o que corresponde a 44% do total de discentes da UEMASUL.

Como implicação relevante para a instituição, o período que marca a ampliação da assistência estudantil marca também a redução do índice de evasão, que foi de 22,75%, 19,5% e 11,2%, nos anos 2023, 2024 e 2025, respectivamente, o que mostra a correspondência direta entre os auxílios e bolsas da UEMASUL e a permanência dos discentes nos seus cursos.

Para além da assistência financeira, cabe à PROEXAE também a assistência psicológica. Nessa perspectiva, outro marco institucional se instaura, com a criação do Núcleo de Assistência Psicológica - NAP, estabelecido em abril de 2024 e regulamentado pela Resolução n.º 342/2025 - CONSUN/UEMASUL. A Portaria n.º 142/2024 - GR/UEMASUL (UEMASUL, 2024) autorizou os trabalhos, em assistência psicológica, à primeira psicóloga a exercer esta função na UEMASUL. Hoje o Núcleo é constituído por quatro psicólogas, com atribuições nos três *campi* da universidade.

O NAP realiza, juntamente com a Divisão de Serviço Social e Médico – DSSM e com o Núcleo de Acessibilidade Educacional – NACE, as ações de assistência à saúde e à acessibilidade estudantil, sob coordenação geral da Coordenadoria de Assistência à Saúde e Acessibilidade - CASA, criada em março de 2025, vinculada à PROEXAE.

Para auxiliar o trabalho desta Coordenadoria, a PROEXAE aprovou a Resolução n.º 350/2025 - CONSUN/UEMASUL, que cria e regimenta a Comissão Institucional de Inclusão e Acessibilidade

- CIIA, constituída por representações dos núcleos supracitados, e por dois professores de cada curso da instituição. Como avanços a partir dessa Comissão, evidencia-se a inclusão de cotas para alunos PcD no Edital n.º 13/2025 - PROEXAE/UEMASUL, do Programa Bolsa Permanência e no Edital n.º 11/2026 - PROEXAE/UEMASUL, do Programa Auxílio Estudantil - PAE. Outra ação relevante foi a alteração sugerida no edital do PAE, que passa a considerar a possibilidade de auxílio creche para discentes da UEMASUL, mães e pais atípicos, cujos filhos com deficiência tenham até 8 anos de idade, sendo que a regra geral limita esta idade a até 6 anos.

Por fim, e retomando a assistência financeira aos estudantes, destaca-se os auxílios para participação em eventos. Seus valores unitários passaram por alterações. De 2017 a 2022, correspondiam a R$ 390,00 para eventos dentro do estado do Maranhão, R$ 790,00 para evento na federação, fora do estado, e R$1.170,00 para evento fora do país. Em 2023, por meio da Resolução n.º 267/2023 - CONSUN/UEMASUL, esses valores passaram a corresponder a R$ 600,00, R$ 950,00 e R$ 1.400,00, respectivamente. A Resolução n.º 369/2025 - CONSUN/UEMASUL, dobrou as possibilidades de solicitação de auxílios. Com esse incentivo, os discentes da UEMASUL se fizeram presentes em 2 países, 16 estados e 31 municípios. O investimento passou de R$ 75.600,00, em 2022, quando concedidos 159 auxílios, para R$ 364.850,00 em 2025, quando concedidos 450 auxílios.

Com isso se evidencia a ampliação do investimento da UEMASUL, via PROEXAE e PROPLAD (Pró-reitoria de Planejamento e Administração), em

participação de discentes em eventos, o que expõe a compreensão institucional da relevância da formação complementar e continuada, para além da sala de aula e da cultura local.

As iniciativas aqui apresentadas evidenciam que o acesso se potencializa quando são abertas oportunidades àqueles que não possuem como projeto de vida o ingresso na universidade, por conta das dificuldades financeiras. Diante disso, os auxílios se mostram como um modo de estar na universidade, sem comprometer o pouco da renda do grupo familiar, constituindo-se, assim, como política pública de permanência que incentiva a busca pelo acesso e reativa os projetos até então esquecidos ou suspensos, relacionados ao Ensino Superior. A permanência se consolida no potencial dos auxílios de promover a equidade no âmbito da Universidade, ao permitir que os beneficiários consigam se dedicar integralmente aos estudos. Se consolida também nas possibilidades de acesso à assistência psicológica e social que a UEMASUL passou a promover, bem como no acesso à alimentação, promovida pelo Restaurante Universitário- RU, que no segundo semestre de 2026 passará a ofertar à comunidade universitária almoço e jantar, com preço simbólico.

A Extensão na UEMASUL e suas implicações no contexto regional

Desde a criação da PROEXAE, em 2022, a UEMASUL institucionalizou uma política de desenvolvimento social e regional que busca, primordialmente, reduzir as assimetrias históricas da

Região Tocantina do Maranhão, ao fazer a interligação da produção acadêmica com as principais necessidades do estado. Isso pode ser observado a partir da evolução da extensão nos editais de dois programas consolidados, o PIBEXT e o Programa Amplia Extensão (PAEX). O primeiro existia anteriormente à criação da PROEXAE, o segundo foi criado em 2024, pela Resolução n.º 286/2024 - CONSUN/UEMASUL.

Com relação ao PIBEXT, houve uma evolução no investimento da instituição, enquanto em 2021 o edital ofertava 40 bolsas de R$ 400,00. Em 2023, através da Resolução n.º 267/2023 - CONSUN/UEMASUL, o valor da bolsa passou a ser de R$ 700,00 e em fevereiro de 2026, por meio da Resolução n.º 393/2026 CONSUN/UEMASUL, o valor da bolsa PIBEXT foi reajustado para R$ 800,00, atribuídas a um montante atual de 87 projetos. O investimento em 2021 correspondia a R$ 192.000,00 e em 2026, com os ajustes supracitados, passou a ser de R$ 835.200,00, perfazendo um aumento do recurso à Extensão de 335%.

O crescimento na quantidade de bolsas de extensão permitiu à universidade ampliar seu trabalho em comunidades que antes não eram plenamente assistidas. No último ciclo (2024 – 2025), os projetos de extensão atingiram 82,3% de seu público-alvo, nas áreas de educação e saúde, norteados pela equidade, sustentabilidade e inovação pedagógica. Esse período evidenciou a interdisciplinaridade e a integração entre humanidades, ciências exatas, agrárias e a saúde.

Um outro avanço significativo no PIBEXT foi a criação da modalidade de projeto destinada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), iniciado, em 2024 com 04 bolsas (Edital n.º 07/2024

- PROEXAE/UEMASUL), e se expandiu para 10 bolsas em 2025 (Edital n.º 09/2025 - PROEXAE/UEMASUL). A inserção dessa modalidade acontece mediante levantamento dos dados da extensão, visando analisar a incidência de espaços e públicos, buscando por demandas sociais, de público e de territórios que a universidade, via extensão, não estava alcançando. A PROEXAE, a partir das discussões estabelecidas com a Comissão Institucional de Extensão - CIEX, criada pela Resolução n.º 271/2023-CONSUN/UEMASUL, passou a estabelecer proposituras de projetos direcionados a estas demandas, associando-as aos ODS, estabelecendo com isso a primeira iniciativa estruturada e formalizada da UEMASUL alinhada às metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

A CIEX constitui importante iniciativa da PROEXAE para ampliar o debate sobre as políticas e ações de extensão da universidade. Com o diálogo ampliado, na presença de representantes de diferentes Centros de Ciências e de áreas de conhecimento, foi possível qualificar a prática extensionista da UEMASUL.

O PAEX, criado pela Resolução n.º 286/2024 CONSUN/UEMASUL, assim como a formalização da modalidade de extensão voltada aos ODS, também foi pioneiro na instituição a partir de sua proposta constituinte. Trata-se da primeira ação da UEMASUL de inclusão da possibilidade de professores em regime de contrato de trabalho atuarem como orientadores de projetos. O Programa marca, também, o início do movimento da UEMASUL de inserção da Extensão na Pós-graduação, visando fortalecer atividades de extensão integradas ao ensino e à pesquisa, focando

em políticas públicas, desenvolvimento sustentável e cidadania.

O programa iniciou com 17 bolsas de R$ 700,00, sendo 15 reservadas aos professores em regime contratual de trabalho e 02 direcionadas aos projetos a serem realizados na Pós-graduação da UEMASUL. No edital mais recente (2026) houve um aumento para 20 vagas (sendo 04 para a Pós-graduação), acompanhado por um reajuste no valor das bolsas, passando a ser de R$ 800,00.

Veio a compor o número de bolsas de extensão vinculadas à PROEXAE, em outubro de 2025, o fomento ao projeto "Tecendo Caminhos na valorização dos saberes populares e fortalecimento do Cuidado Integral em Territórios Tradicionais e Originários", que passa a integrar o Programa AFIRMASUS do Governo Federal. São concedidas pelo Governo 10 bolsas de extensão para discentes no valor de R$770,00, 01 bolsa para o tutor de R$1.560,00 e 01 bolsa de orientador de serviço de R$770,00. O projeto visa integrar acadêmicos da UEMASUL em ações articuladas com a rede SUS, junto aos povos tradicionais e originários no território do sudoeste maranhense.

Também na área da Saúde, mais um marco se estabelece, em junho de 2026, quando aprovado o primeiro Projeto da UEMASUL no Programa de Educação pelo Trabalho – PET. A aprovação do projeto "Vigilância Integrada em Saúde Única" no PET-Saúde Clima, do Ministério da Saúde deu-se em parceria com a Universidade Federal do Maranhão e a Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz, e é vinculado à PROEXAE. A aprovação vem acompanhada de concessão de 63 bolsas, sendo 05 para coordenadores de área, 05

para tutores, 10 para preceptores, 03 para orientadores de serviço e 40 bolsas de extensão, para estudantes, nos valores de R$ 1.400,00, R$ 1.300,00, R$ 1.100,00, R$ 770,00 e de R$ 700,00, respectivamente.

Esses resultados evidenciam a capacidade institucional de desenvolver propostas inovadoras, interprofissionais e socialmente comprometidas, fortalecendo a articulação entre universidade, serviços de saúde, gestão pública e comunidade. A iniciativa amplia as oportunidades de formação acadêmica e de atuação prática, promovendo intervenções voltadas à sustentabilidade, às emergências climáticas, à vigilância em saúde e à melhoria das condições de vida da população.

Em setembro de 2025, a extensão da UEMASUL ganha um importante aliado para sua consolidação. A UEMASUL por meio da PROEXAE firma com a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA o Acordo de Cooperação n.º 07/2025 - FAPEMA/UEMASUL, com finalidade de estabelecer o apoio ao desenvolvimento da extensão na Universidade por meio de concessão de bolsa do Programa Bolsa de Extensão - BEXT/FAPEMA. Inicialmente, foram concedidas 15 bolsas de R$ 500,00, valor que em fevereiro de 2026 foi reajustado para R$ 900,00. Essa conquista da PROEXAE, junto à FAPEMA, também se constitui como um avanço que transcende a UEMASUL, na direção de uma maior atenção de órgãos de fomento à relevância do investimento em extensão.

Considera-se outro marco institucional para a UEMASUL, o primeiro programa de investimento da universidade à extensão, o Fomento de Custeio de Extensão (FCE), destinado a custear despesas

relacionadas à manutenção e melhoria de atividades relativas ao escopo de Programas de Extensão e de Projeto de Prestação de Serviço de caráter permanente, potencializando a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade. O FCE constitui um instrumento institucional, criado e regulamentado pela Resolução n.º 316/2024 – CONSUN/UEMASUL, que busca qualificar o planejamento e a execução de atividades extensionistas, garantindo que a universidade responda, de forma eficiente, às necessidades da população.

A partir da Resolução n.º 316/2024 – CONSUN/UEMASUL também se materializa a base institucional para criação de nossos primeiros Programas de Extensão e Projetos de Prestação de Serviço, cuja criação está atrelada à institucionalização do FCE. Anteriormente, a instituição trabalhava a extensão apenas na modalidade Projeto. O Edital n.º 07/2025 - PROEXAE/UEMASUL foi o instrumento para seleção e implementação dessas novas modalidades, a partir do qual se constituíram 07 Programas de Extensão e 02 Projetos de Prestação de Serviço. Com o Edital n.º 02/2026 PROEXAE/UEMASUL esses números passaram para 15 e 03, respectivamente.

Considerando o investimento anual total, em extensão na UEMASUL, que abarca os programas PIBEXT, PAEX, BEXT, FCE e UATI (programa ao qual se destina 6 bolsas de extensão, que será apresentado no tópico que segue), observa-se o amplo avanço na destinação dos recursos à extensão: R$ 192.000,00 (2022), R$ 420.000,00 (2023), R$ 704.800,00 (2024), R$ 783.900,00 (2025), R$ 1.330.000,00 (2026). Configura-se, assim, um aumento substancial no

orçamento da Extensão, de 592,70%, no período de 2022 a 2026.

Outra fonte de realização de extensão na universidade, se dá por meio do trabalho das Ligas Acadêmicas. As primeiras ligas da UEMASUL foram constituídas a partir da criação do Curso de Medicina, em 2019. Em 2025, por meio do Edital de Criação e Renovação de Ligas Acadêmicas, Edital n.º 01/2025 - PROEXAE/UEMASUL, foram criadas as primeiras Ligas vinculadas a cursos de Licenciaturas. Atualmente, as ligas são regidas pela Resolução n.º 344/2025 – CONSUN/UEMASUL, que modernizou o fluxo de criação e renovação dessas entidades em substituição à normativa anterior, estabelecendo edital específico para estes fins, lançado pela PROEXAE. Hoje tem-se 18 ligas acadêmicas vinculadas à Pró-reitoria.

As ações extensionistas da UEMASUL também se realizam na presença das Empresas Juniores (EJs), que embora existiam previamente à criação da PROEXAE, não estavam vinculadas e regulamentadas junto à universidade. A Resolução n.º 273/2023 - CONSUN/UEMASUL foi instrumento dessa vinculação e regulamentação, fixando-as junto à PROEXAE, por seu caráter extensionista, através do empreendedorismo social. A vinculação das EJs à PROEXAE possibilitou maior atenção à formação profissional complementar dos membros, promovendo cursos técnicos e fomentando a participação em eventos relacionados ao empreendedorismo júnior.

Com isso, a UEMASUL se tornou destaque nacional, ao receber o reconhecimento de *institucionalização do ecossistema de empresas juniores*, por meio da concessão do selo *Multi Eixos* do Edital de Boas Práticas

do IESE 2025, outorgado pela Confederação Brasileira de Empresas Juniores (Brasil Júnior), após destaque desta universidade nas métricas estabelecidas pela Coordenação Geral do Índice de Instituições de Ensino Superior Empreendedoras (IESE). A certificação se deu no Senado Federal, evidenciando a efetividade das estratégias adotadas e consolidando a UEMASUL como uma instituição pública comprometida com o empreendedorismo e a extensão universitária.

Este reconhecimento motivou outra iniciativa relevante para a promoção do empreendedorismo social e extensionista. A PROEXAE, projetando a criação e manutenção de mais EJs apresentou ao Conselho Universitário, em março de 2026, a Resolução nº 399/2026 - CONSUN/UEMASUL, com objetivo de criar e regulamentar o Programa Apoio à Criação de Empresas Juniores (PACEJ), que institui o fomento de R$ 5.000,00 para custeio de despesas que estejam diretamente relacionadas à criação e institucionalização de EJ.

O avanço da Extensão da UEMASUL se consolida, também, pelo reconhecimento em 2024, quando a Universidade recebe a certificação do Selo ODS Educação, conferida às instituições que alinham suas atividades acadêmicas aos ODS da ONU. Essa conquista ratifica o esforço da universidade em transformar o saber científico em soluções práticas e significativas para a sociedade.

Com o até então exposto, vê-se o avanço da Extensão, que permitiu alcançar uma diversidade de espaços. Estamos nas escolas, nos lares de idosos, nas UBS, nos hospitais, no campo, nos assentamentos e nas feiras livres. A extensão na UEMASUL se estabeleceu como uma forma eficaz de acesso e permanência, de

aproximação do acadêmico à realidade social, e de reafirmação de uma universidade pública como bem social da Região Tocantina do Maranhão.

A Extensão como instrumento de acesso e permanência na Universidade

A Extensão é fundamental à permanência de nossos alunos, não apenas pelo auxílio financeiro das bolsas, mas principalmente por superar um dos principais motivos de evasão, que é a não identificação com o curso, a sensação de não compreender como o curso pode contribuir para o exercício de sua profissão. Isso se dá, muitas vezes, pela falta de conexão com a sociedade, com o público-alvo da formação.

Um dos programas de extensão que promove essa identificação é o Cursinho Popular UEMASUL, que tem por objetivo oportunizar um ensino de qualidade e gratuito, direcionado aos estudantes de baixa renda, ligados à rede pública estadual ou bolsistas parciais ou integrais da rede particular, que concluíram o Ensino Médio ou que estão em fase de conclusão.

O Cursinho Popular UEMASUL foi criado em janeiro de 2017, no município de Imperatriz, por meio da Resolução n.º 003/2017 - CONSUN/UEMASUL. Foram disponibilizadas 100 vagas e as aulas tiveram início no dia 06 de maio de 2017, finalizando em novembro deste ano. Ainda em 2017, foi publicada a Resolução n.º 004/2017-CONSUN/UEMASUL, que regulamentou o programa de Bolsa Tutoria. Com a pandemia, nos anos 2020 a 2022, foram suspensas as aulas do Cursinho.

Em 2023 as aulas são retomadas, mediante Edital n.º 06/2023 para a seleção de alunos e Edital n.º 07/2023

para a seleção dos tutores, ambos regimentados a partir da nova resolução que regulamenta o cursinho e a Bolsa Tutoria, a Resolução n.º 272/2023 – CONSUN/UEMASUL. O ano de 2023 marca o início do Cursinho Popular no campus Açailândia, com 50 vagas disponíveis. Com isso, se ampliou o número de discentes da UEMASUL contemplados com Bolsa Tutoria, que passou dos 13 de Imperatriz para 18, com abertura de 5 Bolsas Tutoria em Açailândia. Até 2022 o valor da Bolsa correspondia a R$700,00 e, em 2023, a partir da Resolução n.º 267/2023 - CONSUN/UEMASUL, foi ampliada para R$ 800,00. Ainda neste ano, foi publicado o Edital n.º 11/2023 para a produção de apostilas para apoio ao Tutor e aos discentes do Cursinho. Elas foram elaboradas por docentes e discentes da UEMASUL.

Buscando ampliar a atuação do Cursinho Popular UEMASUL na região de abrangência da Universidade, em agosto de 2026, dá-se inicio ao Cursinho no Campus de Estreito, em parceria com a Secretaria de Educação do município, que concedeu infraestrutura para realização das aulas. Foram ofertadas 50 vagas para alunos do município e região.

Um avanço significativo, em 2026, para o Cursinho Popular foi sua integração à Rede Nacional de Cursinho Populares (CPOP). A adesão possibilitou aporte do Governo Federal no valor de R$ 195.400,00, que consentiu um suporte financeiro e estrutural, para custear atividades administrativas, recursos materiais e pagamento de bolsas para educadores e profissionais técnicos. Bem como auxílio-permanência a 40 estudantes de baixa renda que recebem uma bolsa de R$ 200,00 mensais, além de qualificação técnica

e psicopedagógica, por meio da contratação de apoio pedagógico e psicossocial.

Outro programa de extensão a ser mencionado é a Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), criado pela Resolução n.º 048/2018 – CONSUN/UEMASUL. A UATI tem como finalidade proporcionar qualidade de vida física e mental para os idosos da região Tocantina, promovendo atividades de ensino, culturais e esportivas, favorecendo as relações sociais entre o público acadêmico e a terceira idade. Iniciou suas atividades em agosto de 2018, com 40 idosos, formando sua primeira turma em novembro de 2019.

Com a pandemia, as aulas foram suspensas. Em 2024 foram retomadas, com a publicação do Edital n.º 04/2024, com base na nova resolução do Programa, Resolução n.º 210/2022 – CONSUN/UEMASUL, para seleção de 50 alunos. Na nova propositura do Programa, foram criadas e destinadas Bolsas de Extensão a Projetos aprovados no Edital n.º 05/2024, que selecionou 6 projetos, a serem desenvolvidos por docentes, discentes bolsistas/voluntários e servidores administrativos da UEMASUL, no período de abril a novembro.

O cenário de 2026 confirma o papel da UATI como um pilar de inclusão e saúde pública na Região Tocantina. O programa foi ampliado com a abertura de 100 vagas, 2 turmas, expandindo de 6 para 12 o número de Projetos de Extensão vinculados ao Programa.

O Cursinho Popular, a UATI, bem como outros Programas da PROEXAE, como o Programa de Extensão Núcleo de Estudo e Ensino de Línguas Brasileiras e Estrangeiras – NEELBE criado pela Resolução n.º 385/2025 –CONSUN/UEMASUL promovem o acesso aos

espaços e atividades da Universidade, e se apresentam como políticas de permanência, ao direcionar bolsas e oportunidade do exercício do ensino e da extensão a discentes da UEMASUL.

Considera-se, também, como ações destinadas à permanência estudantil, a realização de eventos pela PROEXAE, que valorizam a arte e a cultura regional, constituindo identidade, identificação e integração com a universidade e com seu contexto histórico-cultural. Destaca-se as exposições realizadas pelo Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT), vinculado a essa Pró-reitoria; o "Arraiá da UEMASUL", uma festa popular e tradicional, que se consolidou pela alegria, solidariedade e grande participação popular; bem como a Mostra de Arte e Cultura da UEMASUL, evento anual, no qual se realiza a promoção da arte e cultura regional, convidando a comunidade universitária e externa a participar de diversas atividades, dentre as quais as chamadas culturais para apresentação de quadros, artesanato, dança, música, e participação em concursos, nas modalidades: poesia, fotografia, música autoral, pintura em tela e vídeos curtos.

Além de atividades culturais, a PROEXAE promove anualmente eventos esportivos que envolvem a comunidade em geral. A I Corrida da UEMASUL (2024) mobilizou a comunidade com 650 inscritos de todas as idades. Já na segunda edição, em 2025, 700 pessoas participaram e, em novembro de 2026, a corrida contará com a participação de 850 pessoas.

Outro esporte promovido pela PROEXAE é o Xadrez. Em alusão ao Dia Internacional da Mulher, desde 2024, a Pró-reitoria realiza o Torneio Feminino

de Xadrez. Este evento é direcionado às meninas e mulheres da região Tocantina.

Ações de solidariedade realizadas pela PROEXAE fazem parte do compromisso social da UEMASUL. Por exemplo, no "Arraiá", foram arrecadados 723 pacotes de leite em pó, em 2023, que foram doados ao Instituto Amar Mais. Em 2024, foram arrecadados 456 kg de alimentos e produtos de limpeza, que foram destinados à Casa da Criança e à Vila João XXIII. Em 2025, foram arrecadados 1.262 kg de alimentos, destinados à Casa da Criança e ao Lar do Idoso Renascer. Em 2026, foram arrecadados 2.273 itens de higiene pessoal e de limpeza doméstica, doados ao abrigo Recanto dos Peludos e à Casa Doce Lar, de meninas.

Na I Corrida UEMASUL foram arrecadados 400 kg de alimentos, doados à Vila João XXIII. Já na segunda edição da corrida, em 2025, foi arrecadada 1,5 tonelada de alimentos, entregue à Comunidade Terapêutica Renascer (Feminino) e ao Projeto Social Vida e Esperança. Na II Mostra de Arte e Cultura (2025), a inscrição nos concursos se deu mediante doação de ração para cães e gatos. Foram arrecadados 500 kg de ração, doados ao abrigo Recanto dos Peludos.

Outras ações a se destacar é o Trote Solidário de doação de sangue e os aulões do Cursinho, realizados anualmente pela PROEXAE. A doação de sangue é uma campanha realizada junto ao Centro de Hematologia e Hemoterapia do Maranhão, no início de cada ano letivo. Os aulões ocorrem em novembro, com arrecadação de alimentos. Em 2024 e 2025 foram arrecadados 400 kg e 560 kg de alimentos, respectivamente, doados à Vila João XXIII.

As ações solidárias envolvem professores, alunos

e servidores administrativos. A participação dos discentes permite a eles entenderem a universidade como instituição atenta e preocupada com as necessidades das organizações sociais, das pessoas e animais por elas acolhidos, cuja manutenção se dá prioritariamente por meio de doações. A vivência dessas ações humaniza a universidade e permite aos discentes se compreenderem como parte dessa humanização, constituindo sentimento de pertencimento, o que contribui para sua permanência na universidade.

Considerações Finais

As ações apresentadas neste capítulo evidenciam uma evolução significativa da UEMASUL no que diz respeito à assistência estudantil e à sua presença junto à comunidade e às demandas sociais. Os dados quantitativos e qualitativos, aqui apresentados, demostram um marco para esse avanço, que é a criação da PROEXAE.

Antes da PROEXAE, a UEMASUL investia R$ 624 mil em assistência estudantil e R$ 192 mil em Extensão, depois de sua criação, nas respectivas áreas de atuação da universidade, passou a investir R$ 6,4 milhões e mais de R$ 1,3 milhão. Isso se deve a melhorias no âmbito organizacional, como a elaboração de resoluções, a criação de editais e de auxílios, bem como no âmbito financeiro, com a captação de recursos em editais nacionais, e no âmbito estrutural como a reestruturação administrativa.

A ampliação do recurso à assistência estudantil e à extensão está atrelada à compreensão de que, por

meio dela, a Universidade cumpre seu papel de se aproximar das pessoas inseridas na sociedade civil e adentrar aos territórios que vivenciam por meio de diversas ações, levando os conhecimentos constituídos e produzidos por meio do ensino, da pesquisa, da inovação e da extensão, promovendo desenvolvimento social, cultural e econômico. Neste capítulo traz-se evidências dessas ações, mostrando como a PROEXAE, desde sua criação, constitui uma parte da história da UEMASUL, especialmente no contexto das políticas de desenvolvimento social e territorial.

Referências

IBGE. **PNAD Contínua:** Rendimento domiciliar per capita 2025. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br. Acesso em: 11 maio 2026.

MARANHÃO. [Assembleia Legislativa]. **Lei n.º 11.780, de 12 de julho de 2022.** São Luís, MA: DOE, 2022. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/ma. Acesso em: 12 maio 2026.

UEMASUL. **Portaria n.º 142/2024 – GR/UEMASUL.** Imperatriz, 2024. Disponível em: https://www.uemasul.edu.br/publicacoes/?td=2. Acesso em: 12 maio 2026.

Q5

UEMASUL e Museu CPAHT:
uma década de trajetória institucional
e preservação do patrimônio regional



Danielly Morais Rocha Marques

Coordenadora do Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira – Museu CPAHT/UEMASUL, atua nas áreas de Arqueologia, História Indígena, Museologia e Educação patrimonial. Integra o Conselho Internacional de Museus Universitários (ICOM Brasil), em redes de cooperação voltadas à museologia universitária e à preservação do patrimônio científico e cultural. Doutoranda e Mestra em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada em História e especialista em História e Cotidiano da Amazônia Oriental. pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).



Luciene Santana Ferreira

Chefe da Divisão de Patrimônio Histórico do Museu CPAHT/UEMASUL, atua nas áreas de museologia e educação patrimonial por meio de metodologias ativas. Integra o Conselho Editorial Internacional da plataforma Teaching with Objects, com foco em aprendizagem baseada em objetos, e o Conselho Internacional de Museus Universitários (ICOM Brasil | UMAC), em redes de cooperação voltadas à museologia universitária e à preservação do patrimônio científico e cultural. Graduada em Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura), possui especialização em Curadoria, Museologia e Gestão de Exposições e mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade.

UEMASUL E MUSEU CPAHT: UMA DÉCADA DE TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO REGIONAL

Resumo: O capítulo analisa a trajetória do Museu do Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT) ao longo dos dez anos da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), destacando seu processo de implantação, reformulação museológica e ampliação das práticas participativas voltadas à preservação do patrimônio arqueológico, etnológico e da cultura popular no sudoeste maranhense. O texto discute a constituição do museu enquanto Instituição de Guarda e Pesquisa (IGP) vinculada às demandas da arqueologia preventiva e às políticas de salvaguarda patrimonial relacionadas ao licenciamento ambiental, evidenciando os desafios iniciais relacionados à documentação, curadoria e construção das narrativas expográficas. Paralelamente, analisa os processos de reformulação curatorial, ampliação das reservas técnicas, modernização das exposições e desenvolvimento de práticas de curadoria compartilhada junto aos povos indígenas. Destacam-se ainda as ações de mediação cultural, educação patrimonial e comunicação museológica desenvolvidas pelo CPAHT, que contribuíram para fortalecer o diálogo entre universidade, patrimônio e sociedade na região Tocantina. Conclui-se que o museu vem se constituindo como instituição museológica, em permanente construção, articulando pesquisa, preservação, socialização, reafirmando o papel da universidade pública na valorização das memórias, identidades e patrimônios culturais regionais.

Palavras-chave: CPAHT; instituição de guarda e pesquisa; arqueologia preventiva; patrimônio cultural; museologia.

UEMASUL AND THE CPAHT MUSEUM: A DECADE OF INSTITUTIONAL TRAJECTORY AND PRESERVATION OF REGIONAL HERITAGE

Abstract: This chapter analyzes the trajectory of the Museum of the Center for Research in Archaeology and Timbira History (CPAHT) during the first ten years of the State University of the Tocantina Region of Maranhão (UEMASUL). It discusses the museum's implementation as a Research and Curatorial Institution (IGP) linked to preventive archaeology and heritage safeguarding policies associated with environmental licensing. The text highlights initial challenges related to documentation, curation, and exhibition narratives, as well as subsequent processes of museological reformulation, expansion of technical reserves, modernization of exhibitions, and shared curatorial practices with Indigenous peoples. It also addresses the museum's cultural mediation, heritage education, and museological communication actions, which strengthened the relationship between university, heritage, and society in the Tocantina region. The chapter concludes that the CPAHT has been establishing itself as a museum institution in permanent construction, articulating research, preservation, communication, and social participation.

Keywords: CPAHT; research and curatorial institution; preventive archaeology; cultural heritage; museology.

Introdução

Os processos de implantação de museus e instituições de guarda vinculados à arqueologia preventiva vêm ocupando papel cada vez mais relevante nas discussões relacionadas à preservação patrimonial, à gestão de acervos arqueológicos e às formas de mediação entre patrimônio cultural e sociedade (Marandino, 2008; Wichers, 2010; Toledo, 2017; Pereira *et al.*, 2020). No Brasil, a intensificação das pesquisas arqueológicas associadas ao licenciamento ambiental, sobretudo, a partir da expansão de empreendimentos industriais, energéticos, logísticos e urbanos nas últimas décadas, contribuiu significativamente para a ampliação do número de coleções arqueológicas produzidas em diferentes regiões do país, evidenciando desafios relacionados à salvaguarda, documentação, conservação e comunicação desses acervos (Caldarelli e Cândido, 2017; Toledo, 2017).

Nesse contexto, as Instituições de Guarda e Pesquisa (IGPs) passaram a desempenhar papel estratégico na preservação do patrimônio arqueológico brasileiro, assumindo funções relacionadas não apenas à guarda técnica das coleções, mas também à pesquisa, interpretação e comunicação museológica, conforme estabelecem as normativas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), atualmente atualizadas pela Portaria n.º 271/2025 (Brasil, 2025).

É nesse cenário que se insere o Museu CPAHT (Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira), vinculado à Universidade Estadual da Região

Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Implantado inicialmente como resposta às demandas produzidas pela arqueologia preventiva o CPAHT constitui-se como o primeiro espaço museológico da região sudoeste do Maranhão e a primeira Instituição de Guarda e Pesquisa localizada no interior do estado apta à salvaguarda de acervos arqueológicos provenientes das pesquisas desenvolvidas na região Tocantina e em todo território maranhense.

Entretanto, sua trajetória ultrapassou progressivamente a condição inicial de espaço destinado à guarda técnica de coleções arqueológicas, passando por processos contínuos de reformulação expográfica, ampliação das práticas participativas e fortalecimento das ações de mediação cultural junto às comunidades. Tais transformações evidenciam que a constituição de um museu não se encerra na implantação física de sua estrutura institucional, mas envolve processos permanentes de construção social, revisão curatorial e redefinição das formas de representação patrimonial.

Dessa forma, o presente capítulo tem como objetivo analisar o processo de implantação e transformação do Museu CPAHT, ao longo da primeira década da UEMASUL, discutindo os desafios relacionados à salvaguarda patrimonial, à documentação e curadoria dos acervos arqueológicos e etnográficos, bem como os movimentos de reformulação museológica e ampliação das práticas participativas desenvolvidas pela instituição.

Arqueologia preventiva, salvaguarda patrimonial e a implantação do CPAHT

A criação do Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira encontra-se diretamente relacionada às transformações econômicas, ambientais e patrimoniais ocorridas na região sudoeste maranhense, nas últimas décadas, especialmente em decorrência da implantação e ampliação de empreendimentos industriais, energéticos e de infraestrutura logística — incluindo obras lineares, como rodovias, ferrovias e linhas de transmissão de energia — bem como da expansão da malha urbana e de empreendimentos imobiliários associados ao crescimento regional (Santos e Nunes, 2020; Penha e Barros, 2021). Tais processos intensificaram as demandas por pesquisas arqueológicas preventivas vinculadas ao licenciamento ambiental, ampliando significativamente a identificação de sítios arqueológicos e a produção de acervos patrimoniais na região Tocantina (Brasil, 1981; 2002; 2015; 2025; Rocha, 2015).

Nesse contexto, a arqueologia preventiva passou a ocupar papel cada vez mais central nos processos de licenciamento ambiental, consolidando-se como importante instrumento de mediação entre desenvolvimento econômico e preservação patrimonial. Embora a proteção dos bens arqueológicos brasileiros já estivesse assegurada pela Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961 foi, sobretudo, a partir da consolidação das políticas ambientais e da regulamentação dos estudos de impacto ambiental, por meio da Lei Federal n.º 6.938/1981 e das Resoluções CONAMA n.º 001/1986 e n.º 237/1997,

que as pesquisas arqueológicas passaram a integrar, de maneira mais sistemática, os empreendimentos potencialmente causadores de impactos ao patrimônio cultural (Brasil, 1961;1981;1986;1997).

Posteriormente, a Portaria IPHAN n.º 230, de 17 de dezembro de 2002 — substituída em seguida pela Instrução Normativa n.º 001/2015 — estabeleceu diretrizes mais específicas para a execução das pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental, incluindo medidas relacionadas à identificação, documentação, conservação e destinação dos materiais provenientes das escavações preventivas (Brasil, 2002;2015).

Nesse contexto, a intensificação das pesquisas arqueológicas preventivas, na região Tocantina, resultou na identificação de numerosos sítios arqueológicos e na formação de expressivos conjuntos artefatuais provenientes das atividades de prospecção, monitoramento e escavação arqueológica (Caldarelli e Arnt, 2014). Contudo, apesar do crescimento dessas pesquisas o interior do Maranhão ainda não possuía instituições habilitadas para a guarda, conservação e pesquisa desse patrimônio.

Como consequência, os acervos produzidos no contexto regional foram destinados a instituições localizadas em São Luís -MA e, em alguns casos, em outros estados da federação, como Pará e Tocantins, promovendo o deslocamento desses vestígios de seus contextos territoriais de origem e, por conseguinte, limitando o desenvolvimento de pesquisas, ações educativas e processos de socialização patrimonial.

Desse modo, a ausência de uma instituição de guarda no âmbito regional evidenciava não

apenas uma lacuna estrutural, no campo da preservação patrimonial, como também um processo de centralização dos acervos arqueológicos em instituições distantes das comunidades diretamente relacionadas a esses territórios (Pereira *et al.*, 2020; Laia, 2020). Tal dinâmica dificultava a ampliação do acesso público ao patrimônio arqueológico e restringia as possibilidades de construção de vínculos entre memória, território e pertencimento social, especialmente no contexto da região Tocantina, marcada por intensa diversidade cultural e por profundas transformações socioespaciais decorrentes do avanço dos grandes empreendimentos (Rocha, 2015).

Foi nesse contexto de ampliação das pesquisas arqueológicas preventivas e da ausência de instituições regionais de salvaguarda que emergiu a necessidade de criação de um espaço destinado à guarda, pesquisa e preservação dos acervos arqueológicos evidenciados na região. Tal demanda tornou-se mais evidente a partir da identificação de sete sítios arqueológicos, nos municípios de Imperatriz e João Lisboa, no âmbito das pesquisas desenvolvidas pelo Projeto Grandis durante o processo de licenciamento ambiental para implantação de uma fábrica de papel e celulose e de sua infraestrutura associada (Bandeira, 2011).

Nesse cenário, os recursos provenientes da compensação ambiental vinculada ao empreendimento possibilitaram a criação da estrutura física do CPAHT, contemplando espaço museológico, reserva técnica e laboratório de arqueologia. Sua implantação institucional foi formalizada por meio de um termo de

cooperação técnica firmado entre a então Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a empresa responsável pelo empreendimento (Brasil, 2014).

Cabe destacar que o documento oficial previa inicialmente a implantação de um centro cultural e de pesquisa voltado à salvaguarda patrimonial, evidenciando uma proposta institucional mais ampla, cujas funções museológicas seriam progressivamente estruturadas ao longo da trajetória do CPAHT.

Logo, a constituição do CPAHT encontrava respaldo nas diretrizes estabelecidas pela então Portaria IPHAN n.º 230/2002, que atribuía aos empreendedores a responsabilidade pela guarda e preservação dos materiais arqueológicos provenientes das pesquisas realizadas nas áreas impactadas, seja por meio do fortalecimento de instituições já existentes, seja pela criação de unidades museológicas específicas para esse fim. Desse modo, a implantação do CPAHT representou não apenas o atendimento a uma exigência normativa vinculada ao licenciamento ambiental, mas também um importante marco para a institucionalização da salvaguarda arqueológica no interior do Maranhão (Brasil, 2002).

Assim, mais do que um espaço destinado à custódia de acervos o CPAHT passou gradualmente a configurar-se como um núcleo articulador de pesquisa, preservação e difusão patrimonial vinculado à universidade pública, estabelecendo as bases institucionais para o desenvolvimento posterior de ações museológicas, educativas e extensionistas voltadas à valorização da memória e das identidades

culturais regionais.

Tal processo de consolidação institucional também acompanharam as mudanças nas políticas de gestão dos acervos arqueológicos no Brasil. A Portaria IPHAN n.º 196/2016 passou a estabelecer critérios específicos para o funcionamento das Instituições de Guarda e Pesquisa (IGPs), responsáveis pela conservação, documentação, pesquisa e extroversão dos bens arqueológicos provenientes das pesquisas autorizadas por essa autarquia federal. Posteriormente, a Portaria n.º 271/2025 ampliou essas diretrizes ao reforçar as atribuições técnicas, museológicas e de comunicação patrimonial relacionadas à gestão dos acervos arqueológicos. Nesse contexto, o CPAHT consolidou-se como uma IGP apta junto ao IPHAN, fortalecendo seu papel regional na preservação, pesquisa e socialização do patrimônio arqueológico.

Entretanto, embora sua implantação representasse um importante avanço para a preservação patrimonial e para a consolidação institucional da universidade na região, o processo inicial de constituição do Museu CPAHT desenvolveu-se de forma verticalizada e com reduzida participação da comunidade acadêmica, da sociedade local e dos povos indígenas na definição dos processos curatoriais e das narrativas museológicas, aspecto que influenciou diretamente a organização dos acervos e a forma de construção das primeiras narrativas expositivas.

Entre a salvaguarda e a musealização: exposições, acervos e limites curatoriais

A inauguração do Museu do CPAHT ocorreu em 10 de agosto de 2015, momento em que foram entregues as instalações físicas destinadas ao espaço museológico, à reserva técnica e ao laboratório de arqueologia. Na ocasião, também foi realizado o depósito do primeiro conjunto de materiais arqueológicos provenientes das pesquisas desenvolvidas pelo Projeto Grandis, vinculadas ao processo de licenciamento ambiental associado à implantação de uma indústria de papel e celulose e de sua infraestrutura na região Tocantina (Bandeira, 2011).

As primeiras exposições arqueológicas e etnográficas foram implantadas concomitantemente à entrega da estrutura física do museu, porém sem a consolidação prévia de um plano museográfico e museológico capaz de orientar os processos curatoriais, expográficos e comunicacionais do espaço. Tal condição repercutiu diretamente na organização dos acervos, na contextualização dos materiais expostos e na construção das narrativas inicialmente apresentadas ao público.

Nesse contexto, o ingresso dos primeiros acervos arqueológicos ocorreu sem o acompanhamento de profissionais capacitados vinculados à instituição de guarda, circunstância que resultou, posteriormente, na identificação de fragilidades relacionadas à curadoria, documentação e contextualização dos materiais depositados na reserva técnica. De modo semelhante, parte dos objetos etnográficos incorporados à exposição dedicada aos povos Timbira foi apresentada

sem procedimentos curatoriais mais sistemáticos e sem a devida contextualização das especificidades históricas, culturais e socioterritoriais dos diferentes povos indígenas reunidos sob a denominação "Timbira", amplamente difundida a partir das classificações etnológicas de Curt Nimuendajú (1946).

A ausência de um direcionamento museológico mais estruturado também repercutiu na limitada participação da comunidade acadêmica, da sociedade local e dos povos indígenas na construção curatorial e expográfica do museu. Imagens, objetos e textos expositivos foram incorporados sem apresentar referenciação adequada e sem processos mais amplos de mediação e construção compartilhada das narrativas patrimoniais, aspecto que influenciou diretamente as formas de reconhecimento e apropriação social do espaço.

Logo, a implantação do CPAHT evidenciava, naquele contexto, algumas das tensões presentes nos processos de musealização vinculados à arqueologia preventiva, especialmente quando a constituição das instituições de guarda prioriza as demandas técnicas de salvaguarda sem o desenvolvimento simultâneo de diretrizes museológicas, curatoriais e participativas mais consolidadas (Bruno, 1999; Wichers, 2010; Toledo, 2017). Nessas circunstâncias, o museu encontrava dificuldades em se constituir como um efetivo "lugar de memória" nos termos propostos por Pierre Nora (1993), uma vez que sua apropriação simbólica e social ainda não se encontrava plenamente estabelecida junto à comunidade regional.

Essas limitações fizeram com que, em seus primeiros anos, o CPAHT fosse percebido

predominantemente como espaço técnico de guarda de acervos arqueológicos, evidenciando os desafios relacionados à consolidação de práticas museológicas mais estruturadas e à ampliação do diálogo entre universidade, comunidades locais e povos indígenas. Foi a partir do reconhecimento dessas fragilidades que se iniciaram, nos anos seguintes, processos de reorganização curatorial, reformulação expográfica e ampliação das práticas participativas, marcando uma nova etapa na trajetória institucional e museológica do CPAHT.

Reformulação expográfica e ampliação das práticas participativas

As limitações identificadas, no processo inicial de constituição do CPAHT, evidenciaram a necessidade de revisão das práticas curatoriais, das narrativas expográficas e das formas de relação entre o museu, a universidade e os diferentes sujeitos sociais vinculados aos patrimônios salvaguardados pela instituição. Nesse conjunto, a partir de 2016, ocorreu um movimento de reorganização do espaço museológico marcado pela reestruturação das narrativas expográficas e pela ampliação das formas de participação social.

Esse processo iniciou-se sob a coordenação da Profa. Me. Maristane Rosa Sauímbo, fundadora do Núcleo de Estudos Afro-Indígenas de Imperatriz (NEAI), cuja atuação contribuiu significativamente para o fortalecimento das articulações entre o CPAHT, a universidade e as comunidades locais. Diferentemente do momento anterior, à reformulação das exposições

passou a incorporar práticas mais participativas na construção das narrativas museológicas.

Paralelamente, o processo de reorganização incorporou novos acervos etnográficos provenientes de doações e ações desenvolvidas junto às comunidades indígenas, incluindo objetos de uso cotidiano, ritualístico e cerimonial. Tais incorporações ampliaram a diversidade do acervo passando a considerar, de maneira mais cuidadosa, as especificidades socio-linguísticas e culturais dos diferentes povos indígenas do Maranhão.

Nesse processo, a reformulação expográfica passou a incorporar ainda elementos relacionados à cultura popular sertaneja, estabelecendo conexões entre arqueologia, etnografia e práticas tradicionais ainda presentes na região Tocantina. Foi criado, assim, um novo setor museológico voltado à cultura popular do sertão maranhense, estruturado a partir da construção de uma casa de taipa e da incorporação de objetos de uso cotidiano, parte deles doados pelos povos Gavião e Krikati, evidenciando os processos de aproximação construídos entre o museu e os povos indígenas da região.

Esse movimento representou mais do que uma reformulação técnica das exposições, ampliando as formas de representação patrimonial e fortalecendo as relações entre o museu e a comunidade. Em 26 de outubro de 2016, durante o II Workshop de Patrimônio Cultural da Região Tocantina, ocorreu a abertura oficial do museu ao público após a reformulação das exposições. Diferentemente do primeiro momento de inauguração, marcado principalmente pela entrega da estrutura física e pela necessidade imediata de

salvaguarda dos acervos arqueológicos, essa nova etapa passou a ser reconhecida pela comunidade acadêmica e regional como a efetiva abertura do CPAHT enquanto espaço museológico socialmente apropriado.

A partir de 2019, esse processo foi ampliado por meio do desenvolvimento de práticas de curadoria compartilhadas junto aos povos indígenas, voltadas à documentação dos acervos etnográficos e à revisão das fragilidades museográficas identificadas nas exposições anteriormente implantadas. Destacam-se, nesse contexto, as ações desenvolvidas junto aos povos Kanela Memortumré e Krikati, pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, que passaram a contribuir nos processos de contextualização e construção das narrativas relacionadas aos acervos salvaguardados pelo museu.

Essas práticas possibilitaram não apenas a ampliação das informações relacionadas aos objetos expostos, mas também o fortalecimento de perspectivas curatoriais mais sensíveis às especificidades culturais, simbólicas e socioterritoriais dos diferentes povos indígenas representados nas exposições do CPAHT.

A partir de 2020, foram ampliadas as reservas técnicas e os espaços laboratoriais destinados à arqueologia, além da criação de uma reserva técnica específica para os acervos etnográficos. Essas transformações contribuíram para aprimorar as condições de guarda, conservação, pesquisa e documentação dos materiais salvaguardados pela instituição, fortalecendo o CPAHT enquanto espaço de preservação patrimonial e produção de conhecimento

científico no contexto regional.

As reformulações expográficas também ampliaram as representações indígenas presentes no museu por meio da criação de um setor dedicado ao povo Guajajara–Tenetehara, pertencente ao tronco linguístico Tupi. O espaço passou a contemplar aspectos relacionados às práticas culturais, modos de vida e celebrações tradicionais, como a Festa do Moqueado, a Festa dos Rapazes e a Festa do Mel. Tal ampliação contribuiu para evidenciar a pluralidade sociocultural dos povos originários presentes no território maranhense.

Outro aspecto relevante esteve relacionado à incorporação de recursos tecnológicos voltados à ampliação da acessibilidade e da mediação museológica junto ao público visitante. A partir de 2021, a exposição arqueológica incorporou recursos digitais, incluindo uma mesa *touch* contendo reconstituições em 3D de vasilhames cerâmicos e artefatos líticos da região.

Nesse processo, a educação patrimonial passou a atuar como instrumento ímpar de mediação entre sociedade e patrimônio cultural, fortalecendo práticas educativas voltadas à valorização das memórias e identidades regionais (Horta *et al.*, 1999).

Ao longo de dez anos, portanto, o CPAHT recebeu mais de treze mil visitantes, majoritariamente estudantes da Educação Básica, por meio de visitas mediadas, ações educativas, eventos culturais e oficinas. Essas iniciativas fortaleceram o diálogo entre universidade, escola e comunidade, ampliando as discussões sobre patrimônio arqueológico, memória e diversidade cultural.

As ações do museu passaram a integrar programações institucionais como o Abril Indígena, a Semana Nacional dos Museus, a Primavera dos Museus e os Seminários de Patrimônio Cultural, ampliando as discussões relacionadas ao patrimônio arqueológico e etnológico, ao mesmo tempo em que incentivaram a valorização dos saberes tradicionais e das múltiplas narrativas culturais da região.

Essas transformações também contribuíram para ampliar o reconhecimento institucional do CPAHT enquanto espaço museológico e Instituição de Guarda e Pesquisa apta junto ao IPHAN, conforme previsto nas normativas relacionadas à salvaguarda do patrimônio arqueológico brasileiro atualmente atualizadas pela Portaria n.º 271/2025. Nesse sentido, o museu fortaleceu práticas voltadas não apenas à guarda técnica de seus acervos, mas também à pesquisa, conservação, interpretação e comunicação do patrimônio cultural, em consonância com a definição do Conselho Internacional de Museus (ICOM), que compreende o museu como uma instituição permanente, sem fins lucrativos e a serviço da sociedade, voltada à promoção da educação, reflexão e compartilhamento de conhecimentos (ICOM, 2022).

Desse modo, o percurso desenvolvido pelo CPAHT evidencia que sua constituição ultrapassou a condição inicial de espaço destinado à salvaguarda arqueológica, consolidando gradualmente sua atuação como instituição voltada à pesquisa, preservação, comunicação e mediação cultural. Destarte, as reformulações implementadas, ao longo dessa trajetória, fortaleceram as formas de representação

patrimonial e reafirmaram o papel do museu como espaço de construção e compartilhamento de histórias e memórias no que tange ao território da região Tocantina.

Considerações finais

A trajetória do Museu CPAHT evidencia que a implantação de instituições vinculadas à arqueologia preventiva ultrapassa as dimensões estritamente técnicas da salvaguarda patrimonial, envolvendo desafios curatoriais, processos de mediação e construção de relações entre patrimônio, universidade e sociedade. Nesse sentido, a constituição do CPAHT acompanha as transformações institucionais vivenciadas pela UEMASUL, refletindo os esforços de fortalecimento da pesquisa regional e das políticas de preservação cultural no sul do Maranhão.

As reformulações desenvolvidas, no museu, incluindo a revisão das narrativas expográficas, a ampliação das reservas técnicas, a incorporação de tecnologias de mediação e as práticas de curadoria compartilhada junto aos povos indígenas, contribuíram para ampliar as formas de representação patrimonial e fortalecer sua atuação enquanto espaço de pesquisa, preservação e comunicação do patrimônio cultural.

Por outro lado, permanecem como desafios a consolidação de um plano museológico institucional, o aprimoramento das políticas de documentação e conservação dos acervos, a otimização da gestão das coleções arqueológicas e etnográficas e a continuidade da qualificação dos espaços expositivos

e de salvaguarda, em consonância com as demandas previstas pelas normativas atuais relacionadas às Instituições de Guarda e Pesquisa.

Dessa maneira, o Museu CPAHT, ao longo dos referidos dez anos, ultrapassou progressivamente sua função inicial de guarda de acervos arqueológicos, consolidando sua atuação como referência regional no campo da arqueologia, da museologia e da preservação patrimonial, reafirmando o papel da universidade pública na valorização das memórias, identidades e patrimônios culturais da região Tocantina do Maranhão.

Referências

BANDEIRA, A. M. ***Relatório de resgate arqueológico do sítio Cajazeiras (SCJ-01), Imperatriz–MA.*** Programa Básico Ambiental de Arqueologia – Implantação da Fábrica Suzano Papel e Celulose, Imperatriz, MA. São Luís: Patrimônio Consultoria Cultural, 2011.

BRASIL. Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jul. 1961.

BRASIL. Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1981.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA n.º 001, de 23 de janeiro de 1986.

Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1986.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. **Resolução n.º 237, de 19 de dezembro de 1997.** Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 dez. 1997. Seção 1, p. 30841-30843.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n.º 230, de 17 de dezembro de 2002. Compatibiliza as fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos preventivos de arqueologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO; SUZANO PAPEL E CELULOSE. Termo de Cooperação Técnica. Estabelece cooperação institucional para implantação do Centro Cultural e de Pesquisa voltado à salvaguarda, pesquisa e preservação do patrimônio arqueológico regional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 3, n. 251, p. 10, 29 dez. 2014.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Instrução Normativa n.º 001, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n.º 196, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa e o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n.º 271, de 1º de agosto de 2025. Dispõe sobre o cadastro e acompanhamento das Instituições de Guarda e Pesquisa de bens arqueológicos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2025.

BRUNO, M. C. O. A importância dos processos museológicos para a preservação do patrimônio. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, supl. 3, p. 333-337, 1999.

CALDARELLI, S. B.; ARNT, Frederico Viana. Arqueologia do interior maranhense interceptada por uma ferrovia. In: BANDEIRA, Arkley Marques; BRANDI, R. de A. (org.). **Nova luz sobre a arqueologia do Maranhão.** São Luís: [s.n.], 2014.

CALDARELLI, S. B.; CÂNDIDO, M. M. D. Desafios da arqueologia preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos? **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 186-214, 2017.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **Museum definition**. Paris: ICOM, 2022.

LAIA, P. O. Mapeando labirintos: acervos, museus e instituições de guarda e pesquisa Arqueológicas. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, [S.I], v. 18, n. 1, p. 254-274, 2020.

MARANDINO, M. (org.). **Educação em museus:** a mediação em foco. São Paulo: GEENF/FEUSP, 2008.

NIMUENDAJÚ, C. **The Eastern Timbira.** Berkeley: University of California Press, 1946.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PENHA, L. R. da; BARROS, L. L. G. de. Energia e a indústria da celulose na Amazônia: o território das localidades centrais no entorno da Usina Hidrelétrica de Estreito no Maranhão. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 23927-23943, 2021.

PEREIRA, D.; LEMOS RIBEIRO, D.; TEBALDI TOLEDO, G.; CUNHA LIMA, S. Perspectivas para a gestão de acervos arqueológicos. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 02–07, 2020.

ROCHA, D. M. **Reflexões sobre o patrimônio arqueológico no cerrado sul maranhense.** 2015. 55 f. Monografia (Especialização em História e Cotidiano da Amazônia Oriental) — Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2015.

TOLEDO, G. T. **Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica:** experiências e perspectivas para a preservação patrimonial. 2017. 489f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

WICHERS, C. A. de M. **Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico:** (des)caminhos da prática brasileira. 2010. Tese (Doutorado em Museologia) — Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

06

A construção de uma ação pioneira: política institucional de inovação e desenvolvimento regional na UEMASUL entre 2022 e 2025



José Geraldo Pimentel Neto

Geógrafo, Mestre em Geografia e Doutor em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) e Coordenador de Criação e Inovação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPGI/UMEASUL). Trabalha com inovação, propriedade intelectual e transferência de tecnologia.



Paulo Alves Silva Filho

Geógrafo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade de Marburg (Alemanha), Mestre em Geografia Física pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Desde 2025 é Gestor da Divisão do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Também desenvolve atividades como docente e pesquisador, com ênfase em geografia urbana, planejamento regional e desenvolvimento territorial.



Allison Bezerra Oliveira

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e em Economia pela Faculdade Católica Paulista. Especialista em Planejamento Ambiental pela UEMA e em Economia Brasileira Contemporânea pela Faculdade Metropolitana. Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com Pós-Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua como professor do curso de Geografia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) e dos programas de pós-graduação em Geografia e Ciências Ambientais. Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação da UEMASUL. Bolsista produtividade CNPq, FAPEMA e UEMASUL.

A CONSTRUÇÃO DE UMA AÇÃO PIONEIRA: POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA UEMASUL ENTRE 2022 E 2025

Resumo: O trabalho apresenta um relato de experiência sobre a construção e consolidação da política institucional de inovação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão no período de 2022 a 2025. O estudo aborda os avanços relacionados à propriedade intelectual, transferência de tecnologia, empreendedorismo inovador e fortalecimento da infraestrutura científica, articulando as ações institucionais aos marcos legais da inovação no Brasil e no Maranhão, bem como às diretrizes do Manual de Oslo. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência fundamentado em documentos institucionais, resoluções e ações desenvolvidas pela gestão universitária. Entre os principais resultados destacam-se a implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica, a criação de laboratórios multiusuários, o primeiro depósito de patente da universidade, a primeira transferência de tecnologia e a criação da incubadora de empresas de base tecnológica. Conclui-se que a experiência da UEMASUL evidencia o papel estratégico das universidades públicas no fortalecimento do desenvolvimento regional e dos ecossistemas de inovação.

Palavras-chave: Inovação; Desenvolvimento Regional; Propriedade Intelectual; Transferência de Tecnologia; UEMASUL.

THE CONSTRUCTION OF A PIONEERING INITIATIVE: INSTITUTIONAL POLICY FOR INNOVATION AND REGIONAL DEVELOPMENT AT UEMASUL BETWEEN 2022 AND 2025

Abstract: This paper presents an experience report on the construction and consolidation of the institutional innovation policy of the State University of the Tocantina Region of Maranhão between 2022 and 2025. The study discusses advances related to intellectual property, technology transfer, innovative entrepreneurship, and scientific infrastructure, connecting institutional actions to Brazilian and Maranhão innovation legal frameworks and the Oslo Manual guidelines. Methodologically, this is an experience report based on institutional documents, resolutions, and actions developed by the university administration. The main results include the implementation of the Technological Innovation Center, the creation of multi-user laboratories, the university's first patent filing, the first technology transfer agreement, and the establishment of a technology-based business incubator. The study concludes that the UEMASUL experience demonstrates the strategic role of public universities in strengthening regional development and innovation ecosystems.

Keywords: Innovation; Regional Development; Intellectual Property; Technology Transfer; UEMASUL.

Introdução

A discussão contemporânea sobre inovação no Brasil está diretamente relacionada à capacidade das instituições públicas de ensino superior em promover o desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico de seus territórios. Nesse contexto, as universidades passaram a ocupar papel estratégico na articulação entre produção do conhecimento, empreendedorismo, propriedade intelectual e transferência de tecnologia, especialmente após a consolidação do marco regulatório nacional de ciência, tecnologia e inovação.

A institucionalização das políticas de inovação no país ganhou maior consistência com a promulgação da Lei n.º 10.973/2004, conhecida como Lei de Inovação, responsável por estimular a interação entre universidades, institutos de pesquisa e setor produtivo (Brasil, 2004). Posteriormente, a Lei n.º 13.243/2016, denominada Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, ampliou os mecanismos de cooperação entre instituições científicas e tecnológicas e o setor privado, fortalecendo o papel das universidades como agentes do desenvolvimento regional e da inovação tecnológica (Brasil, 2016).

No Maranhão, o fortalecimento desse ambiente institucional também ocorreu a partir da consolidação do Marco Legal Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, ampliando as possibilidades de pesquisa aplicada, empreendedorismo inovador e transferência de tecnologia (Maranhão, 2021). Essas transformações dialogam diretamente com as diretrizes do Manual de Oslo, documento elaborado pela Organização

para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e adotado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) como referência internacional para compreensão e mensuração da inovação (OCDE; FINEP, 2005).

Essa discussão torna-se particularmente relevante na Região Tocantina do Maranhão, território estratégico localizado no sudoeste maranhense e marcado por intensas dinâmicas econômicas, logísticas e educacionais. A cidade de Imperatriz, principal polo regional, exerce influência sobre dezenas de municípios dos estados do Maranhão, Tocantins e Pará, consolidando-se como centro regional de serviços, comércio e educação superior (IBGE, 2020). Além da posição logística favorecida pela BR-010, a região possui forte presença dos setores agropecuário, energético, industrial e de serviços, o que amplia a necessidade de qualificação profissional, pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico (Andrade, 2017).

Paralelamente ao dinamismo econômico, a Região Tocantina ainda enfrenta desafios relacionados à interiorização da educação superior pública e à formação de capital humano qualificado. Com população superior a 700 mil habitantes distribuídos em 22 municípios, a região apresenta elevada demanda por acesso ao ensino superior e por políticas voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico (IBGE, 2021). Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira demonstram a existência de significativa demanda reprimida por formação universitária na região (INEP, 2022).

É nesse cenário que se insere a trajetória da

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, criada pela Lei Estadual nº 10.525/2016 como política pública voltada ao fortalecimento do desenvolvimento regional por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação (Maranhão, 2016). Desde sua criação, a universidade vem ampliando sua atuação acadêmica e científica, consolidando-se como importante agente do ecossistema regional de ciência, tecnologia e inovação.

Entre os anos de 2022 e 2025, a UEMASUL iniciou um processo mais estruturado de consolidação de sua política institucional de inovação, alinhado às diretrizes nacionais e estaduais de ciência, tecnologia e inovação. Nesse período, destacam-se a implantação da Coordenação de Criação e Inovação e do Núcleo de Inovação Tecnológica, responsáveis pela gestão das ações relacionadas à propriedade intelectual, empreendedorismo e transferência de tecnologia.

A institucionalização dessas estruturas permitiu a construção de um conjunto de políticas e resoluções voltadas à inovação universitária, além da implantação de laboratórios multiusuários, da criação da incubadora de empresas de base tecnológica e do fortalecimento das ações de incentivo à produção científica e tecnológica.

Entre os avanços mais significativos destaca-se o primeiro depósito de patente da história da universidade junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial, bem como a formalização do primeiro contrato de cessão parcial de tecnologia com empresa privada. Essas ações representam marcos importantes para a consolidação da cultura de inovação na universidade, evidenciando a capacidade

institucional da UEMASUL em transformar pesquisa científica em ativo tecnológico com potencial de aplicação econômica e social.

Nesse contexto, este trabalho apresenta um relato de experiência sobre o processo de construção da política institucional de inovação da UEMASUL entre os anos de 2022 e 2025, destacando os principais desafios, estratégias e avanços relacionados à propriedade intelectual, transferência de tecnologia, empreendedorismo inovador e fortalecimento da infraestrutura científica. A experiência evidencia o papel das universidades públicas estaduais na promoção do desenvolvimento regional e na consolidação de ecossistemas de inovação em territórios periféricos da Amazônia Legal.

A Região Tocantina do Maranhão e o papel estratégico da UEMASUL no desenvolvimento regional

A Região Tocantina do Maranhão configura-se como um dos espaços geoeconômicos mais relevantes do estado maranhense, articulando dinâmicas econômicas, sociais, educacionais e logísticas que extrapolam os limites estaduais e consolidam a cidade de Imperatriz como principal polo urbano regional. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, Imperatriz é classificada como Capital Regional C, exercendo influência sobre municípios localizados no Maranhão, Tocantins e Pará, especialmente por meio da oferta de serviços especializados, comércio e educação superior (IBGE, 2020). Essa centralidade regional foi fortalecida

historicamente pela construção da BR-010, eixo rodoviário responsável pela integração econômica entre os estados da região Norte e Nordeste, favorecendo a expansão das atividades comerciais, industriais e de serviços (Andrade, 2017).

Além da posição logística estratégica, a Região Tocantina apresenta forte diversificação produtiva, marcada pela presença de grandes empreendimentos industriais, energéticos e agropecuários, como a cadeia produtiva da celulose, a Usina Hidrelétrica de Estreito e as atividades vinculadas ao agronegócio, especialmente nos setores da pecuária, soja e silvicultura. Essa dinâmica econômica amplia a necessidade de formação de profissionais qualificados, desenvolvimento tecnológico e fortalecimento das políticas de ciência, tecnologia e inovação na região.

Paralelamente ao crescimento econômico, a Região Tocantina do Maranhão ainda enfrenta importantes desafios relacionados à interiorização da educação superior pública e à formação de capital humano qualificado. Segundo dados do IBGE (2021), a região possui população superior a 700 mil habitantes distribuídos em 22 municípios, apresentando elevada demanda potencial por formação universitária. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, demonstram que, apenas em 2022, mais de 27 mil estudantes estavam matriculados no ensino médio regional, indicando significativa pressão futura sobre o sistema de educação superior (INEP, 2022).

É nesse contexto territorial, econômico e social que se insere a trajetória da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, criada pela Lei Estadual

n.º 10.525, de 03 de novembro de 2016, como política pública voltada ao fortalecimento do desenvolvimento regional por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação (Maranhão, 2016). Desde sua criação, a universidade passou a desempenhar papel estratégico na formação profissional, na produção científica e na consolidação de um ecossistema regional de ciência, tecnologia e inovação.

Atualmente, a UEMASUL está organizada em diferentes centros de ensino distribuídos entre os campi de Imperatriz, Açailândia e Estreito. No campus Imperatriz estão sediados o Centro de Ciências Agrárias, CCA, o Centro de Ciências Exatas, Naturais e Tecnológicas, CCENT, o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras, CCHSL, e o Centro de Ciências da Saúde, CCS. No campus Açailândia funciona o Centro de Ciências Humanas, Sociais, Tecnológicas e Letras, CCHSTL, enquanto no campus Estreito está localizado o Centro de Ciências Agrárias, Naturais e Letras, CCANL (UEMASUL, 2025). Essa estrutura multicampi amplia a inserção territorial da universidade e fortalece a interiorização do ensino superior público na Região Tocantina do Maranhão.

Além dos centros acadêmicos, a universidade mantém unidades avançadas vinculadas ao Programa Caminhos do Sertão, presentes em municípios como Amarante do Maranhão, Porto Franco, Itinga do Maranhão e Vila Nova dos Martírios. Essa presença territorial amplia a capacidade institucional da UEMASUL em atender diferentes realidades sociais e econômicas da região, fortalecendo ações voltadas à formação de professores, qualificação profissional e desenvolvimento regional.

A diversidade de cursos ofertados pela universidade, abrangendo áreas como ciências agrárias, engenharias, saúde, educação, ciências humanas e tecnologias, fortalece a capacidade institucional de responder às demandas econômicas, sociais e tecnológicas da Região Tocantina. Nesse cenário, a consolidação das políticas institucionais de inovação, pesquisa aplicada, empreendedorismo e transferência de tecnologia amplia as possibilidades de cooperação entre universidade, setor produtivo e sociedade civil.

Dessa forma, a trajetória recente da UEMASUL evidencia a importância das universidades públicas estaduais como instrumentos estratégicos de transformação territorial. Ao integrar ensino, pesquisa, extensão e inovação, a instituição contribui diretamente para a formação de capital humano qualificado, produção científica e fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico da Região Tocantina do Maranhão, consolidando-se como importante agente do ecossistema regional de ciência, tecnologia e inovação.

A Construção da Cultura de Inovação na UEMASUL: avanços da gestão 2022–2025

A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão vem consolidando, ao longo dos últimos anos, uma trajetória institucional voltada ao fortalecimento da inovação, da pesquisa aplicada e do empreendedorismo tecnológico, em sintonia com as demandas científicas, sociais e econômicas da Região Tocantina do Maranhão e da Amazônia Legal.

Como universidade pública criada recentemente, a instituição passou a direcionar esforços para a construção de um ambiente acadêmico capaz de estimular a produção do conhecimento, a proteção da propriedade intelectual e a aproximação entre universidade, setor produtivo e sociedade.

A partir de 2022, iniciou-se um processo mais estruturado de consolidação da governança institucional da inovação, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPGI. Nesse contexto, foram implantadas a Coordenação de Criação e Inovação - CCI, e a Divisão do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, estruturas responsáveis por fomentar a cultura da inovação, apoiar a proteção dos ativos tecnológicos produzidos na universidade e estimular ações de transferência de tecnologia.

A experiência institucional demonstrou que a consolidação de um ambiente promotor de inovação exigia não apenas estruturas administrativas, mas também a construção de instrumentos normativos capazes de orientar as ações acadêmicas e estabelecer segurança jurídica para pesquisadores, gestores e parceiros externos. Assim, no ano de 2022, foram aprovadas quatro resoluções consideradas estruturantes para a política institucional de inovação da UEMASUL.

A Resolução n.º 177/2022 instituiu mecanismos de incentivo ao desenvolvimento de produtos com potencial de propriedade industrial por pesquisadores da universidade, estimulando a transformação da produção científica em soluções tecnológicas aplicadas. Em seguida, a Resolução n.º 192/2022 estabeleceu a Política de Propriedade Intelectual e

Transferência de Tecnologia da UEMASUL, definindo diretrizes para a proteção de ativos intelectuais e para a formalização de parcerias estratégicas voltadas à inovação.

No mesmo período, a Resolução n.º 198/2022 instituiu a Política de Inovação e Empreendedorismo da universidade, fortalecendo a articulação entre comunidade acadêmica, setor produtivo e instituições públicas, especialmente na perspectiva do empreendedorismo científico e tecnológico. Complementando esse processo, a Resolução n.º 199/2022 promoveu a atualização do regimento interno do Núcleo de Inovação Tecnológica, permitindo o aprimoramento de sua estrutura técnica e operacional.

O ano de 2023 representou um período importante de amadurecimento institucional das ações voltadas à inovação. Nesse contexto, a Coordenação de Criação e Inovação, em conjunto com o Núcleo de Inovação Tecnológica da PROPGI, elaborou a Resolução n.º 262/2023, que instituiu os laboratórios multiusuários da UEMASUL. A iniciativa ampliou a possibilidade de compartilhamento da infraestrutura científica da universidade, promovendo maior integração entre grupos de pesquisa, pesquisadores, empresas e instituições parceiras.

Além da resolução, também foi construída uma instrução normativa voltada à regulamentação das rotinas administrativas e operacionais desses laboratórios, buscando garantir maior eficiência no gerenciamento dos equipamentos e na utilização compartilhada da infraestrutura científica institucional.

Ainda em 2023, a universidade alcançou um dos marcos mais simbólicos de sua trajetória na área da inovação, com a realização do primeiro depósito de patente da história da instituição junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial, INPI, sob o protocolo BR1020230242430. A invenção, desenvolvida pelo professor pesquisador João Miguel Santos Dias, consiste em um processo inovador de fabricação de madeira laminada colada, LVL, utilizando tratamento combinado com licor pirolenhoso, termorretificação e modificação hidrotérmica para ampliação da durabilidade da madeira aplicada em estruturas de edificações.

No ano de 2024, a universidade avançou na consolidação de ambientes institucionais voltados à inovação e ao empreendedorismo tecnológico. Entre as ações desenvolvidas, destaca-se a atualização da política institucional de incentivo à produção de inovação, adequando-a às demandas do corpo docente, especialmente daqueles em processo de qualificação em nível de doutorado.

No mesmo período, foi aprovada a Resolução n.º 334/2024, responsável pela criação da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da UEMASUL. A incubadora passou a ser concebida como instrumento estratégico para apoiar a transformação de pesquisas acadêmicas em soluções inovadoras, capazes de responder a demandas regionais e estimular o surgimento de novos empreendimentos tecnológicos.

Outro resultado significativo ocorreu com a aprovação, pela CCI/PROPGI, de cinco bolsas no âmbito da Chamada CNPq n.º 06/2024, referente ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em

Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, PIBITI, edição 2024–2027. Esse resultado representou um marco para a universidade, pois foi a primeira vez que a instituição conseguiu aprovação de bolsas especificamente voltadas à área da inovação tecnológica.

Esse avanço também evidenciou o amadurecimento institucional da universidade na construção de capacidades técnicas e administrativas relacionadas à inovação. Até então, a ausência de estrutura normativa, técnica e institucional dificultava a competitividade da universidade em editais voltados à inovação tecnológica.

Na mesma perspectiva (Quadro I) a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão, FAPEMA, reconhecendo os avanços alcançados pela UEMASUL, implementou mais dez bolsas PIBITI por meio de termo de cooperação institucional (FAPEMA, 2024). Posteriormente, a própria universidade ampliou esse quantitativo com bolsas de contrapartida institucional, totalizando, juntamente com as bolsas do CNPq, quarenta e cinco bolsas destinadas à iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação.

Quadro I – Evolução das bolsas PIBITI da UEMASUL no período de 2021 até 2025

Modalidade PIBITI	**2021 2022**	**2022 2023**	**2023 2024**	**2024 2025**
CNPq	0	0	0	05
FAPEMA	10	10	20	20
UEMASUL	10	10	20	20
Total	**20**	**20**	**40**	**45**
Valor (R$)	**500,00**	**700,00**	**700,00**	**700,00**

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, PROPGI/UEMASUL (2025).

A consolidação dos resultados apresentados no Quadro I somente foi possível em razão da atuação progressiva da Coordenação de Criação e Inovação, CCI, e do Núcleo de Inovação Tecnológica, NIT, nos seus primeiros anos de estruturação institucional, especialmente no desenvolvimento de instrumentos normativos, na consolidação das políticas institucionais de inovação e na aprovação de projetos de fomento voltados à ciência, tecnologia e inovação.

Outro marco importante ocorreu em março de 2024, quando foi celebrado o contrato de cessão parcial de direitos sobre a criação vinculada à patente n.º BR102023024243-0, firmado entre a UEMASUL e a empresa T A Inovações, Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências Físicas e Naturais LTDA, Grupo Arboris. A formalização desse acordo ocorreu menos de cinco meses após o depósito da patente, tornando-se a primeira experiência de transferência de tecnologia da universidade.

A experiência representou uma mudança significativa para a instituição, uma vez que o primeiro depósito de patente da universidade rapidamente se transformou em uma ação concreta de transferência tecnológica. Esse processo passou a simbolizar, internamente, a capacidade da universidade em transformar pesquisa científica em ativo tecnológico com potencial de aplicação econômica e social.

Os resultados alcançados também obtiveram reconhecimento estadual. A UEMASUL recebeu o "Prêmio Marandu JOMP", na categoria "Transferência de Tecnologia", concedido pela Agência UEMA de Inovação e Empreendedorismo - Agência Marandu.

A premiação reconheceu os esforços institucionais voltados ao fortalecimento da inovação, da pesquisa aplicada e da promoção do desenvolvimento científico no estado do Maranhão.

Paralelamente ao fortalecimento do marco institucional da inovação, a universidade também ampliou sua capacidade de captação de recursos para infraestrutura científica e tecnológica. Entre os resultados mais relevantes destaca-se a aprovação do projeto "Central Multiusuário de Análises Biotecnológicas", no Edital FINEP PROAMAZÔNIA 2024, com investimento aproximado de R$ 2,4 milhões, destinado à implantação de infraestrutura avançada para pesquisas e análises biotecnológicas.

Somado a isso, foi aprovado o projeto "Plataforma Analítica de Microscopia Avançada", no Edital FINEP PROINFRA Desenvolvimento Regional Norte, Nordeste e Centro-Oeste, NNECO 2024, com investimento aproximado de R$ 8 milhões, voltado à implantação de infraestrutura científica de alto nível para pesquisas avançadas.

Com o amadurecimento dessas ações, a PROPGI articulou, em meados de 2024, a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Estratégias de Inovação, Propriedade Industrial e Prospecção Tecnológica, destinado prioritariamente à formação de professores e servidores da própria universidade.

As atividades acadêmicas da especialização tiveram início no primeiro semestre de 2025, reunindo professores internos e externos com atuação nas áreas de inovação, propriedade intelectual e transferência de tecnologia. Ao final de 2025, foram concluídos vinte

e quatro trabalhos de conclusão de curso voltados à temática da inovação e da prospecção tecnológica, cujos resultados subsidiarão a publicação de dois volumes de uma coletânea prevista para 2026 pela Editora da UEMASUL.

As experiências vivenciadas entre os anos de 2022 e 2025 evidenciam o processo de amadurecimento institucional da UEMASUL no campo da ciência, tecnologia e inovação. A atuação integrada da PROPGI, da CCI e do NIT contribuiu para o fortalecimento do ecossistema regional de inovação e para a ampliação do impacto social e tecnológico das atividades acadêmicas desenvolvidas pela universidade.

Considerações Finais

A experiência desenvolvida pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão entre 2022 e 2025 demonstra o processo de consolidação de uma política institucional de inovação alinhada às demandas do desenvolvimento regional da Região Tocantina do Maranhão. Ao longo desse período, a universidade estruturou mecanismos e normatizações voltados à promoção da ciência, tecnologia, inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia, fortalecendo sua atuação como instituição estratégica para o desenvolvimento territorial.

A implantação da Coordenação de Criação e Inovação e do Núcleo de Inovação Tecnológica representou um marco importante para a organização das ações relacionadas à propriedade intelectual, proteção de ativos tecnológicos e aproximação entre

universidade, empresas e sociedade. Paralelamente, a construção do arcabouço normativo institucional possibilitou a consolidação de políticas voltadas ao incentivo à inovação, ao empreendedorismo e à implantação de laboratórios multiusuários.

Entre os resultados alcançados, destacam-se o primeiro depósito de patente da história da universidade e a formalização da primeira experiência de transferência de tecnologia com empresa privada, evidenciando a capacidade institucional da UEMASUL em transformar pesquisa científica em soluções com potencial de aplicação econômica e social.

Outro avanço relevante refere-se à ampliação da infraestrutura científica e tecnológica da universidade, por meio da implantação de laboratórios multiusuários, captação de recursos junto à FINEP e ampliação das bolsas PIBITI em parceria com o CNPq e a FAPEMA. Soma-se a isso a criação da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica e da especialização em Estratégias de Inovação, Propriedade Industrial e Prospecção Tecnológica, fortalecendo a formação de recursos humanos voltados à inovação.

Dessa forma, a trajetória construída entre 2022 e 2025 evidencia o amadurecimento institucional da UEMASUL no campo da ciência, tecnologia e inovação, reafirmando o papel das universidades públicas estaduais na promoção do desenvolvimento regional e na consolidação de ecossistemas de inovação na Amazônia Legal.

Referências

ANDRADE, R. S. **Imperatriz e sua dinâmica regional: infraestrutura, comércio e serviços.** Imperatriz: Ed. Regional, 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais 2021.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2020.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2022.** Brasília, DF: INEP, 2022.

BRASIL. Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. Lei n.º 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2016.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO MARANHÃO. **Termo de Cooperação Institucional PIBITI/UEMASUL.** São Luís: FAPEMA, 2024.

MARANHÃO. Lei Estadual n.º 10.525, de 3 de novembro de 2016. Dispõe sobre a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, 2016.

MARANHÃO. **Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Maranhão.** São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. **Manual de Oslo:** diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3. ed. Brasília, DF: FINEP, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Centros de Ciências.** Imperatriz: UEMASUL, 2025. Disponível em: UEMASUL – Centros e Cursos. Acesso em: 9 maio 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução n.º 177/2022 – CONSUN/ UEMASUL.** Institui mecanismos de incentivo ao desenvolvimento de produtos com potencial de propriedade industrial. Imperatriz: UEMASUL, 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução n.º 192/2022 – CONSUN/ UEMASUL.** Institui a Política de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da UEMASUL. Imperatriz: UEMASUL, 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução n.º 198/2022 – CONSUN/UEMASUL.** Institui a Política de Inovação e Empreendedorismo da UEMASUL. Imperatriz: UEMASUL, 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução n.º 199/2022 – CONSUN/ UEMASUL.** Atualiza o Regimento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica da UEMASUL. Imperatriz: UEMASUL, 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução n.º 262/2023 – CONSUN/ UEMASUL.** Institui os Laboratórios Multiusuários da UEMASUL. Imperatriz: UEMASUL, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Resolução n.º 334/2024 – CONSUN/ UEMASUL.** Institui a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da UEMASUL. Imperatriz: UEMASUL, 2024.

07

“São 10 anos, somos ainda uma criança”: infância concebida e a identidade institucional da UEMASUL



Flaviana Oliveira de Carvalho

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Mestrado em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Pedagoga pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Dentre outras experiências, foi professora efetiva do quadro de Educação Infantil do Município de Imperatriz-MA e atualmente é Professora Assistente II na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, desenvolvendo pesquisas principalmente nas áreas de Estudos da Infância; Educação Infantil: fundamentos, métodos e estágio supervisionado e Formação de Professores; Membro do Grupo de Pesquisa Sociologia da Infância e Educação Infantil (GEPSI/USP).

"SÃO 10 ANOS, SOMOS AINDA UMA CRIANÇA": INFÂNCIA CONCEBIDA E A IDENTIDADE INSTITUCIONAL DA UEMASUL

Resumo: Trata-se de ensaio que busca dialogar com as categorias *infância* e *criança*, à luz dos Estudos da Infância (Qvortrup, 2015, 2014; Corsaro, 2011; Sarmento, 2012, 2009, 2005; James, 2009, 1990; Mayall, 2007, 2005, 2002) e na Filosofia (Deleuze; Guattari, 1997; Gallo, 2019), a ideia de "UEMASUL em devir-criança", que comemora neste ano de 2026, uma década de existência. Na esteira de reflexões que afirmam a criança como ser potente, competente e criativo, o texto contrapõe a ideia de uma UEMASUL bebê/criança, afirmada com recorrência como o "ainda não", à ideia de que somos uma instituição cuja identidade se consolida em processo pela própria dinâmica da vida que não se dá de forma engessada. Pensar a identidade institucional da UEMASUL a partir da categoria infância, permite compreendê-la para além de uma etapa transitória de desenvolvimento, como potência de criação, abertura ao conhecimento e produção de modos singulares de existência universitária. Além disso, fica evidenciada a presença das crianças "filhas da Uemasul" ao longo desses 10 anos como participantes de sua construção histórica.

Palavras-chave: Estudos da Infância; Devir-criança; Universidade.

"TEN YEARS OLD, STILL A CHILD": CHILDHOOD AS A CATEGORY FOR THINKING UEMASUL'S INSTITUTIONAL IDENTITY

Abstract: This essay engages with the categories of childhood and child through the lenses of Childhood Studies (Qvortrup, 2015, 2014; Corsaro, 2011; Sarmento, 2012, 2009, 2005; James, 2009, 1990; Mayall, 2007, 2005, 2002) and philosophy (Deleuze & Guattari, 1997; Gallo, 2019), taking as its point of departure the notion of the "UEMASUL child-becoming," as the university celebrates its tenth anniversary in 2026. Drawing on perspectives that affirm the child as a powerful, competent, and creative being, the essay challenges the recurrent representation of UEMASUL as a baby or child institution, understood through the logic of the "not yet," and instead argues that its institutional identity is continuously constituted through the dynamic and open-ended processes of life, rather than through fixed or predetermined forms. Conceiving UEMASUL's institutional identity through the philosophical category of childhood makes it possible to understand it not as a transitional stage of development, but as a potency for creation, an openness to knowledge, and the production of singular modes of university existence. Furthermore, the essay highlights the presence of the children – referred to here as the "children of UEMASUL" – throughout the university's first decade as active participants in the construction of its historical trajectory.

Keywords: Childhood Studies; Becoming-Child; University.

Para situar a reflexão...

"Não é concebível um pensamento crítico que não seja também, em quaisquer de suas facetas, uma meditação sobre a infância" (Virno, 2012, p. 34).

Abro este ensaio com a reflexão do filósofo e semiólogo italiano, Paolo Virno (1952-2025), como um chamado para pensarmos a identidade institucional da UEMASUL nesses 10 anos de existência, por meio das concepções que ora se apresentam nessa breve, porém potente história em construção. Como as categorias *infância e criança* podem colaborar para compreendermos a constituição da identidade institucional da UEMASUL?

A minha contribuição é no sentido de olharmos para essa instituição de história recente, a partir do que significa ser criança pelas lentes dos chamados "Novos" Estudos da Infância, em especial da Filosofia da Infância. Mas também um convite para uma mirada para as crianças, sobretudo as da nossa área de atuação territorial, como cidadãs[1] com direito à cidade e a essa universidade e sua multifacetada capacidade de acolhê-las.

Essas reflexões são perpassadas pela minha própria trajetória profissional nessa casa, pelo meu fazer cotidiano no Curso de Pedagogia no Centro de Estudos Superiores de Imperatriz da Universidade Estadual do Maranhão – CESI/UEMA, seja como

1. Sílvio Gallo (2019), na esteira da filosofia pós-estruturalista de René Scherer (contemporâneo de Deleuze, Foucault e Derrida), afirma que a transformação da criança em um "ser de direitos" consiste em um dispositivo pedagógico de infantilização. Para ele, esta é uma forma também de governar as crianças. "Numa democracia, são os cidadãos que são governados, logo estar fora da cidadania é estar fora do governo. Por isso a produção de políticas públicas para a educação infantil tratou de colocar as crianças na condição de cidadãs" (Gallo, 2019, p. 123).

Professora Substituta no período de 2014 a 2017 e que, por isso, acompanhou todo o processo de transição – prefiro denominar "transformação" – de Universidade Estadual do Maranhão em Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, seja do lugar de Professora Efetiva, a partir de 2018, atuando no Centro de Ciências Humanas Sociais e Letras.

Minha inserção na UEMASUL, situada na área dos Fundamentos da Educação, área do meu concurso, sempre esteve relacionada à infância e principalmente às crianças pequenas[2]. Tive a alegria de, assim que tomei posse como professora efetiva, receber a disciplina de Sociologia da Infância e Culturas Infantis, recém incorporada ao currículo do curso e com a qual eu já tinha afinidade pelas aproximações que experimentei durante o mestrado. Ao mesmo tempo, tenho atuado também com Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil, bem como os fundamentos e metodologias da Arte, da Geografia e, em especial, o Estágio Supervisionado na Educação Infantil, além de projetos de extensão, iniciação científica e iniciação à docência[3].

2. E antes que o leitor experimente a sensação de que o texto possa parecer uma auto-homenagem, as histórias das instituições e dos sujeitos não se constroem de forma estanque. Além disso, ao afirmar a criança, afirmamos também o adulto que *por* e *com* ela trabalham. Em nossa sociedade, não apenas a criança é vista sob a égide da menoridade, mas aqueles que a assistem também são tidos como sujeitos que não precisam saber tanto, contanto que tenham amor. Não precisa de muito esforço para perceber que dentro das diversas profissões, mas em especial nas licenciaturas e na medicina, certo desdém de muitos pares pelo profissional que opta por se dedicar às crianças. E o desprezo é inversamente proporcional ao tamanho da criança.

3. Tanto meu primeiro Projeto de Bolsa de Extensão (PIBEXT), o Projeto de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), bem como o meu primeiro Projeto de Bolsa de Iniciação à Docência (e primeiro PIBID do curso de Pedagogia-CCHSL) foram construídos à luz dos Estudos da Infância e buscaram, a partir de diferentes abordagens, visibilizar e ouvir as crianças, bem como aproximá-las do ambiente universitário.

Convido para o diálogo alguns estudiosos da Sociologia da Infância (Qvortrup, 2015, 2014; Corsaro, 2011; Sarmento, 2012, 2009, 2005; James, 2009, 1990; Mayall, 2007, 2005, 2002) e da filosofia pós-estruturalista (Deleuze; Guattari, 1997; Gallo, 2019), dentre outros.

A UEMASUL em devir-criança

A UEMASUL emerge na Região Tocantina Maranhense, historicamente marcada por disputas identitárias, dinâmicas amazônicas e cerradeiras, fronteiras culturais e processos de interiorização do ensino superior.

Após acirrado debate liderado pelo deputado Marco Aurélio na Assembleia Legislativa do Maranhão – ALEMA, o governador Flávio Dino assinou no dia 1º de novembro de 2016, em território imperatrizense, no CESI/UEMA, a Lei n.º 10.525 que criou a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL).

Ao longo desses 10 anos, a categoria criança foi recorrentemente utilizada em conversas informais e em discursos oficiais, desde os seus primeiros dias.

Em expressões como "somos um bebê engatinhando" e "somos ainda uma criança", em praticamente todos os eventos festivos e reuniões em que estive presente, as crianças são evocadas para dizer que ainda iremos crescer. No entanto, numa acepção deleuziana, defendo que a Uemasul experimenta um devir-criança[4] como modo singular de constituir sua identidade institucional.

4. Aqui, recupero o conceito devir-criança em Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997). O devir-criança designa um movimento pelo qual um sujeito, uma instituição ou um modo de existência rompe com formas estabilizadas e se abre para novas possibilidades de experimentar o mundo.

> Devir-criança é algo que nos atravessa a todos, independente da idade. É essa possibilidade de nos remetermos a qualquer tempo à uma infância que nos atravessa e que permite novas individuações. É algo que nos permite escapar do poder do capital sobre a vida (Tebet, 2019, p. 144).

Os Estudos da Infância, campo em crescente expansão, principalmente a partir da década de 1980, tem se constituído como um frutífero espaço de diálogos interdisciplinares, ao passo que, na interlocução de áreas como a Antropologia, o Direito, a Economia, a Filosofia, a Geografia, a História, a Política e, sobretudo, a Sociologia, pesquisadores e outros ativistas pró infância, defendem a visibilidade das crianças e o reconhecimento de sua participação na construção da sociedade.

São categorias caras a esse campo, a infância, como categoria geracional permanente da estrutura social (Qvortrup, 2015, 2014, 2007; Sarmento, 2012, 2009, 2005), cujos membros, as crianças – situadas histórica, geográfica e politicamente -, vistas também como coletivo, possuem agência, participação e protagonismo, moldam e reinterpretam criativamente essa estrutura (Corsaro, 2011).

São esforços para romper com a visão de criança como ser incompleto, redefinindo-a como ator social competente, capaz de exercer agência no presente (James, 2009a, 2009b; Mayall, 2007, 2005, 2002). Giddens (2003) define essa agência como a capacidade de intervir no mundo e transformar estruturas, embora Alanen (2009) alerte que esse poder é condicionado pela ordem geracional, em que a criança ocupa uma

posição estruturalmente subordinada aos adultos.

Se, ao longo da história, e mais especificamente no contexto brasileiro – brutalmente colonizado sob a ótica eurocêntrica – formulações hegemônicas sobre ser criança associaram a infância a uma aura de negatividade, no contexto dos Estudos Sociais da Infância a desconstrução desse olhar torna-se um ultimato.

> [...] as distintas representações da infância se caracterizam especialmente pelos traços de negatividade, mais do que pela definição de conteúdos (biológicos ou simbólicos) específicos. A criança é considerada como o não-adulto e este olhar adultocêntrico sobre a infância regista especialmente a ausência, a incompletude ou a negação das características de um ser humano "completo". A infância como a idade do *não* está inscrita deste o étimo da palavra latina que designa esta geração: *in-fans* - o que não fala. (Sarmento, 2005, p. 23).

Apesar disso, as crianças seguem falando, manifestando-se, elaborando cultura e participando da construção da memória coletiva, desde que ainda são bebês.

Mas o que os bebês dizem, afinal? E, se dizem, como o fazem?

Seria vulgar afirmar que bebês, a depender da idade, não falam. A inabilidade da fala não impede, no entanto, sua capacidade de comunicação. O campo dos Estudos da Infância tem, muito recentemente, voltado sua atenção também para os bebês como sujeitos dotados de agência e capacidade de se expressarem para além de suas necessidades fisiológicas de

alimentação, sono, higiene e bem-estar.

Assim como os bebês, antes mesmo que aprendam a sentar-se, engatinhar, levantar, andar e falar, a UEMASUL, em seu primeiro ano, necessitou de "atos de maternagem" que garantissem sua segurança e condições de sobrevivência.

Um nome[5] e um documento de criação como registro de nascimento, uma reitoria e pró-reitorias pró-tempore foram constituídas, porque em nossa sociedade, toda criança precisa de alguém que responda legalmente por ela, e recursos imediatos para "um enxoval" que acolhesse a nova vida. Aquele sentimento de organizar a casa, pintar o quarto e adquirir a mobília adequada para o bom desenvolvimento do bebê foram medidas que mudaram a cara do recém extinto CESI-UEMA para indicar que aqui algo novo pulsava: nossa UEMASUL nasceu e já dava o que falar.

Aliás, dava o que falar antes mesmo de sua criação. Assim como é comum a descrença na capacidade das crianças, a descrença na capacidade intelectual e técnica de quem é do ou está no interior do Estado, nos "cafundós do Judas"[6], foi ouvida em distintos momentos, nos bastidores e em plenárias quando das discussões sobre a criação da UEMASUL[7]. Diziam

5. Seguimos afirmando esse nome, a despeito das controvérsias em torno dele, um nome grande e que dá a sensação de que "não pega" – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão -, difícil de comunicar quando vamos apresentar nossa criança fora de casa e de lembrar, para quem ouve as primeiras vezes: "Mas fica no Tocantins ou no Maranhão?", "A sigla é fácil. Como é mesmo: Universidade Estadual do Maranhão do Sul?". E entre os da região, o "apelido" UEMASUL causa ainda muita confusão pela semelhança com a sigla da instituição que lhe originou, a UEMA: "Ah, é! Mudou! Para mim, vai ser sempre UEMA".

6. Expressão utilizada na plenária da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão – ALEMA pelo deputado Magno Bacelar em 2011, em discussão sobre a necessidade ou não de Imperatriz receber um projeto da área da saúde.

7. César Pires, ex-reitor da UEMA e deputado estadual, também em plenária da ALEMA, afirmou que não possuíamos "capital intelectual" – referência à categoria "capital cultural" de Bourdieu (1998) – para criar uma universidade.

tratar-se de “canetada” política do então governador Flávio Dino, cumprindo um sonho, segundo ele, de seu pai (*in memoriam*).

Enquanto isso, os bebês e crianças testemunham os fatos históricos e participam da construção da memória coletiva (Camacho, 2022). Foi assim que o bebê Antonio Gabriel, nos braços de seu pai, Prof. Expedito Barroso, que acabara de ser nomeado Vice-Reitor *pró-tempore* da UEMASUL, esteve no rito de posse da reitoria em janeiro de 2017.

Figura 1 - Gabriel e seu pai, Prof. Expedito Barroso. Também posam para a fotografia: o Governador Flávio Dino, a mãe e a avó do bebê, Dayane Carvalho e Raimunda Alice Chaves, respectivamente



Fonte: ASCOM/UEMASUL, 2017.

A realidade desmentiu o argumento. Imperatriz se consolida como o maior polo universitário do interior do Maranhão e a UEMASUL se configura como uma das mais importantes universidades da região, tendo câmpus em Imperatriz, Açailândia e

Estreito, mas tendo abrangência também em diversos outros municípios por meio do Programa Caminhos do Sertão.

A UEMASUL se mostra como uma universidade pulsante e hábil para discutir temas dos mais diferentes campos do conhecimento em âmbito global, como também suas próprias possibilidades ante as questões e problemas que afetam a população em seu território. Sua competência surge da qualificação de seu corpo docente e técnico, que no diálogo com a realidade, com a memória e com os debates acadêmicos contemporâneos, ressignifica e aprofunda sua formação obtida em programas de mestrado e doutorado em universidades de reconhecida tradição e trajetória no Brasil e no exterior – coisa de "gente grande"[8].

Seu corpo docente, que articula a experiência, o dinamismo, o engajamento e a autonomia de diferentes gerações de professores, protagoniza o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, buscando garantir aos seus egressos uma formação cada vez mais consistente e contextualizada e isso tem ganhado o Brasil e o mundo, tanto por meio do reconhecimento em premiações de projetos, quanto na aprovação de nossos/as estudantes em programas de mestrado e doutorado.

Nesse sentido, a UEMASUL é, sim, uma criança que já é, no aqui e no agora, competente, autônoma, cidadã, capaz de falar sobre as questões que lhe dizem respeito, com o "capital intelectual" necessário para operar com criatividade e energia sobre a realidade,

8. E embora pareça paradoxal ao argumento central desse texto, "coisa de gente grande" é usado aqui como resposta à própria lógica de poder que operou as opiniões contrárias. Se é a lógica do adulto que opera, nós temos a formação intelectual que nos coloca de igual para igual com universidades de meia-idade.

explorando os mais diferentes espaços políticos e sociais do Maranhão, do Brasil e do mundo.

Agora, claro, como todo "pré-adolescente", aos 10 anos, está crescendo e já não aceita ser tratada como um bebê ou uma criança bem pequena[9]. Talvez seja esse o tom do presente ensaio. Um processo de diferenciação desse Outro que nos constitui e uma afirmação da nossa própria identidade singular, imperfeita e em processo, porque afinal de contas, assim como em a "A ciranda da bailarina"

> Reparando bem, todo mundo tem pentelho[10]
> Só a bailarina que não tem
>
> Sala sem mobília
> Goteira na vasilha
> Problema na família
> Quem não tem?
>
> Procurando bem
> Todo mundo tem (Buarque; Lobo, 1983).

Nesse momento de transição de uma década em que continuamos a experimentar outras relações e demarcar nosso lugar, preciso convidar meus pares, nossos/as acadêmicos/as e toda a sociedade para que olhemos para como as crianças têm estado presentes na nossa universidade.

9. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) categoriza as crianças da Educação Infantil Bebês (0 a 1 ano e 6 meses), Crianças Bem Pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e Crianças Pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses) (Brasil, 2017). Mas essa referência pode ser inspirada em Deleuze (2002) que usa as expressões "tout-petit" e "les tout-petits enfants".
10. A palavra "pentelho" foi censurada durante a ditadura militar.

As crianças na UEMASUL

A diversidade de crianças com as quais nossa universidade interage cotidianamente nos mais diferentes cursos e abordagens, nos coloca diante de um rico processo de trocas e encontros, em que não apenas elas aprendem, mas principalmente nós, os adultos que com elas construímos nossas pesquisas e que, embora nem sempre sejamos capazes de admitir, somos dependentes de suas colaborações.

As crianças são plurais e experimentam diferentes formas de existir, visto que são situadas histórica e geograficamente. Ao contrário do movimento que tem sido bem observado pelo sociólogo Jens Qvortrup (2014), de uma sociedade que entende a criança como ente privado de responsabilidade única de seus genitores, elas são de corresponsabilidade de toda a sociedade.

Os processos históricos que a levaram a um processo de infantilização que a elas tudo deseja dar, porém nega sua participação em nome de sua proteção (*idem*), colocaram-nos diante de um cenário em que sua presença no espaço público passou a incomodar.

Os espaços públicos frequentemente inibem a agência infantil, uma vez que crianças sem supervisão adulta são vistas com suspeição, como usuárias ilegítimas ou em risco, resultando em exclusão e controle. A participação infantil, portanto, não deve limitar-se a níveis simbólicos ou decorativos (Tisdall; Padilla, 2024), mas exige desafiar as restrições espaciais impostas pelo adultocentrismo (Nascimento, 2018; Sarmento, 2018; Tonucci, 2015; Gobbi, 2021; Lopes, 2009).

No entanto, como afirma o educador italiano Francesco Tonucci (2015) um lugar que é bom para as crianças é bom para todas as pessoas, desejo afirmar que uma universidade que é boa para as crianças, é boa para toda a comunidade acadêmica.

Nesse cenário, a UEMASUL tem sido palco para o encontro intergeracional, com diversas pesquisas e projetos de extensão que colocam em cooperação, crianças, jovens, adultos e idosos. Um lugar por onde circulam crianças e idosos com a dignidade e o respeito que lhes é devido, como é o caso do projeto de extensão já consolidado da Universidade Aberta da Terceira Idade (UATI), como se pode ver na imagem a seguir.

Figura 2 - Quadrilha da UATI no Arraiá da UEMASUL



Fonte: ASCOM /UEMASUL (2025).

Destaco, porém, pelo espaço do texto que não comporta todas as ações desenvolvidas ao longo

desses 10 anos, um pouco do trabalho do curso de Pedagogia-CCHSL que por sua própria natureza e campo de atuação, em contato direto com a criança[11], vem transitando em diversos territórios, no campo e na cidade, em instituições escolares e não escolares.

A criança tem lugar central nas ações do curso de Pedagogia e desde os primeiros semestres, nossos estudantes são incentivados a refletirem sobre a infância "com olhos de criança", também para parafrasear Tonucci. São olhos que a tudo espreitam e mãos que a tudo desejam alcançar. Nem sempre com sucesso, mas na incessante busca.

Coloco em evidência a Semana Mundial do Brincar (SMB) na UEMASUL, que acontece anualmente desde 2019 e tornou-se evento do calendário acadêmico da Pedagogia, desenvolvido tanto nas dependências da universidade, quanto nas escolas com quem temos cooperação.

Esse evento, que não dura apenas uma semana, mas o 1º semestre inteiro com planejamento e avaliação, em 2026, formalizaram nossas Atividades Curriculares de Extensão (ACE).

Nele as crianças podem se expressar a partir das mais diferentes linguagens, sobretudo na nossa Brinquedoteca, laboratório lúdico privilegiado para múltiplas expressões do brincar, inclusive o jogo simbólico. É nesse ambiente de fantasia que já experimentávamos a Medicina, antes que o curso entrasse em funcionamento.

11. As imagens cujos ângulos permitem a identificação das crianças, atendem aos critérios éticos da Metodologia da Pesquisa com Crianças que não só considera a autorização de suas famílias, mas também o assentimento das crianças. Imagens que identificam adultos também contam com Termo de Uso de Imagem.

Figura 3 - Menina (5 anos) brinca de faz-de-conta em Território de Hospital proposto na Brinquedoteca durante a 1ª Semana Mundial do Brincar na UEMASUL



Fonte: ASCOM /UEMASUL, 2019.

O evento privilegia o acesso das crianças às mais diferentes manifestações artísticas, culturais e tecnológicas, por meio de oficinas, brincadeiras livres e atividades lúdicas dirigidas.

Figura 4 - Menina (6 anos) participante do PIBID em Território de Artes Plásticas na Escola Municipal Moranguinho



Fonte: ASCOM /UEMASUL, 2021.

As ações da SMB, ao mesmo tempo que buscam oportunizar às crianças da nossa região o acesso à história e à ancestralidade presentes em nossos museus, também as colocam em contato com as tecnologias disponíveis em nossos laboratórios.

Figura 5 - Menino (5 anos) usa óculos de realidade virtual durante a SMB



Fonte: ASCOM /UEMASUL, 2019.

Figura 6 - Crianças (3 anos) exploram os monóculos em exposição no Museu Afroindígena durante a SMB



Fonte: ASCOM/UEMASUL, 2026.

Há aqui também espaço para os filhos e filhas da universidade que circulam por ela enquanto seus responsáveis trabalham e/ou estudam. Elas que enchem a casa de risos e alegria, ensinam-nos que a universidade deve ser um lugar para todos. É também lugar de Maria Fernanda, bebê assídua e participante ativa em minhas aulas no 1º semestre de 2026, filha de nossa aluna Janaína Andrade, e que vestiu, literalmente, a camisa da SMB.

Figura 7 - Maria Fernanda (14 meses) faz experimentações no Ateliê de Arte durante a SMB



Fonte: ASCOM /UEMASUL, 2026.

As crianças filhas de servidores(as), que visitam o trabalho dos pais no cotidiano e se inserem nos eventos culturais tão ricos de manifestações da nossa região, conferem uma condição ontológica de abertura, experimentação e permanente constituição nas relações que tecem com o território e com os sujeitos que o habitam.

Figura 8 - Reitora Luciléa Gonçalves e Breno (2 anos), filho dos professores Taissa Rodrigues e Josué Viegas



Fonte: ASCOM /UEMASUL, 2025.

Figura 9 - Antônia (4 anos), filha dos professores Keilha Silveira e Geraldo Pimentel acompanha o ritmo junino com palmas enquanto olha para a mãe



Fonte: ASCOM /UEMASUL, 2025.

Figura 10 - Benjamim (7 anos), filho de Frederico Figueiredo, mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Laura (6 anos), filha do Prof. Allison Oliveira, brincam no Arraiá da Uemasul



Fonte: ASCOM /UEMASUL, 2025.

No encontro com a cultura mediada pelos adultos que fazem a Uemasul, elas ocupam os arraiais com seu carisma, fitas, rendas, vivacidade e nos surpreendem com sua generosa forma de ver o mundo. Laura, no Arraial de 2026, após eu sozinha ganhar o prêmio mais esperado no bingo com cartela cheia, ao contrário dos adultos que brincavam que tirei deles a chance, veio me cumprimentar: “Tia, que lindo! Parabéns pelo seu prêmio!”.

Considerações e agradecimentos

O ensaio nos provocou a refletir a identidade institucional da UEMASUL a partir das categorias *infância* e *criança* e a olhar os pequenos como sujeitos

participativos, cuja vitalidade e saberes (sim, crianças também sabem muitas coisas), contribuem para a ressignificação dos espaços. Em sua agência social, acabam por afirmar a expectativa prospectiva dos adultos: "Quando eu crescer, eu vou estudar aqui nessa escola", mas sem renunciar sua voz e vez.

Mas nós não queremos que essa universidade seja delas apenas no futuro. Queremos que seja agora mesmo e, por isso, as trazemos aos nossos laboratórios, museus, salas de aula e até na reitoria.

A reitoria pode não parecer um lugar muito convidativo para as crianças – na visão dos adultos. Mas durante a minha pesquisa de campo do doutorado, enquanto nos organizávamos para retornar à escola, a porta da vice-reitoria se abriu e um grupo de crianças quis saber o que havia ali dentro. Sentaram-se na cadeira na vice-reitora, perguntaram de quem eram os papeis em cima da mesa e quem era aquele homem no porta-retrato fixado na parede.

É essa vitalidade e curiosidade, própria das crianças que desejo que possamos manter. Aquela que não espera ser convidada, mas que, na possibilidade das portas abertas, ocupa os espaços.

Não queremos mais alimentar concepções que dizem "não tenho como explicar esse assunto, porque elas não irão entender", assim como não aceitamos quem diga que não temos "capital intelectual" para levar adiante uma universidade.

Para encaminhar nossa conclusão temporária, preciso registrar minha gratidão aos meus pares e às minhas queridas alunas dessa universidade (a Pedagogia continua sendo majoritariamente feminina), que para mim transformou-se em casa,

lugar de partilha, de existir na condição de professora-pesquisadora-brincante, pelo respeito e pela forma amigável com que lidam com os meus muitos pedidos: “não é para mim, é para as crianças”, digo sempre!

Registro ainda que foi a possibilidade de me afastar integralmente para o doutorado que permitiu aprofundar leituras, estar lado a lado com grandes pesquisadores do cenário dos Estudos da Infância em âmbito nacional e internacional, inclusive de algumas referências que sustentam esse texto.

Agradeço também às crianças, razão do meu fazer profissional e a quem dedico meus esforços para que sejam o que são, no aqui e agora.

À minha orientadora do Doutorado, Profa. Dra. Maria Letícia Nascimento, professora titular na USP, uma das mais importantes referências no campo, por mediar de forma generosa as leituras e reflexões sobre as crianças e as infâncias e por sempre, em todas as oportunidades possíveis, fazer questão me apresentar aos seus pares e dizer: “Essa é Flaviana, minha orientanda do Doutorado. Ela é professora na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão”.

Finalmente, não poderia deixar de encerrar esse ensaio dizendo que sinto muito orgulho de fazer parte dessa história e deixo algumas reflexões para que reverberem nas próximas décadas: O que a UEMASUL ganharia se não abandonasse sua infância? Que potência política, acadêmica e social existe em uma universidade que permanece aberta à invenção, ao espanto e à criação?

Referências

ALANEN, L. Generational order. *In*: QVORTRUP, Jens.; CORSARO, William. A.; HONIG, Michael-Sebastian. **The Palgrave Handbook of Childhood Studies.** London: Palgrave, 2009, p. 35-45.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (orgs.) **Escritos de Educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BUARQUE, C; LOBO, E. Ciranda da bailarina. Intérprete: Coro Infantil. In: LOBO, E; BUARQUE, C. **O Grande Circo Místico.** Rio de Janeiro: Som Livre, 1983. 1 disco de vinil, faixa 9.

CAMACHO, D. M. **"Recordar... para mi es lo mejor del mundo, para ellos es lo peor."** Memorias de niños y niñas víctimas del desplazamiento en Colombia y sujetos con derecho a la memoria. Tese (Doutorado Latinoamericando em Educação). 2022. 200f. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2022.

CORSARO, W. A. **Sociologia da Infância.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. V. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade.** Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOBBI, M. A. *et al.* **As crianças e o direito à cidade:** reflexões sobre o inadiável. *In*: GOBBI, M. A. *et al* (Orgs). O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal. São Paulo: FEUSP, 2022.

JAMES, A. Agency. *In*: QVORTRUP, J.; CORSARO, W. A.; HONIG, M. S. **The Palgrave Handbook of Childhood Studies.** London: Palgrave, 2009, p. 35-45.

JAMES, A.; PROUT, A. (eds.). **Constructing and Reconstructing Childhood.** London: Falmer Press, 1990.

LOPES, J. J. M. A criança e sua condição geográfica: contribuições da Geografia da Infância. **O social em questão**, ano XX, n. 21, 109-122, 2009.

MAYALL, B. Sociologies de l'enfance. *In*: BROUGÈRE, G.; VANDENBROECK, M. (Dir). **Repenser l'education des jeunes enfantes.** Bruxelles-Belgique: Peter Lang Peter Verlag, 2007.

MAYALL, B.. Conversas com Crianças: trabalhando com problemas geracionais. In: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. **Investigação com crianças:** perspectivas e práticas. Porto: ESEPF, 2005.

MAYALL, B. **Towards a sociology for childhood:** thinking from children's lives. Open University Press: Buckingham/Philadelphia, 2002.

NASCIMENTO, M. L. B. P. (In)visibilidade das crianças e (n)as cidades: há crianças? Onde estão?

Dossiê Geografia das Infâncias: fronteiras e conexões. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, vol.23, n.3, p.737-754, set. / dez. 2018.

QVORTRUP, J. A dialética entre a proteção e a participação. **Currículo sem fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2015

QVORTRUP, J. Visibilidade das crianças e da infância. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 20, n. 41, p. 23-42, jan./abr. 2014. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1935/193530606003.pdf. Acesso em: 5 fev. 2021.

SARMENTO, M. J. Infância e cidade: restrições e possibilidades. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 232-240, maio/ago. 2018.

SARMENTO, M. J. A criança cidadã: vias e encruzilhadas, **Imprópria, Política e Pensamento Crítico**, UNIFOP, nº 2, 45-49, 2012.

SARMENTO, M. J. Sociologia da Infância: Correntes e Confluência. In: SARMENTO, M. J.; GOUVÊA, M. C. S. de (org.). **Estudos da Infância:** educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 17-39.

SARMENTO, M. J. Crianças: educação, culturas e cidadania activa – Refletindo em torno de uma proposta de trabalho. **Perspectiva.** Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 17-40, jan./jul. 2005. Disponível em: http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html Acesso em: 10 mai 2026.

TEBET, G. Desemaranhar as linhas da infância: elementos para uma cartografia. In: ABRAMOWICZ, A. TEBET, G. G. de C. **Infância e pós-estruturalismo.** 2. ed. São Carlos-SP: Pedro e João Editores, 2019.

TONUCCI, F. **La cittá dei bambini:** un nuovo modo di pensare la cittá. San Paolo d'Argon-Bergamo: Zeroseiup/ Studio Grafico 2B, 2015.

VIRNO, P. Infância e pensamento crítico. **Imprópria: Política e Pensamento Crítico**, n.2, 2012.

08

A UEMASUL e a interiorização do Ensino Superior na Amazônia Oriental: contribuições para o desenvolvimento regional em sua primeira década



Alinie Rocha Mendes

Doutora e Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Adjunta da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), campus Estreito.



Aroldo Cristiano Guerreiro Leal

Graduado em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Analista de Sistemas Sênior na Organização Brasileira para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Controle do Espaço Aéreo (CTCEA).

A UEMASUL E A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA ORIENTAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SUA PRIMEIRA DÉCADA

Resumo: Esta pesquisa analisou a inserção da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) no processo de interiorização do ensino superior na Amazônia Oriental, discutindo sua trajetória institucional e suas contribuições para o desenvolvimento regional ao longo de sua primeira década de existência. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem predominantemente qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, complementada pela análise de dados secundários provenientes dos Microdados do Censo da Educação Superior de 2024. Os resultados evidenciam que a UEMASUL integra uma rede regional composta por 17 instituições públicas de ensino superior distribuídas entre os estados do Maranhão, Pará, Amapá e Tocantins, destacando-se como a mais jovem entre as cinco universidades estaduais da Amazônia Oriental. A análise demonstra que a instituição desempenha papel relevante na ampliação do acesso à educação superior pública, na produção do conhecimento, na formação de profissionais qualificados e no fortalecimento das capacidades locais de desenvolvimento. Conclui-se que a UEMASUL constitui importante instrumento de democratização do ensino superior e de promoção do desenvolvimento regional, reafirmando o papel estratégico das universidades estaduais na redução

das desigualdades territoriais e na consolidação de trajetórias sustentáveis de desenvolvimento na Amazônia Oriental.

Palavras-chave: UEMASUL; Interiorização do Ensino Superior; Universidades Estaduais; Desenvolvimento Regional; Amazônia Oriental.

UEMASUL AND THE INTERIORIZATION OF HIGHER EDUCATION IN EASTERN AMAZONIA: CONTRIBUTIONS TO REGIONAL DEVELOPMENT DURING ITS FIRST DECADE

Abstract: This study analyzed the role of the State University of the Tocantina Region of Maranhão (UEMASUL) in the process of higher education interiorization in Eastern Amazonia, discussing its institutional trajectory and its contributions to regional development throughout its first decade of existence. The research is characterized as descriptive, with a predominantly qualitative approach, developed through bibliographic and documentary research and complemented by the analysis of secondary data from the 2024 Higher Education Census Microdata. The results show that UEMASUL is part of a regional network composed of 17 public higher education institutions distributed across the states of Maranhão, Pará, Amapá, and Tocantins, standing out as the youngest among the five state universities in Eastern Amazonia. The analysis demonstrates that the institution plays a relevant role in expanding access to public higher education, promoting knowledge production, training qualified professionals, and

strengthening local development capacities. It is concluded that UEMASUL constitutes an important instrument for the democratization of higher education and the promotion of regional development, reaffirming the strategic role of state universities in reducing territorial inequalities and consolidating sustainable development trajectories in Eastern Amazonia.

Keywords: UEMASUL; Higher Education Interiorization; State Universities; Regional Development; Eastern Amazonia.

Introdução

A Amazônia Oriental apresenta desafios históricos relacionados à distribuição das oportunidades educacionais, à extensão territorial e às desigualdades socioeconômicas que caracterizam parte significativa de seus municípios. Nesse contexto, a presença de instituições públicas de ensino superior tem sido apontada como um dos principais instrumentos para ampliar o acesso à educação, fortalecer a formação de profissionais qualificados e estimular processos de desenvolvimento regional baseados na produção e na difusão do conhecimento. Ao aproximar a universidade das comunidades locais, essas instituições contribuem não apenas para a formação acadêmica, mas também para a construção de capacidades sociais, científicas e econômicas capazes de impulsionar transformações nos territórios onde estão inseridas.

No Brasil, a expansão da educação superior

ganhou intensidade a partir das últimas décadas do século XX e das primeiras décadas do século XXI, acompanhando mudanças nas políticas educacionais voltadas à democratização do acesso e à ampliação da oferta pública de ensino. Esse movimento foi amparado por importantes marcos legais, entre os quais se destacam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (Lei n.º 13.005/2014), que estabeleceram metas relacionadas ao aumento das matrículas, à ampliação das oportunidades educacionais e à redução das desigualdades regionais.

Nesse processo, as universidades estaduais passaram a ocupar posição relevante, sobretudo em regiões interioranas. Diferentemente de muitas instituições concentradas nas capitais, essas universidades ampliaram sua presença em cidades médias e pequenas, aproximando a educação superior pública de populações que tradicionalmente encontravam obstáculos econômicos e geográficos para ingressar no ensino universitário. Conforme destacam Bittar e Faria (2013), a interiorização promovida por essas instituições representou importante mecanismo de democratização do acesso ao ensino superior e de fortalecimento das políticas de inclusão educacional.

Os impactos da interiorização, entretanto, não se restringem ao aumento do número de vagas ou à ampliação da cobertura territorial do sistema educacional. Estudos têm demonstrado que a instalação de universidades e institutos públicos tende a produzir efeitos sobre a dinâmica econômica, social e urbana dos municípios, estimulando

a qualificação da mão de obra, a geração de oportunidades profissionais, a circulação de renda e a consolidação de ambientes favoráveis à inovação e ao desenvolvimento local (Carmo; Almeida; Queiroz, 2023). Dessa forma, as instituições de ensino superior passam a desempenhar funções que ultrapassam o âmbito acadêmico, tornando-se atores relevantes na promoção do desenvolvimento regional.

Essa discussão adquire especial importância quando observada sob a perspectiva da Amazônia Legal, região marcada por grandes distâncias geográficas, diversidade sociocultural e persistentes assimetrias territoriais. Nesses espaços, a ampliação da presença universitária tem contribuído para descentralizar oportunidades educacionais e fortalecer cidades que passaram a desempenhar novas funções no contexto regional. Conforme observam Guimarães *et al*. (2022), as políticas de interiorização favoreceram a expansão do ensino superior para além dos grandes centros urbanos, contribuindo para a formação de novas dinâmicas de desenvolvimento em municípios do interior.

É nesse cenário que se insere a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), criada pela Lei Estadual n.º 10.525, de 3 de novembro de 2016, a partir da descentralização da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Sediada em Imperatriz, a instituição surgiu com a missão de ampliar a oferta de educação superior pública na Região Tocantina Maranhense e fortalecer sua capacidade de produção científica, formação profissional e desenvolvimento social. Ao longo de sua trajetória, a universidade consolidou sua atuação por

meio da expansão de cursos, do fortalecimento das atividades de pesquisa e extensão e da ampliação de sua inserção regional. Seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2022–2026) reafirma o compromisso com a formação cidadã, a inovação, a sustentabilidade e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão como elementos centrais de sua atuação institucional.

Embora a literatura sobre expansão e interiorização do ensino superior tenha avançado significativamente nos últimos anos, observa-se menor atenção dedicada às universidades estaduais criadas recentemente em regiões interioranas e aos efeitos de sua atuação sobre os processos de desenvolvimento regional. Essa lacuna torna-se ainda mais evidente na Amazônia Oriental, onde as particularidades territoriais, econômicas e sociais conferem características próprias às experiências de expansão universitária e às estratégias de fortalecimento das capacidades locais de desenvolvimento.

Nesse sentido, a celebração dos dez anos da UEMASUL representa uma oportunidade para refletir sobre sua trajetória institucional e sobre sua contribuição para a consolidação da educação superior pública na região. Por se tratar da mais jovem universidade pública do Maranhão e de uma instituição concebida especificamente para atender às demandas da Região Tocantina Maranhense, sua experiência oferece elementos relevantes para compreender os desafios e as potencialidades associados à interiorização do ensino superior na Amazônia Oriental.

Diante desse contexto, este capítulo tem por objetivo analisar a inserção da Universidade Estadual

da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) no processo de interiorização do ensino superior na Amazônia Oriental, discutindo sua trajetória institucional, sua posição no sistema regional de educação superior pública e suas contribuições para o fortalecimento do desenvolvimento regional ao longo de sua primeira década de existência.

Universidades públicas e desenvolvimento regional

A discussão sobre o desenvolvimento regional tem atribuído crescente importância às instituições de ensino superior, especialmente às universidades públicas, em razão de sua capacidade de produzir conhecimento, formar profissionais e interagir com diferentes segmentos da sociedade. Mais do que espaços destinados à oferta de cursos, essas instituições exercem funções relacionadas à pesquisa, à inovação e à extensão, ampliando sua influência sobre os processos econômicos e sociais dos territórios onde atuam (Oliveira; Moraes, 2016).

Nas últimas décadas, o conhecimento passou a ser reconhecido como um dos principais recursos para a competitividade e para a promoção do desenvolvimento. Nesse contexto, as universidades consolidaram-se como organizações centrais dos sistemas de ciência, tecnologia e inovação, contribuindo para a formação de pesquisadores, para a produção científica e para a disseminação de novos conhecimentos. No Brasil, esse processo ganhou força com a expansão da pós-graduação e com o fortalecimento das políticas de pesquisa e inovação

implementadas a partir da década de 1990 (Oliveira; Moraes, 2016).

A influência das universidades sobre o desenvolvimento regional manifesta-se de diferentes formas. Além da formação de capital humano qualificado, sua presença tende a estimular atividades econômicas locais, ampliar a demanda por serviços, favorecer investimentos públicos e privados e fortalecer setores produtivos vinculados ao conhecimento. Dessa maneira, os benefícios associados à atuação universitária ultrapassam os limites do ambiente acadêmico e alcançam diferentes dimensões da vida econômica e social (Carmo; Almeida; Queiroz, 2023).

Diversos estudos apontam que municípios que recebem instituições públicas de ensino superior experimentam transformações relacionadas à geração de emprego, ao aumento da renda, à valorização de áreas urbanas e à ampliação das oportunidades educacionais. Além disso, a permanência de profissionais qualificados formados localmente contribui para fortalecer a capacidade de inovação e de desenvolvimento das economias regionais (Carmo; Almeida; Queiroz, 2023).

Em regiões marcadas por desigualdades socioeconômicas, a atuação das universidades públicas torna-se ainda mais relevante. A expansão da oferta educacional para áreas interioranas favorece a descentralização de oportunidades e amplia o acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Conforme destacam Guimarães *et al.* (2022), a interiorização do ensino superior tem contribuído para fortalecer cidades de menor porte, promovendo novas dinâmicas

sociais, econômicas e demográficas.

No caso brasileiro, a relação entre universidade e desenvolvimento regional passou a ocupar espaço crescente nas políticas públicas voltadas à educação superior. A expansão das instituições para além das capitais buscou não apenas ampliar o acesso ao ensino, mas também fortalecer capacidades locais e reduzir disparidades territoriais. Nesse sentido, a distribuição espacial das universidades está diretamente associada às estratégias de desenvolvimento regional e à construção de trajetórias sustentáveis de crescimento econômico e inclusão social (Santos; Amaral; Luz, 2023).

Assim, as universidades públicas podem ser compreendidas como organizações que articulam ensino, pesquisa e extensão em benefício da sociedade. Ao produzirem conhecimento, qualificarem profissionais e interagirem com diferentes atores institucionais, contribuem para a consolidação de processos de desenvolvimento regional sustentados pela educação, pela inovação e pela inclusão social.

Universidade pública e produção de conhecimento

A produção de conhecimento constitui uma das principais características que distinguem a universidade de outras instituições de ensino. Além de formar profissionais em diferentes áreas, as universidades desempenham papel fundamental na geração de novos saberes, no avanço científico e no desenvolvimento de soluções voltadas aos desafios enfrentados pela sociedade. No Brasil, as

universidades públicas ocupam posição de destaque nesse processo, concentrando parcela expressiva das atividades de pesquisa desenvolvidas no país (Oliveira; Moraes, 2016).

A valorização do conhecimento científico tornou-se ainda mais evidente em um contexto marcado pela inovação tecnológica, pela globalização e pela crescente complexidade dos problemas econômicos, sociais e ambientais. Nesse cenário, a pesquisa universitária passou a ser reconhecida como elemento estratégico para o fortalecimento da competitividade, da capacidade de inovação e do desenvolvimento nacional (Oliveira; Moraes, 2016).

O fortalecimento da pós-graduação, a ampliação dos mecanismos de financiamento à pesquisa e a expansão das redes de cooperação científica contribuíram para consolidar a universidade pública como principal espaço de produção científica do país. Como resultado, houve crescimento da publicação de artigos, livros, relatórios técnicos e outras formas de disseminação do conhecimento, ampliando a contribuição da ciência para diferentes setores da sociedade.

A relevância da produção científica, entretanto, não se limita ao ambiente acadêmico. O conhecimento produzido nas universidades subsidia políticas públicas, orienta processos de tomada de decisão e favorece o desenvolvimento de tecnologias e práticas voltadas à solução de problemas coletivos. Dessa forma, a universidade exerce papel social que vai além da formação profissional, atuando também como instituição comprometida com o desenvolvimento da sociedade.

A literatura destaca que a pesquisa universitária tende a apresentar forte conexão com os contextos territoriais nos quais está inserida. Em muitas situações, as agendas de investigação são influenciadas pelas demandas locais, permitindo que a produção científica contribua para o fortalecimento de atividades econômicas, para a inovação e para a melhoria das condições de vida da população.

Nas universidades localizadas em regiões interioranas, essa contribuição torna-se particularmente relevante. Ao descentralizar a produção científica e ampliar o acesso à pesquisa, essas instituições colaboram para reduzir desigualdades históricas relacionadas à concentração do conhecimento e da inovação em grandes centros urbanos. Além disso, favorecem a formação de redes de cooperação entre universidades, governos, empresas e organizações da sociedade civil.

No âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), a pesquisa e a inovação ocupam posição estratégica em sua atuação institucional. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2022-2026) estabelece diretrizes voltadas ao fortalecimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, reafirmando o compromisso da instituição com a produção de conhecimentos socialmente relevantes e com o desenvolvimento sustentável da Região Tocantina Maranhense e da Amazônia Oriental (UEMASUL, 2022).

Dessa forma, a produção do conhecimento reafirma a importância das universidades públicas como instituições comprometidas não apenas com a formação acadêmica, mas também com a promoção

do desenvolvimento científico, tecnológico e social dos territórios onde estão inseridas.

Interiorização do Ensino Superior no Brasil

A ampliação territorial da educação superior brasileira constitui uma das transformações mais significativas observadas nas últimas décadas. Entre as estratégias adotadas para ampliar o acesso à formação universitária, destaca-se a interiorização do ensino superior, entendida como o processo de expansão das instituições para municípios localizados fora das capitais e dos principais centros urbanos. Essa política buscou reduzir desigualdades de acesso e ampliar as oportunidades educacionais para populações historicamente afastadas das universidades (Bittar; Faria, 2013).

Embora o crescimento da educação superior tenha se intensificado a partir da década de 1990, sua distribuição inicial ocorreu de maneira desigual, concentrando-se principalmente nas regiões metropolitanas e no setor privado. Conforme observa Andrade (2015), o aumento da demanda por formação universitária impulsionou a expansão da oferta de vagas, mas grande parte desse crescimento ocorreu por meio de instituições privadas voltadas predominantemente às atividades de ensino.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) e, posteriormente, a implementação das metas do Plano Nacional de Educação (Lei n.º 13.005/2014) contribuíram para fortalecer iniciativas voltadas à expansão territorial da educação superior. A partir

desse período, a interiorização passou a ser entendida como mecanismo relevante para ampliar a oferta pública de ensino e reduzir assimetrias regionais historicamente presentes no sistema educacional brasileiro.

As universidades estaduais tiveram participação expressiva nesse processo. Em razão de sua presença histórica em cidades médias e pequenas, essas instituições desempenharam papel importante na descentralização das oportunidades educacionais. Segundo Andrade (2015), a atuação dessas universidades permitiu atender populações que frequentemente encontravam dificuldades de acesso às instituições localizadas nas capitais ou em grandes centros urbanos.

Os efeitos da interiorização ultrapassaram o âmbito educacional. A presença de instituições públicas de ensino superior passou a influenciar a economia local, estimular investimentos, fortalecer a infraestrutura urbana e ampliar a circulação de conhecimento e inovação. Em consequência, a expansão universitária passou a ser compreendida também como instrumento de desenvolvimento regional (Guimarães *et al.*, 2022).

Outro resultado relevante refere-se à ampliação das oportunidades de ingresso no ensino superior para estudantes de menor renda. Ao aproximar a oferta educacional dos locais de residência da população, a interiorização reduziu barreiras relacionadas aos custos de deslocamento e permanência, favorecendo processos de inclusão social e democratização do acesso ao ensino superior (Bittar; Faria, 2013).

Ao longo do século XXI, a interiorização

consolidou-se como uma das principais diretrizes das políticas públicas de educação superior. Conforme destacam Santos, Amaral e Luz (2023), a expansão territorial das instituições contribuiu para redistribuir oportunidades educacionais e fortalecer a presença universitária em regiões anteriormente pouco contempladas pela oferta pública de ensino superior.

É nesse contexto que se insere a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), criada em 2016 para ampliar a oferta de educação superior pública no sul maranhense. Sua trajetória representa exemplo recente das políticas de interiorização implementadas no país e evidencia a importância das universidades estaduais na democratização do acesso à educação superior e no fortalecimento do desenvolvimento regional.

Percurso da pesquisa

Este estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva, de abordagem predominantemente qualitativa, complementada por dados secundários quantitativos, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa descritiva busca apresentar e analisar características de determinado fenômeno, permitindo compreender sua configuração e suas relações com o contexto em que está inserido (Gil, 2022). A abordagem qualitativa possibilita compreender fenômenos sociais a partir da interpretação de seus significados e contextos (Minayo, 2015).

A etapa bibliográfica foi realizada com o

objetivo de identificar contribuições teóricas relacionadas às universidades públicas, à produção do conhecimento, à interiorização do ensino superior, ao desenvolvimento regional e ao papel das universidades estaduais no processo de democratização do acesso à educação superior. Para tanto, foram utilizados artigos científicos, livros, capítulos de livros e documentos institucionais que abordam a expansão do ensino superior brasileiro e suas implicações para o desenvolvimento territorial.

A pesquisa documental fundamentou-se na análise de documentos oficiais relacionados à Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), com destaque para o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022-2026, além de legislações e documentos institucionais que permitiram compreender o processo de criação, a missão institucional e as diretrizes estratégicas da universidade.

Adicionalmente, foram utilizados dados secundários provenientes dos Microdados do Censo da Educação Superior de 2024, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os dados foram organizados por meio de tabulação e análise descritiva das frequências absolutas das instituições públicas de ensino superior localizadas nos estados da Amazônia Oriental analisados, possibilitando a elaboração de tabelas e quadros comparativos sobre as instituições públicas de ensino superior do Maranhão e as universidades estaduais da Amazônia Oriental.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise documental, buscando identificar

elementos relacionados à expansão do ensino superior público, à interiorização universitária e à inserção regional da UEMASUL. Os resultados foram interpretados à luz da literatura especializada sobre universidades públicas, desenvolvimento regional e interiorização do ensino superior, possibilitando relacionar os dados empíricos obtidos com os referenciais teóricos discutidos ao longo do estudo.

Por fim, a pesquisa adotou como recorte espacial a Amazônia Oriental, com especial atenção ao estado do Maranhão e à Região Tocantina Maranhense, por constituírem o contexto de atuação da UEMASUL. O recorte temporal compreende o período correspondente à primeira década de existência da universidade (2016-2026), considerando sua criação institucional e sua trajetória de consolidação como instituição pública de ensino superior voltada ao desenvolvimento regional.

A educação superior pública na Amazônia Oriental

A educação superior pública desempenha papel estratégico na Amazônia Oriental, região caracterizada por ampla extensão territorial, diversidade socioambiental e significativas desigualdades econômicas e educacionais. Historicamente, a concentração das instituições de ensino superior nas capitais e nos grandes centros urbanos dificultou o acesso da população residente em municípios do interior, contribuindo para a manutenção de assimetrias regionais no acesso à educação, à pesquisa e à inovação. Nesse contexto, a

expansão e a interiorização das instituições públicas de ensino superior tornaram-se elementos fundamentais para a promoção do desenvolvimento regional e para a democratização das oportunidades educacionais (Bittar; Faria, 2013).

A Amazônia Oriental compreende uma área marcada por desafios relacionados à infraestrutura, mobilidade, distribuição populacional e acesso a serviços públicos. Tais características reforçam a importância das universidades públicas como instituições capazes de promover a formação de profissionais qualificados, a produção de conhecimento científico e o desenvolvimento de soluções voltadas às demandas locais. Conforme destacam Guimarães *et al.* (2022), a interiorização do ensino superior contribui para fortalecer cidades médias e pequenas, ampliando sua capacidade de atração de estudantes, pesquisadores e investimentos, além de favorecer novas dinâmicas econômicas e sociais nos territórios interioranos.

Nas últimas décadas, as políticas públicas de expansão do ensino superior possibilitaram a ampliação da presença de universidades federais, estaduais e institutos federais na região amazônica. Esse movimento foi acompanhado pela criação de novos campi, pela abertura de cursos de graduação e pós-graduação e pelo fortalecimento das atividades de pesquisa e extensão. Segundo Santos, Amaral e Luz (2023), a expansão territorial das instituições de ensino superior contribuiu para reduzir desigualdades regionais e ampliar a distribuição das oportunidades educacionais no território brasileiro, especialmente em áreas historicamente menos atendidas pelas

políticas públicas de educação superior.

No contexto da Amazônia Oriental, as universidades públicas exercem papel que ultrapassa a dimensão educacional. Além da formação acadêmica, essas instituições atuam na produção de conhecimento sobre questões ambientais, econômicas, sociais e culturais que caracterizam a região, contribuindo para a formulação de políticas públicas e para o desenvolvimento sustentável dos territórios amazônicos. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão permite que as universidades estabeleçam vínculos diretos com as comunidades locais, fortalecendo sua capacidade de intervenção e transformação social.

Os Microdados do Censo da Educação Superior de 2024 evidenciam a relevância da rede pública de ensino superior na Amazônia Oriental. Nos estados do Maranhão, Pará, Amapá e Tocantins, observa-se a presença de universidades federais, universidades estaduais e institutos federais distribuídos entre capitais e municípios do interior, constituindo uma estrutura fundamental para a interiorização da educação superior e para a promoção do desenvolvimento regional. Esse conjunto institucional demonstra que a expansão das instituições públicas representa importante estratégia para reduzir desigualdades territoriais e ampliar o acesso à formação superior em regiões distantes dos grandes centros urbanos.

Nesse cenário, a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) integra a rede pública de educação superior da Amazônia Oriental como uma instituição criada especificamente para

atender às demandas educacionais, científicas e sociais da Região Tocantina Maranhense. Sua inserção nesse sistema regional evidencia a importância das universidades estaduais no fortalecimento da interiorização do ensino superior e na construção de trajetórias de desenvolvimento regional sustentadas pela educação, pela ciência e pela inovação.

Panorama das Instituições Públicas da Amazônia Oriental

O Maranhão ocupa posição estratégica no contexto da Amazônia Oriental por reunir características geográficas, econômicas, sociais e culturais que o conectam simultaneamente ao Nordeste e à Amazônia Legal. Essa condição confere ao estado papel relevante nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional, especialmente aquelas relacionadas à educação superior, à ciência, à tecnologia e à inovação. Em razão de sua extensão territorial e das desigualdades socioeconômicas existentes entre diferentes regiões do estado, a ampliação da oferta de educação superior pública tem sido considerada um importante instrumento para promover inclusão social, qualificação profissional e fortalecimento das capacidades locais de desenvolvimento.

Nas últimas décadas, o Maranhão acompanhou o movimento nacional de expansão e interiorização do ensino superior, observando-se a ampliação da presença de instituições públicas em diferentes regiões do estado (Tabela 1). Esse processo contribuiu para reduzir barreiras geográficas de acesso à educação

superior e ampliar as oportunidades educacionais para estudantes residentes em municípios distantes da capital. Conforme destacam Bittar e Faria (2013), a interiorização das instituições públicas representa uma das principais estratégias de democratização do ensino superior, permitindo que parcelas da população historicamente excluídas tenham acesso à formação universitária sem a necessidade de migração para os grandes centros urbanos.

A importância da educação superior para o desenvolvimento maranhense torna-se ainda mais evidente quando se considera a inserção do estado na Amazônia Oriental. A presença de universidades públicas e institutos federais contribui não apenas para a formação de profissionais qualificados, mas também para a produção de conhecimento voltado às especificidades econômicas, sociais e ambientais da região. Nesse sentido, as instituições de ensino superior assumem papel estratégico na geração de pesquisas, no desenvolvimento de tecnologias e na construção de soluções capazes de atender às demandas locais e regionais.

Tabela 1 – Distribuição das Instituições Públicas por Estado da Amazônia Oriental (2024)

Estado	Quantidade de Instituições Públicas
Pará	6
Maranhão	4
Tocantins	4
Amapá	3
Total	**17**

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do Censo da Educação Superior 2024 (INEP, 2025).

Os dados evidenciam a presença de 17 instituições públicas de ensino superior distribuídas nos estados da Amazônia Oriental analisados (Quadro 1). O Pará concentra o maior número de instituições (6), seguido por Maranhão e Tocantins (4 instituições cada) e Amapá (3 instituições). Esse cenário demonstra a relevância da rede pública de educação superior para a interiorização do ensino, a formação de recursos humanos qualificados e o fortalecimento do desenvolvimento regional na Amazônia Oriental. A inserção da UEMASUL nesse contexto reforça sua importância como instituição estratégica para a ampliação das oportunidades educacionais e para a consolidação das políticas de desenvolvimento territorial na Região Tocantina Maranhense.

Quadro 1 - Instituições Públicas de Ensino Superior da Amazônia Oriental

Nº	Instituição	Sigla	UF	Categoria Administrativa	Organização Acadêmica	Município-sede
1	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Amapá	IFAP	AP	Pública Federal	Instituto Federal/ Cefet	Macapá
2	Universidade Do Estado Do Amapá	UEAP	AP	Pública Estadual	Universidade	Macapá
3	Universidade Federal Do Amapá	UNIFAP	AP	Pública Federal	Universidade	Macapá
4	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Maranhão	IFMA	MA	Pública Federal	Instituto Federal/ Cefet	São Luís
5	Universidade Estadual Da Região Tocantina Do Maranhão	UEMASUL	MA	Pública Estadual	Universidade	Imperatriz

Continua

Continuação

6	Universidade Estadual Do Maranhão	UEMA	MA	Pública Estadual	Universidade	São Luís
7	Universidade Federal Do Maranhão	UFMA	MA	Pública Federal	Universidade	São Luís
8	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Pará	IFPA	PA	Pública Federal	Instituto Federal/ Cefet	Belém
9	Universidade Do Estado Do Pará	UEPA	PA	Pública Estadual	Universidade	Belém
10	Universidade Federal Do Oeste Do Pará	UFOPA	PA	Pública Federal	Universidade	Santarém
11	Universidade Federal Do Pará	UFPA	PA	Pública Federal	Universidade	Belém
12	Universidade Federal Do Sul E Sudeste Do Pará	UNIFESSPA	PA	Pública Federal	Universidade	Marabá
13	Universidade Federal Rural Da Amazônia	UFRA	PA	Pública Federal	Universidade	Belém
14	Fundação Universidade Federal Do Tocantins	UFT	TO	Pública Federal	Universidade	Palmas
15	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Tocantins	IFTO	TO	Pública Federal	Instituto Federal/ Cefet	Palmas
16	Universidade Estadual Do Tocantins	UNITINS	TO	Pública Estadual	Universidade	Palmas
17	Universidade Federal do Norte do Tocantins	UFNT	TO	Pública Federal	Universidade	Araguaína

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do Censo da Educação Superior 2024 (INEP, 2025).

Foram identificadas 17 instituições públicas de ensino superior nos estados da Amazônia Oriental analisados. Esse conjunto institucional evidencia a relevância das universidades e institutos federais para a interiorização da educação superior e para o fortalecimento do desenvolvimento regional. Os Microdados do Censo da Educação Superior de 2024 mostram que essa rede é composta por 8 universidades federais, 5 universidades estaduais e 4 institutos federais, demonstrando a diversidade institucional responsável pela oferta de ensino superior público na região. Em conjunto, essas instituições desempenham papel estratégico na formação de recursos humanos qualificados, na produção de conhecimento científico e na promoção da inclusão educacional em um território marcado por grandes desafios socioeconômicos e territoriais.

No contexto maranhense, os Microdados do Censo da Educação Superior de 2024 evidenciam que o sistema público de ensino superior é composto pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) e pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA) (Quadro 2). Essas instituições desempenham funções complementares na formação acadêmica, na pesquisa científica e nas atividades de extensão, fortalecendo a capacidade do estado de promover o desenvolvimento regional por meio da educação e da produção do conhecimento. Nesse cenário, a UEMASUL destaca-se por sua missão voltada especificamente ao fortalecimento do desenvolvimento educacional, científico e social da Região Tocantina Maranhense.

Quadro 2 – Instituições Públicas de Ensino Superior do Maranhão (2024)

Instituição	Sigla	Categoria Administrativa	Organização Acadêmica	Município-Sede
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	Pública Federal	Universidade	São Luís
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	Pública Estadual	Universidade	São Luís
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão	UEMASUL	Pública Estadual	Universidade	Imperatriz
Instituto Federal do Maranhão	IFMA	Pública Federal	Instituto Federal/Cefet	São Luís

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do Censo da Educação Superior 2024 (INEP, 2025).

A rede pública maranhense é composta por quatro instituições principais, duas federais (UFMA e IFMA) e duas estaduais (UEMA e UEMASUL), evidenciando a importância da atuação conjunta dessas organizações para a ampliação do acesso ao ensino superior no estado.

No conjunto das universidades públicas maranhenses, a UEMASUL ocupa posição singular por ser a instituição mais recente do estado e por ter sido criada especificamente para atender às demandas da Região Tocantina Maranhense.

Diferentemente das demais universidades públicas estaduais, cuja atuação abrange diferentes regiões do Maranhão, a UEMASUL nasceu com a missão de fortalecer a interiorização do ensino superior e contribuir para o desenvolvimento econômico, social, científico e cultural do sul

maranhense. Essa característica reforça sua relevância no contexto da Amazônia Oriental e evidencia o papel das universidades estaduais como instrumentos de desenvolvimento territorial.

Dessa forma, o Maranhão apresenta uma configuração institucional que evidencia a importância da educação superior pública para a redução das desigualdades regionais e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Nesse cenário, a UEMASUL destaca-se como uma experiência recente de interiorização universitária, cuja trajetória se insere em um movimento mais amplo de fortalecimento das instituições públicas de ensino superior na Amazônia Oriental.

A UEMASUL e a interiorização do Ensino Superior Maranhense

A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) foi criada pela Lei Estadual nº 10.525, de 3 de novembro de 2016, como resultado do processo de descentralização da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). A referida norma estabeleceu a criação da nova universidade estadual com sede em Imperatriz, conferindo-lhe autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar para atender às demandas educacionais da Região Tocantina Maranhense. Sua criação representou um marco para a educação superior maranhense, especialmente para os municípios localizados no sul do estado, ao ampliar a presença do ensino superior público em uma área estratégica para o desenvolvimento regional (Quadro 3).

Quadro 3 – Universidades Estaduais da Amazônia Oriental: Caracterização Comparativa

Universidade	Estado	Ano de criação	Município-sede
UEAP	AP	2006	Macapá
UEMA	MA	1981	São Luís
UEMASUL	MA	2016	Imperatriz
UEPA	PA	1993	Belém
UNITINS	TO	1990	Palmas

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do Censo da Educação Superior 2024 (INEP, 2025) e informações institucionais das universidades analisadas.

A comparação evidencia que a UEMASUL integra um grupo restrito de apenas cinco universidades estaduais localizadas na Amazônia Oriental, destacando-se por ser a mais jovem entre elas. Sua criação, em 2016, ocorreu em um contexto distinto daquele que marcou a constituição das demais universidades estaduais da região, refletindo a continuidade das políticas de interiorização e expansão do ensino superior público no século XXI. Esse resultado demonstra que o processo de democratização do acesso à educação superior permanece ativo na Amazônia Oriental e reforça o papel estratégico das universidades estaduais para o desenvolvimento regional.

A instituição surgiu em um contexto marcado pela necessidade de fortalecimento das políticas de interiorização do ensino superior público. A própria Lei nº 10.525/2016 estabelece como fundamento da criação da UEMASUL a ampliação da oferta de educação superior pública e o fortalecimento

do desenvolvimento regional da Região Tocantina Maranhense, reforçando a relação entre universidade e desenvolvimento territorial.

Conforme discutido anteriormente, a expansão das universidades estaduais tem desempenhado papel relevante na democratização do acesso à educação superior e na redução das desigualdades regionais (Bittar; Faria, 2013; Andrade, 2015). Nesse cenário, a criação da UEMASUL (Quadro 4) representa uma iniciativa alinhada às políticas nacionais de ampliação das oportunidades educacionais em regiões historicamente afastadas dos grandes centros universitários.

De acordo com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2022-2026), a missão da UEMASUL consiste em produzir, sistematizar e socializar conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, contribuindo para a formação cidadã e para o desenvolvimento sustentável da Região Tocantina Maranhense e da Amazônia Oriental. A instituição fundamenta sua atuação em princípios relacionados à inclusão social, à responsabilidade socioambiental, à excelência acadêmica e ao compromisso com o desenvolvimento regional, buscando consolidar-se como referência na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico (UEMASUL, 2022).

Quadro 4 – Caracterização Institucional da UEMASUL

Característica	Informação
Nome	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Sigla	UEMASUL
Natureza Jurídica	Pública Estadual
Organização Acadêmica	Universidade
Município-Sede	Imperatriz (MA)
Ano de Criação	2016
Base Legal	Lei Estadual nº 10.525/2016
Área de Atuação	Região Tocantina Maranhense
Campi	Imperatriz, Açailândia e Estreito

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do Censo da Educação Superior 2024 (INEP, 2025).

A distribuição dos campi em diferentes municípios evidencia materialmente a estratégia de interiorização que orientou a criação da UEMASUL, ampliando o acesso ao ensino superior público em áreas historicamente distantes dos grandes centros universitários.

A inserção regional da UEMASUL constitui um dos principais elementos que justificam sua relevância no sistema público de ensino superior maranhense. Localizada em uma região caracterizada por intenso dinamismo econômico e por forte influência sobre municípios do sul do Maranhão, norte do Tocantins e sudeste do Pará, a universidade atua como importante instrumento de integração territorial e desenvolvimento regional. Sua presença contribui para ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior público, reduzir fluxos migratórios

de estudantes em direção às capitais e fortalecer a formação de profissionais qualificados comprometidos com as demandas locais.

Além da ampliação do acesso à educação superior, a UEMASUL desempenha papel relevante na produção de conhecimento científico voltado às especificidades da região. A pesquisa desenvolvida pela instituição contribui para o avanço do conhecimento em áreas estratégicas relacionadas ao desenvolvimento regional, à sustentabilidade ambiental, à gestão pública, às ciências agrárias, às ciências sociais aplicadas e à formação de professores. Ao estimular a investigação científica e a inovação, a universidade fortalece sua capacidade de responder aos desafios econômicos, sociais e ambientais presentes na Amazônia Oriental.

A extensão universitária constitui outro importante mecanismo de interação entre a UEMASUL e a sociedade. Por meio de projetos, programas, eventos e ações comunitárias, a instituição promove a difusão do conhecimento produzido em seus cursos e grupos de pesquisa, aproximando a universidade das demandas da população regional. Essa interação favorece a construção de soluções para problemas locais, fortalece a cidadania e amplia o impacto social das atividades acadêmicas.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão evidencia o papel da UEMASUL como agente de desenvolvimento regional. O ensino contribui para a formação de profissionais qualificados; a pesquisa possibilita a produção de conhecimentos e tecnologias voltadas às necessidades da região; e a extensão promove a transferência desse conhecimento para a

sociedade. Em conjunto, essas dimensões fortalecem a capacidade institucional da universidade de contribuir para o desenvolvimento econômico, social, científico e cultural da Região Tocantina Maranhense.

Ao completar sua primeira década de existência, a UEMASUL consolida-se como uma das principais instituições públicas de ensino superior do Maranhão. Sua trajetória demonstra que a interiorização universitária não se limita à ampliação da oferta educacional, mas constitui estratégia de desenvolvimento territorial capaz de promover inclusão social, produção de conhecimento, inovação e fortalecimento das capacidades regionais. Nesse sentido, a experiência da UEMASUL reafirma a importância das universidades estaduais como instrumentos de democratização do ensino superior e de promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia Oriental.

Desafios e perspectivas para a próxima década

Ao completar sua primeira década de existência, a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) consolida-se como uma importante instituição pública de ensino superior no contexto da Amazônia Oriental. Entretanto, assim como outras universidades estaduais brasileiras, a instituição enfrenta desafios relacionados à expansão acadêmica, ao fortalecimento da pesquisa, à ampliação das atividades de extensão e à consolidação de sua identidade institucional em um cenário marcado por transformações econômicas, tecnológicas e sociais.

Um dos principais desafios para a próxima década

refere-se ao fortalecimento da pós-graduação *stricto sensu*. Embora a expansão dos cursos de graduação tenha sido fundamental para a interiorização do ensino superior na Região Tocantina Maranhense, o avanço da produção científica e da inovação tecnológica exige a ampliação de programas de mestrado e doutorado capazes de contribuir para a formação de pesquisadores e para a consolidação de grupos de pesquisa alinhados às demandas regionais. Nesse sentido, o fortalecimento da pós-graduação representa uma condição estratégica para ampliar a capacidade institucional de geração de conhecimento e aumentar a inserção da universidade nos cenários científico nacional e internacional.

Outro desafio importante está relacionado à ampliação da produção científica e da inovação. As universidades contemporâneas são cada vez mais demandadas a produzir conhecimento aplicado aos problemas sociais, econômicos e ambientais dos territórios onde estão inseridas. Para a UEMASUL, essa perspectiva assume relevância especial diante dos desafios associados ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Oriental, à preservação ambiental, à gestão pública, à educação, ao agronegócio e às transformações socioeconômicas da Região Tocantina. O fortalecimento da pesquisa científica e das ações de inovação poderá ampliar a contribuição da universidade para o desenvolvimento regional e para a formulação de soluções voltadas às necessidades locais.

A expansão e a qualificação das atividades de extensão universitária também figuram entre os desafios institucionais para os próximos anos. A

relevância desse tema foi reforçada pela Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e determinou a integração das atividades extensionistas aos currículos dos cursos de graduação. Nesse contexto, a curricularização da extensão exige o fortalecimento de programas capazes de aproximar a universidade das comunidades locais, dos setores produtivos e das instituições públicas, ampliando o impacto social das atividades acadêmicas e fortalecendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

A internacionalização constitui igualmente uma perspectiva estratégica para a próxima década. O estabelecimento de parcerias com instituições nacionais e estrangeiras, a participação em redes de pesquisa e a ampliação da mobilidade acadêmica podem contribuir para fortalecer a visibilidade institucional da UEMASUL e ampliar as oportunidades de cooperação científica. Embora as universidades localizadas em regiões interioranas frequentemente enfrentem limitações estruturais para avançar nesse processo, a internacionalização tem se consolidado como elemento importante para o fortalecimento da qualidade acadêmica e da produção científica.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de ampliação e modernização da infraestrutura física e tecnológica. A transformação digital da educação, intensificada nos últimos anos, exige investimentos contínuos em laboratórios, bibliotecas, sistemas de informação, ambientes virtuais de aprendizagem e recursos tecnológicos capazes de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. A disponibilidade

de infraestrutura adequada constitui condição fundamental para garantir a qualidade da formação acadêmica e a competitividade institucional.

Apesar desses desafios, as perspectivas para a próxima década mostram-se promissoras. A localização estratégica da UEMASUL em uma região de crescente importância econômica e social, associada ao fortalecimento das políticas de interiorização do ensino superior e à consolidação de sua atuação regional, oferece condições favoráveis para a ampliação de sua contribuição ao desenvolvimento da Amazônia Oriental. A experiência acumulada ao longo dos primeiros dez anos de funcionamento demonstra o potencial da instituição para ampliar sua presença acadêmica, fortalecer sua produção científica e consolidar-se como referência regional em ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Dessa forma, os desafios e perspectivas aqui apresentados evidenciam que o futuro da UEMASUL está diretamente associado à sua capacidade de fortalecer sua missão institucional e ampliar sua contribuição para o desenvolvimento regional. Ao investir na qualificação acadêmica, na produção do conhecimento, na inovação e na interação com a sociedade, a universidade poderá consolidar seu papel como uma das principais instituições públicas de ensino superior da Amazônia Oriental, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, sustentável e baseada no conhecimento.

O Quadro 5 sintetiza os principais eixos estratégicos que poderão orientar a atuação da UEMASUL em sua segunda década de existência. Observa-se que os desafios institucionais identificados estão diretamente relacionados ao fortalecimento da pós-graduação, à ampliação da produção científica, à qualificação das atividades de extensão, à expansão das redes de cooperação acadêmica e à modernização da infraestrutura.

Quadro 5 – Agenda estratégica para a próxima década da UEMASUL

Eixo Estratégico	Perspectivas para a próxima década
Pós-graduação	Ampliação de mestrados e doutorados
Pesquisa e inovação	Fortalecimento de grupos de pesquisa e produção científica
Extensão universitária	Ampliação da curricularização e impacto social
Internacionalização	Cooperação acadêmica e redes de pesquisa
Infraestrutura e tecnologia	Modernização de laboratórios e transformação digital

Fonte: Elaboração própria com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UEMASUL (2022–2026) e na análise realizada neste estudo.

Em conjunto, essas iniciativas tendem a fortalecer a capacidade institucional da universidade de responder às demandas da Região Tocantina Maranhense e da Amazônia Oriental, ampliando sua contribuição para a formação de recursos humanos qualificados, a produção de conhecimento e o desenvolvimento regional sustentável. Dessa forma, a consolidação desses eixos estratégicos poderá contribuir para posicionar a UEMASUL como uma

referência regional em ensino, pesquisa, extensão e inovação, fortalecendo sua inserção no sistema público de educação superior brasileiro.

Considerações finais

A educação superior pública desempenha papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico, social, científico e cultural dos territórios onde está inserida. No contexto brasileiro, as políticas de expansão e interiorização do ensino superior contribuíram significativamente para ampliar o acesso à formação universitária, reduzir desigualdades regionais e fortalecer a capacidade de produção e difusão do conhecimento em áreas historicamente menos atendidas pelas instituições de ensino superior. Nesse processo, as universidades estaduais assumiram papel estratégico ao ampliar a oferta de vagas públicas e promover a presença universitária em municípios localizados fora dos grandes centros urbanos.

O presente estudo analisou a inserção da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) no processo de interiorização do ensino superior na Amazônia Oriental, discutindo sua trajetória institucional e suas contribuições para o desenvolvimento regional ao longo de sua primeira década de existência. A análise realizada evidenciou que a criação da UEMASUL, em 2016, representou um importante marco para a educação superior maranhense, especialmente para a Região Tocantina, ao ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior público e fortalecer a presença do Estado

em uma região estratégica para o desenvolvimento da Amazônia Oriental.

Os dados analisados demonstraram que a UEMASUL integra uma rede regional de instituições públicas de ensino superior que desempenham papel relevante na formação de profissionais qualificados, na produção científica e no fortalecimento das capacidades locais de desenvolvimento. No contexto maranhense, observou-se que a universidade ocupa posição singular por ser a mais jovem instituição universitária pública do estado e por ter sido concebida especificamente para atender às demandas educacionais, científicas e sociais da Região Tocantina Maranhense. Essa característica diferencia a UEMASUL de outras experiências de interiorização universitária, conferindo-lhe identidade regional própria e forte compromisso com o desenvolvimento territorial.

Os resultados evidenciaram a existência de 17 instituições públicas de ensino superior na Amazônia Oriental, distribuídas entre universidades federais, universidades estaduais e institutos federais. Nesse conjunto, a UEMASUL destaca-se como uma das cinco universidades estaduais da região e como a mais jovem entre elas, reforçando sua relevância no processo contemporâneo de interiorização do ensino superior público.

A análise também permitiu constatar que a contribuição da UEMASUL ultrapassa a dimensão educacional. Por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a instituição participa da formação de recursos humanos, da produção de conhecimento científico, da difusão de tecnologias e da interação com a sociedade, fortalecendo processos de

desenvolvimento regional sustentados pela educação e pela inovação. Nesse sentido, a universidade consolida-se como importante agente de transformação social e de promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia Oriental.

Por outro lado, os desafios identificados ao longo do estudo evidenciam a necessidade de continuidade dos investimentos institucionais voltados à ampliação da pós-graduação, ao fortalecimento da pesquisa científica, à internacionalização, à modernização da infraestrutura e à ampliação das ações de extensão universitária. O enfrentamento desses desafios será fundamental para consolidar a posição da UEMASUL no sistema público de educação superior e ampliar sua contribuição para o desenvolvimento regional na próxima década.

Conclui-se, portanto, que a experiência da UEMASUL reafirma a importância das universidades estaduais como instrumentos de democratização do acesso à educação superior, redução das desigualdades territoriais e promoção do desenvolvimento regional. Ao completar seus primeiros dez anos de existência, a instituição demonstra potencial para ampliar sua atuação acadêmica e fortalecer sua contribuição para a formação cidadã, a produção do conhecimento e o desenvolvimento sustentável da Região Tocantina Maranhense e da Amazônia Oriental, consolidando-se como uma referência regional no âmbito da educação superior pública.

Agradecimento

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pelo apoio à formação em pós-graduação que contribuiu para o desenvolvimento das reflexões e análises apresentadas neste estudo.

Referências

ANDRADE, M. E. de. Interiorização da educação superior: demandas de democratização e parceria com o poder público municipal. **HOLOS**, Natal, v. 2, p. 235–249, 2015. DOI: 10.15628/holos.2015.2192.

BITTAR, M.; FARIA, S. C. Política de educação superior e a interiorização das universidades estaduais. **Multitemas**, Campo Grande, n. 44, p. 57-76, 2013.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Microdados do Censo da Educação Superior 2024.** Brasília: INEP, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior. Acesso em: 25 maio 2026.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm :. Acesso em: 29 maio 2026.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 20 maio 2026.

CARMO, A. F. do; ALMEIDA, J. E. de; QUEIROZ, D. K. de. Interiorização do ensino superior e o desenvolvimento regional brasileiro: uma revisão de literatura. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 24, p. 607-624, 2023. DOI: 10.35701/rcgs.v24.895.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GUIMARÃES, E. N. *et al*. A interiorização do ensino superior e a mobilidade estudantil reversa nos pequenos municípios. In: MACEDO, F. C. de; MONTEIRO NETO, A.; VIEIRA, D. J. (org.). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI.** Brasília: Ipea, 2022.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, J. F.; MORAES, K. N. Produção do conhecimento na universidade pública no Brasil: tensões, tendências e desafios. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 73-95, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-4698161626

SANTOS, F. P.; AMARAL, P.; LUZ, L. Expansão do ensino superior e a distribuição regional das universidades

brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** v. 25, e202317, 2023. DOI: https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202317

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022-2026.** Imperatriz: UEMASUL, 2022. Disponível em: https://www.uemasul.edu.br/institucional/pdi-plano-de-desenvolvimento-institucional-2022-2026/ Acesso em: 20 maio 2026.

09

Entre proximidades e distâncias:
a UEMASUL e sua relação com as terras indígenas na região metropolitana do sudoeste maranhense



Taíssa Caroline Silva Rodrigues

Doutora em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente e Mestre em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), é Professora Adjunta III da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Atua na área de Geotecnologias, com ênfase na área de sensoriamento remoto,geoprocessamento e cartografia. Desenvolve pesquisas relacionadas ao uso e cobertura da terra, dinâmica ambiental, queimadas e desmatamento nos biomas maranhenses. É bolsista produtividade Sênior da UEMASUL e professora permanente do mestrado em Ciências Ambientais da UEMASUL e em Geografia da UFMA.



Isabel Silva da Silva

Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Integrante do Grupo de Pesquisa em Geomorfologia e Mapeamento (GEOMAP/UEMA), desenvolveu pesquisas financiadas pela FAPEMA e UEMA sobre erosão dos solos, dinâmica geomorfológica e monitoramento ambiental. Atuou em projetos de recuperação de áreas degradadas e bioengenharia de solos no Parque Estadual do Bacanga. Possui experiência em educação ambiental, geotecnologias e ensino de Geografia, com interesse em Geomorfologia, Pedologia e práticas pedagógicas inovadoras.



Luis Eduardo da Silva Carvalho

Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e graduado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPA/UFMA), desenvolve pesquisas nas áreas de Geografia Urbana, Geografia da Saúde, Educação Ambiental e Geotecnologias. Atuou como bolsista PIBID e PIBIC/CNPq, além de exercer atividades de ensino na educação básica. Seus estudos concentram-se em saúde urbana, espaços públicos, educação geográfica e questões socioambientais.

ENTRE PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS: A UEMASUL E SUA RELAÇÃO COM AS TERRAS INDÍGENAS NA REGIÃO METROPOLITANA DO SUDOESTE MARANHENSE

Resumo: O presente estudo analisa a relação espacial entre a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) e as Terras Indígenas localizadas na porção sudoeste do estado do Maranhão, buscando compreender como as dinâmicas de proximidade e distância se articulam na produção das desigualdades de acesso e permanência de povos indígenas no ensino superior. A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, fundamentada na análise espacial e na categoria território.Os procedimentos metodológicos envolveram levantamento bibliográfico, análise documental e elaboração de mapas temáticos em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG), com base em dados do IBGE e da FUNAI. Os resultados indicam que, embora exista relativa proximidade entre algumas Terras Indígenas e a UEMASUL, a distribuição espacial é marcada por dispersão e desigualdades de acessibilidade, condicionadas por fatores sociais, econômicos e de mobilidade. Conclui-se que a distância geográfica, isoladamente, não explica as desigualdades observadas, sendo necessário considerar a articulação entre dimensões espaciais, sociais e institucionais.

Palavras-chave: Ensino superior; Povos indígenas; Território; Desigualdades socioespaciais.

BETWEEN PROXIMITY AND DISTANCE: UEMASUL AND ITS RELATIONSHIP WITH INDIGENOUS LANDS IN THE SOUTHWEST MARANHÃO METROPOLITAN REGION

Abstract: This study analyzes the spatial relationship between the State University of the Tocantina Region of Maranhão (UEMASUL) and the Indigenous Lands located in the southwestern part of the state of Maranhão, seeking to understand how the dynamics of proximity and distance interact in the creation of inequalities in access to and retention in higher education among Indigenous peoples. The research is qualitative in nature, with an exploratory and descriptive approach, grounded in spatial analysis and the category of territory. The methodological procedures involved a literature review, document analysis, and the creation of thematic maps using a Geographic Information System (GIS), based on data from IBGE (2022) and FUNAI (2022). The results indicate that, although there is relative proximity between some Indigenous Lands and UEMASUL, the spatial distribution is marked by dispersion and inequalities in accessibility, conditioned by social, economic, and mobility factors. It is concluded that geographical distance, on its own, does not explain the observed inequalities, and it is necessary to consider the interplay between spatial, social, and institutional dimensions.

Keywords: Higher education; Indigenous peoples; Territory; Socio-spatial inequalities.

Introdução

A ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil, especialmente a partir da consolidação das políticas de ações afirmativas, tem possibilitado a inserção de grupos historicamente excluídos desse nível de ensino, entre os quais se destacam os povos indígenas. Nesse processo, a Lei n.º 12.711/2012 representou um marco ao instituir a reserva de vagas em instituições públicas federais, ampliando significativamente as possibilidades de ingresso. Ainda assim, diversos estudos apontam que, apesar dos avanços institucionais, persistem desigualdades estruturais que afetam não apenas o acesso, mas também a permanência de estudantes indígenas no ambiente universitário (Brasil, 2012; Guzmán, 2024).

Paralelamente a esse cenário de desafios, observa-se a ampliação de iniciativas acadêmicas voltadas à valorização dos povos indígenas no ensino superior. No âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), destacam-se pesquisas desenvolvidas em Terras Indígenas da região, como estudos no território do povo Krikati, que mostram a centralidade da língua como elemento estruturante da identidade cultural e como dimensão indissociável do território (Pedra; Silva, 2025). Essas iniciativas sinalizam a construção de práticas acadêmicas mais sensíveis à diversidade sociocultural e aos saberes indígenas.

No contexto maranhense, essa problemática adquire contornos específicos em razão da expressiva presença de povos indígenas e da forma como suas Terras Indígenas se distribuem no território estadual.

Embora juridicamente reconhecidas, essas áreas ainda enfrentam limitações no acesso a serviços públicos essenciais, incluindo a educação superior (IBGE, 2022; CIMI, 2021). Nessa perspectiva, o território não pode ser compreendido apenas como base física, mas como uma construção social, política e cultural, diretamente relacionada às condições de reprodução das formas de vida desses povos (Santos, 2006).

As desigualdades educacionais, por sua vez, não podem ser dissociadas das dinâmicas territoriais. Para Bourdieu (1996), os espaços educacionais são atravessados pela distribuição desigual de capitais econômicos, sociais e culturais, o que condiciona as possibilidades de inserção de diferentes grupos sociais. No caso dos povos indígenas, tais desigualdades são intensificadas por fatores espaciais, como a distância em relação aos centros urbanos e as limitações das infraestruturas de mobilidade, o que reforça a necessidade de análises que articulem espaço, sociedade e educação.

Nesse cenário, a interiorização do ensino superior tem desempenhado papel relevante na reconfiguração das dinâmicas regionais, especialmente em áreas historicamente periféricas. No Maranhão, esse processo se materializa com a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), instituída em 2016 e consolidada a partir de 2017 no município de Imperatriz. A universidade se insere como importante vetor de desenvolvimento regional, associado à centralização de serviços, infraestrutura e fluxos de estudantes (Araújo, 2024; Araújo; Silveira, 2024).

A centralidade de Imperatriz se expressa na sua

capacidade de atração regional, estruturando uma rede de fluxos que ultrapassa os limites administrativos formais. Nesse contexto, a presença da UEMASUL próxima a diversas Terras Indígenas suscita a reflexão sobre a relação entre proximidade espacial e acesso ao ensino superior por povos indígenas. No entanto, essa proximidade não garante igualdade de acesso, uma vez que o ingresso e a permanência são atravessados por barreiras econômicas, de mobilidade, culturais e institucionais (Baniwa, 2019; Guzmán, 2024).

Do ponto de vista geográfico, este estudo parte da compreensão do território como categoria ativa na produção das desigualdades socioespaciais, conforme proposto por Milton Santos (2006). Nesse sentido, o acesso ao ensino superior relaciona-se diretamente à forma como o espaço é organizado e às hierarquias que estruturam a rede urbana regional. A análise privilegia, assim, a articulação entre centralidade urbana, acessibilidade e desigualdade territorial, buscando compreender como essas dimensões influenciam as possibilidades reais de inserção de povos indígenas no ensino superior.

Diante disso, problematiza-se: de que forma a relação entre proximidade geográfica e desigualdades socioespaciais influencia o acesso e a permanência de povos indígenas no ensino superior ofertado pela UEMASUL?

Este estudo tem como objetivo analisar a relação entre a UEMASUL e as Terras Indígenas da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, com ênfase na distribuição espacial, nas condições de acessibilidade territorial e nas desigualdades socioespaciais que influenciam o acesso e a permanência de povos

indígenas no ensino superior.

Parte-se do pressuposto de que, embora exista relativa proximidade territorial entre a UEMASUL e as Terras Indígenas da região, o acesso ao ensino superior não depende exclusivamente da distância geográfica. No caso analisado, o ingresso na instituição ocorre majoritariamente por meio do PAES, que incorpora políticas de ação afirmativa baseadas em critérios como escola pública, renda e autodeclaração racial, contemplando também estudantes indígenas.

Nesse contexto, o estudo se justifica pela necessidade de compreender as desigualdades territoriais no acesso à educação superior em regiões marcadas por dispersão espacial e limitações de infraestrutura, como o sudoeste maranhense. Ao analisar a relação entre a UEMASUL e as Terras Indígenas, contribui-se para o debate sobre a produção das desigualdades socioespaciais e para reflexões sobre políticas públicas mais sensíveis às especificidades dos povos indígenas.

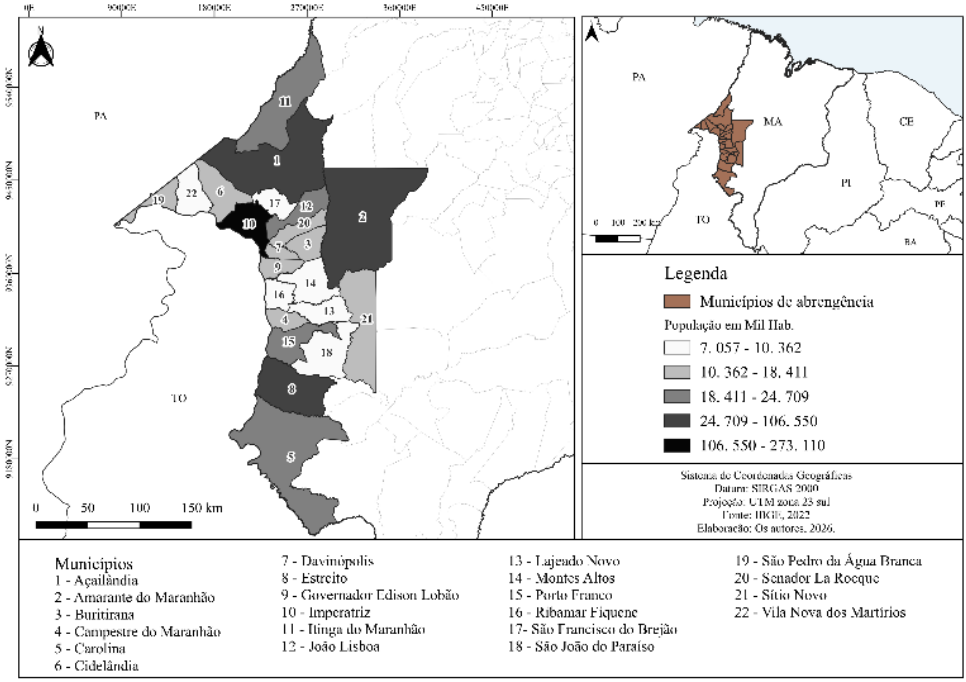
Área de estudo

A área de estudo corresponde à Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, localizada na porção oeste do estado do Maranhão, em área de transição com a região Norte e próxima à divisa com o Tocantins. Essa região se estrutura em torno de Imperatriz, que exerce forte centralidade regional ao concentrar atividades econômicas, serviços e infraestrutura, consolidando-se como principal pólo urbano (IBGE, 2022; Araújo, 2024).

A distribuição dos municípios e seus respectivos

contingentes populacionais, apresentada na Figura 1, revela uma expressiva concentração demográfica em Imperatriz, o que reforça sua capacidade de atração de fluxos internos e regionais.

Figura 1 – Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense: municípios e distribuição populacional



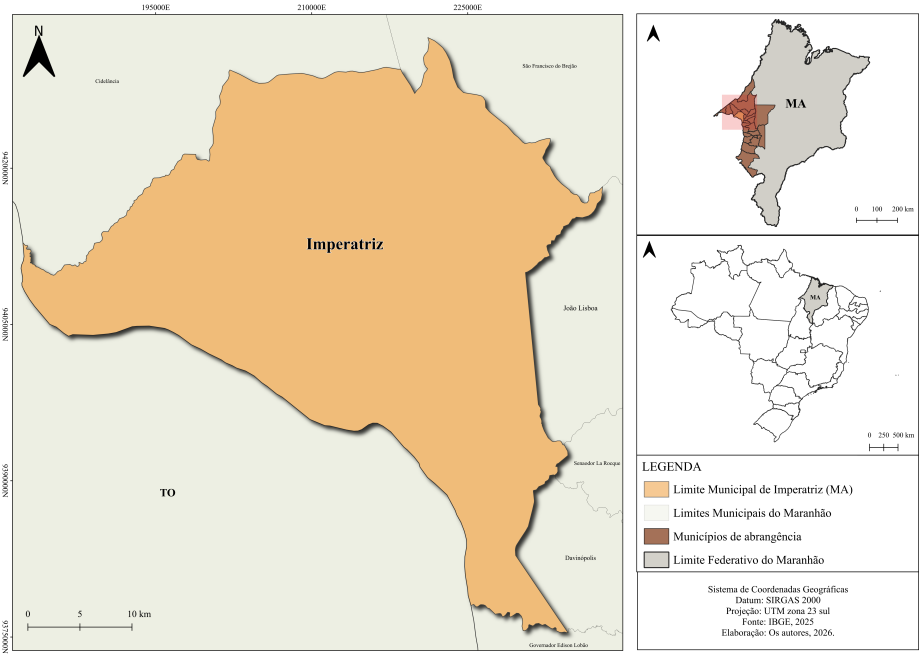
Fonte: Autores, 2026.

Esse padrão de concentração demográfica está diretamente associado à oferta de infraestrutura e serviços, incluindo instituições de ensino superior, o que intensifica a função de Imperatriz como pólo regional. Nesse contexto, a presença da UEMASUL insere-se na dinâmica de centralização de oportunidades urbanas, influenciando o deslocamento

de estudantes oriundos de diferentes municípios e territórios, inclusive de áreas indígenas.

A localização de Imperatriz no estado do Maranhão, apresentada na Figura 2, reforça sua posição estratégica na porção oeste do território estadual, ampliando sua área de influência para além da região metropolitana e alcançando municípios situados em estados vizinhos.

Figura 2 – Localização do município de Imperatriz (MA)



Fonte: Autores, 2026.

Nesse cenário, destaca-se a UEMASUL como instituição pública de ensino superior responsável por parcela significativa da formação acadêmica regional, atraindo estudantes de diferentes origens territoriais

(Araújo, 2024). Sua atuação fortalece o papel de Imperatriz como centro educacional e amplia sua articulação com áreas externas à Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Dessa forma, a organização espacial analisada não se restringe aos recortes administrativos formais, envolvendo também relações funcionais mais amplas que conectam Imperatriz a territórios do seu entorno, incluindo Terras Indígenas localizadas na porção sudoeste do Maranhão e em áreas sob influência direta do polo urbano. Ainda que não integrem formalmente a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, essas áreas mantêm vínculos com Imperatriz, sobretudo por meio de fluxos de deslocamento e acesso a serviços urbanos.

Assim, a área de estudo caracteriza-se por uma estrutura territorial fortemente centralizada em Imperatriz, marcada pela articulação entre diferentes municípios e territórios. Essa configuração indica a importância de considerar não apenas os limites administrativos, mas também as relações espaciais e funcionais que estruturam a dinâmica regional. Tais elementos são fundamentais para compreender as condições de acesso ao ensino superior por povos indígenas, conforme discutido nas seções seguintes.

Caminhos da pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. Do ponto de vista teórico-metodológico, fundamenta-se na análise espacial, tomando o território como categoria central de

interpretação, conforme proposto por Milton Santos (2006). Parte-se da compreensão de que as noções de proximidade e distância não se restringem à dimensão estritamente física, envolvendo também fatores sociais, econômicos e institucionais que estruturam as possibilidades de acesso ao ensino superior.

Os procedimentos metodológicos envolveram, inicialmente, levantamento bibliográfico de autores que discutem território, educação indígena e desigualdades socioespaciais, bem como análise documental de marcos legais e institucionais relacionados ao ensino superior e aos povos indígenas.

No âmbito empírico, realizou-se análise cartográfica por meio da elaboração de mapas temáticos no *software* de geoprocessamento QGIS, utilizando bases secundárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI, 2022). Os dados foram organizados no sistema de coordenadas geográficas SIRGAS 2000, com projeção UTM, zona 23 Sul.

Esses procedimentos permitiram representar a distribuição espacial das Terras Indígenas e sua relação com a localização da UEMASUL, possibilitando a análise das condições de proximidade territorial. As distâncias foram estimadas a partir da leitura cartográfica e da escala dos mapas produzidos, caracterizando uma aproximação espacial de natureza analítica, e não uma mensuração de deslocamento real.

Os dados também foram sistematizados em tabela, contemplando informações sobre os povos indígenas, a localização municipal e a situação jurídica das Terras Indígenas analisadas. Ressalta-se, contudo,

que algumas informações, especialmente as que são referentes aos instrumentos legais de demarcação, não estavam plenamente sistematizadas nas bases consultadas, sendo essa limitação incorporada ao rigor metodológico do estudo.

Análise da distribuição territorial

A distribuição das Terras Indígenas em relação ao município de Imperatriz e à UEMASUL mostra uma configuração territorial marcada por dispersão espacial e centralização urbana na porção sudoeste do Maranhão. Essa organização revela que o acesso ao ensino superior na região não é condicionado apenas pela proximidade geográfica, mas sobretudo pela forma como a rede urbana estrutura desigualdades de acessibilidade e integração territorial.

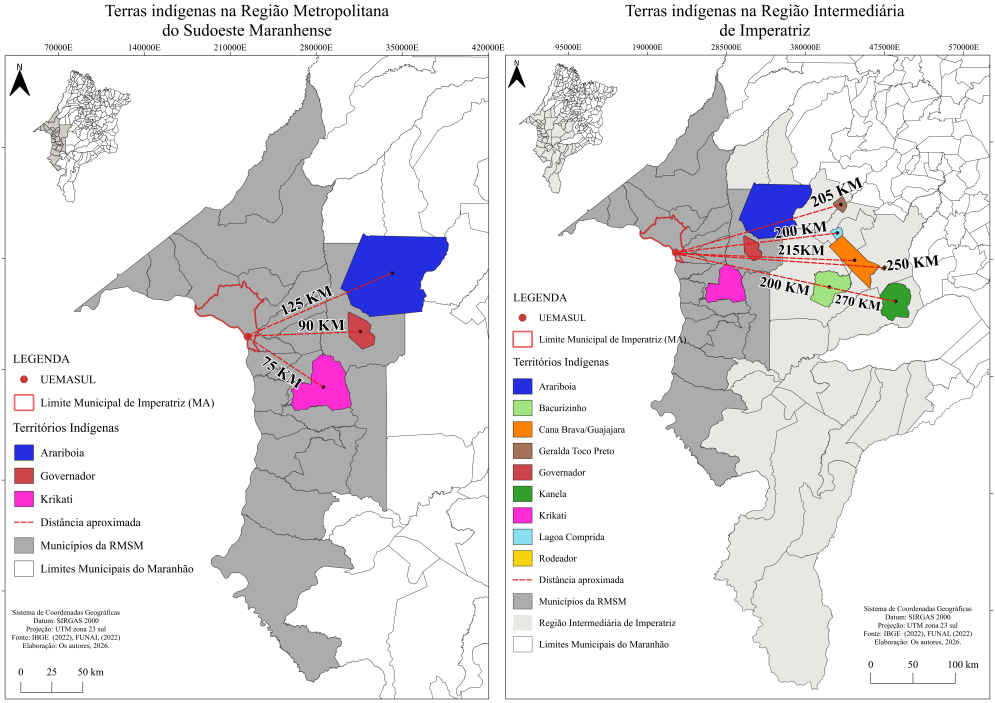
Conforme apresentado na Figura 3, observa-se que Terras Indígenas como Araribóia, Bacurizinho, Cana Brava/Guajajara, Krikati, Governador e Porquinhos dos Canela-Apãnjekra distribuem-se em diferentes direções e distâncias em relação ao polo urbano de Imperatriz, configurando uma lógica territorial marcada por desigual integração ao centro regional.

A leitura do mapa permite identificar um gradiente de acessibilidade territorial, no qual as distâncias variam entre aproximadamente 75 km e 270 km. Mais do que uma medida física, essa variação expressa diferentes condições de mobilidade, acesso a serviços e inserção nas dinâmicas urbanas regionais.

Terras Indígenas como Krikati (cerca de 75 km) e Urucu/Juruá (aproximadamente 125 km) apresentam maior proximidade relativa ao polo de Imperatriz,

situando-se em áreas mais diretamente articuladas à dinâmica regional. Em posição intermediária, encontram-se territórios como Cana Brava/Guajajara e Bacurizinho, próximos de 200 km, que embora fora da delimitação formal da região metropolitana, mantêm vínculos funcionais com o centro urbano. Já em maior distanciamento, destacam-se Lagoa Comprida (250 km) e Porquinhos dos Canela-Apãnjekra (270 km), indicando menor integração direta ao polo regional.

Figura 3 – Distribuição de Terras Indígenas na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense e na Região Intermediária de Imperatriz (MA)



Fonte: Autores, 2026.

Essa configuração espacial reforça que o espaço é produto de relações sociais desiguais, sendo estruturado por hierarquias que influenciam diretamente os níveis de acessibilidade. Nesse sentido, conforme Lefebvre (2006), o espaço não é neutro, mas produzido socialmente, o que ajuda a compreender por que a proximidade geográfica não garante acesso efetivo ao ensino superior.

Para aprofundar essa análise, a Tabela 1 sistematiza as Terras Indígenas da região, articulando povos, localização municipal e situação jurídica, permitindo compreender como essas territorialidades se organizam em relação ao polo urbano. A seguir, apresenta-se a sistematização das Terras Indígenas analisadas, considerando povos, localização municipal e situação jurídica.

Tabela 1 – Situação jurídica das Terras Indígenas na porção sudoeste do Maranhão

Terra Indígena	Povo(s)	Município(s)	Situação jurídica / instrumento legal
Arariboia	Guajajara / Awá-Guajá	Amarante / Arame / Grajaú (MA)	Homologada
Bacurizinho	Guajajara	Grajaú (MA)	Homologada
Cana Brava	Guajajara	Grajaú (MA)	Homologada
Governador	Gavião (Pykopjê)	Amarante (MA)	Homologada
Krikati	Krikati	Montes Altos / Sítio Novo (MA)	Homologada
Lagoa Comprida	Guajajara	Não informado	Não informado nas bases consultadas
Porquinhos	Canela-Apãnjekrá	Fernando Falcão / Barra do Corda / Grajaú (MA)	Homologada (Decreto, 1983)

Continua

Continuação

Rodeador	Guajajara	Barra do Corda (MA)	Dominial indígena (Decreto nº 88.813/1983)
Urucu/Juruá	Guajajara	Grajaú (MA)	Homologada (Decreto nº 382/1991)

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA); Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); elaboração dos autores (2026).

A leitura integrada do quadro e do mapa revela que a maioria das Terras Indígenas apresenta situação de homologação, embora ainda existam lacunas de sistematização em algumas bases oficiais. Esses dados indicam que o território não se limita à dimensão jurídica, mas resulta de processos históricos e políticos que também influenciam o acesso a políticas públicas, incluindo a educação superior.

No plano regional, Imperatriz se consolida como principal polo urbano do sudoeste maranhense, concentrando infraestrutura, serviços e instituições de ensino superior, entre elas a UEMASUL, o que reforça sua centralidade na rede urbana regional (Araújo, 2024). Essa centralidade, entretanto, também expressa a desigual distribuição de oportunidades no território, uma vez que a concentração de serviços produz hierarquias espaciais de acesso.

Nesse contexto, a UEMASUL não pode ser compreendida apenas como um elemento de oferta educacional, mas como agente inserido na produção dessas dinâmicas territoriais. Sua localização em um polo regional intensifica fluxos estudantis, mas não elimina as desigualdades estruturais que condicionam o acesso de populações indígenas oriundas de territórios mais distantes.

Nesse contexto, a UEMASUL não pode ser

compreendida apenas como um elemento de oferta educacional, mas como agente inserido na produção dessas dinâmicas territoriais. Para além de sua função formativa, a universidade desenvolve um conjunto de ações institucionais de ensino, pesquisa e extensão voltadas aos povos indígenas da região, com destaque para iniciativas articuladas ao Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT), que reúne atividades de pesquisa arqueológica, etnológica e educação patrimonial envolvendo diferentes povos indígenas do Maranhão, como Guajajara, Krikati e Canela.

Essas ações também se articulam a práticas de extensão universitária e atividades formativas realizadas em territórios indígenas e em contextos educacionais da região, evidenciando uma aproximação entre a universidade e as dinâmicas socioterritoriais indígenas, constituindo, assim, um conjunto relevante de práticas institucionais que contribuem para a inserção da UEMASUL no debate sobre povos indígenas e território.

Essas relações extrapolam os limites administrativos formais da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, uma vez que diversas Terras Indígenas mantêm vínculos funcionais com Imperatriz por meio de deslocamentos e acesso a serviços urbanos. Trata-se, portanto, de um território relacional, estruturado por conexões desiguais entre centro e periferia (Santos, 2006).

No campo educacional, tais desigualdades também se explicam pela distribuição desigual de capitais sociais, econômicos e culturais, que condicionam o acesso e a permanência no ensino

superior. Como aponta Bourdieu (1996), essas estruturas tendem a reproduzir desigualdades no espaço social, afetando diretamente trajetórias acadêmicas de grupos historicamente excluídos.

Apesar dos avanços normativos garantidos pela Constituição Federal de 1988, pela LDB (Lei n.º 9.394/1996), pela Lei n.º 12.711/2012 e pelo PNE (Lei n.º 13.005/2014), persistem limitações estruturais à efetivação do direito à educação superior, especialmente em contextos marcados por dispersão territorial e desigualdade socioespacial (IBGE, 2022; CIMI, 2021).

Ainda assim, a presença da UEMASUL na região também tem possibilitado a ampliação de iniciativas acadêmicas voltadas aos povos indígenas, incluindo pesquisas realizadas em Terras Indígenas, como aquelas desenvolvidas no território do povo Krikati, que destacam a centralidade da língua como elemento constitutivo da identidade cultural e do território (Pedra; Silva, 2025). Essas ações indicam a existência de relações acadêmicas em construção entre universidade e territórios indígenas, embora ainda permeadas por limites estruturais mais amplos.

Considerações finais

O presente estudo analisou a relação espacial entre a UEMASUL e as Terras Indígenas localizadas na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, com ênfase na compreensão das noções de proximidade e distância e suas implicações para o acesso e a permanência de povos indígenas no ensino superior.

Os resultados apontam que a distribuição

das Terras Indígenas em relação ao polo urbano de Imperatriz é marcada por uma configuração territorial dispersa, na qual as distâncias variam de forma significativa, configurando diferentes níveis de acessibilidade no território. Nesse sentido, a análise demonstrou que a proximidade geográfica, embora presente em alguns casos, não se traduz automaticamente em condições efetivas de acesso à universidade.

Compreende-se, assim, que o acesso ao ensino superior constitui um processo complexo e multidimensional, que não pode ser explicado exclusivamente pela distância física. Elementos como desigualdades socioeconômicas, condições de mobilidade, infraestrutura territorial e capital cultural atuam de forma articulada na produção das desigualdades que incidem sobre a trajetória acadêmica de povos indígenas.

Do ponto de vista teórico, o estudo reforça a pertinência da compreensão do território como categoria ativa na produção das desigualdades socioespaciais, conforme proposto por Milton Santos (2006), bem como da análise das estruturas de reprodução social presentes no campo educacional, conforme discutido por Bourdieu (1996). Essas abordagens permitem ultrapassar uma leitura meramente física do espaço, mostrando seu caráter socialmente produzido e desigual.

Nesse contexto, a centralidade de Imperatriz enquanto polo urbano e educacional indicam a concentração de infraestrutura, serviços e oportunidades no território regional, o que reforça hierarquias espaciais que organizam os fluxos

estudantis e condicionam o acesso a bens e serviços essenciais, incluindo a educação superior.

Conclui-se, portanto, que a relação entre a UEMASUL e as Terras Indígenas não pode ser compreendida apenas a partir da lógica da proximidade territorial, uma vez que as desigualdades socioespaciais se mostram determinantes na configuração do acesso ao ensino superior. Ainda assim, a presença da universidade na região representa um elemento relevante no processo de interiorização da educação superior, contribuindo para a ampliação de oportunidades formativas.

Observa-se também a existência de iniciativas acadêmicas voltadas aos povos indígenas, especialmente por meio de pesquisas realizadas em seus territórios, que valorizam saberes, línguas e práticas culturais tradicionais, indicando o fortalecimento de uma relação mais próxima entre universidade e comunidades indígenas.

Entretanto, permanece como desafio a consolidação de políticas públicas que não se limitem ao acesso, mas que garantam condições efetivas de permanência estudantil, considerando as especificidades socioculturais, territoriais e econômicas desses sujeitos.

Referências

ARAÚJO, M. R. S. **Rede urbana e a interiorização do ensino superior e da formação de professores na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense:** condicionantes e desafios para o desenvolvimento regional. 2024. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2024.

ARAÚJO, M. R. S.; SILVEIRA, R. L. L. Interiorização da educação superior e polarização estudantil na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense. **Geografia (Londrina)**, v. 33, n. 2, p. 189–205, 2024.

BANIWA, G. **Educação indígena no Brasil:** avanços e desafios. Manaus: EDUA, 2019.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 30 ago. 2012.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil.** Brasília: CIMI, 2021.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Terras Indígenas no Brasil. Brasília: FUNAI, 2025. 1 conjunto de dados geoespaciais. Escala 1:250.000. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/. Acesso em: 9 jul. 2026.

GUZMÁN, P. R. S. **Ações afirmativas e povos indígenas no ensino superior.** 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022:** características gerais dos indígenas. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. São Paulo: Editora da UFPE, 2006.

PEDRA, S. C.; SILVA, M. da G. T. Educação do campo e educação escolar indígena: variações linguísticas no território do povo Krikati. **Revista PPC – Políticas Públicas e Cidades**, Curitiba, v. 14, n. 6, p. 1–20, 2025.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

10 anos da UEMASUL: ensino, formação e práticas pedagógicas no curso de Administração



Marcos Aurélio Cavalcanti Ayres

Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas pela UNSINOS. Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté. Pós-graduado em Auditoria e Gestão Pública pela INAPES. Bacharel em Administração e em Ciências Contábeis. Atualmente é professor efetivo do curso de Administração da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, Campus Imperatriz.



Thiago Sousa Silva

Graduado em Administração de Empresas; MBA em Gerenciamento de Projetos; Graduado em Fisioterapia; Pós-graduado em Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial; Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional; Doutor em Ciência e Tecnologia Ambiental. Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual da Região Tocantina do MA, diretor do curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual da Região Tocantina do MA. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional., atuando principalmente nos seguintes temas: organizações. fusões, aquisições, interculturalidade, educação empreendedora, marketing, clientes, fidelização, design thinking e inovação.

10 ANOS DA UEMASUL: ENSINO, FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Resumo: Este capítulo analisa a trajetória do ensino, da formação acadêmica e das práticas pedagógicas no curso de Administração da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, com destaque para o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras (CCHSL), campus Imperatriz, ao longo de sua primeira década de funcionamento. A partir de uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, fundamentada em referenciais teóricos da educação superior e da formação em Administração, o estudo evidencia o processo de consolidação institucional do curso, a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a adoção de metodologias ativas e o fortalecimento do corpo docente. Destacam-se também a integração entre ensino, pesquisa e extensão, o uso de tecnologias educacionais e a contribuição do curso para o desenvolvimento socioeconômico da Região Tocantina do Maranhão. Os resultados apontam avanços significativos na qualidade do ensino e na formação de profissionais qualificados para atuação nos setores público e privado, embora ainda persistam desafios relacionados à ampliação da pesquisa científica, à permanência estudantil e à consolidação da estrutura acadêmica.

Palavras-chave: Administração; Ensino superior; Formação acadêmica; Práticas pedagógicas.

10 YEARS OF UEMASUL: TEACHING, TRAINING AND PEDAGOGICAL PRACTICES IN THE ADMINISTRATION COURSE

Abstract: This chapter analyzes the trajectory of teaching, academic training, and pedagogical practices in the Administration course at the State University of the Tocantins Region of Maranhão, focusing on the Center for Human, Social and Literary Sciences (CCHSL), Imperatriz campus, during its first decade. Using a qualitative, descriptive, and analytical approach, the study examines the institutional consolidation of the course, updates to the Course Pedagogical Project (PPC), the adoption of active methodologies, and the strengthening of the teaching staff. It also discusses the integration of teaching, research, and extension activities, the use of educational technologies, and the course's contribution to the socioeconomic development of the Tocantins Region of Maranhão. The findings indicate advances in teaching quality and professional training for the public and private sectors, while also identifying challenges related to scientific research expansion, student retention, and the consolidation of the academic structure.

Keywords: Academic training; Administration; Higher education; Pedagogical practices.

Introdução

A expansão do ensino superior público no Brasil, especialmente em regiões como interior do nordeste brasileiro, configura-se como uma estratégia

essencial para a promoção da equidade social e do desenvolvimento regional. Nesse cenário, a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) representa um marco institucional relevante, ao ampliar o acesso à educação superior e fortalecer a produção de conhecimento em uma região com forte potencial econômico, mas marcada por desigualdades estruturais.

Inserido nesse contexto, o curso de Administração do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras (CCHSL), campus Imperatriz, assume papel estratégico na formação de profissionais qualificados para atuação nos setores público e privado. Considerando a centralidade da gestão no desenvolvimento organizacional e territorial, a formação em Administração torna-se elemento-chave para a dinamização econômica e institucional da Região Tocantina do Maranhão.

Além disso, as transformações no campo da educação superior, impulsionadas por mudanças tecnológicas, sociais e econômicas, exigem a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a reconfiguração dos processos formativos. Nesse sentido, o curso de Administração da UEMASUL tem buscado alinhar-se às demandas contemporâneas, incorporando metodologias ativas, fortalecendo a formação docente e promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Diante desse contexto, este capítulo tem como objetivo analisar a trajetória do curso sob a perspectiva do ensino, da formação e das práticas pedagógicas, evidenciando seus avanços, desafios e contribuições para o desenvolvimento regional.

A universidade diante das transformações contemporâneas

A discussão sobre o ensino superior contemporâneo exige a compreensão de diferentes abordagens teóricas que fundamentam as práticas pedagógicas e os processos formativos. Em um contexto marcado por rápidas transformações sociais, tecnológicas e econômicas, a universidade é constantemente desafiada a ressignificar seu papel, superando modelos tradicionais de ensino e incorporando novas perspectivas educacionais.

Nesse sentido, a obra de Paulo Freire (1996) constitui um dos principais marcos teóricos para a compreensão de uma educação crítica e emancipadora. Para o autor, o processo educativo deve ser construído a partir do diálogo, da problematização da realidade e da valorização do sujeito como agente ativo na produção do conhecimento. Freire critica a chamada "educação bancária", caracterizada pela transmissão passiva de conteúdo, defendendo uma pedagogia que estimule a reflexão, a autonomia e a transformação social. No contexto do ensino superior, especialmente na formação em Administração, essa perspectiva implica formar profissionais capazes de analisar criticamente os contextos organizacionais e atuar de forma ética e transformadora.

Complementarmente, Libâneo (2013) destaca a importância da didática como elemento central no processo de ensino-aprendizagem. Para o autor, a didática não se limita a técnicas de ensino, mas constitui uma mediação entre teoria e prática, orientada para a aprendizagem significativa. Essa abordagem reforça a necessidade de o professor

atuar como mediador do conhecimento, organizando situações didáticas que favoreçam a construção ativa do saber pelos estudantes. No campo da Administração, essa mediação é particularmente relevante, uma vez que exige a articulação entre conceitos teóricos e sua aplicação em situações reais e complexas do ambiente organizacional.

Ainda nesse debate, Pimenta e Anastasiou (2014) contribuem ao discutir a docência no ensino superior como uma prática que exige não apenas domínio do conteúdo, mas também competências pedagógicas específicas. Segundo as autoras, o professor universitário deve desenvolver uma prática reflexiva, capaz de integrar ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma formação mais crítica e contextualizada. Essa perspectiva reforça a necessidade de formação continuada docente, especialmente em cursos como Administração, que demandam constante atualização frente às dinâmicas do mercado e das organizações.

No campo das metodologias inovadoras, Moran (2018) destaca que as metodologias ativas representam uma ruptura com os modelos tradicionais de ensino, ao colocar o estudante no centro do processo de aprendizagem. Para o autor, estratégias como aprendizagem baseada em problemas (Problem-Based Learning – PBL), sala de aula invertida, estudos de caso e aprendizagem por projetos permitem o desenvolvimento de competências complexas, como pensamento crítico, resolução de problemas, trabalho em equipe e tomada de decisão.

Essas metodologias são particularmente relevantes no ensino de Administração, uma vez que aproximam o estudante de situações reais do contexto

organizacional, promovendo uma aprendizagem mais significativa e aplicada. Além disso, contribuem para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, cada vez mais valorizadas no mercado de trabalho contemporâneo.

Outro aspecto importante refere-se ao uso de tecnologias educacionais. Segundo Moran (2018), a integração de tecnologias digitais ao ensino amplia as possibilidades pedagógicas, permitindo a personalização da aprendizagem, o acesso a diferentes fontes de conhecimento e a construção colaborativa do saber. No contexto pós-pandemia, essa dimensão tornou-se ainda mais relevante, consolidando modelos híbridos de ensino que combinam atividades presenciais e virtuais.

No âmbito das políticas educacionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Administração (Brasil, 2021) estabelecem princípios fundamentais para a formação do egresso. As DCNs enfatizam a formação por competências, orientada para o desenvolvimento de habilidades como visão sistêmica, capacidade analítica, liderança, tomada de decisão e atuação ética e responsável. Essas diretrizes reforçam a necessidade de currículos flexíveis, interdisciplinares e alinhados às demandas do mercado e da sociedade.

Além disso, as DCNs destacam a importância da integração entre ensino, pesquisa e extensão como eixo estruturante da formação acadêmica. Essa indissociabilidade permite que o estudante desenvolva uma compreensão mais ampla da realidade, articulando conhecimentos teóricos e práticos em diferentes contextos.

Outro aporte teórico relevante é o de Schön

(2000), ao discutir o conceito de “profissional reflexivo”. Para o autor, a formação profissional deve preparar o indivíduo para lidar com situações complexas, incertas e ambíguas, características do mundo contemporâneo. Schön argumenta que o conhecimento não se limita à aplicação de técnicas previamente estabelecidas, mas envolve um processo contínuo de reflexão na ação e sobre a ação.

Essa abordagem é particularmente pertinente para o curso de Administração, uma vez que os profissionais dessa área frequentemente enfrentam problemas que não possuem soluções padronizadas. Assim, a formação deve estimular a capacidade de análise crítica, adaptação e inovação, preparando o estudante para atuar em contextos dinâmicos e desafiadores.

Adicionalmente, Saviani (2007) contribui para a compreensão histórica e crítica da educação no Brasil, destacando as relações entre educação, sociedade e desenvolvimento. Para o autor, a educação desempenha papel fundamental na transformação social, sendo necessária uma abordagem que considere as desigualdades estruturais e as especificidades regionais. Essa perspectiva é especialmente relevante para a atuação de instituições como a UEMASUL, inseridas em contextos regionais que demandam políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento local.

No campo da metodologia científica, Yin (2015) destaca a importância de abordagens qualitativas para a análise de fenômenos complexos, como os processos educativos. Segundo o autor, estudos de caso permitem uma compreensão aprofundada das práticas institucionais, possibilitando a análise de contextos

específicos e a identificação de padrões e tendências.

Dessa forma, a articulação entre esses diferentes referenciais teóricos permite compreender o ensino superior como um campo dinâmico e multifacetado, que exige constante adaptação e inovação. No contexto do curso de Administração da UEMASUL, esses aportes sustentam a adoção de práticas pedagógicas inovadoras, integradas e contextualizadas, alinhadas às demandas contemporâneas do ensino superior e do mercado de trabalho.

Em síntese, o referencial teórico apresentado evidencia que a formação em Administração deve ir além da transmissão de conhecimentos técnicos, incorporando dimensões críticas, reflexivas e práticas. A integração entre teoria e prática, a valorização do protagonismo discente e a formação de profissionais reflexivos constituem elementos centrais para a construção de um ensino superior de qualidade, socialmente referenciado e comprometido com o desenvolvimento regional.

Desenvolvimento institucional e práticas pedagógicas

O desenvolvimento institucional do curso de Administração da UEMASUL está diretamente relacionado à sua capacidade de adaptação às transformações do ensino superior e às demandas regionais. Desde sua criação, o curso vem passando por processos contínuos de avaliação e reformulação, especialmente no que se refere ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

O PPC, enquanto instrumento norteador da formação acadêmica, incorpora princípios como

interdisciplinaridade, flexibilidade curricular e integração entre teoria e prática. Essa estrutura permite a construção de um currículo mais dinâmico, capaz de responder às necessidades do contexto regional.

As práticas pedagógicas adotadas no curso refletem esse movimento de inovação. A utilização de metodologias ativas, conforme discutido por Moran (2018), promove maior engajamento dos estudantes e favorece a aprendizagem significativa. Estudos de caso, simulações, projetos integradores e atividades extensionistas permitem que os discentes vivenciem situações próximas da realidade profissional.

Além disso, o uso de tecnologias educacionais tem ampliado as possibilidades de ensino. Ambientes virtuais de aprendizagem, plataformas digitais e ferramentas colaborativas contribuem para a diversificação das estratégias pedagógicas e para a ampliação do acesso ao conhecimento.

No que se refere ao corpo docente, a qualificação e a estabilidade são elementos fundamentais para a consolidação do curso. A posse de dois professores efetivos em 2026 representa um avanço importante, pois fortalece a continuidade das ações acadêmicas e possibilita maior envolvimento em atividades de pesquisa e extensão.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão também se destaca como eixo estruturante. Projetos acadêmicos e ações comunitárias aproximam a universidade da sociedade, reforçando seu papel social e contribuindo para a formação cidadã dos estudantes.

O curso de Administração da UEMASUL passou por um processo contínuo de consolidação, com destaque para a atualização do Projeto Pedagógico do

Curso (PPC) (UEMASUL, 2021), alinhado às demandas regionais e às diretrizes nacionais.

As práticas pedagógicas evoluíram com a incorporação de metodologias ativas, como estudos de caso, aprendizagem baseada em problemas e projetos integradores. Essas abordagens favorecem a construção do conhecimento de forma contextualizada.

O uso de tecnologias educacionais também se intensificou, especialmente após a pandemia, ampliando as possibilidades de ensino híbrido e remoto.

Resultados e impactos

A análise da trajetória do curso de Administração da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), ao longo de sua primeira década de funcionamento, evidencia um conjunto consistente de resultados que se manifestam tanto no âmbito acadêmico quanto no contexto regional. Esses resultados refletem não apenas a consolidação institucional do curso, mas também sua capacidade de responder às demandas sociais, econômicas e educacionais da Região Tocantina do Maranhão.

No plano formativo, observa-se a consolidação de um modelo de ensino orientado pela integração entre teoria e prática, superando gradativamente abordagens tradicionais centradas na transmissão de conteúdo. A incorporação de metodologias ativas, como estudos de caso, aprendizagem baseada em problemas (PBL), projetos integradores e atividades extensionistas, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de competências essenciais à formação do administrador contemporâneo. Essas

competências incluem a capacidade de análise crítica, tomada de decisão, resolução de problemas, trabalho em equipe e atuação ética em contextos organizacionais complexos.

Esse movimento de transformação pedagógica está diretamente alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Administração (Brasil, 2021), que enfatizam a formação por competências e a necessidade de preparar profissionais capazes de atuar de forma estratégica em diferentes contextos. Nesse sentido, o curso tem demonstrado aderência às orientações normativas, ao mesmo tempo em que busca adaptar-se às especificidades regionais.

Outro aspecto relevante refere-se à qualificação e ao fortalecimento do corpo docente. Ao longo dos dez anos, houve um avanço significativo na composição do quadro de professores, com destaque para a ampliação do número de docentes efetivos. A posse de dois novos professores efetivos em 2026 representa um marco importante nesse processo, contribuindo para a estabilidade institucional e para a continuidade das ações acadêmicas. A presença de docentes efetivos favorece o desenvolvimento de projetos de pesquisa de médio e longo prazo, a orientação qualificada dos estudantes e o fortalecimento das atividades de extensão.

Além disso, a qualificação docente, por meio de formação continuada e titulação em nível de pós-graduação, tem impactado positivamente a qualidade do ensino. Professores mais qualificados tendem a adotar práticas pedagógicas mais inovadoras, utilizar metodologias diversificadas e promover uma aprendizagem mais significativa. Esse fator é fundamental para a consolidação de um ensino

superior de qualidade, especialmente em contextos regionais que demandam maior investimento em capital humano.

No que se refere à inserção dos egressos, os resultados apontam para uma atuação diversificada e significativa no mercado de trabalho regional. Os profissionais formados pelo curso de Administração da UEMASUL têm se inserido em diferentes setores, incluindo administração pública, empresas privadas, organizações do terceiro setor e iniciativas empreendedoras. Essa diversidade de atuação evidencia a abrangência da formação oferecida e sua capacidade de atender às demandas do mercado regional.

A atuação dos egressos na administração pública, por exemplo, contribui para a melhoria da gestão governamental, especialmente em municípios da Região Tocantina do Maranhão. Já no setor privado, os profissionais têm contribuído para o fortalecimento de empresas locais, promovendo práticas de gestão mais eficientes e inovadoras. No campo do empreendedorismo, observa-se o surgimento de iniciativas que impulsionam o desenvolvimento econômico regional, gerando emprego e renda.

Outro eixo importante de resultados refere-se às atividades de extensão universitária. O curso de Administração tem desenvolvido ações que aproximam a universidade da comunidade, promovendo a troca de conhecimentos e a intervenção em problemas reais. Essas atividades contribuem para a formação cidadã dos estudantes, ao mesmo tempo em que geram impactos sociais relevantes.

A extensão universitária, nesse contexto, atua como um mecanismo de integração entre ensino

e realidade social, permitindo que os estudantes apliquem os conhecimentos adquiridos em sala de aula em situações concretas. Além disso, fortalece o papel social da universidade pública, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento regional.

No âmbito institucional, observa-se um processo contínuo de amadurecimento do curso, evidenciado pela evolução da organização curricular, pela atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e pela incorporação de tecnologias educacionais. A adoção de ambientes virtuais de aprendizagem, plataformas digitais e recursos tecnológicos diversificados ampliou as possibilidades de ensino, especialmente no contexto pós-pandemia.

A pandemia da COVID-19, embora tenha representado um desafio significativo, também impulsionou a inovação pedagógica, levando à adoção de modelos híbridos de ensino. Essa experiência contribuiu para o desenvolvimento de novas competências tanto por parte dos docentes quanto dos discentes, consolidando o uso de tecnologias como parte integrante do processo educativo.

Outro resultado importante refere-se à consolidação de práticas pedagógicas inovadoras, alinhadas às tendências contemporâneas da educação superior. A valorização do protagonismo discente, a promoção da aprendizagem colaborativa e a integração entre diferentes áreas do conhecimento são elementos que têm contribuído para a formação de profissionais mais preparados para os desafios do mundo do trabalho.

Entretanto, apesar dos avanços significativos, a análise também evidencia a existência de desafios que precisam ser enfrentados para a continuidade

do processo de consolidação do curso. Entre esses desafios, destaca-se a necessidade de ampliação da produção científica, especialmente no que se refere à publicação de artigos em periódicos qualificados e à participação em eventos acadêmicos.

O fortalecimento da pós-graduação constitui outro desafio relevante, uma vez que a oferta de cursos de mestrado e doutorado está diretamente relacionada à consolidação da pesquisa e à formação de quadros qualificados. Nesse sentido, a ampliação de parcerias institucionais e o investimento em infraestrutura de pesquisa são aspectos fundamentais.

A evasão estudantil também se apresenta como um desafio, exigindo a implementação de políticas de permanência que considerem as condições socioeconômicas dos estudantes. A adoção de estratégias de acompanhamento acadêmico, apoio pedagógico e assistência estudantil pode contribuir para a redução desse problema.

Por fim, destaca-se que os resultados alcançados ao longo dos dez anos do curso de Administração da UEMASUL refletem um esforço coletivo de docentes, discentes, gestores e técnicos administrativos. Esse esforço tem permitido a construção de um curso alinhado às demandas contemporâneas, comprometido com a qualidade do ensino e com o desenvolvimento regional.

Considerações finais

Este capítulo, ao registrar a trajetória do curso de Administração da UEMASUL, cumpre também a função de preservar a memória institucional e evidenciar o papel transformador da educação superior pública

na Região Tocantina do Maranhão. Ao completar uma década, o curso reafirma seu compromisso com a formação de qualidade, com a inovação pedagógica e com o desenvolvimento regional sustentável, projetando-se como elemento estratégico para os desafios futuros da universidade e da sociedade.

Nesse sentido, a continuidade desse percurso dependerá do fortalecimento das políticas institucionais, da ampliação do quadro docente efetivo, do incentivo à pesquisa e à extensão, bem como da consolidação de práticas pedagógicas cada vez mais inclusivas, críticas e alinhadas às demandas contemporâneas. Assim, o curso não apenas celebra sua trajetória, mas se reposiciona de forma estratégica diante das transformações sociais, econômicas e educacionais, reafirmando seu papel como agente de formação, inovação e desenvolvimento regional.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração.** Brasília: MEC/CNE/CES, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência no ensino superior.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo:** um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

UEMASUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração (PPC).** Imperatriz: UEMASUL, 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

11

Produzir ciência no Ecótono Amazônia-Cerrado: Caminhos para a identidade institucional e a autenticidade científica



Kira Figueredo Loiola Alves

Engenheira Agrônoma pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), mestre em Agricultura e Ambiente pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e doutoranda em Ciências Agrárias pela mesma instituição. Sua pesquisa de doutorado investiga o desenvolvimento pós-germinativo de *Platonia insignis* Mart., com foco em proteômica, fisiologia do estabelecimento e cultura de tecidos. Professora assistente no Centro de Ciências Agrárias da UEMASUL, com atuação nas áreas de biotecnologia vegetal, morfogênese *in vitro* e espécies tropicais nativas.



Fernando Loiola Nunes

Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA, 2012) e em Administração pelo Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (IESMA, 2011). Mestre em Sanidade Animal e Saúde Pública nos Trópicos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT, 2023). Inspetor de Defesa Agropecuária na ADAPEC e professor substituto na UEMASUL na área de Inspeção de Produtos de Origem Animal, com experiência em microbiologia de alimentos, tecnologia de produtos de origem animal e programas de autocontrole.



Cristiane Matos da Silva

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2005), especialização em Ciências Biológicas pela UEMA/CESI (2011), mestrado em Engenharia de Barragem e Gestão Ambiental (NDAE/UFPA, 2019) e doutorado em Ciência e Tecnologia Ambiental (UNIVALI, 2024). Tem experiência em Engenharia Agrícola e Agronomia, com ênfase em Hidráulica, Irrigação, Drenagem e Gestão Ambiental. Professora Adjunto I no Centro de Ciências Agrárias, Campus Imperatriz, responsável pela área de Hidráulica e Hidrologia Florestal. Bolsista Produtividade da UEMASUL.

PRODUZIR CIÊNCIA NO ECÓTONO AMAZÔNIA-CERRADO: CAMINHOS PARA A IDENTIDADE INSTITUCIONAL E A AUTENTICIDADE CIENTÍFICA

Resumo: Produzir ciência em universidades jovens, do interior amazônico, exige mais do que ampliar infraestrutura ou reproduzir agendas consolidadas em grandes centros acadêmicos. Requer reconhecer que o território também produz perguntas científicas legítimas, capazes de orientar a formação de capital humano, a inovação e a construção de identidade institucional. Assim, a partir da experiência da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), situada no ecótono Amazônia-Cerrado, este capítulo discute os desafios e as possibilidades da consolidação científica em uma universidade jovem. Ante o exposto, o texto aborda a interiorização do ensino superior, as assimetrias regionais da ciência brasileira e os limites de modelos de excelência baseados na comparação direta com instituições historicamente consolidadas. Defende-se que infraestrutura isolada não consolida ciência sem formação intelectual, continuidade institucional e agendas científicas consistentes. Nesse contexto, a biodiversidade regional, os sistemas produtivos locais, a biotecnologia e a interdisciplinaridade são analisados como caminhos estratégicos para a construção de uma ciência territorializada. Conclui-se que produzir ciência, no ecótono Amazônia-Cerrado significa disputar a própria definição de relevância científica no Brasil, afirmando a possibilidade de uma universidade

recente construir autenticidade acadêmica, inovação e desenvolvimento regional a partir de seu próprio território.

Palavras-chave: Interiorização do ensino superior; Desenvolvimento regional; Biodiversidade regional; Biotecnologia; Interdisciplinaridade.

PRODUCING SCIENCE IN THE AMAZON-CERRADO ECOTONE: PATHWAYS TO INSTITUTIONAL IDENTITY AND SCIENTIFIC AUTHENTICITY

Abstract: Producing science in young universities in the Amazonian interior requires more than expanding infrastructure or reproducing agendas consolidated in major academic centers. It requires recognizing that territory also generates legitimate scientific questions capable of guiding human capital formation, innovation, and institutional identity. Based on the experience of the State University of the Tocantina Region of Maranhão (UEMASUL), located in the Amazon–Cerrado ecotone, this chapter discusses the challenges and possibilities of scientific consolidation in a young university. It addresses the interiorization of higher education, regional asymmetries in Brazilian science, and the limits of excellence models based on comparison with historically consolidated institutions. It argues that infrastructure alone does not consolidate science without intellectual formation, institutional continuity, and consistent scientific agendas. Regional biodiversity, local productive systems, biotechnology, and interdisciplinarity are therefore analyzed as strategic pathways for territorialized science, academic

authenticity, innovation, and regional development.

Keywords: Interiorization of higher education; Regional development; Regional biodiversity; Biotechnology; Interdisciplinarity.

Introdução

A expansão do ensino superior público para regiões interiorizadas, do Brasil, ampliou o acesso à formação universitária e impulsionou o surgimento de novas instituições de ensino superior (Bizerril *et al.*, 2020). Inseridas em contextos historicamente afastados dos grandes centros acadêmicos nacionais essas universidades passaram a assumir, em curto intervalo de tempo, desafios simultâneos de consolidação institucional, formação de capital humano especializado e construção de agendas científicas conectadas às demandas econômicas, sociais e ambientais de seus territórios.

Entretanto, a busca por consolidação científica, com frequência, ocorre sob influência de modelos institucionais historicamente construídos em universidades já consolidadas. A concentração da excelência acadêmica, da infraestrutura avançada, dos programas de pós-graduação mais maduros e do financiamento científico em determinadas regiões do país contribui para a permanência de assimetrias entre centros consolidados e universidades emergentes (Tischer; Turnes, 2024; Guimarães *et al.*, 2020). Quando incorporados de forma acrítica, esses referenciais reforçam relações acadêmicas marcadas pela lógica centro-periferia e pela valorização de

modelos científicos hegemônicos (Mazzerri *et al.*, 2019). Em universidades jovens esse processo pode alimentar uma percepção permanente de insuficiência estrutural e deslocar para segundo plano suas potencialidades territoriais, científicas e humanas.

Logo, essa leitura torna-se limitada quando a infraestrutura passa a ser compreendida como condição prévia e não como parte de um processo mais amplo de consolidação científica. Laboratórios, equipamentos e modernização tecnológica são fundamentais para o avanço da pesquisa, mas dificilmente produzem impacto duradouro quando dissociados da formação intelectual de pesquisadores, da continuidade de linhas de investigação, do fortalecimento de grupos de pesquisa e da construção de identidade científica institucional. Assim, o problema não está na busca por estrutura, mas na expectativa de que a estrutura, isoladamente, produza ciência consistente.

Na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), que em 2026 completa sua primeira década, tal discussão assume relevância estratégica. Inserida em uma região de transição entre Amazônia e Cerrado, a instituição ocupa um território marcado por singularidades biológicas, ambientais e produtivas que podem orientar agendas científicas próprias. A biodiversidade regional, as espécies nativas ainda pouco domesticadas, os sistemas produtivos locais e os desafios associados à sazonalidade climática não devem ser interpretados apenas como temas regionais, mas como problemas científicos legítimos, capazes de sustentar pesquisa, inovação e desenvolvimento territorial. Nessa

perspectiva, a relação entre conhecimento, território e inovação permite compreender a produção científica regional como componente estratégico da consolidação institucional (Cooke; Leydesdorff, 2006).

Diante disso, tomando como marco os dez anos da UEMASUL, este capítulo discute os desafios da produção científica, em universidades jovens do interior amazônico, tomando como referência a experiência dessa instituição no ecótono Amazônia-Cerrado. Defende-se que a consolidação da pesquisa, em instituições emergentes, depende menos da reprodução de agendas externas e mais da capacidade de formar capital humano, sustentar linhas de investigação contínuas e construir agendas científicas autênticas, territorializadas e comprometidas com as singularidades ecológicas, produtivas e sociais da região em que estão inseridas.

Interiorização universitária e temporalidades da consolidação científica

A expansão do ensino superior público brasileiro, nas últimas décadas, alterou significativamente a distribuição territorial das universidades no país. Entre 2003 e 2014 o número de universidades federais passou de 45 para 63, enquanto os campi e unidades acadêmicas cresceram de 148 para 321 (Brasil, 2014). Dados mais recentes do Censo da Educação Superior indicam que esse processo continuou ampliando o acesso universitário em regiões historicamente afastadas dos principais polos acadêmicos nacionais, especialmente no Norte e Nordeste (INEP, 2024). Entretanto, mesmo com o ensino superior tendo

avançado territorialmente, a densidade científica brasileira permaneceu concentrada em instituições historicamente consolidadas.

Essa permanência pode ser observada em diferentes indicadores: programas de pós-graduação com conceitos 6 e 7 continuam majoritariamente concentrados nas regiões Sul e Sudeste; padrão semelhante aparece na distribuição das bolsas de produtividade do CNPq e nos rankings internacionais de impacto científico, frequentemente liderados por universidades como USP, UNICAMP, UFRJ, UFMG e UFRGS (CAPES, 2025; CNPq, 2025; SCIMAGO, 2026). Segundo o MCTI, aproximadamente 70% das ICTs brasileiras permanecem localizadas no Sul e Sudeste, evidenciando que a interiorização universitária não foi acompanhada, na mesma velocidade, pela redistribuição da estrutura científica nacional (Brasil, 2024).

Nesse contexto, universidades jovens passaram a se desenvolver em um sistema acadêmico cujos critérios de excelência já estavam consolidados historicamente. Infraestrutura robusta, internacionalização, financiamento contínuo e forte densidade de pós-graduação tornaram-se marcadores de maturidade científica construídos, ao longo de décadas, nas instituições de referência. A comparação direta com universidades centenárias desconsidera essa diferença temporal e tende a interpretar instituições emergentes pelas ausências que ainda apresentam. Embora a literatura destaque limitações relacionadas à infraestrutura e à consolidação da pesquisa (Tischer; Turnes, 2024) essa interpretação se torna restrita quando transforma desigualdades

estruturais em hierarquias permanentes entre instituições.

No Maranhão, essa discussão torna-se particularmente relevante diante da menor densidade histórica de programas de pós-graduação e infraestrutura científica quando comparado às regiões mais consolidadas do país (Guimarães *et al*., 2020). A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), criada em 2016 e organizada administrativamente em 2017 (Lei Estadual n.º 10.525/2016; Lei Estadual n.º 10.558/2017) insere-se nesse contexto. O principal desafio dessas instituições, portanto, não se limita à insuficiência estrutural; envolve também a necessidade de organizar seu desenvolvimento científico a partir de trajetórias próprias e não de modelos concebidos em contextos históricos profundamente distintos.

Por isso, discutir a consolidação científica de universidades jovens exige inverter a ordem usual do problema: antes do equipamento, deve existir a pergunta científica; antes do laboratório, a linha de investigação; antes da modernização estrutural, a formação intelectual capaz de transformar recursos em conhecimento. Laboratórios modernos, equipamentos de alta complexidade, programas robustos de pós-graduação e financiamento contínuo são fundamentais para o avanço da ciência contemporânea, especialmente em áreas de elevada complexidade analítica e tecnológica. Contudo, infraestrutura isolada não consolida ciência sem formação intelectual, continuidade institucional e agendas científicas consistentes.

A construção de ambientes acadêmicos sólidos

depende da formação progressiva de pesquisadores, da maturação de grupos de pesquisa e da capacidade institucional de sustentar linhas científicas ao longo do tempo (Balbachevsky, 2005). Nesse sentido, infraestrutura sem capital humano qualificado tende à subutilização científica: equipamentos de alta complexidade exigem perguntas consistentes, domínio técnico, redes colaborativas e continuidade intelectual. Sem esse percurso a modernização laboratorial corre o risco de se tornar mais simbólica do que funcional.

A consolidação da pesquisa científica também exige continuidade institucional. Ciência não se estabelece a partir de iniciativas isoladas, aquisições pontuais ou projetos descontínuos. A maturação de grupos de pesquisa depende da permanência de agendas científicas, da formação sucessiva de estudantes e da capacidade institucional de acumular experiência investigativa ao longo do tempo (Burton; Clark, 1998). Em universidades jovens esse processo torna-se ainda mais sensível, pois a pressão por produtividade imediata convive com estruturas acadêmicas ainda em formação.

De tal modo, a maturidade científica, de universidades jovens, não se constrói pela reprodução apressada da aparência estrutural de centros consolidados, mas pela formação de capital humano, pela continuidade intelectual e pela construção de agendas coerentes com sua realidade institucional e territorial. Destarte, quando linhas de pesquisa se estruturam a partir de problemas concretos, do território, passam a justificar infraestrutura, atrair financiamento e construir identidade científica

institucional (Cooke; Leydesdorff, 2006). É a partir dessa lógica que biodiversidade regional, sistemas produtivos locais e biotecnologia deixam de ser temas periféricos e passam a constituir caminhos estratégicos para a produção de conhecimento original no ecótono Amazônia-Cerrado.

Território, biodiversidade e inovação científica no ecótono Amazônia-Cerrado

A consolidação científica de universidades interiorizadas não se sustenta pela reprodução de agendas já estabelecidas em grandes centros acadêmicos, mas pela capacidade de reconhecer, interpretar e transformar as singularidades do próprio território em problemas científicos legítimos. No sul do Maranhão, essa discussão adquire particular relevância pela inserção da UEMASUL em uma região de transição entre Amazônia e Cerrado, ambiente marcado por elevada heterogeneidade ecológica, pressão antrópica crescente e lacunas persistentes de investigação. O ecótono Amazônia-Cerrado não representa apenas uma faixa de contato entre biomas, mas uma zona biologicamente complexa, cuja delimitação, dinâmica e conservação têm implicações diretas para a compreensão da biodiversidade brasileira (Marques *et al*., 2020). Ao mesmo tempo, estudos recentes demonstram que a Amazônia brasileira ainda apresenta lacunas espaciais relevantes na pesquisa ecológica, especialmente em áreas subamostradas e vulneráveis a mudanças ambientais (Carvalho *et al*., 2023).

Historicamente, a modernização da agricultura

brasileira esteve fortemente associada ao avanço científico e tecnológico em cadeias produtivas de grande relevância econômica, como soja, milho, café e cana-de-açúcar, cuja expansão foi acompanhada por investimentos em pesquisa, inovação e adaptação de tecnologias às condições tropicais (Fishlow; Vieira Filho, 2020.) (Embrapa, 2018). Entretanto, regiões interiorizadas da Amazônia Legal convivem com espécies de elevado potencial econômico, nutricional, farmacológico e biotecnológico que ainda permanecem relativamente pouco exploradas sob a perspectiva da ciência básica e aplicada. Nesse cenário, universidades emergentes possuem uma oportunidade estratégica singular: construir relevância científica justamente a partir de problemas biológicos e produtivos ainda negligenciados pelos grandes centros acadêmicos nacionais.

Entre essas espécies o bacurizeiro (*Platonia insignis* Mart.) representa um exemplo emblemático. Apesar de sua importância econômica e cultural, no Norte e Nordeste brasileiro, especialmente no Maranhão e Pará, aspectos fundamentais relacionados à sua fisiologia, propagação, desenvolvimento pós-germinativo, metabolismo e domesticação permanecem pouco compreendidos. A literatura recente aponta limitações importantes na sistematização do conhecimento sobre sua biologia, ecologia, propagação e aplicações potenciais, indicando que muitos usos e manejos ainda dependem de conhecimento empírico ou de estudos fragmentados (Alves *et al.*, 2025). Nesse contexto, perguntas envolvendo fisiologia vegetal, biotecnologia, proteômica, metabolômica

e propagação *in vitro* constituem ferramentas estratégicas para domesticação, conservação e inserção produtiva de espécies nativas regionais.

Situação semelhante ocorre com o babaçu (*Attalea speciosa*) e o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), ambos associados à bioeconomia amazônica. O babaçu apresenta subprodutos com compostos bioativos, fitoquímicos e aplicações potenciais nos setores alimentar, biomédico e tecnológico (Lima *et al.*, 2024). O cupuaçu, por sua vez, tem sido descrito como fruto amazônico multifuncional, com importância alimentar, industrial e potencial relacionado a compostos bioativos, produtos derivados e agregação de valor em cadeias regionais (Silva *et al.*, 2024). Esses exemplos indicam que a bioeconomia regional depende de pesquisa sistemática para transformar potencial biológico em bioprodutos, processos tecnológicos e inovação territorial.

Os sistemas produtivos regionais também apresentam problemas científicos próprios, que dificilmente podem ser compreendidos integralmente a partir de modelos desenvolvidos em outras condições ambientais. A pecuária leiteira, uma das atividades agropecuárias relevantes, da região Tocantina do Maranhão, depende fortemente da produção de gramíneas tropicais submetidas a um clima sazonal, marcado por períodos definidos de chuva e estiagem. Estudos em clima amazônico equatorial demonstram que a sazonalidade interfere em respostas fisiológicas e produtivas de vacas leiteiras mestiças, reforçando a necessidade de compreender os sistemas pecuários a partir das condições ambientais em que operam (Costa *et al.*, 2023). Nesse cenário, forrageiras como

capiaçu (*Cenchrus purpureus* cv. BRS Capiaçu) e mombaça (*Megathyrsus maximus*) exigem avaliação territorializada: no capiaçu, idade de corte e adubação nitrogenada influenciam produção e qualidade da forragem (Alves *et al*., 2022) enquanto, no mombaça, crescimento e perfilhamento respondem às estratégias de pastejo e à sazonalidade ambiental (Silva *et al.*, 2021; Jayasunghe *et al*., 2022).

Ante dessas lacunas a biotecnologia e a interdisciplinaridade deixam de ser recursos acessórios e passam a constituir ferramentas estratégicas para transformar potencial regional em conhecimento mecanístico e inovação. Abordagens ômicas, como genômica, transcriptômica, proteômica e metabolômica, ampliam a capacidade de compreender sistemas biológicos complexos, integrando informação molecular, fisiológica e ambiental em diferentes escalas organizacionais (Hasin; Satija; Schadt, 2017; Singh *et al*., 2022; Pereira *et al*., 2021). Em regiões historicamente subexploradas cientificamente, essas ferramentas podem reduzir o intervalo entre observação empírica e compreensão mecanística, acelerando processos de domesticação, conservação, propagação, melhoramento e manejo de espécies de interesse regional.

Essa integração modifica a forma como problemas científicos regionais podem ser abordados. A fisiologia vegetal passa a dialogar com genética, bioinformática, fitopatologia, microbiologia, manejo hídrico, nutrição animal e modelagem ambiental, permitindo interpretações mais amplas sobre adaptação, produtividade e resposta ao ambiente. Para universidades emergentes isso significa que ciência

de ponta não precisa ser sinônimo de reprodução de agendas saturadas, mas pode resultar da aplicação de ferramentas contemporâneas a problemas biológicos, ambientais e produtivos ainda insuficientemente explorados.

Sendo assim, biodiversidade, produção agropecuária regional, bioeconomia e biotecnologia não representam campos separados, mas dimensões complementares de uma mesma estratégia de consolidação científica territorializada. Quando linhas de pesquisa vinculadas ao território se consolidam elas passam não apenas a justificar infraestrutura e financiamento, como também a posicionar universidades emergentes como produtoras de conhecimento original. Nesse processo, produzir ciência no ecótono Amazônia-Cerrado não significa adaptar perifericamente agendas externas, mas construir, a partir do território, caminhos próprios de inovação, formação científica e desenvolvimento regional.

Formação científica, inovação e desenvolvimento regional

A produção científica, em universidades jovens, não se limita ao aumento de publicações, visto ser capaz de formar pessoas, organizar capacidades técnicas e criar condições para a inovação regional. Em contextos interiorizados, a universidade não apenas transmite conhecimento consolidado, mas prepara profissionais capazes de interpretar criticamente os problemas do território, propor soluções tecnicamente consistentes e atuar em cadeias produtivas, ambientais

e sociais ainda carentes de suporte científico contínuo. Essa relação entre conhecimento, território e inovação é central para compreender o papel das universidades na construção de sistemas regionais de desenvolvimento (Cooke, 1992; Cooke; Leydesdorff, 2006).

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida na UEMASUL possui papel estratégico na formação de estudantes, técnicos e pesquisadores com domínio sobre realidades pouco representadas nas agendas científicas nacionais. A inserção discente em projetos de iniciação científica, extensão tecnológica, investigação aplicada e pesquisa interdisciplinar contribui para a criação de uma base humana especializada, capaz de permanecer na região, qualificar práticas produtivas e fortalecer a autonomia científica local. Esse processo dialoga com a compreensão de que a consolidação científica depende da formação continuada de recursos humanos e da capacidade institucional de sustentar ambientes acadêmicos de pesquisa ao longo do tempo (Balbachevsky, 2005; CAPES, 2025).

A inovação, nesse contexto, não deve ser entendida apenas como geração imediata de produtos ou tecnologias, mas como capacidade institucional de transformar problemas regionais em conhecimento aplicável, soluções adaptadas e novas possibilidades de desenvolvimento. Quando a universidade investiga demandas do território, amplia o repertório técnico disponível e cria condições para que a região deixe de depender exclusivamente de modelos externos de produção, manejo e desenvolvimento.

Portanto, formação de mão de obra e inovação tornam-se dimensões complementares da consolidação

científica institucional. Ao formar pessoas e produzir conhecimento, a universidade fortalece a capacidade regional de formular soluções próprias. Esse processo não elimina a necessidade de infraestrutura, financiamento e redes de colaboração, todavia redefine sua função: tais elementos passam a ser meios para sustentar agendas científicas consistentes e não fins em si mesmos.

Dessa forma, produzir ciência no interior amazônico é também disputar a forma como se define relevância científica no Brasil. É afirmar que excelência não se limita à reprodução de modelos centralizados, mas pode nascer da capacidade de formular perguntas originais, formar capital humano especializado, integrar saberes, valorizar biodiversidade, fortalecer sistemas produtivos regionais e transformar demandas locais em conhecimento de alcance mais amplo. A UEMASUL, em seus primeiros dez anos, insere-se nesse desafio: consolidar-se não como cópia tardia de universidades centrais, contudo como instituição capaz de construir uma identidade científica própria, territorializada e comprometida com o desenvolvimento regional.

Referências

ALVES, J. P. *et al*. Forage production and quality of BRS Capiaçu as a response of cutting age and nitrogen application. **Tropical Animal Science Journal**, Bogor, v. 45, n. 2, p. 179-186, 2022. DOI: https://doi.org/10.5398/tasj.2022.45.2.179.

ALVES, K. F. L. *et al*. *Platonia insignis*: a systematic synthesis of scientific studies on its biology, ecology, and potential applications. **Plants**, Basel, v. 14, n. 6, 884, 2025. DOI: https://doi.org/10.3390/plants14060884.

BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. *In*: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. (org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 275-304.

BIZERRIL, M. X. A. *et al*. O processo de expansion e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 13, n. 32, p. 1-15, 2020. DOI: https://doi.org/10.20952/revtee.v13i32.13456.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília: MEC/SESu, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/sesu/pdf/arquivos/balanco_social_sesu_2003_2014.pdf. Acesso em: 15 maio 2026.

CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação: PNPG 2025-2029.** Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/plano-nacional-de-pos-graduacao-pnpg. Acesso em: 15 maio 2026.

CARVALHO, R. L. *et al*. Pervasive gaps in Amazonian ecological research. **Current Biology**, Cambridge, v. 33, n. 16, p. 3495-3504.e4, 2023. DOI: https://doi.org/10.1016/j.cub.2023.06.077.

CNPq. **Bolsa de Produtividade**: resultado final confirma concessão de mais de 6 mil bolsas. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/bolsa-de-produtividade-resultado-final. Acesso em: 15 maio 2026.

COOKE, P. Regional innovation systems: competitive regulation in the new Europe. **Geoforum**, Oxford, v. 23, n. 3, p. 365-382, 1992. DOI: https://doi.org/10.1016/0016-7185(92)90048-9.

COOKE, P.; LEYDESDORFF, L. Regional development in the knowledge-based economy: the construction of advantage. **Journal of Technology Transfer**, Dordrecht, v. 31, p. 5-15, 2006. DOI: https://doi.org/10.1007/s10961-005-5009-3.

COSTA, D. A. *et al*. Seasonality effect on the physiological and productive responses of crossbred dairy cows to the equatorial Amazon climate. **Ciência Animal Brasileira**, Goiânia, v. 24, e-73559E, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1809-6891v24e-73559E.

EMBRAPA. **Visão 2030**: o futuro da agricultura brasileira. Brasília, DF: Embrapa, 2018. Disponível em: https://www.embrapa.br/visao-2030. Acesso em: 15 maio 2026.

FISHLOW, A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Agriculture and industry in Brazil**: innovation and competitiveness. New York: Columbia University Press, 2020. DOI: https://doi.org/10.7312/fish19170.

GUIMARÃES, A. R. *et al*. Expansão e financiamento da pós-graduação e desigualdade regional no Brasil. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 47-71, 2020. DOI: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i41.7244.

HASIN, Y.; SATIJA, R.; SCHADT, E. E. Multi-omics approaches to disease. **Genome Biology**, London, v. 18, 83, 2017. DOI: https://doi.org/10.1186/s13059-017-1215-1.

INEP. **Censo da Educação Superior 2023**: notas estatísticas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior. Acesso em: 15 maio 2026.

JAYASINGHE, P. *et al*. Comparison of nutritive values of tropical pasture species grown in different environments, and implications for livestock methane production: a meta-analysis. **Animals**, Basel, v. 12, n. 14, 1806, 2022. DOI: https://doi.org/10.3390/ani12141806.

LIMA, R. C. *et al*. Bioactive compounds and benefits of by-products of Amazon babassu oil production: potential for dietary supplement, biomedical and

food applications. **Food & Function**, Cambridge, v. 15, p. 6232-6253, 2024. DOI: https://doi.org/10.1039/D4FO01594K.

MARANHÃO. [Lei n.º 10.525, de 03 de novembro de 2016]. Dispõe sobre a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, 2016. Disponível em: https://www.al.ma.leg.br. Acesso em: 15 maio 2026.

MARANHÃO. [Lei n.º 10.558, de 06 de março de 2017]. Dispõe sobre a organização administrativa da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, 2017. Disponível em: https://www.al.ma.leg.br. Acesso em: 15 maio 2026.

MARQUES, E. Q. *et al*. Redefining the Cerrado-Amazonia transition: implications for conservation. **Biodiversity and Conservation**, Dordrecht, v. 29, p. 1501-1517, 2020. DOI: https://doi.org/10.1007/s10531-019-01720-z.

MAZZETTI, A. C. *et al*. Relação centro x periferia: a universidade em debate. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, e193459, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-4698193459.

PEREIRA, J. F. R. *et al*. Integrating omics approaches to improve plant abiotic stress tolerance. **Frontiers in Plant Science**, Lausanne, v. 12, 759476, 2021. DOI: https://doi.org/10.3389/fpls.2021.759476.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. **University Rankings**: Brazil 2026. [S. l.]: SCImago Lab, 2026. Disponível em: https://www.scimagoir.com/rankings.php?country=BRA. Acesso em: 15 maio 2026.

SILVA, S. C. da *et al*. Growth of *Megathyrsus maximus* cv. Mombaça as affected by grazing strategies and environmental seasonality. I. Tillering dynamics and population stability. **Crop & Pasture Science**, Clayton, v. 72, n. 1, p. 55-65, 2021. DOI: https://doi.org/10.1071/CP20198.

SINGH, A. *et al*. Plant metabolomics and its applications in agricultural biotechnology. **Plant Gene**, Amsterdam, v. 31, 100374, 2022. DOI: https://doi.org/10.1016/j.plgene.2022.100374.

TISCHER, W.; TURNES, V. A. Expansão da pós-graduação ou concentração da excelência? **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 1-25, 2024. DOI: https://doi.org/10.21713/rbpg.v19i40.2110.

Museu, extensão universitária e educação patrimonial: experiências do programa Imperatriz Arqueológica no CPAHT



Danielly Morais Rocha Marques

Coordenadora do Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira – Museu CPAHT/UEMASUL, atua nas áreas de Arqueologia, História Indígena, Museologia e Educação patrimonial. Integra o Conselho Internacional de Museus Universitários (ICOM Brasil), em redes de cooperação voltadas à museologia universitária e à preservação do patrimônio científico e cultural. Doutoranda e Mestra em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada em História e especialista em História e Cotidiano da Amazônia Oriental. pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).



Luciene Santana Ferreira

Chefe da Divisão de Patrimônio Histórico do Museu CPAHT/UEMASUL, atua nas áreas de museologia e educação patrimonial por meio de metodologias ativas. Integra o Conselho Editorial Internacional da plataforma Teaching with Objects, com foco em aprendizagem baseada em objetos, e o Conselho Internacional de Museus Universitários (ICOM Brasil | UMAC), em redes de cooperação voltadas à museologia universitária e à preservação do patrimônio científico e cultural. Graduada em Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura), possui especialização em Curadoria, Museologia e Gestão de Exposições e mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade.



Liriane Gonçalves Barbosa

Pesquisadora e professora adjunta do curso de Geografia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão- UEMASUL. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT. Especialista em Ciência de Dados Geográficos pela Faculdade Ahaguera. Integra os grupos de pesquisa GeoCLIG/UEMASULGADIS/ FCT/UNESP e GAAE/ UFPI. Coordena ações de extensão vinculadas ao Programa Imperatriz Arqueológica junto ao Museu CPHAT e o Programa Mais Ciência na Escola do MCTI no Maranhão e a implementação da Rede Inova Parque da UEMASUL, com foco na implantação de laboratórios Maker em escolas públicas.

MUSEU, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA IMPERATRIZ ARQUEOLÓGICA NO CPAHT

Resumo: O presente capítulo discute as ações extensionistas desenvolvidas pelo Museu Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (Museu CPAHT), vinculado à Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), a partir das experiências realizadas no âmbito do Programa *Imperatriz Arqueológica: Territórios de Memórias*. Considerando o museu universitário como espaço de mediação cultural, divulgação científica e educação patrimonial, o texto analisa práticas educativas realizadas junto à Educação Básica da rede pública de Imperatriz-MA, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEXT), nos ciclos 2022–2023, 2023–2024 e 2024–2025, além das ações vinculadas ao Estágio Não Obrigatório. Fundamentado em referenciais da educação patrimonial, arqueologia pública, aprendizagem significativa e metodologias ativas, o estudo evidencia como essas experiências contribuíram para aproximar universidade, escola e comunidade por meio da valorização do patrimônio arqueológico, das memórias regionais e das culturas indígenas. As ações envolveram visitas mediadas, oficinas, recursos digitais, práticas STEAM, tecnologias tridimensionais e estratégias voltadas à divulgação científica e ao protagonismo feminino nas ciências. Os resultados demonstram o fortalecimento da democratização do conhecimento científico, da

divulgação da arqueologia regional e da formação cidadã, reafirmando o papel social da UEMASUL e do Museu CPAHT na construção de práticas educativas inclusivas.

Palavras-chave: Educação patrimonial; extensão universitária; arqueologia pública; museu universitário; divulgação científica.

MUSEUM, UNIVERSITY EXTENSION AND HERITAGE EDUCATION: EXPERIENCES OF THE "IMPERATRIZ ARQUEOLÓGICA" PROGRAM AT CPAHT

Abstract: This chapter discusses the extension activities developed by the Museum Center for Research in Archaeology and Timbira History (CPAHT Museum), linked to the State University of the Tocantina Region of Maranhão (UEMASUL), through the *Imperatriz Arqueológica: Territórios de Memórias* Program. Considering the university museum as a space for cultural mediation, scientific dissemination, and heritage education, the study analyzes educational practices carried out with public basic education schools in Imperatriz, Maranhão, during the PIBEXT cycles from 2022 to 2025 and the Non-Mandatory Internship Program. Grounded in heritage education, public archaeology, meaningful learning, and active methodologies, the study highlights how these experiences strengthened the relationship between university, school, and community through the appreciation of archaeological heritage, regional memories, and Indigenous cultures. The results

demonstrate contributions to scientific dissemination, regional archaeology outreach, and citizenship education, reinforcing the social role of UEMASUL and the CPAHT Museum in developing inclusive educational practices.

Keywords: Heritage education; university extension; public archaeology; university museum; scientific dissemination.

Introdução

Os museus universitários vêm assumindo papel cada vez mais relevante nas ações de preservação patrimonial, produção de conhecimento e mediação cultural, especialmente em contextos regionais marcados pela ausência de instituições voltadas à salvaguarda e difusão do patrimônio cultural. Para além de espaços de guarda de acervos, constituem-se como ambientes educativos capazes de articular ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo as relações entre universidade e sociedade por meio da democratização do conhecimento científico e da valorização das memórias coletivas (Cury, 2007; Julião, 2020; Pérez *et al.*, 2020; Silva, 2020; Silva, 2021).

Nesse contexto, o Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT), vinculado à Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) vem desenvolvendo iniciativas voltadas à educação patrimonial, divulgação científica e valorização das histórias e identidades culturais da região Tocantina. Inserido em um território marcado pela diversidade sociocultural e pela presença de

importantes patrimônios arqueológicos e indígenas, o museu passou a ampliar suas práticas de mediação cultural junto às escolas públicas, comunidades locais e diferentes públicos visitantes.

Entre essas iniciativas destaca-se o Programa *Imperatriz Arqueológica: Territórios de Memórias*, concebido a partir da compreensão da Arqueologia como campo interdisciplinar voltado à investigação das histórias de longa duração dos povos indígenas e às relações entre passado, presente e futuro (Corrêa, 2013). O programa desenvolve estratégias educativas e extensionistas direcionadas à popularização da arqueologia regional e à aproximação entre patrimônio cultural, universidade e Educação Básica, no município de Imperatriz-MA, localizado no ecótono Amazônia-Cerrado.

As ações desenvolvidas foram articuladas às competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), ao Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) (Maranhão, 2019) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), buscando integrar práticas educativas, patrimônio cultural e formação cidadã.

Dessa forma, o presente capítulo objetiva analisar as experiências extensionistas desenvolvidas pelo Museu CPAHT, no âmbito do Programa Imperatriz Arqueológica, considerando suas contribuições para a educação patrimonial, divulgação científica, formação acadêmica e fortalecimento das relações entre universidade, escola e comunidade. Para isso, o texto discute as ações realizadas nos ciclos PIBEXT

2022–2023, 2023–2024 e 2024–2025, além das experiências formativas vinculadas ao Estágio Não Obrigatório, evidenciando os impactos das práticas educativas desenvolvidas por ele no contexto da região Tocantina.

O Museu CPAHT e a extensão universitária como prática de mediação cultural

O Museu CPAHT consolidou-se, ao longo da trajetória da UEMASUL, como importante espaço de preservação patrimonial, produção de conhecimento e mediação cultural, no sul do Maranhão. Inicialmente estruturado como instituição de guarda arqueológica vinculada às demandas da arqueologia preventiva regional, o museu passou gradualmente a ampliar suas funções educativas, museológicas e extensionistas, fortalecendo o diálogo entre universidade, patrimônio e sociedade.

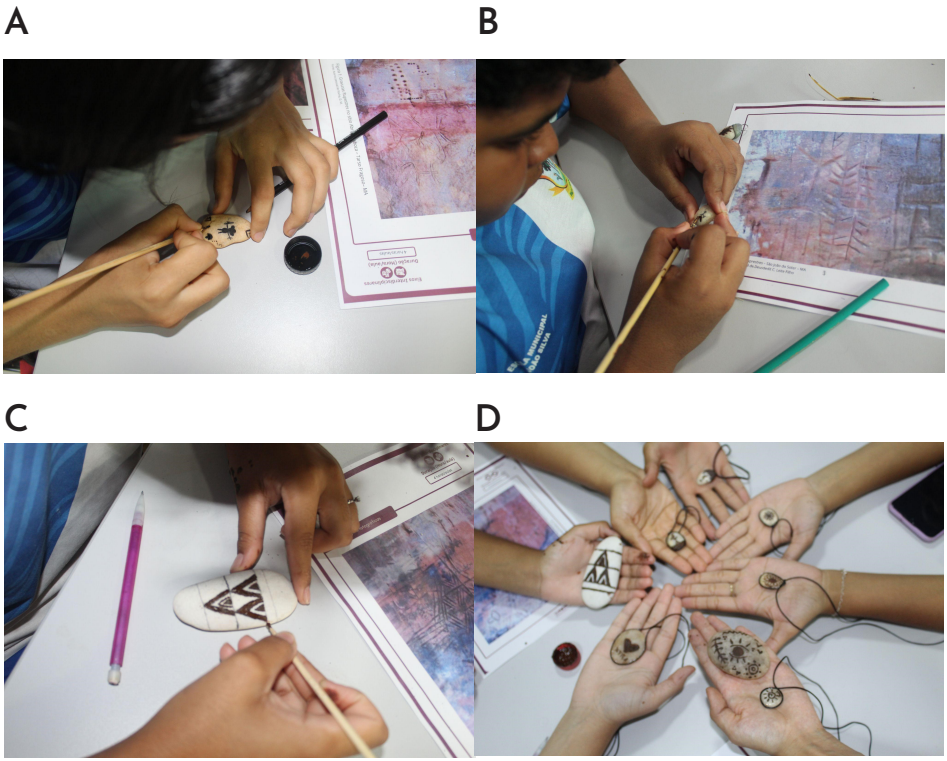
Nesse processo, as ações de extensão universitária tornaram-se fundamentais para aproximar os acervos arqueológicos e etnográficos das experiências cotidianas da comunidade regional, ampliando o acesso público às discussões sobre patrimônio cultural, memória e diversidade sociocultural. Assim, o CPAHT passou a atuar não apenas como espaço de salvaguarda de acervos, mas também como ambiente educativo voltado à divulgação científica, à valorização das histórias indígenas e à construção compartilhada de saberes.

As práticas extensionistas desenvolvidas pelo museu dialogam diretamente com os princípios da arqueologia pública e da educação patrimonial,

compreendendo o patrimônio arqueológico como instrumento de formação crítica, valorização das territorialidades indígenas e fortalecimento das identidades culturais regionais. Conforme destaca o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram, 2018) os museus desempenham papel essencial na mediação entre os públicos e suas memórias, contribuindo para a democratização do conhecimento e para a ampliação das formas de participação social no campo patrimonial.

Nesse contexto, destaca-se a oficina Amuleto Rupestre (Figura 1), concebida como uma prática educativa e interativa voltada à aproximação dos estudantes com as expressões simbólicas da arte rupestre regional. Orientada pela questão norteadora: *"Como as artes rupestres encontradas nos sítios arqueológicos do Parque Nacional da Chapada das Mesas contribuem para compreender as histórias dos grupos humanos que ocuparam esse território?"*, a oficina estimulou reflexões sobre os significados culturais, sociais e históricos desses registros, incentivando a interpretação de grafismos e símbolos como formas de comunicação, expressão e construção de identidades dos grupos humanos pretéritos.

Figura 1 – Oficina "Amuleto Rupestre"[1]



Fonte: Acervo do Museu CPAHT.

Diante desse cenário que se estruturou o Programa Imperatriz Arqueológica: Territórios de Memórias, articulando ações educativas, formação acadêmica, cultura digital e divulgação científica junto às escolas públicas da região Tocantina.

1. (A) e (B) Participantes realizando a pintura de amuletos inspirados nas gravuras rupestres do Morro das Figuras, localizado no Parque Nacional da Chapada das Mesas, Carolina (MA), utilizando pincéis, tintas e material de apoio visual; (C) Amuleto em fase de finalização, evidenciando a reprodução dos grafismos rupestres; (D) Socialização dos amuletos produzidos durante a oficina, destacando diferentes interpretações dos grafismos e a valorização do patrimônio arqueológico regional

Programa Imperatriz Arqueológica: educação patrimonial e divulgação científica

Educação Patrimonial e práticas interdisciplinares

O Programa Imperatriz Arqueológica: Territórios de Memórias foi concebido considerando a Arqueologia como um campo científico interdisciplinar que investiga a história de longa duração dos povos indígenas, articulando as relações entre passado, presente e futuro (Barreto, 1999-2000; Corrêa, 2013). Nesse sentido, o programa desenvolveu ações de extensão universitária voltadas à popularização da arqueologia regional e à valorização do patrimônio cultural junto às instituições de ensino, da Educação Básica, localizadas no município de Imperatriz-MA.

No âmbito dos ciclos PIBEXT, desenvolvidos entre 2022 e 2024, as ações do Museu CPAHT buscaram fortalecer a aproximação entre universidade, escola e comunidade por meio de práticas educativas articuladas à educação patrimonial e à valorização do patrimônio arqueológico regional. Entre essas iniciativas, destaca-se o projeto *Arqueologia Maranhense em Sala de Aula*, voltado a estudantes do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) de escolas urbanas e rurais de Imperatriz.

Utilizando os acervos e espaços educativos do Museu CPAHT como instrumentos de mediação cultural, as atividades fundamentaram-se na Pedagogia da Participação (Oliveira Formosinho *et al.*, 2007) e na metodologia de pesquisa-ação (Thiolent, 2008), desenvolvendo experiências relacionadas à memória,

identidade e patrimônio cultural.

As ações envolveram atividades, em sala de aula, visitas mediadas ao museu, oficinas de modelagem cerâmica inspiradas em técnicas indígenas e a produção de recursos didáticos lúdicos como jogos educativos e materiais voltados à valorização das línguas e culturas indígenas. Entre esses materiais destaca-se o jogo e a cartilha *Tupi na Ponta da Língua*, elaborados como instrumentos de divulgação científica e valorização das heranças linguísticas indígenas presentes no cotidiano regional (Marques *et al.*, 2025).

Conforme destaca Marandino (2008) atividades de visita-descoberta e jogos educativos, em espaços museológicos, ampliam as possibilidades de interação entre público e patrimônio cultural. Nessa perspectiva, as ações desenvolvidas contribuíram para fortalecer o reconhecimento das histórias indígenas e ampliar o interesse dos estudantes pela arqueologia regional e pelas múltiplas formas de patrimônio presentes na região Tocantina.

Em continuidade a essas experiências, entre 2023 e 2024 o programa ampliou suas estratégias educativas por meio da incorporação de metodologias ativas articuladas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contemplando estudantes do Ensino Fundamental e Médio, professores da rede pública e visitantes do Museu CPAHT. Os resultados das ações evidenciaram a persistência do desconhecimento sobre a arqueologia entre os participantes, revelando a necessidade de fortalecer práticas educativas voltadas à divulgação científica e à aproximação entre patrimônio cultural e cotidiano escolar.

Nesse contexto, a utilização do quadro SQA —

estruturado nas dimensões “O que sei?”, “O que quero aprender?” e “O que aprendi?” — mostrou-se importante para identificar conhecimentos prévios e acompanhar os processos de aprendizagem dos estudantes. Tal estratégia dialoga com a teoria da aprendizagem significativa proposta por Ausubel (2003), segundo a qual novos conhecimentos tornam-se mais significativos quando relacionados às experiências já vivenciadas pelos sujeitos.

Os resultados das ações evidenciaram a persistência do desconhecimento acerca da arqueologia entre os estudantes participantes. Na Escola João Silva, por exemplo, dos 104 estudantes do 9º ano participantes da pesquisa diagnóstica 59% afirmaram não saber o que era arqueologia, enquanto 9% confundiram o conceito com paleontologia. Situação semelhante foi observada no Centro de Ensino Isaura Amorim, onde 48% dos estudantes demonstraram desconhecimento sobre o tema e 15% apresentaram confusão conceitual semelhante.

Nesse processo, a utilização do quadro SQA mostrou-se fundamental para documentar a aprendizagem visível dos estudantes e identificar conhecimentos prévios relacionados ao patrimônio cultural e à arqueologia.

Paralelamente, os planos de aula passaram a incorporar temáticas como “A Fotografia do Meu Quintal”, “Paisagens de Imperatriz”, “Fontes históricas e cultura material”, “Amuleto rupestre” e “Simulação de Escavação Arqueológica”, estruturadas a partir da abordagem STEAM (*Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics*). Conforme destacam Yakman (2008), Bacich e Holanda (2020) e Prates e

Bisognin (2024) essa abordagem favorece processos investigativos e interdisciplinares ao estimular criatividade, pensamento crítico e resolução de problemas.

A partir dessa perspectiva, os estudantes passaram a construir questões-problema relacionadas ao patrimônio cultural, à memória coletiva e aos processos arqueológicos, tornando o ensino mais investigativo, participativo e contextualizado à realidade sociocultural da região Tocantina. Além disso, as experiências desenvolvidas contribuíram para fortalecer a formação acadêmica dos bolsistas do PIBEXT em práticas de mediação cultural, educação museal e divulgação científica, reafirmando o Museu CPAHT como espaço de formação, extensão universitária e construção compartilhada do conhecimento.

Cultura digital, protagonismo feminino e formação acadêmica

No âmbito das experiências desenvolvidas pelo Programa *Imperatriz Arqueológica* e das ações formativas do setor educativo do Museu CPAHT foram ampliadas estratégias voltadas à integração entre educação patrimonial, cultura digital, formação acadêmica e democratização do conhecimento científico. Essas iniciativas buscaram aproximar estudantes da Educação Básica e da graduação das práticas de pesquisa, mediação cultural e preservação do patrimônio arqueológico regional

Entre essas ações destaca-se o projeto *As Arqueológicas: Explorando o Passado e Transformando o Futuro de Meninas na Arqueologia*, desenvolvido

no ciclo PIBEXT 2024–2025 junto a estudantes do 8º e 9º ano da Escola Municipal Santos Dumont. O projeto articulou práticas educativas interdisciplinares voltadas ao protagonismo feminino nas áreas STEAM, envolvendo oficinas, visitas mediadas, escavações simuladas, modelagem cerâmica, escrita criativa, reconstituição digital em AutoCAD e Blender e atividades de impressão tridimensional.

As atividades fortaleceram processos de letramento científico e tecnológico das participantes, materializados na produção de cerâmicas, modelos digitais tridimensionais e textos autorais elaborados pelas participantes. A utilização de ferramentas digitais associadas às práticas colaborativas de aprendizagem favoreceu experiências educativas alinhadas às competências da BNCC relacionadas à cultura digital e ao pensamento científico (Figura 2). Conforme discutem Bacich e Moran (2018), metodologias ativas contribuem para fortalecer autonomia, participação e protagonismo discente nos processos de aprendizagem.

Figura 2 – Atividades desenvolvidas no projeto "As Arqueológicas: Explorando o Passado e Transformando o Futuro de Meninas na Arqueologia" com estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental[2]:



Fonte: Acervo Museu CPAHT.

Além disso, as práticas interdisciplinares e as experiências concretas de aprendizagem contribuíram para estimular o pensamento crítico, a criatividade e o trabalho colaborativo, fortalecendo processos educativos mais inclusivos e transformadores. Ao apresentar referências femininas da arqueologia

2. (A) Participantes realizando atividades de arqueologia digital em laboratório de informática; (B) e (C) Estudantes vivenciando práticas de pesquisa arqueológica no laboratório do Museu CPAHT; (D) Encontro das participantes com a arqueóloga e pesquisadora Danielly Morais, em roda de conversa sobre a atuação profissional e os desafios da inserção feminina na arqueologia

brasileira, como Niède Guidon, o projeto também promoveu representatividade e identificação das estudantes com trajetórias de mulheres cientistas, contribuindo para enfrentar desigualdades históricas de gênero nas áreas científicas e tecnológicas.

Paralelamente, às ações formativas desenvolvidas por meio do Ciclo de Estágio Não Obrigatório (2024–2025) fortaleceram a inserção de estudantes da graduação em experiências de mediação cultural e educação patrimonial. Nesse contexto, destaca-se o projeto *Do saber ao aprender significativo: o quadro SQA em visitas guiadas ao Museu CPAHT*, fundamentado na teoria da aprendizagem significativa de Ausubel (2003) e nas proposições de Ogle (1986).

A aplicação do quadro SQA, estruturado nas dimensões "O que sei?", "O que quero aprender?" e "O que aprendi?", mostrou-se relevante para identificar conhecimentos prévios e acompanhar processos de aprendizagem em espaços educativos não formais. Desenvolvida junto a turmas do Ensino Fundamental, da rede pública municipal de Imperatriz, a experiência evidenciou mudanças na percepção do espaço museológico, anteriormente associado apenas a objetos antigos ou dinossauros, passando a incorporar elementos relacionados ao patrimônio regional, como cerâmicas arqueológicas, instrumentos e práticas culturais tradicionais.

A pesquisa envolveu turmas do 1º, 3º e 5º anos do Ensino Fundamental I, totalizando 80 estudantes da rede pública municipal de Imperatriz-MA. Os resultados evidenciaram que a aplicação do quadro SQA potencializou as experiências de aprendizagem durante as visitas guiadas, fortalecendo o papel do

museu como espaço educativo, cultural e formativo.

As análises também revelaram mudanças na percepção do espaço museológico, anteriormente associado apenas a dinossauros e objetos antigos, passando a ser reconhecido a partir de elementos do acervo regional, como cerâmicas, instrumentos arqueológicos e práticas culturais tradicionais. Além das visitas guiadas, os estudantes participaram de oficinas de cerâmica, atividades de paleontologia e simulações de escavações arqueológicas, fortalecendo o caráter interdisciplinar das ações educativas.

Essas experiências contribuíram não apenas para a aprendizagem dos estudantes da Educação Básica, mas também para a formação acadêmica, científica e pedagógica dos estagiários voluntários, reafirmando o Museu CPAHT como espaço de memória, formação cidadã e transformação social.

Considerações finais

As experiências desenvolvidas, pelo Museu CPAHT, evidenciam o potencial dos museus universitários enquanto espaços de mediação cultural, formação acadêmica e democratização do conhecimento científico, especialmente em contextos regionais marcados pela limitada circulação de discussões relacionadas ao patrimônio arqueológico e às histórias indígenas. No âmbito do Programa *Imperatriz Arqueológica: Territórios de Memórias* as ações extensionistas contribuíram para aproximar universidade, escola e comunidade por meio de estratégias educativas voltadas à valorização do patrimônio cultural regional.

As experiências desenvolvidas nos ciclos PIBEXT e nas ações formativas do Estágio Não Obrigatório demonstram que a extensão universitária desempenha papel fundamental na aproximação entre universidade, escola e sociedade, especialmente em contextos marcados pela invisibilização das histórias indígenas e pelo desconhecimento acerca do patrimônio arqueológico regional. Ao promover visitas mediadas, oficinas, jogos educativos, práticas STEAM, cultura digital e ações voltadas ao protagonismo feminino nas ciências, o programa contribuiu para ampliar experiências de letramento científico e tecnológico, fortalecendo processos educativos mais inclusivos e participativos.

Além das contribuições voltadas à Educação Básica, as ações desenvolvidas também evidenciaram a relevância da extensão universitária para a formação acadêmica de bolsistas e estagiários, permitindo experiências em mediação museal, educação patrimonial e divulgação científica. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão reafirma, nesse sentido, o papel social da universidade pública na construção compartilhada do conhecimento e na valorização das memórias, identidades e territorialidades indígenas.

Desse modo, o Museu CPAHT vem se consolidando como espaço de aproximação entre patrimônio cultural, educação e sociedade, contribuindo para ampliar o acesso ao conhecimento científico, à valorização das memórias e ao fortalecimento das identidades culturais regionais. Assim sendo, as experiências desenvolvidas evidenciam que a extensão universitária, ao articular ensino, pesquisa e diálogo com a comunidade, constitui-se como relevante instrumento de compromisso social

da universidade pública, fortalecendo processos de formação cidadã, democratização do conhecimento e construção compartilhada de saberes no contexto regional.

Referências

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos:** uma perspectiva cognitiva. Tradução de Lígia Teopisto. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.

BACICH, L.; HOLANDA, L. (org.). **STEAM em sala de aula:** a aprendizagem baseada em projetos integrando conhecimentos na educação básica. Porto Alegre: Penso, 2020.

BACICH, L.; MORAN, J. (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia brasileira. **Revista USP**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 32–51, 1999/2000.

BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista usp**, n. 44, p. 32-51, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018.

CORRÊA, Â. A. Longue durée: história indígena e arqueologia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 65, n. 2, 2013. DOI: 10.21800/S0009-67252013000200011.

CHAGAS, M. Diabruras do Saci: museu, memória, educação e patrimônio. **MUSAS -Revista Brasileira de Museus e Museologia,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 135-146, 2004.

CURY, M. X. Comunicação museológica em museu universitário: pesquisa e aplicação no Museu de Arqueologia e Etnologia – USP. **Revista CPC**, São Paulo, n. 3, p. 69–90, 2007. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.voi3p69-90.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Caderno da Política Nacional de Educação Museal.** Brasília, DF: IBRAM, 2018.

JULIÃO, L. O desafio da comunicação nos museus universitários. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 9, n. especial, p. 13–23, dez. 2020. DOI: 10.26512/museologia. V.9 Especial.32082.

MARANDINO, M. (org.). *Educação em museus: a mediação em foco.* São Paulo: GEENF/FEUSP, 2008. 48 p.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.** São Luís: SEDUC, 2019.

OGLE, D. K-W-L: **A Teaching Model That Develops Active Reading of Expository Text.** *The Reading Teacher*, v. 39, n. 6, p. 564-570, 1986.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, Tizuko M.; PINAZZA, M. A. (org.). **Pedagogia(s) da infância:** dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015.

PÉREZ GIL, L.; PORTELA, B. M.; FREIRE, G. de C. Prática extensionista em museus universitários: a trajetória do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR). **Revista CPC**, São Paulo, v. 15, n. 30 esp., p. 247–277, 2020. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v15i30espp247-277.

PRATES, J. B.; BISOGNIN, E. **Abordagem metodológica STEAM:** uma revisão sistemática de literatura. Ensino da Matemática em Debate, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 110-134, 2025. DOI: 10.23925/2358-4122.63717.

SILVA, M. A. da. Formação de novas gerações nos museus universitários: o papel do educativo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. **Revista CPC**, São Paulo, v. 15, n. 30 esp., p. 294–320, 2020. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v15i30espp294-320.

SILVA, R. da. Museus nas universidades ou museus universitários? uma breve análise comparativa entre o Museu Paulista da Universidade de São Paulo (Brasil), o Pitt Rivers Museum da University of Oxford (Inglaterra) e o Museum of Anthropology da University of British Columbia (Canadá). **Revista CPC**, São Paulo, v. 16,

n. 32, p. 9–35, 2021. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v16i32p9-35.

THIOLLENT, M. J. M. Avanços da metodologia e da participação na extensão universitária. In: ARAÚJO FILHO, T.; THIOLLENT, M. J. M. (org.). **Metodologia para projetos de extensão:** apresentação e discussão. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Cubo Multimídia, 2008.

MARQUES, D. M. R.; FERREIRA, L. S.; ARAÚJO, A. K. S. **Tupi na ponta da língua:** proposta de jogo didático voltado para escolas de ensino fundamental – anos iniciais, com foco na valorização das línguas indígenas. Imperatriz: Editora Universitária UEMASUL, 2025. Disponível em: https://livros.uemasul.edu.br/index.php/inicio/catalog/book/livrocpaht

12

Feira Maranhense de Ciência,
Tecnologia e Inovação (FEMALEC)



Diego Carvalho Viana

É professor de Anatomia animal do curso de Medicina Veterinária da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), campus Imperatriz e é professor do Programa de Pós-graduação em Ciência Animal da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); do Programa da Rede Bionorte em Biotecnologia (UEMASUL) e do Programa de Pós-graduação em Rede na área de Processos e Tecnologias Educacionais (ProfEducatec/UEMASUL). Revisor de periódicos nacionais e internacionais da área de morfologia, dentre outras áreas. Realiza a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia desde 2020 na cidade de Imperatriz, Maranhão, com apoio do CNPq. E também é idealizador da Feira Maranhense de Letramento Científico (FEMALEC) desde 2023, em concomitância também é o idealizador da Olimpíada para Conservação da Biodiversidade (OCbio). Hoje possui projetos aprovados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) na área de estudo com peixes e também atua com Tecnologias Educacionais para a Educação Básica.



Antonio Pereira da Silva Filho

Graduando em Ciências Biológicas. Pesquisador com atuação em pesquisa científica, extensão universitária e divulgação científica. Integra o Núcleo de Estudos Morfofisiológicos Avançados (NEMO/UEMASUL), com atividades voltadas à popularização das ciências na Amazônia Oriental. Atua no Laboratório de Genética e Biologia Molecular (LABGeM/UEMASUL), com interesse em genética, biologia molecular e educação científica. Possui experiência em educação científica, saúde pública, inclusão social e desenvolvimento de projetos acadêmicos. Participa da organização de eventos científicos e ações de aproximação entre ciência e sociedade. Apresenta formação complementar em epidemiologia, biologia do câncer, vacinas e metodologia científica. Dedica-se à produção e disseminação do conhecimento científico por meio do ensino, pesquisa e extensão. Atua no fortalecimento da cultura científica e na formação de novos pesquisadores.

FEIRA MARANHENSE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (FEMALEC)

Resumo: A Feira Maranhense de Ciência, Tecnologia e Inovação (FEMALEC) constitui uma importante estratégia de promoção da educação científica e de fortalecimento da relação entre universidade e sociedade. Este capítulo analisa a atuação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) no apoio técnico, científico e extensionista à feira, destacando suas contribuições para a formação de estudantes da educação básica e para o aprimoramento das práticas pedagógicas escolares. A discussão fundamenta-se nos princípios da extensão universitária como elemento indissociável do ensino e da pesquisa, evidenciando seu papel na democratização do conhecimento e na transformação social regional. São abordados aspectos como a organização do evento, a formação de professores e a participação de estudantes universitários como extensionistas. Ao celebrar a primeira década da UEMASUL, os impactos da FEMALEC na construção de uma cultura científica e no protagonismo estudantil evidenciam o amadurecimento e o compromisso social que definiram os 10 anos de história da instituição na Região Tocantina. Conclui-se que a popularização da ciência consolidou-se como um legado indissociável da universidade, projetando bases robustas para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: FEMALEC; Extensão universitária; Popularização da ciência; Compromisso social.

MARANHÃO SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION FAIR (FEMALEC)

Abstract: The Maranhão Science, Technology, and Innovation Fair (FEMALEC) is a key strategy for promoting scientific education and strengthening the relationship between university and society. This chapter analyzes the performance of the State University of the Tocantina Region of Maranhão (UEMASUL) in providing technical, scientific, and extensionist support to the fair, highlighting its contributions to basic education students' training and school pedagogical practices. The discussion is based on university extension principles as an inseparable element of teaching and research, highlighting its role in knowledge democratization and regional social transformation. Celebrating UEMASUL's first decade, FEMALEC's impacts on building a scientific culture and student protagonism show the institutional maturity and social commitment that defined the university's 10-year history in the Tocantina Region. In conclusion, the popularization of science has consolidated as an inseparable legacy of the university, projecting robust bases for regional development.

Keywords: FEMALEC; University extension; Science popularization; Social commitment.

Introdução

A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) é uma instituição de ensino superior com grande relevância intelectual, científica e tecnológica no estado do Maranhão, destacando-se por sua atuação integrada nos pilares do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação. Inserida em um contexto regional marcado por desafios sociais e educacionais, a universidade tem assumido um papel estratégico na produção e difusão do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento local e para a formação crítica e cidadã de seus estudantes.

Nesse cenário, a extensão universitária configura-se como um dos principais instrumentos de articulação entre a universidade e a sociedade, promovendo a democratização do saber e possibilitando a aplicação prática dos conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico. Ao lado da pesquisa e da inovação, a extensão fortalece o compromisso social da UEMASUL, permitindo que ações educativas, científicas e tecnológicas alcancem diretamente a educação básica e outros segmentos da comunidade.

Dentre as iniciativas que evidenciam essa atuação, destaca-se a Feira Maranhense de Ciência, Tecnologia e Inovação (FEMALEC) (Figuras 1 e 2), um evento que se consolida como espaço de incentivo à cultura científica, ao pensamento investigativo e à inovação entre estudantes da educação básica. A feira, realizada com o apoio técnico e científico da universidade, promove a interação entre diferentes níveis de ensino e estimula a construção do conhecimento de forma colaborativa e contextualizada. A participação

da UEMASUL na realização da feira reforça seu papel como agente transformador, ao oferecer suporte na orientação de projetos, na formação de professores e na avaliação científica das produções apresentadas. Tal envolvimento evidencia a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que amplia o alcance das ações universitárias para além de seus muros institucionais.

Figura 1 - Primeira Logo da Feira (2023-2024), e o nome antes de sua reestruturação



Fonte: Autores, 2026.

Figura 2 - Logo atual (2025) representando as diversas áreas do conhecimento



Fonte: Autores, 2026.

Extensão universitária e sua função social

A extensão universitária constitui um dos pilares fundamentais da educação superior brasileira, ao lado do ensino e da pesquisa, sendo compreendida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e sociedade. Mais do que uma atividade complementar, a extensão se consolida como dimensão indissociável da formação acadêmica, permitindo que o conhecimento produzido no ambiente universitário ultrapasse seus limites institucionais e alcance diferentes contextos sociais (Silva *et al.*, 2024).

Nesse sentido, a extensão desempenha um papel essencial na democratização do conhecimento, ao possibilitar o acesso de diferentes grupos sociais às produções científicas e tecnológicas desenvolvidas nas universidades. Tal perspectiva rompe com a lógica tradicional de produção de saber centrada exclusivamente no espaço acadêmico, valorizando o diálogo com os saberes populares e reconhecendo a comunidade como agente ativo no processo de construção do conhecimento.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão reforça o caráter formativo dessas práticas, uma vez que proporciona aos estudantes experiências concretas que integram teoria e prática. Ao participarem de ações extensionistas, os discentes desenvolvem competências acadêmicas, sociais e éticas, além de ampliarem sua compreensão acerca das demandas e realidades sociais. Nesse contexto, a formação universitária deixa de ser estritamente teórica e passa a incorporar dimensões críticas e reflexivas,

fundamentais para a atuação profissional e cidadã.

A extensão universitária exerce impacto significativo na educação básica, especialmente quando voltada para a promoção da educação científica. A aproximação entre universidade e escola possibilita a troca de conhecimentos, o fortalecimento das práticas pedagógicas e o incentivo ao pensamento investigativo entre estudantes e professores. A inserção de atividades científicas no contexto escolar contribui para o desenvolvimento de habilidades como a curiosidade, a autonomia intelectual e a capacidade de resolução de problemas, elementos essenciais para a formação integral dos indivíduos.

Do ponto de vista teórico, Freire (1987) defende uma educação baseada no diálogo, na problematização e na construção coletiva do conhecimento, princípios que fundamentam as práticas extensionistas. Nessa perspectiva, a extensão não se configura como uma ação de transferência unilateral de saberes, mas como um processo dialógico em que universidade e comunidade aprendem mutuamente, promovendo transformações sociais significativas.

Ao integrar ações de extensão com iniciativas de pesquisa e inovação, instituições como a UEMASUL ampliam seu papel social e fortalecem sua atuação na construção de uma sociedade mais justa, crítica e orientada pelo conhecimento. Projetos voltados à educação básica, como feiras científicas e atividades formativas, evidenciam o potencial da extensão universitária como instrumento de transformação educacional e social (Melo; Pinto, 2024).

A UEMASUL e seu papel na promoção da ciência

A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) tem se consolidado como um importante polo de produção e difusão do conhecimento científico na região sul do Maranhão, desempenhando um papel estratégico na promoção da ciência, da tecnologia e da inovação. Sua atuação vai além da formação acadêmica tradicional, incorporando ações que articulam ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, com foco no desenvolvimento regional e na transformação social.

No âmbito da extensão universitária, a UEMASUL desenvolve projetos que buscam aproximar o conhecimento científico da sociedade, especialmente no contexto da educação básica. Essas iniciativas têm como objetivo estimular o pensamento crítico, a curiosidade científica e o protagonismo estudantil, contribuindo para a formação de sujeitos mais autônomos e conscientes de seu papel na sociedade. Dentre essas ações, pode-se citar o projeto de extensão "CIÊNCIAS PARA TODAS" executado no ano de 2025 e em 2026 adotou o nome "EMBAIXADORAS FEMALEC", que tem como principal finalidade promover a popularização da ciência e o acesso democrático ao conhecimento científico. O projeto atua diretamente junto a escolas da educação básica, desenvolvendo atividades como oficinas, palestras, orientações de projetos e eventos científicos, criando um ambiente propício para a iniciação científica desde os níveis iniciais de ensino. Tais ações são potencializadas pelo uso de recursos tecnológicos e metodologias inovadoras, que ampliam as possibilidades de

interação, construção do conhecimento e participação dos estudantes no processo educativo, favorecendo experiências de aprendizagem mais dinâmicas e significativas (Fernandes *et al.*, 2024).

É nesse contexto que o projeto de extensão se configura como uma das principais bases organizacionais da Feira Maranhense de Ciência, Tecnologia e Inovação, sendo responsável por mobilizar estudantes, professores e extensionistas na construção e execução da feira. Por meio dessa iniciativa, a universidade fortalece sua presença nas escolas, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e para o incentivo à pesquisa no ambiente escolar.

A participação dos extensionistas vinculados ao projeto evidencia o caráter formativo dessas ações, uma vez que os estudantes universitários passam a atuar como mediadores do conhecimento, orientadores e agentes de transformação social. Essa vivência proporciona o desenvolvimento de competências científicas, pedagógicas e sociais, ao mesmo tempo em que reforça o compromisso da universidade com a sociedade. A atuação da UEMASUL na promoção da ciência, por meio de projetos como o "Ciências para Todas", demonstra o potencial da extensão universitária como ferramenta de transformação educacional. Ao integrar diferentes níveis de ensino e promover o acesso ao conhecimento científico, a universidade contribui para a construção de uma cultura científica mais ampla, inclusiva e socialmente comprometida (Fernandes *et al.*, 2021).

A Feira Maranhense de Ciência, Tecnologia e Inovação

A Feira Maranhense de Ciência, Tecnologia e Inovação (FEMALEC) configura-se como uma importante iniciativa de promoção da educação científica no estado do Maranhão, consolidando-se como um espaço de socialização do conhecimento, estímulo à investigação e valorização da produção acadêmica e escolar. Voltada principalmente para estudantes da educação básica, a feira tem como objetivo fomentar o interesse pela ciência, tecnologia e inovação, incentivando a construção de projetos que dialoguem com problemas reais e contextos locais. A origem da feira está diretamente relacionada às ações extensionistas da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), especialmente por meio de iniciativas voltadas à popularização da ciência. Nesse contexto, o projeto desempenha papel central na concepção e desenvolvimento do evento, articulando universidade e escolas em uma proposta colaborativa e formativa.

A estrutura da feira é organizada de modo a contemplar diferentes áreas do conhecimento, permitindo a participação de estudantes e professores de diversas instituições de ensino, que vão dos anos iniciais do ensino fundamental até o último ano do ensino médio. Os projetos apresentados abrangem temáticas variadas, incluindo ciências da natureza, ciências humanas, linguagens e exatas e suas tecnologias, refletindo a diversidade de interesses e realidades dos participantes e alinhando-se com as quatro grandes áreas do conhecimento propostas

pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A feira promove um ambiente de troca de experiências, no qual os estudantes têm a oportunidade de apresentar suas pesquisas, dialogar com avaliadores e interagir com outros projetos.

Ao longo de suas edições, com destaque para a terceira, que evidencia o processo de consolidação do evento, a feira tem ampliado seu alcance e fortalecido suas parcerias institucionais, envolvendo escolas públicas e privadas, professores da educação básica e membros da comunidade acadêmica de vários estados do país. Esse crescimento demonstra não apenas o interesse crescente pela iniciação científica, mas também a relevância da feira como instrumento de incentivo à produção de conhecimento desde os níveis iniciais de ensino.

Outro aspecto importante refere-se ao caráter formativo da feira, que ultrapassa a simples exposição de trabalhos. O evento constitui-se como um espaço pedagógico, no qual os estudantes aprendem a desenvolver projetos do zero, e aprimoram suas habilidades como argumentação, pensamento crítico, organização metodológica e comunicação científica. Tais competências são fundamentais para a formação de sujeitos mais autônomos e participativos, especialmente quando associadas a estratégias pedagógicas inovadoras que favorecem a construção ativa do conhecimento e a aprendizagem significativa (Silva *et al.*, 2023). Para os professores, representa uma oportunidade de aprimoramento das práticas pedagógicas, incorporando metodologias investigativas e interdisciplinares ao ensino. A Feira Maranhense de Ciência, Tecnologia e Inovação se

estabelece como uma ação estratégica para a promoção da cultura científica no estado, fortalecendo a relação entre universidade e educação básica. Ao integrar diferentes atores sociais em torno da produção e difusão do conhecimento, o evento contribui significativamente para a formação de uma sociedade mais crítica, inovadora e comprometida com o desenvolvimento científico e tecnológico.

Organização e execução da Feira

A organização da FEMALEC demanda um processo estruturado e colaborativo, envolvendo diferentes etapas que vão desde o planejamento inicial até a execução e avaliação final do evento. Esse processo é conduzido com o apoio da UEMASUL, sobretudo por meio das ações extensionistas vinculadas ao projeto Ciências para Todas, que desempenha papel central na articulação entre universidade e educação básica.

A etapa de planejamento constitui o ponto de partida para a realização da feira, sendo responsável pela definição dos objetivos, cronograma, regulamento e critérios de participação. Nesse momento, são elaborados os editais de inscrição, que orientam estudantes e professores quanto às normas para submissão de projetos, áreas temáticas, categorias e critérios de avaliação. Além disso, são definidas as comissões organizadoras e científicas, compostas por docentes, discentes e extensionistas, responsáveis por garantir a qualidade acadêmica e a viabilidade logística do evento.

A fase de inscrição e submissão dos trabalhos é marcada pela mobilização das escolas e dos

participantes, que desenvolvem projetos científicos sob orientação de seus professores, muitas vezes com o suporte técnico da universidade. Após a submissão, os trabalhos passam por uma etapa de avaliação prévia, na qual são analisados aspectos como relevância do tema, consistência metodológica e adequação às normas estabelecidas no edital. Esse processo contribui para assegurar o caráter científico da feira e para orientar possíveis ajustes nos projetos. A participação em feiras científicas tem sido reconhecida como uma importante estratégia para o desenvolvimento do pensamento investigativo, da autonomia intelectual e das competências científicas dos estudantes, favorecendo a aproximação entre conhecimento acadêmico e realidade social (Ribeiro *et al.*, 2017).

No que se refere à execução do evento, a logística envolve a organização do espaço físico, a distribuição dos estandes, a programação das apresentações e a recepção dos participantes. Durante a feira, os estudantes apresentam seus projetos para avaliadores, que, em geral, são professores e pesquisadores vinculados à universidade. A avaliação considera critérios como originalidade, domínio do conteúdo, clareza na exposição e aplicabilidade da proposta, promovendo um ambiente de rigor científico aliado ao incentivo pedagógico.

A atuação dos extensionistas nesse processo é fundamental, uma vez que eles participam ativamente de diferentes etapas da organização e execução da feira. Esses estudantes colaboram na orientação de projetos, no suporte aos participantes, na mediação entre avaliadores e expositores e na resolução de demandas operacionais durante o evento. Essa vivência

contribui para sua formação acadêmica e profissional, ao desenvolver habilidades como trabalho em equipe, comunicação, organização e responsabilidade social. A participação em ações extensionistas fortalece a formação cidadã, amplia a integração entre teoria e prática e contribui significativamente para o desenvolvimento de competências profissionais e sociais dos estudantes universitários (Candito *et al.*, 2020).

Entretanto, a realização da feira também envolve desafios, como a limitação de recursos financeiros e materiais, a necessidade de maior engajamento de algumas instituições de ensino e as dificuldades logísticas inerentes à organização de um evento de grande porte. Apesar dessas limitações, o comprometimento da universidade e dos envolvidos tem sido fundamental para a continuidade e o aprimoramento da iniciativa. A organização e execução da FEMALEC evidenciam a importância do planejamento coletivo, da integração institucional e do engajamento dos diferentes atores envolvidos. Mais do que um evento, a feira representa um processo formativo e colaborativo, que fortalece a relação entre universidade e escola e contribui para a consolidação de uma cultura científica no contexto educacional.

Ademais, destaca-se a relevância das parcerias estabelecidas entre a Universidade e o setor privado, que têm contribuído significativamente para o fortalecimento e a ampliação do alcance da FEMALEC. Instituições como escolas técnicas, cursos preparatórios, empresa júnior e faculdades particulares atuam como colaboradoras estratégicas, seja no apoio logístico, na divulgação do evento

ou na participação ativa com projetos e ações formativas. Essas parcerias possibilitam a integração entre diferentes níveis e modalidades de ensino, promovendo um ambiente mais diversos e dinâmico de produção do conhecimento. Ao favorecer a troca de experiências entre os setores público e privado, amplia as oportunidades de formação para os estudantes e fortalece a cultura científica e inovadora na região.

Apoio técnico e científico da UEMASUL

O apoio técnico e científico ofertado pela UEMASUL configura-se como um dos principais pilares para a consolidação da FEMALEC enquanto espaço de promoção da educação científica na educação básica. Esse suporte vai além da realização do evento em si, abrangendo um conjunto de ações formativas e orientadoras que contribuem diretamente para a qualificação dos projetos desenvolvidos por estudantes e professores.

A atuação da universidade na orientação de projetos científicos escolares, oferecendo acompanhamento metodológico desde a concepção da ideia até a apresentação final. Por meio de professores, pesquisadores e extensionistas, a UEMASUL auxilia na definição de problemas de pesquisa, na construção de hipóteses, na escolha de metodologias adequadas e na análise dos resultados. Esse processo orientativo é fundamental para inserir os estudantes no universo da investigação científica, promovendo o desenvolvimento de habilidades como pensamento crítico, organização lógica e autonomia intelectual.

A formação continuada de professores da

educação básica, que ocorre por meio de oficinas, minicursos e atividades formativas promovidas pela universidade, frequentemente articuladas ao projeto. Essas ações visam fortalecer as práticas pedagógicas, incentivando a adoção de metodologias investigativas e interdisciplinares no ensino de ciências. A interdisciplinaridade, nesse contexto, favorece a integração entre diferentes áreas do conhecimento, permitindo uma compreensão mais ampla dos fenômenos estudados e contribuindo para a construção de aprendizagens contextualizadas e significativas, aspectos fundamentais para a formação científica dos estudantes (Pinto Filho *et al.*, 2022).

Ao capacitar os docentes, a universidade amplia o alcance de suas ações, uma vez que esses profissionais passam a atuar como multiplicadores do conhecimento científico em suas respectivas instituições. A UEMASUL desempenha papel central na avaliação científica dos trabalhos apresentados na feira, garantindo rigor acadêmico e qualidade nas produções. Os avaliadores, em sua maioria vinculados à universidade, utilizam critérios que consideram não apenas o conteúdo científico, mas também a clareza na comunicação, a relevância social dos projetos e sua aplicabilidade. Esse processo contribui para a valorização do esforço dos estudantes e para o aprimoramento contínuo das produções científicas escolares.

A universidade também atua na promoção de espaços de aprendizagem por meio de oficinas e mentorias, nas quais são abordados temas como elaboração de projetos, escrita científica, apresentação oral e uso de metodologias experimentais. Essas atividades fortalecem a formação dos participantes e

ampliam suas possibilidades de inserção em contextos acadêmicos futuros, aproximando-os do universo da pesquisa e da inovação. O apoio técnico e científico evidencia a efetividade da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, ao promover a transferência de conhecimento do ambiente universitário para a educação básica. Essa atuação não apenas qualifica os projetos apresentados na feira, mas também contribui para a formação de uma cultura científica mais sólida, crítica e acessível, reafirmando o compromisso social da universidade com o desenvolvimento educacional e científico da região.

Impactos da Feira na Educação Básica

A Feira tem gerado impactos significativos no contexto da educação básica, consolidando-se como uma importante ferramenta de incentivo à educação científica e ao desenvolvimento integral dos estudantes, com mais de 300 projetos desenvolvidos e apresentados no contexto da educação básica. Ao promover a participação ativa dos discentes na elaboração e apresentação de projetos, a feira contribui para a construção de uma aprendizagem mais significativa, baseada na investigação, na experimentação e na resolução de problemas.

Um dos principais impactos observados refere-se ao desenvolvimento do pensamento científico entre os estudantes, que passam a compreender a ciência não apenas como um conjunto de conteúdos teóricos, mas como um processo dinâmico de construção do conhecimento. A vivência proporcionada pela feira estimula a curiosidade, o questionamento e a busca

por soluções fundamentadas, favorecendo a formação de indivíduos mais críticos e autônomos (Oliveira *et al.*, 2019). Nesse sentido, a iniciação científica precoce desempenha papel fundamental, ao aproximar os estudantes do universo acadêmico desde os níveis iniciais de ensino.

A participação na feira fortalece o protagonismo estudantil, uma vez que os alunos assumem o papel de pesquisadores, sendo responsáveis pela condução de seus próprios projetos. Essa experiência contribui para o desenvolvimento de habilidades como comunicação, argumentação, organização e trabalho em equipe, competências essenciais tanto para a trajetória acadêmica quanto para a vida em sociedade. Outro impacto relevante diz respeito à prática docente, uma vez que a feira incentiva os professores da educação básica a incorporarem metodologias investigativas em suas aulas. Com o apoio técnico e científico da Universidade, muitos docentes passam a adotar abordagens mais dinâmicas e interdisciplinares, promovendo um ensino mais contextualizado e alinhado às demandas contemporâneas da educação.

A feira contribui para a valorização da ciência no ambiente escolar, ao criar espaços de visibilidade para as produções dos estudantes e ao estimular o reconhecimento do conhecimento científico como ferramenta de transformação social. Projetos que abordam problemáticas locais, por exemplo, reforçam a importância da ciência na compreensão e na busca de soluções para os desafios enfrentados pela comunidade. Os impactos da feira na educação básica vão além do evento em si, refletindo-se na formação de estudantes mais engajados, professores mais preparados e práticas

pedagógicas mais inovadoras. Ao fortalecer a relação entre universidade e escola, a feira contribui para a construção de uma educação científica mais acessível, crítica e socialmente relevante.

A experiência extensionista

A experiência extensionista, no contexto das ações integradas entre universidade e educação básica, configura-se como um elemento fundamental na formação acadêmica e cidadã dos estudantes envolvidos. Ao participar de iniciativas que articulam produção científica, formação pedagógica e intervenção social, o extensionista assume um papel ativo na mediação do conhecimento, contribuindo para a construção de práticas educativas mais significativas e transformadoras.

A atuação extensionista é marcada por uma diversidade de funções que envolvem tanto aspectos organizacionais quanto pedagógicos. Desde o apoio à estruturação de atividades até a orientação de projetos científicos desenvolvidos por estudantes da educação básica, o extensionista se insere em um processo dinâmico que exige domínio conceitual, capacidade de comunicação e sensibilidade para lidar com diferentes realidades educacionais. Essa atuação contribui para a ressignificação do papel do estudante universitário, que passa a atuar como sujeito ativo na produção e disseminação do conhecimento.

A vivência prática proporcionada por essas ações favorece a integração entre teoria e prática, permitindo que os conhecimentos adquiridos no ambiente acadêmico sejam aplicados em situações

concretas. Esse processo amplia a compreensão dos conteúdos científicos, ao mesmo tempo em que desenvolve competências essenciais, como pensamento crítico, autonomia intelectual, trabalho em equipe e responsabilidade social. Trata-se, portanto, de uma formação que ultrapassa os limites da sala de aula e se consolida na experiência direta com a realidade social. A extensão universitária constitui um espaço privilegiado de formação integral, promovendo a articulação entre conhecimentos acadêmicos e demandas sociais, além de contribuir para o desenvolvimento de competências profissionais, éticas e cidadãs dos estudantes (Beninca e Campos, 2017).

O contexto da educação básica, que possibilita uma leitura mais aprofundada dos desafios enfrentados por estudantes e professores. Essa aproximação contribui para o desenvolvimento de uma postura mais empática e comprometida, além de favorecer a construção de práticas mais contextualizadas e sensíveis às demandas locais. Ao vivenciar essas experiências, o extensionista amplia sua percepção sobre o papel social da educação e da ciência.

A participação em ações extensionistas impacta diretamente a trajetória acadêmica e profissional dos envolvidos, ao proporcionar experiências que fortalecem a formação científica e pedagógica. O desenvolvimento de habilidades relacionadas à pesquisa, à comunicação e à organização de atividades educativas contribui para uma formação mais completa, alinhada às exigências contemporâneas do mundo do trabalho e da produção do conhecimento. A experiência extensionista evidencia-se como um

espaço privilegiado de aprendizagem e transformação, no qual se articulam saberes acadêmicos e sociais. Ao integrar diferentes sujeitos e contextos em torno da construção do conhecimento, essas ações reafirmam o potencial da extensão como prática formativa e como instrumento de transformação educacional e social.

A articulação da FEMALEC com as diretrizes e o marco histórico dos 10 anos da UEMASUL

A compreensão do impacto da Feira Maranhense de Ciência, Tecnologia e Inovação (FEMALEC) exige uma análise profundamente vinculada à própria evolução histórica e maturidade institucional da UEMASUL. Ao celebrar sua primeira década de existência, a universidade não apenas relembra sua trajetória de fundação, mas consolida seu papel definitivo como um agente propulsor do desenvolvimento científico, educacional e social em toda a Região Tocantina.

Nesse cenário comemorativo, o apoio técnico, científico e extensionista direcionado à feira ao longo dos anos deixa de ser uma atividade isolada e passa a ser compreendido como a materialização prática do compromisso de interiorização e democratização do conhecimento. Sob essa ótica de transformação do ambiente escolar, as metodologias ativas e integradoras promovidas pela feira científica dialogam diretamente com os novos horizontes da educação contemporânea. Como bem apontam Gonçalves *et al*. (2025), a incorporação de práticas criativas, engajantes e que subvertem os modelos tradicionais de ensino é fundamental para garantir uma aprendizagem

significativamente mais completa e conectada à realidade dos sujeitos.

No contexto da FEMALEC, essa quebra de paradigma educacional ocorre quando o estudante da rede básica assume o papel de pesquisador, utilizando a investigação científica como uma ferramenta pedagógica viva para solucionar problemas locais, amparado pela infraestrutura e pelo corpo docente da universidade.

O fortalecimento progressivo da feira, evidenciado pelo aumento de participantes e pelo aprimoramento de suas frentes metodológicas entre 2023 e 2026, reflete o próprio amadurecimento das redes de produção de conhecimento da instituição. Essa evolução contínua demonstra como a reconfiguração e o fortalecimento de arranjos institucionais locais são capazes de redefinir as dinâmicas de uma região, ampliando de forma consistente a capacidade de influência e impacto social da universidade (SILVA FILHO, 2026).

O suporte estendido pela UEMASUL à comunidade externa ao longo desta década estabeleceu pontes que indissociam o ensino superior da educação básica, gerando um ecossistema cooperativo regional altamente robusto. Portanto, articular a história e os resultados práticos da FEMALEC às celebrações da primeira década da instituição evidencia que a extensão universitária e o incentivo ao protagonismo juvenil se tornaram pilares indeléveis de uma política institucional permanente.

Celebrar os 10 anos da UEMASUL por meio do reflexo social e do sucesso pedagógico da feira significa reconhecer que o cumprimento de sua missão de formar

cidadãos críticos e integrados ao desenvolvimento regional foi plenamente alcançado, projetando bases sólidas e integradoras para as próximas décadas de produção científica no sul do Maranhão.

Desafios e perspectivas futuras

A consolidação de iniciativas que articulam universidade, ciência e educação básica, embora apresente avanços significativos, ainda enfrenta desafios que precisam ser considerados para o fortalecimento e a continuidade dessas ações. Entre os principais entraves, destacam-se as limitações de recursos financeiros e estruturais, que podem impactar tanto a organização quanto a ampliação do alcance das atividades. A dependência de editais, parcerias e apoio institucional, muitas vezes instáveis, exige constante mobilização e planejamento estratégico por parte dos envolvidos.

Outro desafio relevante refere-se ao engajamento das instituições de ensino da educação básica, que nem sempre conseguem participar de forma contínua devido a fatores como sobrecarga docente, falta de infraestrutura adequada, politização do conhecimento científico e dificuldades de acesso a recursos didáticos e tecnológicos. A ausência de uma cultura consolidada de iniciação científica em algumas escolas pode dificultar a adesão e o desenvolvimento de projetos com maior rigor metodológico.

Do ponto de vista formativo, também se observa a necessidade de ampliar as ações de capacitação para professores e estudantes, de modo a fortalecer as práticas investigativas no ambiente

escolar. Embora existam iniciativas nesse sentido, sua continuidade e abrangência ainda representam um desafio, especialmente em regiões com menor acesso a políticas educacionais voltadas à ciência e tecnologia. Apesar dessas limitações, as perspectivas futuras são promissoras, especialmente diante do crescente reconhecimento da importância da educação científica para o desenvolvimento social e econômico. A ampliação das parcerias institucionais, incluindo a colaboração com o setor privado e outras organizações educacionais, surge como uma estratégia relevante para garantir maior sustentabilidade e alcance às ações desenvolvidas.

A incorporação de tecnologias digitais e metodologias inovadoras tende a potencializar os impactos dessas iniciativas, permitindo novas formas de interação, aprendizagem e divulgação científica. A expansão para formatos híbridos ou virtuais, por exemplo, pode contribuir para a inclusão de um número maior de participantes, superando barreiras geográficas e logísticas.

A importância da institucionalização dessas ações como políticas permanentes, garantindo sua continuidade e fortalecimento ao longo do tempo. Ao investir na integração entre ensino, pesquisa e extensão, bem como na valorização da educação científica desde os níveis iniciais, cria-se um cenário mais favorável para a formação de indivíduos críticos, criativos e comprometidos com a transformação da realidade. Enfrentar os desafios e potencializar as perspectivas futuras exige um esforço coletivo e contínuo, baseado na colaboração entre diferentes atores sociais. A consolidação dessas iniciativas

depende, sobretudo, do reconhecimento de seu papel estratégico na construção de uma educação mais inclusiva, inovadora e socialmente relevante.

Referências

BENINCÁ, D.; CAMPOS, F. S. Extensão Popular: uma proposta transformadora para a educação superior. **Dialogia**, p. 145-156, 2017.

CANDITO, V. C.; RODRIGUES, C. B. C.; MENEZES, K. M. Feira de ciências e saberes: um olhar dos docentes para as contribuições da educação científica na educação básica. **Olhares & Trilhas**, v. 22, n. 3, p. 403-417, 2020.

FERNANDES, A. N.; LOPES, L. S.; FERREIRA, A. V. A extensão universitária como possibilidade de formação docente para além de sala de aula. **Formação em Movimento**, v. 3, p. 384-402, 2021.

FERNANDES, C. D.; BEZERRA, C. A. M.; AQUINO, S. C. S.; VIANA, D. C. Uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) como metodologia complementar no ambiente acadêmico. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, v. 6, p. e11078-e11078, 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, G. H.; SILVA, E. C. A.; SILVA, V. M. A.; LIMA, I. F.; CAVALCANTE, M. F. A. F.; FERREIRA, C. C.; BATISTA, R. H.; SOUSA, G. P.; SILVA FILHO, A. P.; LAGES,

T. A.; BORGES, M. C. Brincadeiras como ferramenta pedagógica: implicações para o aprendizado nas escolas. **IOSR Journal of Business and Management (IOSR-JBM)**, v. 27, n. 3, p. 49-53, mar. 2025.

MELO, A. B.; PINTO, A. P. G. Contribuições da extensão universitária para a formação cidadã e profissional de acadêmicos da rede interdisciplinar "Compartilhando Conhecimentos". **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.

OLIVEIRA, F. P. Z.; CIVIERO, P. A. G.; BAZZO, W. A. A Iniciação Científica na formação dos estudantes do Ensino Médio. **Debates em Educação**, v. 11, n. 24, p. 453-473, 2019.

PINTO FILHO, J. M.; COELHO, R. P.; VIANA, D. C.; PACHECO, P. R. A interdisciplinaridade para o currículo do ensino médio integrado. **Revista UNI**, v. 1, n. 1, p. 133-153, 2022.

RIBEIRO, M. R. F.; ARAÚJO PONTES, V. M.; SILVA, E. A. A contribuição da extensão universitária na formação acadêmica: desafios e perspectivas. **Revista Conexão UEPG**, v. 13, n. 1, p. 52-65, 2017.

SILVA, E. A.; AQUINO, S. C. S.; BEZERRA, C. A. M.; VIANA, D. C. Tecnologias educacionais no processo de ensino-aprendizagem. **Revista Científica Sigma**, v. 4, n. 4, p. 154-164, 2023.

SILVA FILHO, A. P. The reconfiguration of the international order in the context of emerging

multipolarity. **Diálogos Internacionais**, Imperatriz, v. 3, n. 1, p. 12-25, 2026.

SILVA, I. R.; SILVA ACIOLY, T. M.; FERREIRA, M. M. M.; LUCENA NETO, A. P.; MORAES, M. B.; VIANA, D. C. Smart Cities: Um estudo de percepção sobre o desenvolvimento urbano sustentável no município de Imperatriz, Maranhão, Brasil. **Interes. Rev. Geogr. Interdiscip.**, v. 1, p. 1-18, 2024.

14

Sobre a vocação regional da UEMASUL: prognósticos de um futuro para além da região metropolitana do sudoeste Maranhense



Fernando Alves Gomes

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1998), mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004), e doutor em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP (2017). Atuou como Assessor Jurídico na Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte e como Procurador da Universidade de São Paulo. É professor de Direito Público - Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Processual Civil, Direito Constitucional e Direito Administrativo da Universidade Estadual da Região Tocantina - UEMASUL, e advogado atuante.



Lidianne Kelly Nascimento Rodrigues de Aguiar Lopes

Doutora e Mestre em Direito UNESA/RJ. Pós - doutoranda em Direito na UnB. Ganhadora da Medalha José Maria Ramos, pela ESA/MA (2021). Professora Adjunta na UEMASUL - Campus Estreito; Pesquisadora na temática Doenças raras e tutela jurídica da vida e direito à alimentação.

SOBRE A VOCAÇÃO REGIONAL DA UEMASUL: PROGNÓSTICOS DE UM FUTURO PARA ALÉM DA REGIÃO METROPOLITANA DO SUDOESTE MARANHENSE

Resumo: Embora todo o contexto de criação da Universidade Estadual da Região Estadual Tocantina (UEMASUL) esteja, de certa forma, ligado ao da criação da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (RMSM), isso não significa que a UEMASUL seja uma universidade metropolitana, quer dizer, condicionada ao escopo da região metropolitana que originalmente ocupa. A leitura proposta neste texto se coaduna com uma visão global de planejamento a partir das regiões geográficas intermediárias e imediatas do Maranhão, como propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como com uma compreensão específica do fenômeno metropolitano como fenômeno da urbanização. Do ponto de vista aqui adotado, a UEMASUL se destina a ser, nos próximos 20 anos, uma Universidade da região geográfica intermediária de Imperatriz, incluindo todas as regiões imediatas, e não apenas da RMSM. Apontaremos, neste texto, o que nos leva a acreditar nisso e quais são os caminhos institucionais e políticos que podem levar à realização do que percebemos como a verdadeira vocação regional da UEMASUL.

Palavras-chave: UEMASUL; Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (RMSM); Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas do Estado do Maranhão; Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão; Política estadual de educação superior.

ABOUT THE REGIONAL MISSION OF UEMASUL: ENVISIONING A FUTURE BEYOND THE SOUTHWESTERN METROPOLITAN AREA OF THE STATE OF MARANHÃO

Abstract: While the establishment of the State University of the Tocantins Region (UEMASUL) is historically intertwined with the creation and expansion of the Metropolitan Region of Southwest Maranhão (MRSM), the institution's long-term scope extends beyond these initial metropolitan boundaries. This paper proposes an analytical framework aligned with the intermediate and immediate geographic regions of Maranhão, as defined by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), while also contextualizing the metropolitan phenomenon through the broader lens of regional urbanization. From this perspective, UEMASUL is envisioned over the next twenty years not merely as a localized metropolitan institution, but as a comprehensive university dedicated to serving the entire intermediate geographic region of Imperatriz, encompassing all its constituent immediate regions. Finally, this study outlines the socio-spatial factors driving this territorial expansion and discusses the strategic institutional and political pathways necessary to realize what we identify as UEMASUL's true regional mission, thereby fostering equitable development across the southwest portion of the state.

Keywords: UEMASUL; Metropolitan Region of Southwestern Maranhão (RMSM); Intermediate and Immediate Geographic Regions of the State of Maranhão; Development Regions of the State of Maranhão; State public higher education policies.

A origem normativa da UEMASUL e a fixação inicial do seu âmbito territorial de atuação

Na parte de informações institucionais da página eletrônica oficial da UEMASUL, no tópico sobre a história da Universidade, encontramos o texto abaixo:

> [...] No dia 1 de novembro de 2016, após um acirrado debate na Assembleia Legislativa liderada pelo deputado Marco Aurélio, o governador Flávio Dino assinava em Imperatriz, no Centro de Ensino Superior de Imperatriz (CESI/UEMA), a lei nº 10.525 que criou a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL).
> Instituída nos antigos Centros de Ensino Superiores de Imperatriz e de Açailândia, a UEMASUL assumiu a **missão de promover o desenvolvimento regional englobando 22 municípios**, garantindo um ensino público, gratuito e de qualidade, colaborando com a modernização da gestão pública e uma presença do estado do Maranhão mais significativa na região. (Farias, s/d - grifo nosso).

Como juristas a investigar o processo de formação da UEMASUL, no intuito de perscrutar-lhe as possibilidades de futuro juridicamente plausíveis, a primeira pergunta que ocorre ao nos deparamos com essa informação é: de onde vem a referência a vinte e dois municípios? Que norma comanda que assim seja? E mais: por que a norma assim determina?

Consultando o Estatuto da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (Decreto nº 37.687, de 31 de maio de 2022), descobrimos que a específica definição do referido âmbito territorial foi feita, do ponto de vista normativo, pelo Decreto Estadual nº 32.396, de 11 de novembro de 2016 (atenção para esta

data). Diz-nos o Estatuto, em seu artigo inaugural:

> Art. 1º A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, pessoa jurídica de direito público – criada pela Lei Estadual nº10.525, de 3 de novembro de 2016, e com estrutura de Organização Administrativa Multicampi, com sede e foro em Imperatriz-MA, definida na Lei Estadual nº 10.558, de 06 de março de 2017, alterada pela Lei Estadual nº 10.694, de 05 de outubro de 2017, e Lei Estadual nº 10.880, de 05 de julho de 2018 – , integra a Administração Estadual Pública Indireta, na forma de Autarquia com autonomia administrativa, didático-científica, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI/MA, **e área de atuação territorial definida no Decreto Estadual nº 32.396, de 11 de novembro de 2016.** (Maranhão, 2016a, art. 1º, grifo nosso).

Ao buscarmos pelo texto do Decreto Estadual nº. 32.396/2016, encontramos a seguinte enumeração de municípios já em seu artigo 1º:

> Art. 1º **No ano de 2017** considera-se como **área de atuação da UEMASUL** o território dos seguintes Municípios:
>
> I - Imperatriz;
> II - Açailândia;
> III - Itinga;
> IV- Vila Nova dos Martírios;
> V- Cidelândia;
> VI - São Pedro da Água Branca;
> VII - São Francisco do Brejão:
> VIII - João Lisboa;
> IX - Davinópolis;
> X - Senador La Rocque;
> XI - Buritirana;

XII - Sítio Novo;
XIII - Amarante;
XIV - Montes Altos;
XV- Governador Edson Lobão;
XVI - Ribamar Fiquene;
XVII - Campestre;
XVIII - Porto Franco;
XIX - São João do Paraiso;
XX - Lajeado Novo;
XXI - Estreito; e
XXII - Carolina.
(Maranhão, 2016a, art. 1º, grifo nosso).

A designação desse específico conjunto de municípios listados no Decreto Estadual n.º 32.396/2016, porém, não foi arbitrária, nem poderia ser. Ela refletiu um contexto político em que já se colocava a necessidade de ampliação da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (RMSM), feita apenas posteriormente, pela Lei Complementar Estadual nº 204, de 11 de dezembro de 2017 (editada, portanto, 13 meses depois do referido Decreto Estadual), a qual, em seu artigo 5º, redesenha a região:

> Art. 5º - A Lei Complementar nº 089, de 17 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º - Fica criada a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, unidade organizacional geoeconômica, social e cultural, constituída pelo agrupamento dos Municípios de Imperatriz, João Lisboa, Senador La Roque, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Montes Altos, Ribamar Fiquene, Vila Nova dos Martírios, São Pedro da Água Branca, Cidelândia, São Francisco do Brejão, Açailândia, Itinga, Carolina, Sítio Novo, Amarante, Campestre, Porto Franco, Estreito, São João do Paraíso e Lajeado Novo, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. (Maranhão, 2017a, art. 5º).

Essa antecipação da Universidade em relação à expansão da RMSM - a qual, diga-se de passagem, foi a primeira região metropolitana instituída no interior do Nordeste, a partir da Lei Complementar Estadual n.º 89, de 17 de novembro de 2005, é indicativa de que o Poder Executivo estadual já trabalhava, em seu planejamento, com uma versão estendida da referida área metropolitana. De fato, a Lei Complementar Estadual 204/2017, que ampliou a RMSM e criou o Colegiado Metropolitano, integrado pelos Prefeitos da região, é resultante do projeto de lei complementar nº 16, de 31 de outubro de 2017, de autoria do Poder Executivo, e que tramitou em regime de urgência por conta da ação da liderança do então governo na Assembleia.

Contudo, como veremos, isso não significa que a UEMASUL seja uma universidade metropolitana, no sentido de ter sido criada para atender de forma exclusiva à RMSM. Não nos referimos, neste ponto, a nenhuma (suposta) "intenção original" do legislador no sentido de ligar ou não a UEMASUL à RMSM. Ao invés disso, apenas mantemos o olhar sobre o que diz a letra das normas de regência, dentro de uma interpretação jurídica sistemática. Nessa visão, a consonância entre o Decreto Estadual n.º 32.396/2016 e a definição da nova extensão da RMSM dada pela Lei Complementar Estadual n.º 204/2017, *não é* suficiente para configurar a UEMASUL como *institucionalmente* vinculada ao âmbito da região metropolitana.

O poder do Chefe do Executivo estadual para designar o âmbito de ação da UEMASUL - instrumento de desenho de políticas públicas de educação superior

Importante notarmos que a competência do Governador para definir o âmbito territorial de atuação da UEMASUL, por meio de decreto estadual, deriva do disposto no artigo 1º da Lei Estadual nº 10.525, de 3 de novembro de 2016, que trata da criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão:

> Art. 1º - Fica criada a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, com sede na cidade de Imperatriz e atuação nos municípios **a serem fixados em Decreto** (Maranhão, 2016b, art. 1º , grifo nosso).

Trata-se, como demonstraremos logo adiante, de um caso especial de competência regulamentar, na forma do art. 64, III, da Constituição do Estado do Maranhão.

Perceba-se que a própria Lei não contém nem remete a nenhuma referência direta à RMSM, ainda que em sua composição original, evitando, com isso, o "fechamento" do escopo territorial da UEMASUL, e tornando desnecessária qualquer ação do Legislativo para ampliá-lo ou restringi-lo. O que a Lei que cria a UEMASUL faz é transferir *explicitamente* a tarefa de definir o alcance territorial da Universidade para a alçada de uma decisão administrativa, condicionada à edição de Decreto por parte do Chefe do Executivo.

Como é comum, o Governador do Estado, na

forma do art. 64, V, da Constituição Estadual, pode "dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Estado na forma da lei", em particular sobre a constituição dos órgãos de sua administração direta. A lei - geral - a que se refere o dito dispositivo é a Lei Estadual nº. 10.213, de 9 de março de 2015, que, em seu art. 61, determina:

> Art. 61 - O Poder Executivo definirá em decreto a estrutura dos órgãos de que trata esta Lei, os respectivos cargos e suas atribuições bem como as competências e os respectivos regimentos, podendo alterar a denominação dos cargos em comissão e funções gratificadas, desde que da alteração não resulte aumento de despesa. (Maranhão, 2015, art. 61).

No caso, porém, a própria Lei 10.525/2016, ao criar a UEMASUL, chancela ao Governador do Estado a competência para regular esse específico aspecto da ação institucional da Universidade. A Lei poderia ter limitado diretamente o âmbito territorial de atuação da entidade, sem remeter ao poder político-administrativo do Chefe do Executivo para tanto, mas optou por fazê-lo deste último modo, quer dizer, conferindo ao Governador um papel ativo na definição de um aspecto estrutural fundamental da entidade. Assim, é o planejamento das ações e políticas do Estado em relação à educação superior que irá determinar o alcance territorial da UEMASUL, e não alguma predisposição normativa genética da Universidade.

O Chefe do Executivo estadual surge, nessa conjuntura, como um ator decisivo na configuração de políticas públicas de educação superior no âmbito do Estado, especialmente no que diz respeito à

interiorização do ensino superior e no atendimento às necessidades regionais e locais (Meta 13, Estratégia 13.3, do Plano Estadual de Educação (PEE) (Maranhão, 2014). Sua atuação se dá, primariamente, em um contexto no qual a educação superior é concebida

> como um direito fundamental social que precisa ser desenvolvido e materializado, principalmente no estado do Maranhão, que enfrenta desafios ainda bem grandes em relação à educação básica (Maranhão, 2014, Introdução).

Esse papel deve ser, de plano, desempenhado em consonância com a Constituição do Estado do Maranhão, no que esta afirma:

> Art. 222 O Estado dará apoio financeiro às atividades universitárias de ensino, pesquisa e extensão, mediante a formação de recursos humanos, concessão de meios e condições especiais de trabalho, **visando à solução de problemas regionais** (Maranhão, 1989, art. 222, grifo nosso).

Frise-se que, de um ponto de vista prático, a criação dessa área territorial de atuação se dá pela desativação das operações da Universidade Estadual do Maranhão no respectivo território, como se depreende da leitura do artigo 2º dessa mesma Lei Estadual:

> Art. 2º - Nos municípios especificados nos termos desta Lei **cessará a atuação da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA** no dia 31 de dezembro de 2016 (Maranhão, 1989, art. 2º, grifo nosso).

Essa opção é também perfeitamente consentânea

com uma atuação administrativa limitada nos termos do art. 64, V, da Constituição do Estado do Maranhão, e do art. 61 da Lei Estadual 10.213/2015 (que, no ponto, reproduz, por simetria, disposição da Constituição Federal, contida no art. 84, VI, a).

O sentido e a forma da criação de uma região metropolitana - ou porque a UEMASUL não é uma Universidade da RMSM

A possibilidade de criação de regiões metropolitanas, nos termos da legislação vigente, se faz da combinação do art. 25, § 3º, da Constituição da República de 1988 (designação da competência estadual e de seu instrumento de realização - lei complementar), com o arts. 25, *caput* e parágrafo único, e 26, da Constituição do Estado do Maranhão (condicionamento da participação dos Municípios à aprovação da Câmara Municipal e aos termos da lei que instituir a região). Incidem ainda sobre a questão as determinações da Lei Federal n.º 13.089, de 12 de janeiro de 2015, conhecida como "Estatuto da Metrópole", a qual, segundo seu Art. 1º,

> estabelece **diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas** e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, **normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa**, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, com base nos incisos XX do art. 21 , IX do art. 23 e I do art. 24 , no § 3º do art. 25 e no art. 182 da Constituição Federal (Brasil, 2015, art. 1º, grifo nosso).

Sob esse prisma, uma região metropolitana é o agrupamento de municípios limítrofes, que integram a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Essas "funções públicas de interesse comum" são os serviços ou infraestruturas que ultrapassam os limites territoriais de um único município, e cuja resolução afeta toda a coletividade regional. Nos termos do art. 2º, II, do Estatuto da Metrópole, uma função pública de interesse comum se define como uma "política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes" (Brasil, 2015, art. 2º).

Assim, o que configura uma região metropolitana é, primariamente, um processo de integração estrutural, um tipo de funcionamento coligado. Não à toa, a

> criação de uma região metropolitana [...]deve ser precedida de estudos técnicos e audiências públicas que envolvam todos os Municípios pertencentes à unidade territorial (Estatuto da Metrópole, art. 3º, § 2º).

O eixo da atuação coletiva, nesses casos, está em dois fatores determinantes, expostos nos incisos II e III do art. 5º do Estatuto da Metrópole:

> II - os campos funcionais ou funções públicas de interesse comum que justificam a instituição da unidade territorial urbana;
>
> III – a conformação da estrutura de governança interfederativa, incluindo a organização administrativa e o sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas; (Brasil, 2015, art. 5º).

Esses “campos funcionais” não são definidos de forma apriorística, não correspondendo a nenhuma diretriz específica do Estatuto da Metrópole. Nada impede, pois, em tese, que a educação possa ser incluída entre os interesses comuns de uma região metropolitana.

Contudo, seguindo as pistas contidas no próprio Estatuto, o campo funcional destas contempla, primariamente, o desenvolvimento urbano do ponto de vista do parcelamento, uso e ocupação do solo; dos instrumentos de intervenção urbanística do Estatuto da Cidade; da regularização fundiária urbana; da preservação ambiental e cultural; e, em geral, do planejamento urbano integrado.

Ademais, a única referência que havia no Estatuto da Metrópole à educação foi suprimida com a nova redação do parágrafo único de seu Art. 2º, dada pela Lei Federal n.º. 13.683, de 2018. Cuidava-se, na versão original do dispositivo, de considerar o aspecto educacional como um dos fatores relevantes para a definição da região de influência da capital regional, conceito que não mais consta da Lei.

E ainda que a Lei Complementar Estadual n.º. 89/2005 afirme que entre as possíveis funções públicas de interesse comum da RMSM possam estar “a educação e a capacitação dos recursos humanos” (Maranhão, 2005, art. 4º), disso não decorre, necessária e imediatamente, que a UEMASUL esteja atrelada à estrutura da RMSM de forma constitutiva.

Do ponto de vista formal e da arquitetura institucional que se verifica no caso da Universidade Estadual da Região Tocantina do Estado do Maranhão, nada nos autoriza a enquadrá-la como uma entidade

de caráter metropolitano. Falta-lhe, inclusive, uma característica de governança essencial para tal caracterização, que seria o "compartilhamento de responsabilidades e de gestão" entre as entidades federativas integrantes da região (Brasil, 2015, art. 5º), por meio de um "processo permanente e compartilhado de planejamento e de tomada de decisão" (Brasil, 2015, art. 7º, I, id.), constituído pelo "estabelecimento de meios compartilhados de organização administrativa das funções públicas de interesse comum" (Brasil, 2015, art. 7º, II, id.), inclusive com rateio de custos (Brasil, 2015, art. 7º, IV, id.).

A UEMASUL, portanto, nasce no contexto de expansão da RMSM, mas não é uma entidade metropolitana. O horizonte de sua evolução institucional, como o vislumbramos, é mais amplo e profundo.

As novas regiões geográficas intermediárias e imediatas do IBGE e sua relação com as regiões de desenvolvimento do IMESC

Importante, em nossa visão, dizermos algumas palavras sobre a questão das regiões geográficas como vetores de planejamento, haja vista recentes mudanças de critérios, discrepâncias metodológicas entre institutos, e diferenças substantivas das regiões geográficas em relação, por exemplo, às regiões metropolitanas. No fim e ao cabo, contudo, veremos que a questão é menos complexa do que pode parecer de início.

A dinâmica territorial contemporânea do Brasil demandou uma revisão significativa de suas diretrizes

de regionalização. Nesse contexto, a publicação da *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias*, em 2017, operou uma mudança metodológica importante, substituindo as antigas mesorregiões e microrregiões, estabelecidas em 1989. A transição para o novo modelo justificou-se pela necessidade de refletir o expressivo aumento na diferenciação interna do território, impulsionado por mutações demográficas, econômicas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas.

Se, antes, o Maranhão se estruturava em cinco mesorregiões e 21 microrregiões, agora, segundo a nova divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os 217 Municípios do Estado estão distribuídos em 22 regiões geográficas imediatas, que por sua vez estão agrupadas em cinco regiões geográficas intermediárias, conforme se vê na Figura 1.

Figura 01 - Regiões intermediárias do MA



Fonte: IBGE, 2017.

De ressaltar-se que, conforme indica o referido documento, tal revisão não foi resultado de mera decisão de gabinete, mas conta com legitimidade participativa, na medida em que

> o Projeto Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias apresenta uma proposta metodológica que instrumentaliza e integra análises e expectativas de órgãos de planejamento estaduais por meio de uma parceria mediada pela Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística - Anipes. A identificação e a divulgação desses recortes regionais ocorrem após consulta e contribuição à divisão regional por todos os envolvidos (IBGE, 2017, p. 10).

Isso não obstante, o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC observou "algumas disparidades e equívocos nesta nova regionalização estadual", pelo que "procurou o IBGE, a fim de montar um diálogo com este instituto para reparar e adequar a nova regionalização dentro do Estado do Maranhão" (IMESC, 2018, p. 11).

Como resultado desse movimento, o IMESC propôs a divisão do território maranhense em 22 unidades, denominadas de Regiões de Desenvolvimento do Maranhão (IMESC, 2018, p. 15 e ss.). Segundo o Instituto, na divisão das Regiões de Desenvolvimento propostas foram considerados aspectos

> fisiográficos, cobertura vegetal, clima, hidrografia, hierarquia dos centros urbanos, conforme a Região de Influência das Cidades – REGIC, uniformidade dos municípios na distribuição regional, ocupação humana, etnia, inter-relação dos eixos viários,

> influência de determinados municípios em relação aos seus circunvizinhos, facilidade do fluxo de transporte rodoviário de cargas e de passageiros e serviços públicos de abastecimento de água, esgoto e energia (Maranhão 2018, p. 19.).

Para efeitos de comparação, observemos o Quadro 1.

Quadro 1 - Comparativo entre Regiões Geográficas Imediatas e Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão - nomenclaturas em ordem alfabética.

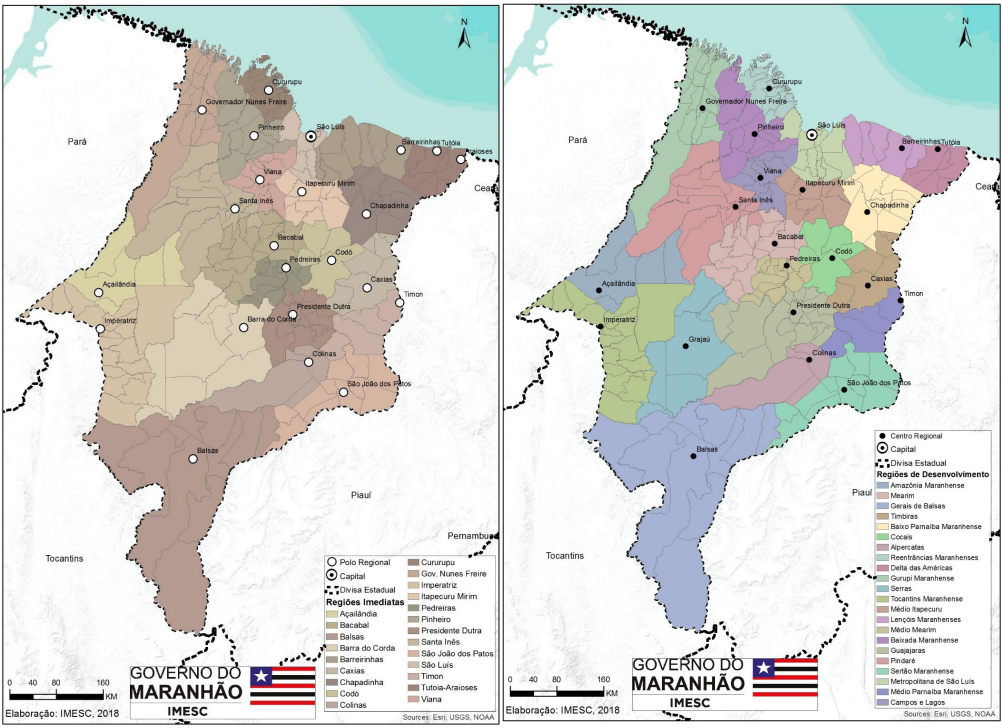
Regiões Geográficas Imediatas do Estado do Maranhão (IBGE)	**Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão (IMESC)**
1. Açailândia	1. Alpercatas
2. Bacabal	2. Amazônia Maranhense
3. Balsas	3. Baixada Maranhense
4. Barra do Corda	4. Baixo Parnaíba Maranhense
5. Barreirinhas	5. Campos e Lagos
6. Caxias	6. Cocais
7. Chapadinha	7. Delta das Américas
8. Codó	8. Gerais de Balsas
9. Colinas	9. Guajajaras
10. Cururupu	10. Gurupi Maranhense
11. Governador Nunes Freire	11. Lençóis Maranhenses
12. Imperatriz	12. Mearim
13. Itapecuru-Mirim	13. Médio Itapecuru
14. Pedreiras	14. Médio Mearim
15. Pinheiro	15. Médio Parnaíba Maranhense
16. Presidente Dutra	16. Metropolitana de São Luís
17. Santa Inês	17. Pindaré
18. São João dos Patos	18. Reentrâncias Maranhenses
19. São Luís	19. Serras
20. Timon	20. Sertão Maranhense
21. Tutóia-Araioses	21. Timbiras
22. Viana	22. Tocantins Maranhense

Fonte: Elaboração dos autores, 2026.

As nomenclaturas distintas, e as eventuais diferenças na caracterização territorial efetiva de cada uma dessas regiões, porém, não podem nos cegar para

o fato de que são, ainda, 22 unidades de organização espacial do planejamento, aplicadas sobre a mesma base de realidade. É ver-se na Figura 2.

Figura 2 - Comparativo entre Regiões Geográficas Imediatas (esquerda) e Regiões de Desenvolvimento (direita) do Estado do Maranhão - mapas



Fonte: IMESC, 2018.

A Região Geográfica Intermediária de Imperatriz (em azul na Figura 1), situada na porção centro-sul do estado do Maranhão, está estruturada em quatro Regiões Geográficas Imediatas: a de Imperatriz, a de Açailândia, a de Barra do Corda e a de Balsas. Quando olhamos para as Regiões de Desenvolvimento

(Figura 2, à direita), por sua vez, notamos que a mesma Região Geográfica Intermediária de Imperatriz pode ser caracterizada como abrangendo 1) a Amazônia Maranhense (correspondente à Região Imediata de Açailândia); 2) o Tocantins Maranhense (correspondente à Região Imediata de Imperatriz); 3) as Serras (correspondente à parte mais a oeste da Região Imediata de Barra do Corda); 4) a região Guajajaras (correspondente à parte centro-oriental da Região Imediata de Barra do Corda); e 5) as Gerais de Balsas (correspondente à Região Imediata de Balsas). O território é exatamente o mesmo.

Nesse universo de organização e planejamento regional, a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense aparece como mais um elemento de caracterização, como parte da realidade urbana da Região Geográfica Intermediária de Imperatriz - ou, de forma mais ampla, do sul do Maranhão. Ela abrange pelo menos três das Regiões Geográficas Imediatas da Região Intermediária de Imperatriz (Imperatriz, Açailândia e Balsas), mas não se confunde com os demais conceitos de regionalização aqui discutidos, constituindo um dado, uma situação configurada na ordem urbanística local.

Sobre a verdadeira vocação regional da UEMASUL: planejamento de longo prazo da educação superior e prognósticos de um possível presente futuro

A tarefa de pensarmos as próximas décadas para a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão deve tomar a “missão de promover o desenvolvimento regional englobando 22 municípios”

como ponto de partida, não como limite de seu alcance - como marco inicial, não como horizonte evolutivo. Para isso, precisamos levar muito a sério o nome UEMASUL, como indício de uma profecia autorrealizável. E não se trata de simples jogo de palavras.

C. G. Jung (2016), em sua clássica obra sobre sincronicidade, citando Stekel, nos fala de um fenômeno denominado "compulsão do nome" - que ele descreve como "coincidências grotescas entre o nome e as peculiaridades de uma pessoa":

> Assim, por exemplo, o Sr. Gross [Grande] tem mania de grandeza, o Sr. Kleiner [Pequeno] tem complexo de inferioridade. Duas irmãs Altmann [Homem velho] casam-se com homens 20 anos mais velhos do que elas. O Sr. Feist [Barrigudo] é ministro da Alimentação; o Sr. Rosstaüscher [Enganador de cavalos] é advogado; o Sr. Kalberer [Cuidador de bezerros] é obstetra; o Sr. Freud [Alegre] defende o princípio do prazer; o Sr. Adler [Águia] é defensor da vontade do poder; o Sr. Jung [Jovem] professa a ideia da reencarnação (Jung, 2016, p. x).

Em nossa visão, o planejamento estratégico da UEMASUL para os próximos 20 anos deve considerar seriamente a vocação declarada em seu nome (ou melhor, em seu acrônimo): uma Universidade para o sul do Estado do Maranhão. Não se trata de nenhuma aspiração desmedida, uma vez que, numa abstrata "divisão de tarefas" entre a Universidade Estadual do Maranhão e a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, esta última ficaria com apenas uma das cinco Regiões Intermediárias do Estado - correspondendo a 43 dos 217 municípios maranhenses.

É um arranjo, no mínimo, razoável.

Para isso, é necessário que toda a comunidade acadêmica se mova nessa mesma direção, tanto na esfera do planejamento institucional, quanto na da mobilização política e da atuação acadêmica. A caminhada em direção a uma UEMASUL como Universidade de todo o sul maranhense pode ainda não ser, para usarmos a terminologia de Reinhart Koselleck (2006), um "futuro presente", no sentido de não ser a projeção de um futuro a que se aspira presentemente - ou pelo menos não de forma direta e consciente. No entanto, o "presente futuro", ou seja, aquilo que será de fato o real no tempo futuro, já está inscrito, hoje, como potencialidade, no desenho institucional da UEMASUL. Cumpre a nós fazê-lo manifestar-se, como resultado de um desenvolvimento devidamente planejado.

Referências

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**, Rio de Janeiro : IBGE, 2017, disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600 Acesso em 30/05/2026

Maranhão. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, **Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão – Proposta Avançada**, 2018, disponível em https://seplan.ma.gov.br/uploads/seplan/docs/22-Regi%C3%B5es-de-Desenvolvimento-do-Estado-do-Maranh%C3%A3o-2018.pdf Acesso em 30/05/2026.

Jung, C. G. **Sincronicidade**, Petrópolis: Vozes, 2016.

Koselleck, R. **Futuro Passado – Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**, Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Farias, R. N. **A história da UEMASUL**, disponível em https://www.uemasul.edu.br/institucional/a-uemasul/ Acesso em 30/05/2026.

15

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL: por uma outra regionalização



Allison Bezerra Oliveira

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e em Economia pela Faculdade Católica Paulista. Especialista em Planejamento Ambiental pela UEMA e em Economia Brasileira Contemporânea pela Faculdade Metropolitana. Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com Pós-Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua como professor do curso de Geografia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) e dos programas de pós-graduação em Geografia e Ciências Ambientais. Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação da UEMASUL. Bolsista produtividade CNPq, FAPEMA e UEMASUL.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO – UEMASUL: POR UMA OUTRA REGIONALIZAÇÃO

Resumo: Este capítulo analisa a interiorização do ensino superior no Maranhão, focando na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). O estudo investiga como a centralidade de Imperatriz, consolidada como cidade média e polo regional, redefine as dinâmicas de poder e saber no sudoeste maranhense. Fundamentada nos conceitos de território-rede e território-zona, a pesquisa avalia a eficácia do atual modelo de regionalização frente às assimetrias socioeconômicas locais. Os resultados evidenciam que a influência de Imperatriz configura uma "cidade-região" que polariza fluxos de educação e serviços sobre estados vizinhos. Propõe-se uma nova delimitação institucional que abranja os 43 municípios da Região Geográfica Imediata, alinhando a atuação da universidade à real abrangência da rede urbana. Conclui-se que a superação das desigualdades científicas exige que a regionalização educacional acompanhe as fronteiras vividas e os fluxos de integração territorial, consolidando a UEMASUL como agente indutor de soberania regional.

Palavras-chave: Rede Urbana; UEMASUL; Regionalização; Ensino Superior; Imperatriz.

STATE UNIVERSITY OF THE TOCANTINS REGION OF MARANHÃO – UEMASUL: TOWARDS ANOTHER REGIONALIZATION

Abstract: This article analyzes the internationalization of higher education in Maranhão, focusing on the State University of the Tocantins Region of Maranhão (UEMASUL). The study investigates how the centrality of Imperatriz, consolidated as a medium-sized city and regional pole, redefines power and knowledge dynamics in the southwestern Maranhão. Grounded in the concepts of territory-network and territory-zone, the research evaluates the effectiveness of the current regionalization model in the face of local socioeconomic asymmetries. The results demonstrate that the influence of Imperatriz configures a "city-region" that polarizes flows of education and services over neighboring states. A new institutional delimitation is proposed to encompass the 43 municipalities of the Immediate Geographic Region, aligning the university's operations with the actual reach of the urban network. It is concluded that overcoming scientific inequalities requires educational regionalization to follow lived boundaries and territorial integration flows, consolidating UEMASUL as an inducing agent of regional sovereignty.

Keywords: Urban Network; UEMASUL; Regionalization; Higher Education; Imperatriz.

Introdução

A reconfiguração da rede urbana brasileira nas últimas décadas consolidou o papel das cidades médias como elos estratégicos de intermediação entre as metrópoles e os centros locais. Nesse cenário, o território deixa de ser visto apenas como uma extensão contínua para ser compreendido sob a ótica dos fluxos e das redes de influência. À medida que essas cidades expandem suas funções especializadas, elas passam a exercer uma centralidade regional que reorganiza o espaço e redefine as dinâmicas de mobilidade e consumo.

Dentro dessa lógica de organização espacial, a oferta de Ensino Superior surge como um dos principais vetores de fortalecimento dessas centralidades. No Maranhão, a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) em 2016 representa um marco na política de interiorização e descentralização do conhecimento. Ao estabelecer sua sede em Imperatriz, classificada como Capital Regional C e principal polo da Região Geográfica Intermediária, o Estado busca não apenas democratizar o acesso à educação, mas também utilizar a universidade como instrumento de planejamento e redução de assimetrias regionais.

No entanto, a eficácia dessa interiorização depende de uma compreensão profunda das relações de dependência e subordinação que regem o território. Este capítulo propõe uma discussão sobre a regionalização da UEMASUL, questionando se o seu atual desenho institucional responde à real abrangência da influência de Imperatriz sobre os 43 municípios da sua Região Geográfica Imediata.

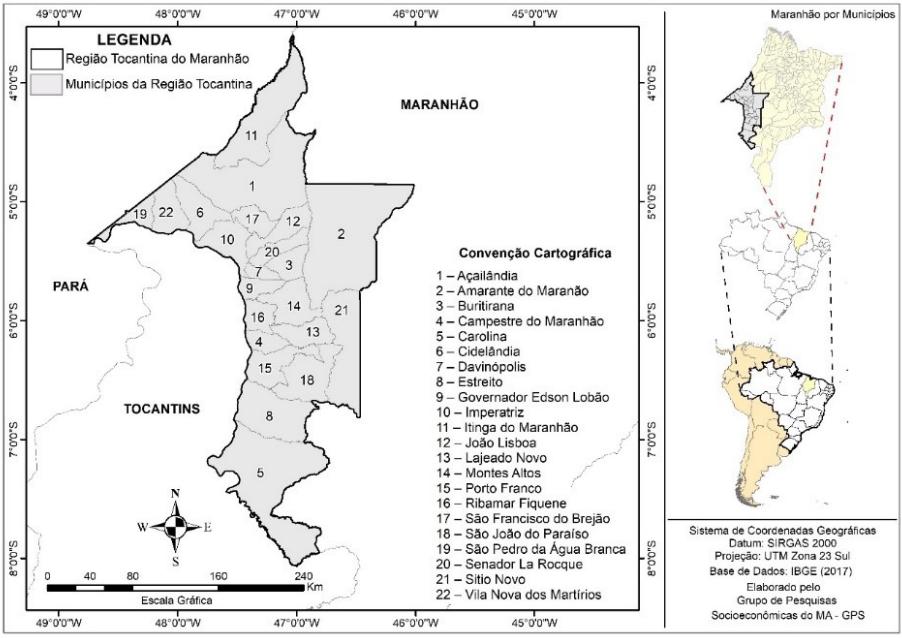
A UEMASUL e a região Tocantina do Maranhão

A UEMASUL é uma autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI). Instituída pela Lei n.º 10.525, de 03 de novembro de 2016, a universidade iniciou suas atividades em 01 de janeiro de 2017, consolidando-se como um marco histórico na interiorização da educação superior do Maranhão. Sua criação é emblemática por configurar a primeira universidade estritamente regional do estado, estabelecida fora do eixo metropolitano da capital e em uma área historicamente caracterizada por desafios socioeconômicos acentuados.

No plano institucional, a UEMASUL compõe o Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Lei n.º 7.844/2003), atuando de forma articulada com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) e a Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEMA). Sob a governança da SECTI, a jurisdição territorial da universidade foi ratificada pelo Decreto Estadual n.º 32.396/2016, abrangendo 22 municípios (Figura 1) situados no sudoeste maranhense.

O nome e a área de abrangência da universidade remete a porção sudoeste do estado composta por 22 municípios, conhecida por região "Tocantina do Maranhão" com uma população total aproximada de 780 mil habitantes. Imperatriz é o seu principal centro urbano-regional, concentrando mais de 285 mil habitantes, enquanto Ribamar Fiquene é o município menos populoso, com cerca de 7.420 habitantes (IBGE, 2020).

Figura 1 – Localização da Região Tocantina do Maranhão, MA



Fonte: IBGE (2017). Elaboração: O autor (2025).

Limitada pelos estados do Pará e Tocantins, a região apresenta baixos indicadores socioeconômicos e abrange os domínios morfoclimáticos da Amazônia e do Cerrado. Sua toponímia tem origem na Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins, elemento natural que desempenhou papel fundamental na constituição de vilas, povoados e cidades. Inevitavelmente, a Região Tocantina[1] do Maranhão apresenta-se sob o recorte da influência seja ela natural ou cultural do rio Tocantins sobre municípios do estado do Maranhão (Oliveira, 2025).

Embora a Região Tocantina do Maranhão seja

1. Para mais informações, ler "A região Tocantina do Maranhão: em busca de uma caracterização e definição" de Oliveira (2025).

referida em diversos estudos – como os de Sousa (2009), Oliveira e Silva (2023), Santos (2024), Oliveira (2025) – e reconhecida socialmente por sua população, ela não é resultado de uma regionalização formalizada por nenhum órgão oficial, seja em nível federal, estadual ou municipal (Oliveira, 2025).

A existência da região como unidade institucionalizada consta apenas na delimitação da área de abrangência da UEMASUL, criada pela Lei n.º 10.525, de 3 de novembro de 2016. Vale observar, contudo, que a lei dispõe sobre a criação da universidade, com sede em Imperatriz, e não sobre a constituição formal da região enquanto unidade territorial reconhecida oficialmente.

Todavia, há de se destacar sua existência enquanto "fato social" na medida em que pode se observar sua existência a partir de suas dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldam de forma comum o território que compõe sua área, influenciando, portanto, a maneira como as pessoas interagem, organizam-se e se referem à Região Tocantina enquanto espaço.

A escolha de Imperatriz como sede para a implantação da UEMASUL reflete a relevância estratégica da cidade, que ocupa o posto de segundo maior polo socioeconômico do Maranhão. Como cidade média e principal entroncamento político-econômico da porção sudoeste do estado, a cidade exerce a função de centro de influência na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz, polarizando fluxos diversos e serviços em escala regional sob 43 municípios no sul do estado.

Portanto, a gênese da UEMASUL no cenário

urbano-regional maranhense transcende a mera interiorização do ensino superior. Ela se projeta como uma robusta estratégia de regionalização do Estado, utilizando a educação pública de alto nível como vetor para a integração territorial, a produção de conhecimento localizado e a superação das assimetrias regionais no interior do Maranhão. E como tal, seu papel regional deve ser compreendido para além da região tocantina.

O papel das Regiões Geográficas na compreensão do Maranhão

Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabeleceu novos parâmetros para a divisão regional do Brasil, substituindo o modelo de microrregiões e mesorregiões pelas Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias. Essa mudança de paradigma fundamenta-se na superação de uma visão puramente administrativa em favor de uma leitura baseada nos conceitos de território-rede e território-zona (IBGE, 2017).

Nesse novo cenário, a região assume o papel de uma estrutura de conhecimento geográfico dinâmica. O modelo é operacionalizado por meio de variáveis concretas que definem a organização do espaço, tais como a configuração da rede urbana, a hierarquia entre os centros, a intensidade dos fluxos e as relações de subordinação e dependência que distinguem os espaços regionais em múltiplas escalas (IBGE, 2017).

As Regiões Geográficas Imediatas são estruturadas a partir da capilaridade da rede urbana regional. Elas se organizam em torno de um centro

urbano principal que supre as necessidades cotidianas das populações adjacentes. Esse polo é responsável pela oferta de bens de consumo, oportunidades de emprego e acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e representações de instituições públicas (INSS, Ministério do Trabalho, entre outros), consolidando um vínculo de proximidade e atendimento imediato (IBGE, 2017; Santos; Alvim, 2022).

Por sua vez, as Regiões Geográficas Intermediárias ocupam uma escala de transição entre as Unidades da Federação e as Regiões Imediatas. Essas regiões são preferencialmente articuladas em torno de Metrópoles ou Capitais Regionais, podendo incluir centros urbanos de menor porte que possuam representatividade regional. Elas desempenham a função de organizar o território ao integrar diversas Regiões Imediatas sob a influência de um polo de hierarquia superior, caracterizando-se por fluxos complexos de gestão pública e privada (IBGE, 2017).

A lógica de delimitação desses recortes territoriais reside na identificação de cidades-polo e nas interdependências estabelecidas entre os municípios. Para compreender essa arquitetura, é central a distinção entre território-zona e território-rede (Haesbaert, 2007). O território-zona refere-se à continuidade espacial e à homogeneidade ininterrupta de fixos e fluxos, como observado em arranjos populacionais conurbados onde a movimentação pendular para trabalho e serviços é frequente. (IBGE, 2017).

Já o território-rede é pautado pela centralidade e pelo poder de controle exercido pelas cidades em escalas que extrapolam seus limites físicos. Na

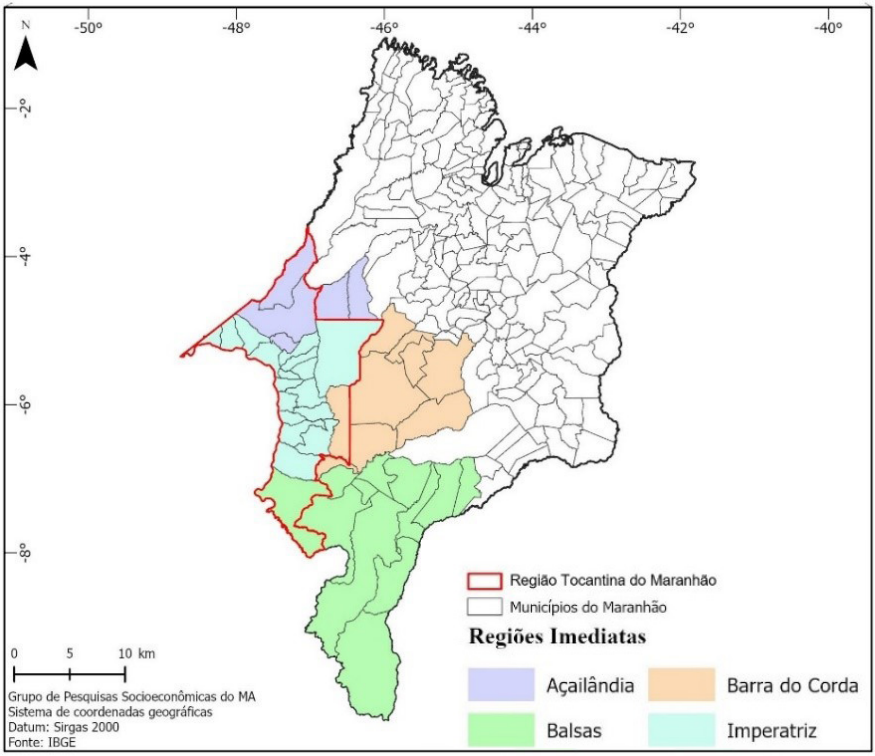
contemporaneidade, a diversificação e o aumento da intensidade dos fluxos geram uma divisão territorial do trabalho altamente complexa. Essa complexidade é evidenciada pela hierarquização dos fluxos em diferentes níveis e direções, refletindo a diversidade de ações e processos sociais que interconectam áreas distantes (Haesbaert, 2007; IBGE, 2017).

No processo de constituição, estabeleceu-se para as Regiões Imediatas um parâmetro referencial de 5 a 25 municípios, com um contingente populacional mínimo de 50.000 habitantes. Cada unidade deve possuir uma cidade-polo classificada, no mínimo, como Centro de Zona B. Entretanto, em virtude das especificidades geográficas brasileiras, como a presença de grandes barreiras naturais ou densidades demográficas distintas, o IBGE permitiu exceções para assegurar que o recorte regional respeitasse a realidade vivida em cada estado (IBGE, 2017; Oliveira; Santos, 2023).

A porção sul do estado do Maranhão, quase que exclusivamente – com exceção da Região Geográfica Imediata de Colinas[2] - está regionalizada sobre a Região Geográfica Imediata de Imperatriz (Figura 2) que por sua vez é composta por quatro Regiões Geográficas Imediatas: a de Imperatriz, Açailândia, Barra do Corda e Balsas abrangendo uma área total de cerca de 131.550 km².

2. Composta pelos municípios de Colinas, Jatobá, Mirador, Sucupira do Norte.

Figura 2 – Localização da Região Tocantina do Maranhão na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz



Fonte: IBGE (2017). Elaboração: O autor (2025).

Tal região, que incorpora também a Tocantina do Maranhão, é constituída a partir da polarização e centralidade urbano regional de Imperatriz a partir de sua rede urbana. Essa centralidade é constituída, entre outros aspectos, pela capacidade que a cidade tem de ofertar serviços diversos, entre eles está a educação, e atrair pessoas e bens de diversas outras localidades, estabelecendo-se como central dentro de um contexto regional, por isso o recorte está voltado para o nome da cidade.

Dessa forma, os centros urbanos desempenham papéis diferenciados conforme sua importância política e econômica. As cidades que concentram o poder de decisão moldam as dinâmicas regionais, sendo frequentemente influenciadas por grandes corporações e instituições políticas. Essas redes de localidades centrais não apenas organizam a distribuição e o consumo, mas também abrigam a gestão pública e privada de forma seletiva, evidenciando a hierarquia que estrutura o território brasileiro (Faissol, 1975; Bessa, 2012).

Interiorização e espacialização de instituições de ensino superior no Maranhão

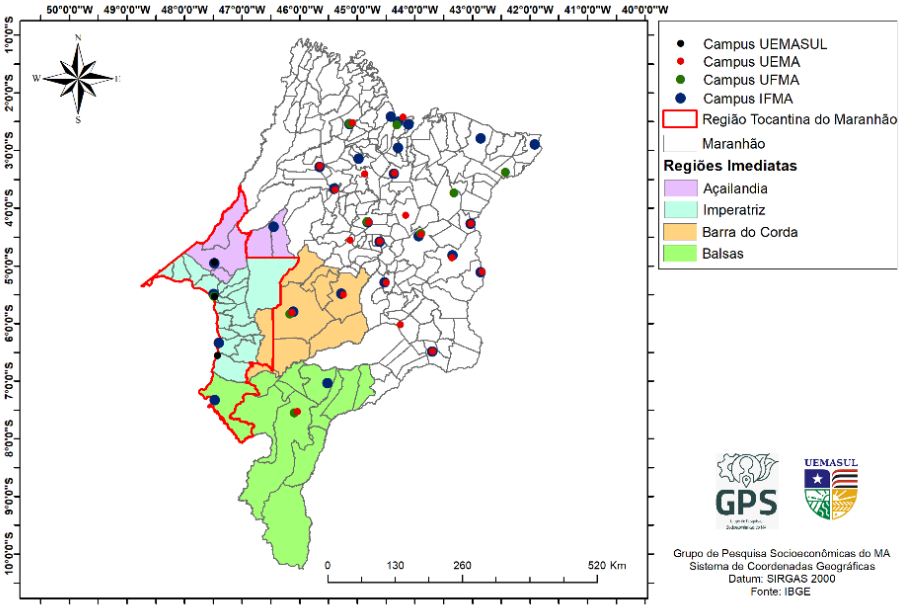
Somente 30 municípios[3], dos 217 municípios existentes no Maranhão, apresentam um *campus* de Educação Superior presencial de instituição pública no estado. Isso representa um percentual de apenas 14%, aproximadamente, de centros urbanos que apresentam alguma forma de expansão do Ensino Superior, para além da capital.

A oferta de cursos superiores presenciais por instituições públicas na Região Tocantina do Maranhão encontra-se restrita a apenas quatro municípios: Açailândia, Carolina, Estreito, Imperatriz e Porto Franco. Essa concentração é capilarizada por três instituições distintas: o IFMA (presente em Açailândia, Carolina, Imperatriz e Porto Franco), a UFMA (com unidade em Imperatriz) e a UEMASUL (atuante em Açailândia, Imperatriz e Estreito) (Figura 3). Tal cenário ratifica o papel estratégico da UEMASUL como vetor fundamental

3. Não são inseridos, nessa contagem, polos avançados de EaD.

para a interiorização do ensino superior e para o fortalecimento da autonomia acadêmica regional.

Figura 3 – Espacialização de instituições de ensino superior no Maranhão



Fonte: UEMASUL (2026), UEMA (2026), UFMA (2026), IFMA (2026).

Elaboração: O autor (2026).

A rede de instituições de ensino superior no Maranhão apresenta uma distribuição heterogênea, com diferentes níveis de capilaridade no interior do estado. O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) opera 30 unidades, das quais quatro estão na Região Tocantina (Imperatriz, Açailândia, Porto Franco e Carolina) e outras quatro localizam-se na Região Geográfica Imediata de Imperatriz (Buriticupu,

Grajaú, Barra do Corda e São Raimundo das Mangabeiras), embora estas últimas alternem entre a oferta de ensino técnico e superior. Já a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) organiza-se em nove unidades, mantendo campi em polos como Bacabal, Balsas, Chapadinha, Codó, Grajaú, Imperatriz, Pinheiro e São Bernardo, além de sua sede na capital.

No âmbito estadual, a UEMA possui 20 campi com forte concentração no centro-norte, apresentando baixa capilaridade na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz, onde atua apenas em Barra do Corda, Grajaú e Balsas. Em contrapartida, a UEMASUL, sediada em Imperatriz, expandiu sua estrutura para Açailândia e Estreito. Contudo, a análise da Região Geográfica Imediata de Imperatriz, composta por 43 municípios, revela um cenário de exclusão educacional preocupante: apenas dez dessas cidades contam com oferta de ensino superior, o que reforça a urgência de novas políticas de expansão para suprir esse vazio assistencial no sul do estado.

A eventual ampliação da atuação da UEMASUL para abranger a totalidade dos 43 municípios dessa Região Geográfica Imediata representa não apenas um crescimento institucional, mas uma estratégia de soberania científica regional. A integração desses municípios sob a égide de uma universidade regionalizada permitiria que a instituição respondesse de forma mais célere e precisa às demandas por qualificação docente e técnica em áreas remotas. Esse movimento de expansão é fundamental para mitigar a dependência excessiva do polo de Imperatriz, promovendo uma desconcentração produtiva e intelectual que valorize as potencialidades locais de cada região geográfica.

Por uma outra regionalização a partir da UEMASUL

Se a rede urbana constitui o alicerce indispensável para a decifração dos atuais parâmetros de regionalização brasileira e de suas especificidades territoriais, a unidade urbana, por conseguinte, não admite uma análise insular. A cidade estabelece nexos intrínsecos e indissociáveis com o espaço regional que a circunda, operando como um nó de fluxos e funções que a integram a uma totalidade maior.

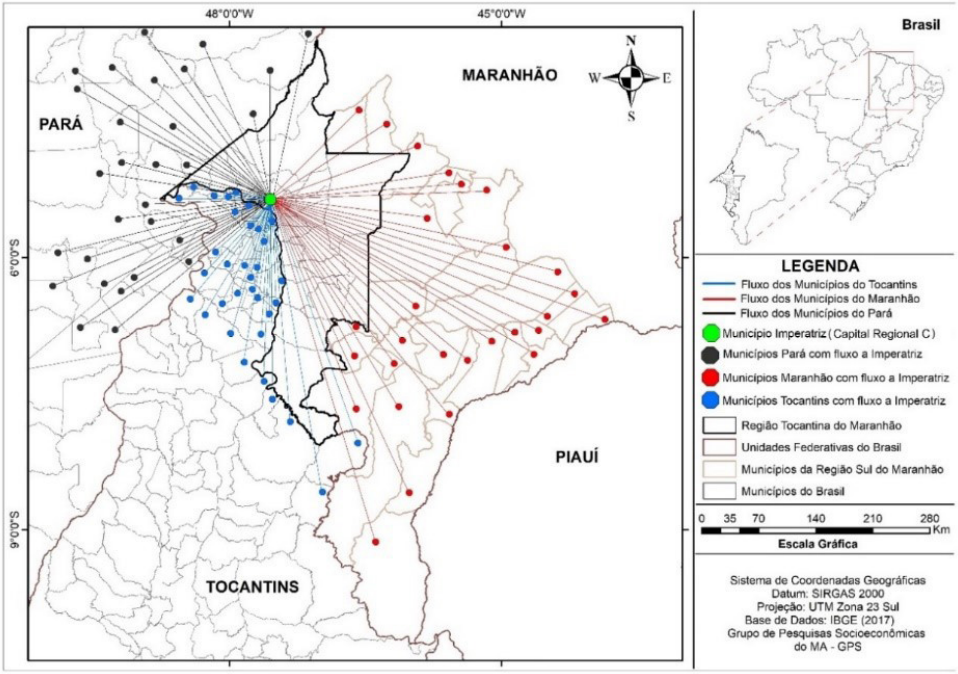
Nesse cenário, a cidade atua como uma instância mediadora, essencial para a compreensão das dinâmicas e das contradições que definem a região. Como bem sintetiza Sousa (2009, p. 13), o fenômeno urbano emerge nesse processo como o elemento-chave para a inteligibilidade regional, evidenciando o "caráter dialético que envolve a cidade e a região". Trata-se de uma mútua constituição, onde a região molda as funções urbanas ao mesmo tempo em que a cidade imprime ritmo e organização ao território regional.

Essa convergência entre o núcleo urbano e o território circundante culmina na consolidação do que Santos (2005) conceitua como "cidade-região". Sob essa ótica, a unidade espacial não é delimitada apenas por fronteiras administrativas, mas pela capacidade de um centro urbano polarizar e integrar uma vasta rede de cidades menores em seu entorno.

A configuração da cidade-região é determinada pela intensidade do processo de urbanização e pela hegemonia funcional exercida sobre o conjunto de núcleos conectados. Essa integração sistêmica é

amarrada pela aceleração e densidade dos fluxos, sejam eles de pessoas, mercadorias, insumos ou informações, que convertem o espaço regional em uma extensão da dinâmica produtiva e social do centro polarizador. Assim, a cidade-região (Figura 4) manifesta-se como a materialização espacial da rede urbana em sua escala mais integrada e interdependente.

Figura 4 – Influência de Imperatriz na oferta e serviços de educação



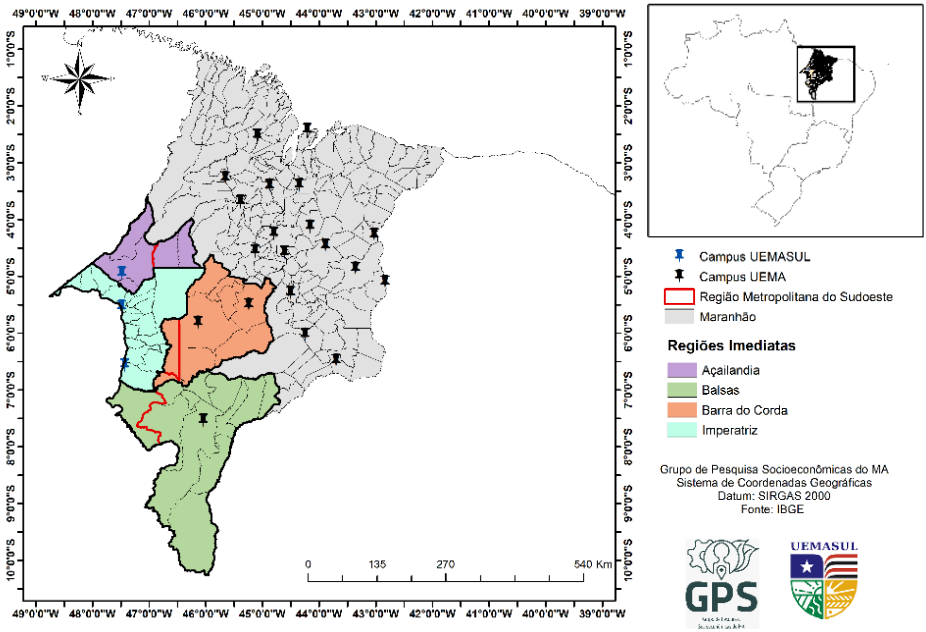
Fonte: O autor (2025).

Neste caso, as articulações do espaço intraurbano de Imperatriz, vistas sobre a sua influência na oferta de serviços de educação, com o seu espaço regional

se concentram nos municípios na Região Tocantina pela intensidade de fluxos de bens, serviços e pessoas, que se expandem para toda uma Região Geográfica Intermediária que leva seu nome definida pelo IBGE em 2017 e para municípios dos estados do Pará e Tocantins.

A partir desse entendimento, propõe-se uma nova delimitação regional para a UEMASUL, cujo escopo transcende os limites tradicionais da Região Tocantina maranhense. O objetivo é projetar a instituição sobre uma vasta área marcada por profundas assimetrias educacionais, alinhando a atuação universitária à real abrangência da influência exercida pela cidade de Imperatriz (Figura 5).

Figura 5 – Proposta para nova regionalização da UEMASUL



Fonte: O autor (2026).

Essa proposta fundamenta-se nos seguintes critérios estruturantes:

- Hegemonia regional de Imperatriz: O papel consolidado de cidade-polo que o município desempenha em toda a porção sul do Maranhão;
- Capacidade de polarização da Cidade-Região: O poder de atração e irradiação que Imperatriz exerce, especificamente por meio da educação, sobre municípios do sul do Maranhão, bem como do Tocantins e do Pará;
- Convergência com a regionalização do IBGE: A aderência à configuração atual que estabelece a influência direta de Imperatriz sobre um colar de 43 municípios;
- Demanda por superação de assimetrias: A necessidade urgente de mitigar a desigualdade científica e os baixos indicadores socioeconômicos nessas localidades, o que exige uma presença estatal mais robusta por meio da interiorização do ensino superior ordenado, e não fragmentado.
- Identidade socioambiental e vocação produtiva: Os 43 municípios da Região Geográfica Imediata de Imperatriz compartilham características que transcendem a educação, como a transição entre biomas (Cerrado e Amazônia) e a economia baseada na fronteira agrícola e extrativista.

Dessa forma, a redefinição regional da UEMASUL não é apenas um ajuste cartográfico, mas uma resposta estratégica à dinâmica de fluxos e à responsabilidade social da universidade frente ao seu território de influência.

A proposta de reorganização territorial (Figura 5), aqui delineada, fundamenta-se na regionalização da educação superior a partir dos principais polos da rede urbana. Essa estratégia visa converter a oferta acadêmica em um vetor de integração regional, consolidando o protagonismo dos cinco centros urbano-regionais de referência e suas respectivas Regiões Geográficas Imediatas.

Dessa forma, a estruturação da oferta educacional da UEMASUL passaria a gravitar em torno do papel indutor desempenhado pelos campi instalados em:

- Imperatriz e Açailândia: Consolidando o eixo de influência do Sudoeste Maranhense (e suas respectivas regiões geográficas imediatas);
- Barra do Corda e Grajaú: Atuando como centros de irradiação de conhecimento na porção central (região geográfica imediata de Barra do Corda);
- Balsas: Fortalecendo a centralidade acadêmica no extremo sul do estado (região geográfica imediata de Balsas).

Essa configuração permite que a política de interiorização do ensino superior não ocorra de forma fragmentada, mas sim articulada às dinâmicas de polarização já existentes, otimizando o alcance das instituições sobre as malhas territoriais que compõem essas regiões geográficas imediatas.

Considerações Finais

A análise das dinâmicas territoriais no Sudoeste Maranhense revela que a regionalização da educação

superior não pode ser compreendida como um processo estanque ou meramente administrativo. Conforme discutido ao longo deste estudo, a consolidação da UEMASUL em Imperatriz transcende a oferta de vagas acadêmicas, configurando-se como uma resposta institucional à complexa rede de fluxos e centralidades que define a porção sul do estado. A proposta de uma nova regionalização para a universidade, fundamentada na real área de influência da cidade-região de Imperatriz, reconhece que o direito ao conhecimento deve acompanhar as veias da integração socioeconômica e logística já existentes.

Conclui-se que a estrutura atual, embora tenha avançado significativamente na interiorização do ensino, ainda enfrenta o desafio das assimetrias científicas em um território marcado por profundas desigualdades. A expansão da atuação da UEMASUL sobre os 43 municípios da Região Geográfica Imediata, articulada aos polos de Açailândia, Estreito, Barra do Corda, Grajaú e Balsas, apresenta-se como o caminho mais viável para a construção de uma "outra regionalização". Esse novo desenho territorial permite que a universidade atue como um nó de comando e irradiação técnica, capaz de mitigar a dependência dos pequenos centros e fortalecer as vocações produtivas locais.

Ademais, os conceitos de território-rede e território-zona mostram-se indispensáveis para o planejamento urbano-regional maranhense. A integração aqui proposta sugere que o Estado deve enxergar a universidade não apenas como um local de ensino, mas como um agente indutor de soberania regional. Ao alinhar a política educacional com as

dinâmicas de polarização de Imperatriz, a UEMASUL assume seu papel de vanguarda na democratização do saber, garantindo que a formação de quadros técnicos e docentes responda diretamente às demandas das comunidades que compõem o mosaico social do interior maranhense.

Referências

BESSA, K. Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais. **GeoTextos**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 147-165, jul.2012.

FAISSOL, S. **Urbanização e regionalização:** relações com o desenvolvimento econômico. IBGE, Diretoria técnica. Rio de Janeiro, 1975. 247 p.

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares-Letras e Humanidades**, p. 2-24, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Geografia. **Regiões de influência das cidades: 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Geografia. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

OLIVEIRA, A. B. A região Tocantina do Maranhão: em busca de uma caracterização e definição. **Caderno de Geografia** v.35, n.82, 2025.

OLIVEIRA, A. B.; SILVA, A. M. B. Desigualdades espaciais e difusão de covid-19 na região tocantina do Maranhão, Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 92, p. 211-225, abr. 2023.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2005. 174 p. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, E. O. **Economia da Região Tocantina do Maranhão:** uma realidade do século XXI. São Paulo: Dialética, 2024. 180p.

SANTOS, M. G. A.; ALVIM, A. M. M. Comparação entre as regionalizações de 1990 e 2017 do IBGE Minas Gerais: breves discussões. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 6, n. 2, p. 200–224, 2022.

SOUSA, J. de M. **A cidade na região e a região na cidade:** a dinâmica socioeconômica de Imperatriz (MA) e suas implicações na região Tocantina. Imperatriz: Ética Editora, 2009. 318p.

Fontes: Josefin Sans e Sitka
Papel: Offset 90
Gráfica: K DE F C FREITAS LTDA

Celebrar a primeira década da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) é ver o tempo se fazer história e o conhecimento se fazer semente. Nestes dez anos, a UEMASUL fincou raízes profundas no coração do interior maranhense, transformando a formação superior não apenas em um direito, mas em um horizonte compartilhado de desenvolvimento e identidade.

Esta coletânea é mais do que um registro; é um relicário de memórias vivas. Cada página aqui reunida testemunha o pulsar de uma instituição que molda mentes críticas, desperta vozes autônomas e devolve à sociedade a ciência em forma de progresso. Ao reafirmar nosso compromisso com uma educação pública, gratuita e de excelência, este livro revela o milagre mais bonito da nossa trajetória: a forma como a história da UEMASUL se entrelaça, de maneira definitiva, à própria transformação e ao destino do território que a acolhe.

UEMASUL Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
EDITORA UEMASUL
PROPGI Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação